

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO DEPARTAMENTO DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PATRÍCIA FERNANDES DE MESSIAS

COMUNICAÇÃO OSTENSIVO-INFERENCIAL COMO ESTRATÉGIA

ARGUMENTATIVA DIPLOMÁTICA: os caminhos tortuosos guiados pelas notas
do Itamaraty

PATRÍCIA FERNANDES DE MESSIAS

COMUNICAÇÃO OSTENSIVO-INFERENCIAL COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA DIPLOMÁTICA: os caminhos tortuosos guiados pelas notas do Itamaraty

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos dos

Santos Xavier

Catalogação na fonte Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

M585c Messias, Patrícia Fernandes de

Comunicação ostensivo-inferencial como estratégia argumentativa diplomática: os caminhos tortuosos guiados pelas notas do Itamaraty / Patrícia Fernandes de Messias. – Recife, 2020.

244p.: il.

Orientador: Antônio Carlos dos Santos Xavier.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020.

Inclui referências e anexos.

Teoria da Relevância.
 Argumentação.
 Diplomacia.
 Comunicação ostensivo-inferencial.
 Desvios de atenção.
 Xavier, Antônio Carlos dos Santos (Orientador).
 II. Título.

410 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2021-142)

PATRÍCIA FERNANDES DE MESSIAS

COMUNICAÇÃO OSTENSIVO-INFERENCIAL COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA DIPLOMÁTICA: os caminhos tortuosos guiados pelas notas do Itamaraty

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Letras.

Aprovada em: 05/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos Xavier (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Flávio Henrique Alberto Brayner (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Emanuel Cordeiro da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco
Prof ^a . Dr ^a . Sandra Melo (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ao meu SEMPRE ORIENTADOR E AMIGO, **LUIZ ANTÔNIO MARCUSCHI** com admiração, carinho, respeito, amor. - *In memoriam*

Aos meus avós, **ELBE**, **EDVALDO** e **HELENA**, com tudo o que é de amor que existe em mim.

Aos meus filhos, **DEXTER**, **DORY**, **MINHA FLOR** e **MEL**, com a verdade e a beleza instintiva do amor que me despertam.

A **TANA**, com amor, com gratidão e com toda admiração, minha Mamãe-Pequena.

A **TIA BETE**, com amor, por ser amor de infinito amor, minha Mamãe-Titia. - *In memoriam*

Ao meu avô/pai **FERNANDES** (Painho Papi), meu herói, meu ídolo, meu exemplo moral, minha força maior, MEU TUDO.

A **YEMANJÁ**, a todos os princípios naturais divinos e aos meus guias, porque "eu sou Filha de Yabá e Yabá é Minha Mãe! A Rainha do tesouro é Odocyá, lá no fundo do Mar".

AGRADECIMENTOS

Ao orientador **Antônio Carlos Xavier**, com admiração e respeito profissional, pelas preciosas intervenções, desde SEMPRE. Foi muito importante tê-lo por perto;

A **Márcia Mendonça**, por ser exemplo, por todas as memórias afetivas, por tudo o que eu aprendi sobre como ser e atuar profissional e humanamente;

Ao **Programa de Pós-graduação em Letras** da Universidade Federal de Pernambuco pelo apoio dado à execução desta pesquisa e pela credibilidade que dá ao meu trabalho;

Ao **CNPq** e à **CAPES**, pelo apoio concedido desde a Iniciação Científica, na Graduação em Letras, passando pelo Mestrado e, por fim, no Doutorado;

A **Diva**, **Jozaías**, **Claudyanne** e **Adriel**, pelo incentivo constante e pela vibração de sempre;

A **Tia Jal**, (primeira professora da minha vida e com quem eu mantenho contato – com toda admiração, carinho e respeito) e **Tia Jane** (Diretora da primeira Escola onde estudei, com muito carinho, por todas as lembranças ternas que aquele período me traz):

Aos amigos de Letras e de coração: Maurinho, Prizoka, Axélyka, Brendoka, Edda, Martinha, Amigo Charles, Diógenes, Juan, Jacq, Edite, Eduardo, Josinha, Renato, Dereck, Cicinho, Dilma, Eudes, Fernando, Fernandes, Gilda, Rinalda, Nerivânia, Kátia, Ynah, Sabrina, Lucas e Bella, por tudo;

Aos meus alunos/amigos/filhotes: Erton, Cristiano, Gabriel, Fabíola, Flávio, Davi, San Charles, Hyago, Thiago, Guilherme, Karla, Guga, Stefanie, Lilito, Gláucia, Adejoane, Carol, Rodrigo, Mari, Stedile, Henrique, Ricardo, Ana Karine, Heitor, Wanessinha e Humberto (in memoriam) pelo entusiasmo constante e pela torcida;

Aos amigos e amigas, Pedro, Helena, Herllen, Malu, Silvana, Juan, Petrônio, Luís, Adriana (e família), Rafa, Sérgio, André, Club das Luluzinhas, Luciana, Solange (e família) e Carol (minha primeira melhor amiga, desde os nossos 2,5 anos);

Ai miei cari amici, **Enrico** (e la famiglia) e **Silvia** (e la famiglia), per la nostra grandissima amicizia, anche con l'Atlantico che ci separa;

A TODO MUNDO DA PORTELA (Rafa, Karina, Celsinho, Mazé, Luana, Dalvinha, Letícia, Edvane, Fátima e Companhia LTDA): É TUDO NOSSO!!!

A Tio Wilton, o ser mais amoroso do mundo, e a Tia Jaty, que é uma figura;

Aos meus primos **Andrea**, **Priscilla** (e os pequenos), **Neide** (e família), **Matheus**, **Rayan**, **Paulo Júnior** e **Fal**: amo vocês!

Às minhas amigas GIRL POWER, **Nay**, **Rafa** e **Vivi**, por me fazerem ser mais e melhor SEMPRE;

A **Marcel**, pelas nossas muitas risadas, pelas conversas sem fim e por ser o melhor companheiro de aventuras que eu poderia ter.

"Chega perto! Mais perto! Mais perto! Só toma cuidado, porque, quanto mais de perto você olha, menos você vê." (TRUQUE DE MESTRE, 2013)
"Há uma distância entre compreender e acreditar. Para a compreensão ser alcançada, a intenção informativa deve ser reconhecida, mas ela não tem de ser
satisfeita." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 228)

RESUMO

Este trabalho aborda o emprego linguístico-argumentativo da comunicação ostensivo-inferencial, procurando desvelar as prováveis intenções incutidas nesta atividade. A hipótese defendida é a de que recursos ostensivo-inferenciais seriam empregados intencionalmente para o desvio da atenção de parte do público-leitor, objetivando a manutenção de acordos já estabelecidos entre o autor e a porção da audiência que o interessa atingir. Por isso, esta investigação se limita a abordar práticas linguísticas engendradas na esfera diplomática, com foco sobre Notas Oficiais do Itamaraty. A escolha desse corpus de pesquisa se deu porque esses comunicados podem demonstrar que os desvios de atenção tenderiam a inclinar a audiência ampla ao processamento de informações periféricas ao posicionamento oficial do país, ao passo que, diplomaticamente, uma audiência especializada, composta por parceiros comerciais brasileiros, atingiria a compreensão desejada pelo Ministério das Relações Exteriores. A análise desse material foi fundamentada na conciliação da Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (2005) com pressupostos da Teoria da Argumentação de Perelman (1976). Teve por objetivo principal demonstrar que tal expediente conduz, estratégica e inferencialmente, presunções de relevância, efetuando um fazer argumentativo voltado à manutenção de acordos diversos. A metodologia empregada, para tanto, envolve a coletânea de 40 Notas Oficiais selecionadas diretamente do site do MRE, o cotejo entre comunicados direcionados a países com os quais o Brasil mantém estreitos ou tênues laços comerciais, estudo das realidades socioeconômicas das nações citadas nos pronunciamentos e observação, análise, interpretação e categorização dos estímulos inferenciais lançados nesses textos. Os resultados das análises revelam que, embora se destinem aos papéis diplomáticos de representar, informar e de negociar, os pronunciamentos oficiais do Itamaraty somente desempenham explicitamente os dois primeiros expedientes, ficando a atividade de negociar a cargo do emprego de estímulos, lançados, intencionalmente, para direcionar a compreensão apenas de uma audiência especializada. Isso revela o desempenho de uma atividade argumentativa inferencialmente organizada, confirmando a hipótese aqui defendida. Assim, mostrou-se ratificada a importância desta Tese em auxiliar na diluição da fronteira entre a

proposição e o reconhecimento das intenções, mediante a complexidade da interação.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Relevância; Argumentação; Diplomacia; Comunicação ostensivo-inferencial; Desvios de atenção.

ABSTRACT

This research approaches the linguistic-argumentative use of ostensiveinferential communication, to reveal the probable intentions instilled in this activity. The hypothesis defended is that ostensive-inferential resources would be used intentionally to divert attention from part of the public, aiming at maintaining agreements already established between the communicator and the portion of the audience that is interested in reaching them. For this reason, this investigation is limited to addressing linguistic practices engendered in the midst of diplomatic domination, with a focus on Official Notes from the Foreign Ministry. This research corpus was chosen because these communications can demonstrate that deviations in attention incline the broad audience to the processing of information peripheral to the official positioning of the country, whereas, diplomatically, a specialized audience, composed of Brazilian commercial partners, would reach the understanding desired by the Ministry of Foreign Affairs. The analysis of this material reconciles notions of the Theory of Relevance by Sperber & Wilson (2005) with assumptions of Perelman's Theory of Argumentation (1976). Its main objective is to demonstrate that such expedient leads, strategically and inferentially, presumptions of relevance, carrying out an argumentative action aimed at maintaining agreements. The methodology used, for this, involves the collection of 40 Official Notes directly from the MRE website, the comparison between communications addressed to countries with which Brazil maintains close or tenuous commercial ties, a study of the socioeconomic realities of the nations mentioned in the statements and observation, analysis, interpretation and categorization of inferential stimuli launched in these texts. The results of the analyses reveal that, although they are intended for the diplomatic roles of representing, informing and negotiating, the official pronouncements of the Foreign Ministry only explicitly perform the first two expedients, the activity of negotiating being in charge of the use of stimuli, intentionally launched, to direct understanding only to a specialized audience. This reveals the performance of an inferentially organized argumentative activity, confirming the hypothesis defended here. Thus, the importance of this Thesis in assisting in the dilution of the border between the plane of expression and the recognition of intentions is ratified, adding to the Cognitive Pragmatics another element for description and

analysis, by considering the game of conversational exchange.

KEYWORDS: Relevance Theory; Argumentation; Diplomacy; Ostensive-Inferential Communication; Deviations from attention.

RESUMEN

Este trabajo aborda el uso lingüístico-argumentativo de la comunicación ostensible-inferencial, buscando revelar las probables intenciones inculcadas en esta actividad. La hipótesis defendida es que los recursos de inferencia ostensiva se utilizarían intencionalmente para desviar la atención de parte del público, con el objetivo de mantener acuerdos ya establecidos entre el comunicador y la parte de la audiencia que está interesada en llegar a ellos. Por esta razón, esta investigación se limita a abordar las prácticas lingüísticas engendradas en medio de la dominación diplomática, con un enfoque en las Notas Oficiales del Ministerio de Relaciones Exteriores. Se eligió este corpus de investigación porque estas comunicaciones pueden demostrar que las desviaciones en la atención se inclinan a la amplia audiencia al procesamiento de información periférica al posicionamiento oficial del país, mientras que, diplomáticamente, una audiencia especializada, compuesta por socios comerciales brasileños, alcanzaría el entendimiento deseado por el Ministerio de Relaciones Exteriores. El análisis de este material intenta conciliar las nociones de la teoría de la relevancia de Sperber y Wilson (2005) con los supuestos de la teoría de la argumentación de Perelman (1976). Su objetivo principal es demostrar que tales pistas oportunas, de manera estratégica e inferencial, presunciones de relevancia, llevando a cabo una acción argumentativa dirigida a mantener los acuerdos. La metodología utilizada para esto implica en la recopilación de 40 Notas Oficiales directamente del sitio web de MRE, la comparación entre las comunicaciones dirigidas a países con los que Brasil mantiene vínculos comerciales estrechos o tenues, un estudio de las realidades socioeconómicas de las naciones mencionadas en las declaraciones y observaciones, análisis, interpretación y categorización de estímulos inferenciales lanzados en estos textos. Los resultados de los análisis revelan que, aunque están destinados a las funciones diplomáticas de representar, informar y negociar, los pronunciamientos oficiales del Ministerio de Relaciones Exteriores solo realizan explícitamente los primeros dos expedientes, la actividad negociación se encarga del uso de estímulos. lanzados intencionalmente, para dirigir la comprensión solo a un público especializado. Esto revela el desempeño de una actividad argumentativa organizada de modo inferencial, confirmando la hipótesis defendida aquí. Por lo tanto, se ratifica la importancia de esta Tesis para ayudar a diluir el límite entre el plano de expresión y el reconocimiento de intenciones, agregando a la Pragmática Cognitiva otro elemento para la descripción y el análisis, al considerar el juego del intercambio conversacional.

PALABRAS-CLAVE: Teoría de la Relevancia; Argumentación; Diplomacia; Comunicación ostensivo-inferencial; Desviaciones de la atención.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados do levantamento 1 de produções nacionais para a	
revisão de literatura	49
Tabela 2 – Resultado do levantamento 2 de produções nacionais para a	
revisão de literatura	50
Tabela 3 – Resultados do levantamento 1 de produções internacionais	
para a revisão de literatura	52
Tabela 4 – Resultado do levantamento 2 de produções internacionais	
para a revisão de literatura	54
Tabela 5 – Resultados do levantamento 1 de produções nacionais para	
a revisão de literatura	74
Tabela 6 – Resultados do levantamento 2 de produções nacionais para a	
revisão de literatura	77
Tabela 7 – Resultados do levantamento 1 de produções internacionais	
para a revisão de literatura	78
Tabela 8 – Resultados do levantamento 2 de produções internacionais	
para a revisão de literatura	82
Tabela 9 – Resultados do levantamento 1 de produções nacionais para	
a revisão de literatura	96
Tabela 10 – Resultados do levantamento 2 de produções nacionais para	
a revisão de literatura	97
Tabela 11 – Resultados do levantamento 1 de produções internacionais	
para a revisão de literatura	102
Tabela 12 – Resultado do levantamento 2 de produções internacionais	
para a revisão de literatura	104

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	DAS NOÇÕES DE RELEVÂNCIA	25
2.1.1	A visão de GRICE	26
2.1.2	A visão de DASCAL	29
2.1.3	A visão de RECANATI	33
2.1.4	A visão de SPERBER & WILSON	40
2.1.5	Teoria da Relevância & Diplomacia	47
2.1.5.1	Sobre as produções NACIONAIS	48
2.1.5.2	Sobre as produções INTERNACIONAIS	
2.1.5.3	Em SÍNTESE	55
2.2	DAS NOÇÕES DE ARGUMENTAÇÃO	56
2.2.1	A visão de ARISTÓTELES	57
2.2.2	Uma brevíssima menção a DESCARTES	61
2.2.3	A visão de PERELMAN	64
2.2.4	Teoria da Argumentação & Diplomacia	72
2.2.4.1	Sobre as produções NACIONAIS	73
2.2.4.2	Sobre as produções INTERNACIONAIS	
2.2.4.3	Em SÍNTESE	84
2.3	DO QUE SE ENTENDE COMO DIPLOMACIA	85
2.3.1	Sobre CONCEITO, HISTÓRIA & FUNÇÕES	85
2.3.2	Sobre as NOTAS OFICIAIS	89
2.3.3	Notas Oficiais em OUTROS ESTUDOS	95
2.3.3.1	Sobre as produções NACIONAIS	96
2.3.3.2	Sobre as produções INTERNACIONAIS	102
2.3.3.3	Em SÍNTESE	104
3	METODOLOGIA	106
3.1	DO MÉTODO E DOS TIPOS DE PESQUISA	106
3.2	DO CORPUS	107
3.2.1	Natureza, população e amostra	107
3.2.2	Condições de coleta e de tratamento	108
3.3	DAS TÉCNICAS E DAS TECNOLOGIAS DE PESQUISA	116

4	ANÁLISES	118
4.1	NOTAS OFICIAIS MAIS COMPROMETIDAS COM PARCEIROS	
	COMERCIAIS	119
4.1.1	Síntese sobre as Notas Oficiais mais comprometidas	160
4.2	NOTAS OFICIAIS MENOS COMPROMETIDAS COM PARCEIROS	
	COMERCIAIS	165
4.2.1	Síntese sobre as Notas Oficiais menos comprometidas	195
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
	REFERÊNCIAS	206
	ANEXO A - PIB & RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	215
	ANEXO B - NOTAS OFICIAIS COLETADAS –	
	MARÇO & ABRIL	221
	ANEXO C - NOTAS & PARCEIROS COMERCIAIS	
	MAIS PROFÍCUOS	229
	ANEXO D - NOTAS OFICIAIS COLETADAS -	
	AGOSTO & SETEMBRO	234
	ANEXO E - NOTAS MENOS COMPROMETIDAS COM	
	PARCEIROS COMERCIAIS	240

1 INTRODUÇÃO

As normas reguladoras do trânsito de veículos automotivos prescrevem que, intentando realizar uma conversão lateral, condutores acionem lâmpadas indicativas, a partir das chaves de seta, presentes nos painéis dos carros. Ao fazê-lo, motoristas disparam um índice luminoso, sinalizando para o seu entorno a manobra que estão na iminência de realizar.

Tal operação é importante para a manutenção da fluidez do tráfego e para a prevenção e segurança de outros condutores, passageiros e pedestres, cabendo-lhes uma postura precavida, para se evitar acidentes. Por se tratar de uma informação tão relevante, à clareza desse procedimento não basta o dito acionamento: a tal lâmpada indicativa deve brilhar intermitentemente, em uma cor diferenciada daquelas do conjunto de lanternas que compõe.

Outras circunstâncias pertinentes a esse mesmo contexto também guiam a compreensão de condutores e transeuntes à atenção a situações de risco, ou de necessidade de manobra furtiva, tais como as cores diferenciadas do semáforo luminoso (que atua na retenção e liberação de tráfego nas vias), os sinais que indicam entrada e saída de veículos, o índice sonoro das ambulâncias (quando acionados, para pedir passagem em meio ao tráfego)... Em outro domínio, desta vez o escolar, também se pode apontar como exemplo a combinação linguístico-gestual das repostas de estudantes às verificações de presença, muitas vezes, agregandose ao conhecido "Presente!" a elevação dos braços, para assegurar a sua visualização pelo Docente e, assim, garantir o devido registro da sua frequência às aulas.

Situações desse tipo são englobadas pela Pragmática Cognitiva no artifício intitulado comunicação ostensivo-inferencial. Esse expediente, na visão de Sperber & Wilson (2005), recobre o conjunto de atividades que, intencional e ostensivamente, é desencadeado por comunicadores, para guiar a compreensão da sua audiência à sua presunção de Relevância. Deste modo, para esses autores, qualquer manifestação de linguagem conduz a atenção de uma audiência em direção a um foco, ante o que está sendo apresentado, tornando possível se reconhecer a relação entre a proposição e as intenções.

Entretanto, o mundo da mágica ensina que também é possível empregar esse recurso (o da comunicação ostensivo-inferencial) para desviar a atenção do público da compreensão da natureza do truque que está sendo processado¹. Na sua execução, o mágico lança mão de estímulos (assistentes de palco, jogo de luzes, pirotecnia, piadas, gestos fora do campo de visão do processamento efetivo dos seus atos e erros propositais) para entreter e desviar a atenção da audiência, recobrindo a faceta real do truque e criando uma "falsa" presunção de relevância para aquelas ações. Através dessa dinâmica, o segredo da "magia" é preservado e o efeito de encantamento é gerado.

Um truque que pode ilustrar isso é a manipulação de um objeto ordinário, por um ilusionista, como um dado, por exemplo. Sabe-se que a soma das faces opostas dele devem resultar 7 (sete), como ocorre em qualquer dado comum. Ao apresentar esse artefato, explicando essa especificidade e permitindo que o público o manipule, o mágico desvencilha seu auditório da impressão de particularidade daquele objeto específico. Já com ele de volta às suas mãos, o ilusionista o pode manipular de maneira tal que, mesmo a observação mais atenta não perceberia a peculiaridade do movimento promovido, dando-se a impressão de que a adição dos valores de suas regiões opostas não confere com o resultado inicial.

O truque é concluído, com a devolução do dado ao público, para que se perceba se tratar, de fato, de um objeto comum, mas que, apenas nas mãos do mago, ele se torna um objeto extraordinário. Com isso, percebe-se que o foco de atenção da audiência é desviado, pelo executor do truque, para os resultados possíveis de suas ações, e não para elas em si. O foco de atenção centrado no dado concentra o alvo do encantamento do público na sua "transmutação", e não necessariamente no que a provocou (a manipulação do objeto em si).

Mas esse mesmo engendro de mudança na linha de atenção de um público também é possível com o emprego de recursos linguísticos, que, assim, configuramse como estratégias argumentativas para o alcance ou manutenção de acordos, conforme a perspectiva defendida por Perelman (1976). Com isso, este teórico defende ser a *argumentação* uma articulação discursiva estratégica, inclinada ao

estado normal, para surpreender e causar fascínio.

-

¹ O filme *The Prestige* (na versão brasileira, *O grande truque*), com roteiro adaptado do livro escrito por Christopher Priest, detalha as etapas dos truques: na *promessa*, o mágico mostra uma coisa comum – um pássaro, um maço de cartas, ou uma pessoa – e até permite a sua inspeção; na *virada*, ele se despoja desse item, transformando-o extraordinariamente; e, no *grande truque*, surpreende o público, "desfazendo" a mudança, proporcionando a coisa manipulada voltar ao seu

alcance de acordos, desvinculando essa noção do paradigma da *Retórica Clássica*, em que ela estava vinculada à necessidade de eficácia.

No entanto, a despeito do efeito de encantamento causado por mágicos, ao executar seus truques, não se espera que, em ações institucionais cotidianas (como na apresentação oficial do posicionamento de um país, frente às suas relações internacionais, por exemplo), a consequente impressão de fascínio prevaleça. Então, cabe a esta investigação questionar: quais as prováveis intenções do emprego linguístico-argumentativo da comunicação ostensivo-inferencial?

Esta tese trabalhou com a hipótese de que a comunicação ostensivoinferencial pode ser empregada intencionalmente com recurso para o desvio da atenção de uma audiência, objetivando a manutenção de um acordo já estabelecido entre o comunicador e um auditório específico (na dimensão da Teoria da Argumentação, proposta por Perelman (1976)).

É possível que as *Notas Oficiais do Itamaraty*² possam demonstrar que esses desvios de atenção inclinam o público ao processamento de informações periféricas ao posicionamento oficial do país, frente às questões que lhes motivam a publicação. Esses desvios estariam constituídos, portanto, como estratégias à manutenção das relações diplomáticas envolvendo o Brasil e seus parceiros, ao passo que o mesmo expediente não é empregado quanto a países com os quais não se mantêm estreitas relações habituais.

As *Notas Oficiais* são comunicados escritos, para fim de documentação e registro, tornados públicos por pessoas públicas (através de assessoria de imprensa), empresas públicas e privadas, ou mesmo pelas instituições governamentais, a fim de esclarecer, em um único turno, seu posicionamento relativo a algum assunto sobre o qual lhes caiba intervir, ou esclarecer. Comumente, são publicadas em contextos de crise ou de iminência desta, traduzindo a importância dada pelo órgão-autor ao seu tema. Tais características as tornam passíveis de uma análise a respeito do jogo enunciativo que encenam suas

-

O Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, tem poder de disposição sobre: 1. política internacional; 2. relações diplomáticas e serviços consulares; 3. participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos e entidades estrangeiras; 4. programas de cooperação internacional; e 5. apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais, nos moldes do artigo 33 do decreto nº 4.118, de 7 de fevereiro de 2002. O Itamaraty tem, portanto, papel determinante na consolidação do Brasil como pátria e república soberana, cabendo recair sobre as suas falas um exame mais atento, quanto ao jogo argumentativo que neles é empreendido, em defesa dos interesses nacionais.

entidades redatoras, no intuito de ressaltar, de omitir, ou de não tornar excessivamente saliente um posicionamento que venha a repercutir desnecessária ou negativamente àqueles que elas representam.

É neste particular que se insere o interesse desta pesquisa em se restringir às *Notas Oficiais* publicadas em domínio diplomático, uma vez que este tem por expedientes precípuos negociar, informar e representar, mediando circunstâncias limítrofes (em assuntos de guerra e paz) e aquelas que envolvem negociação verbal (como as relações comerciais internacionais, as de promoção cultural, ou a coordenação de organizações internacionais), com os intuitos do estabelecimento e da conservação de parcerias.

Por isso, o *corpus* desta investigação é constituído por *Notas Oficiais do Itamaraty*, emitidas publicamente pelo Ministério das Relações Exteriores, que é o órgão responsável pelo serviço diplomático nacional. A este braço do Governo cabe a responsabilidade de prestar assessoria ao Presidente da República, quanto à sua representação pública e no tocante ao desempenho e acompanhamento das relações do Brasil externamente.

A consideração desses desvios de atenção recobriria outro quadro, que não o delineado pela RETENÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES, proposto por Sperber & Wilson (2005), recaindo sobre o DESVIO INTENCIONAL da presunção de relevância da audiência. Por isso, esta tese pode trazer à luz uma visão sobre comunicação estratégica, ao conciliar a visão da Pragmática Cognitiva, no que tange à comunicação ostensivo-inferencial, com a Teoria da Argumentação proposta por Perelman (1976), inclinada à manutenção de acordos com auditórios restritos (neste caso, representados por habituais parceiros brasileiros).

Considerando-se, ainda, o *corpus* escolhido para investigação, esta pesquisa contribuiria para elucidar expedientes conciliatórios explorados nos falas diplomáticas, ao realizar a análise de estratégias linguístico-argumentativas mobilizadas no seu processamento textual-discursivo, tendo em vista a construção de sentido, no que tange a observar sua organização textual, sua funcionalidade e sua sociocognição, frente ao contexto sociocultural em que estão inseridas as *Notas Oficiais*. Assim, em termos teóricos, esta pesquisa tenderia a congregar os campos investigativos:

- 1. da Pragmática Cognitiva, no que tange à sua noção de Relevância (quando defende que nem toda comunicação ostensiva-inferencial obedece à máxima da "qualidade" (GRICE, 1976), mas sim à da "relevância" para o sujeito-autor), corroborando para a tese de Sperber & Wilson (2005) sobre a "relevância" como máxima única:
- 2. da *Teoria da Argumentação* de Perelman, que descreve o caráter retóricoargumentativo da linguagem e entende movimentos argumentativos enquanto estratégias para a *defesa* de pontos de vista, visando a *acordos*.

Esses constructos teóricos devem conferir a este trabalho um caráter relevante, não só pela sua pretensa contribuição aos campos de estudo supracitados, mas também por lançar um olhar sobre o fazer textual do Direito Internacional e das Relações Internacionais, que servem às nações ao lhes garantir independência e soberania.

Por isso, com esta pesquisa, deseja-se demonstrar que é possível empregar uma comunicação ostensivo-inferencial para desviar, intencionalmente, a presunção de relevância de uma audiência frente a um assunto central, num movimento que pode ser traduzido, pois, como estratégia argumentativa para a manutenção de acordos.

Para tanto, buscou-se:

- Desvendar as estratégias de comunicação ostensivo-inferencial contidas nas Notas Oficiais do Itamaraty, para se demonstrar esse recurso que pode ser empregado intencionalmente para o desvio da atenção de uma audiência:
- Comparar o emprego desse expediente, nos comunicados oficiais, entre aqueles que se direcionam a habituais parceiros comerciais do Brasil e os que visam a nações pouco influentes na balança comercial brasileira;
- Descrever e analisar o desempenho argumentativo dessas estratégias, enfocando a sua necessidade diplomática, frente à manutenção da imagem positiva do Brasil dentro e fora das suas fronteiras.

Ante tais objetivos, esta investigação concebe a língua como fenômeno de ordem social, histórica e cognitiva, cujo local de realização é o texto. Distancia-se das considerações em que a linguagem é observada apenas de maneira imanentista e formal, como sistema autônomo, exaurível no código. Evoca uma ideia de linguagem concebida como elemento constitutivo e heterogêneo, já que com ela os

seres humanos constroem o mundo e constituem a si mesmos, intersubjetivamente (BAKHTIN, 1979), enquanto agentes sociais historicamente situados.

Para fazer cumprir todas essas indicações, foi adotado a seguinte ordem de apresentação de conteúdos teóricos e demais etapas de pesquisa:

CAPÍTULO 2: Referencial Teórico

Nesta etapa, está contida uma revisão dos constructos teóricos pertinentes à noção de *Relevância* na qual esta investigação se fundamenta, à definição e descrição de funcionamento da *comunicação* ostensivo-inferencial, à teoria de *Argumentação* adotada, além de ser apresentada uma definição sobre *Diplomacia*, no contexto do que preconiza o Direito Internacional. A pormenorização de cada um destes constructos é acompanhada do cotejo entre abordagens distintas, ensejando as opções teóricas que fundamentam este trabalho. Tal exposição está feita da seguinte forma:

Sobre RELEVÂNCIA

Apresentação de quatro visões sobre a *Relevância* conversacional (a de Grice, a de Dascal, a de Recanati e a de Sperber & Wilson), para se ilustrar as opções teóricas e justificar a escolha realizada. Além disso, foi feito um aprofundamento do conceito de *Comunicação ostensivo-inferencial*. Ao final, foram feitas considerações sobre pesquisas que relacionam a *Teoria* da *Relevância* à *linguagem diplomática*;

♥ Sobre ARGUMENTAÇÃO

Apresentação de 3 (três) linhas de abordagem da *Argumentação* (a de Aristóteles, a de Descartes e a de Perelman), para justificar a escolha do ponto de vista que direcionará as análises. Ao fim dessa seção, é realizada uma exposição acerca do estado de arte de pesquisas que relacionam a *Teoria da Argumentação* à *linguagem diplomática*;

Sobre DIPLOMACIA

Apresentação da definição de *Diplomacia*, de suas implicações e aplicabilidades ao Direito Internacional. Agrega-se a isso um histórico dos afazeres do *Palácio do Itamaraty* e uma abordagem

das características formais e funcionais do gênero textual *Nota Oficial*, enquanto instrumento precípuo do domínio diplomático.

A exploração desses conceitos é consolidada pela disposição de exemplares do *corpus* de pesquisa, ao longo deste capítulo (23 textos), de modo dar suporte à compreensão dessas noções. Isso também foi feito para facilitar a observação da pertinência de cada abordagem, ante ao que se volta esta investigação.

CAPÍTULO 3: Metodologia

Aqui, enquadram-se, didaticamente separados, esclarecimentos acerca dos procedimentos de pesquisa adotados, frente os objetivos traçados, considerando-se o método, os tipos de pesquisa, a natureza, quantificação e o tratamento do *corpus*, além da apresentação das técnicas e tecnologias empregadas para o exame do fenômeno estudado. Esse cuidado foi tido para que os resultados desta pesquisa possam ser replicados, assegurando-se a validade desta investigação.

CAPÍTULO 4: Análises

Nesta etapa, foi feito um detalhamento da constituição do fazer argumentativo da *comunicação ostensivo-inferencial* em *Notas Oficiais do Itamaraty*, dando-se conta de como o fenômeno desvia a presunção de relevância da audiência. Foram consideradas características e funcionalidades do gênero textual e a sua importância para a manutenção de parcerias brasileiras, no âmbito do domínio em que se situam.

Como amostra, foram utilizados 17 textos, escolhidos, de um universo de 40 coletados. Esta seleção se deu pelo volume de investimentos envolvidos nas relações comerciais entre Brasil e nações interlocutoras³. Por isso, as análises foram subdivididas entre *Notas Oficiais* mais e menos comprometidas com parceiros brasileiros.

corpus, confira-se a Metodologia, na página 95.

Das 40 Notas Oficiais recolhidas, 17 figuram como amostras. Os comunicados oficiais sobressalentes foram dispostos ao longo do Referencial Teórico para ilustrar os conceitos que fundamentam esta investigação. Para detalhes mais apurados sobre a coleta e o tratamento do

As verificações incluíram um panorama sobre as nações interlocutoras do Brasil, bem como a apreciação dos contextos socioeconômicos desses países. Desta maneira, espera-se ter demonstrado o emprego da *comunicação ostensivo-inferencial* como recurso argumentativo para a manutenção dos acordos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ponto do trabalho, estão apresentados os resultados encontrados, aludindo-se à consecução dos objetivos traçados. As conclusões foram confrontadas com a hipótese lançada, de que a comunicação ostensivo-inferencial poderia ser empregada intencionalmente, como recurso para o desvio da atenção de uma audiência, objetivando a manutenção de um acordo junto a um auditório específico.

Este prognóstico inicial foi confirmado, trazendo à luz uma visão sobre comunicação estratégica, ao conciliar a visão da Pragmática Cognitiva, no que tange à *comunicação ostensivo-inferencial*, com a Teoria da Argumentação proposta por Perelman (1976). Ele demonstrou, ao final, que nem toda *comunicação ostensivo-inferencial* obedece à máxima da "qualidade" (aludindo-se a GRICE, 1976), mas sim à da "*Relevância*" para o sujeito-autor, corroborando para a tese de Sperber & Wilson (2005) sobre a "*Relevância*" como máxima única.

Com tal escopo, espera-se que este estudo, de fato, auxilie na diluição da fronteira entre a proposição e o reconhecimento das intenções, apontada por Sperber & Wilson (2005). Foi para isso que o conjunto de ações desta pesquisa voltou-se para outro quadro, que não o delineado pela RETENÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES, proposto por esses mesmos estudiosos, dando conta do DESVIO INTENCIONAL da presunção de relevância da audiência. Assim, este estudo soma à Pragmática Cognitiva outro elemento para descrição e análise, mediante a consideração da complexidade da interação.

Abracadabra!

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo faz uma revisão dos constructos teóricos pertinentes à noção de *Relevância* (incluindo definição e descrição do funcionamento da *comunicação ostensivo-inferencial*) e à teoria de *Argumentação* adotada. Aqui, também é apresentada uma definição sobre *Diplomacia*, no contexto do que preconiza o Direito Internacional. À pormenorização disso acompanha o cotejo entre abordagens distintas, ensejando as opções teóricas que fundamentam este trabalho.

Segue, então, um apanhado de diferentes sistemas teóricos sobre da ideia de *Relevância*, além de considerações sobre pesquisas que relacionam este tema à *linguagem diplomática*.

2.1 DAS NOÇÕES DE RELEVÂNCIA

Esta seção está subdividida em 4 (quatro) subitens, contendo diferentes linhas de abordagem sobre a noção de *Relevância* (a de Grice, a de Dascal, a de Recanati e a de Sperber & Wilson), para justificar a escolha daquela que servirá à análises do *corpus* de pesquisa. Essas correntes foram selecionadas por apresentarem diferentes posicionamentos (ora complementares, ora suplementares), ante as práticas de elocução que são empreendidas na interação, tendo todas contribuído para uma compreensão pragmática do dilema de se desvendar o que governa a significação e as suas intencionalidades no ato de enunciar.

Por isso mesmo, a disposição de tais abordagens se inicia com a apresentação da visão basilar de Grice (1967), passando pelo seu desdobramento e pormenorização em Dascal (2006), culminando na revisitação e redimensionamento do fenômeno por Recanati (2004) e Sperber & Wilson (2005). O primeiro deflagrou uma reflexão sobre a propriedade da *relação*, no que se insere a máxima da *Relevância*, como componente de um *Princípio Cooperativo*; o segundo e o terceiro complementam essa visão inicial, considerando elementos extralinguísticos pertinentes à situação de fala para a determinação do grau de importância das informações; o quarto ponto de vista, da dupla Sperber & Wilson, aponta para uma explicação inferencial do fenômeno, atendo-se, para isso, a pressupostos cognitivos.

Os 4 constructos têm uma linha de pensamento oriunda da reformulação gerada pela *Guinada Pragmática*, diferenciando-se da análise estrutural e abstrata que vigorou na primeira fase da *Virada Linguística da Filosofia*. Eles se desencontram, no entanto, quanto aos aspectos globais de suas teorias, seus desdobramentos, pormenorizações, ou acréscimo de perspectivas. Além disso, conforme será mostrado nos subitens a seguir, apontam para soluções distintas ao se explicar o processamento/manifestação do fenômeno da *Relevância* na enunciação.

2.1.1 A visão de GRICE

O escopo recente da *Teoria da Relevância* é um legado da *Teoria das Implicaturas* de Herbert Paul Grice. Em *Logic and Conversation*, de 1967, o filósofo inglês traçou as bases do que viria a ser uma teoria sobre a formação e o processamento do significado em situações autênticas de interação. Para ele, a produção de sentidos requer mais do que um aparato linguístico perceptível e o reconhecimento de intenções (estruturantes e) subjacentes à superfície textual enunciada se torna ferramenta essencial ao alcance dessa meta. Assim, toda comunicação se converte em um ato de *cooperação* entre os interactantes.

Esse conceito de *Princípio Cooperativo* pressupõe que pessoas aderem regras de conduta na conversação, procurando se fazer entender e fornecendo informações necessárias para tanto. Essas convenções passariam pela consideração: 1. do que é necessário e suficiente informar; 2. Da credibilidade da informação fornecida; 3. da importância da informação fornecida para o contexto de interação; 4. da clareza do que é efetivamente dito, à guisa de se evitar uma obscuridade que atrapalhe a compreensão, pela fuga a ambiguidades, pelo escape à prolixidade e pela ordenação/organização do raciocínio. Seriam essas normas atreladas, respectivamente, às categorias de *Quantidade*, *Qualidade*, *Relação* e *Modo*.

Tais categorias podem ser examinadas na *Nota Oficial* a seguir:

NOTA 44

01 de Março de 2018 - 18h01

TERREMOTO EM PAPUA NOVA GUINÉ

O Governo brasileiro recebeu com pesar a notícia de que dezenas de pessoas perderam a vida e centenas ficaram feridas em decorrência do terremoto em Papua Nova Guiné, em 26 de fevereiro.

O governo brasileiro transmite suas condolências aos familiares das vítimas e manifesta solidariedade às populações afetadas e ao governo de Papua Nova Guiné.

Através deste comunicado, é suficiente ao governo brasileiro registrar sua solidariedade mediante a identificação do fato e da nação a que ela se volta (*Máxima de Quantidade*). Esta é uma postura legítima, a se julgar pela repercussão e pela comoção internacional que a tragédia causou (*Máxima de Qualidade*). Além disso, é diplomaticamente importante demonstrar atenção e solidariedade à situação de outras nações (*Máxima de Relevância*). Por fim, a sua redação leva o interlocutor a reconstituir, inicialmente, a conjuntura a que *Nota* faz referência, por bem à sua clareza (*Máxima de Modo*): o fato motivador do comunicado é a notícia (*o que*) recebida com pesar (*como*) sobre a vitimização de dezenas de pessoas (*quem*), durante o mês de fevereiro (*quando*), em Papua Nova Guiné (*onde*), por causa de um terremoto (*o porquê*).

A orientação de Grice sobre esses movimentos está mais explícita em:

"Faça a sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado. Pode-se denominar esse princípio de PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO." (GRICE, 1967, p. 86).

Dentro desse quadro colaborativo, segundo Grice (1967), a *relação* (no que se inclui a máxima da *Relevância*) se mostra como uma das categorias inclinadas à atribuição de lógica à conversação, pela seleção de informações tidas como *relevantes*, conforme é requerido, em um determinado contexto, em direção a um propósito conversacional, do que resulta a sua ideia de *Princípio Cooperativo*. Para ele, uma contribuição conversacional pode ser tida como *relevante* quanto mais apropriada ela for às "*necessidades imediatas de cada estágio da transação* [conversacional]⁴." (GRICE, 1967, p. 89). Entretanto, o próprio autor reconhece que essa categoria e sua máxima precisariam, no futuro, ser melhor trabalhadas, para esclarecer tipos de foco de *Relevância* e a sua mudança em conversações.

Convém ressaltar que, na visão do mesmo Grice (1967), embora a máxima da Relevância tenha papel importante no postulado da cooperação, a seleção de informações a serem disponibilizadas depende ainda das demais categorias, igualmente concorrentes para o sucesso do *Princípio Cooperativo* (quantidade, qualidade e modo). Ele também ressalta que intencional, ou não-intencionalmente, um enunciador pode não se ater a alguma dessas classes. No primeiro caso, estaria

_

⁴ [Inclusão minha].

ele formulando uma *Implicatura*; no segundo, estaria sujeito a provocar malentendidos e toda sorte de ineficiências conversacionais.

A *Implicatura*, implicitude intencional de informações, num suposto movimento de *violação* às máximas conversacionais propostas pelo autor, realiza-se pela suposição do que se acredita ser seguro deduzir, evitando-se uma desnecessária explicitude. A respeito do seu processo de dedução, o teórico sugere que sejam considerados os seguintes princípios:

"(1) o significado convencional das palavras usadas, juntamente com a identidade de quaisquer referentes pertinentes; (2) o Princípio de Cooperação e suas máximas; (3) o contexto, linguístico e extralinguístico, da enunciação; (4) outros itens de seu conhecimento anterior (background); e (5) o ato (ou fato suposto) de que todos os itens relevantes cobertos por (1) - (4) são acessíveis a ambos os participantes, e ambos sabem ou supõem que isso ocorra." (GRICE, 1967, p. 93).

Pode-se perceber, então, que, na visão de Grice (1967) intercâmbios entre enunciadores estreitamente ligados tendem a ser mais felizes, interpretativamente, do que os em que sujeitos possuem vínculo remoto, pois circunstâncias em comum concorrem para o sucesso comunicativo quando do emprego e da interpretação de uma *Implicatura*. Assim, para o sucesso de uma comunicação processada por meio desse recurso, é preciso antever o perfil dos interlocutores, considerando-se os seus saberes prévios e seu grau de imersão na situação de fala. Um exemplo disso pode ser observado na *Nota Oficial* a seguir:

NOTA 78 04 de Abril de 2018 - 12h50

CONFLITO NO IÊMEN

Ao se completarem três anos do atual conflito armado no lêmen, o Brasil reafirma seu apoio aos esforços das Nações Unidas no sentido de encontrar uma solução negociada para o conflito e expressa sua confiança no trabalho do novo enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas para o lêmen, Martin Griffiths, que assumiu suas funções em março último.

O governo brasileiro segue acompanhando com preocupação a crise política, militar e humanitária naquele país e conclamando as partes a cessarem as hostilidades com vistas à retomada de negociações de paz no lêmen.

Em vista dos mais recentes agravamentos das hostilidades, o governo brasileiro reitera seu repúdio aos atos de violação do direito internacional originados do conflito e reafirma a necessidade de pleno respeito aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e ao direito internacional humanitário.

Neste comunicado, ao evocar a *Carta das Nações Unidas*⁵, o governo brasileiro está conclamando atenção e reconhecimento a valores pontuados no

⁵ A Carta das Nações Unidas é o tratado que estabeleceu a Organização das Nações Unidas. Foi elaborada por representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, ocorrida em São Francisco, entre 25 de abril e 26 de junho de 1945. Sua assinatura aconteceu no último dia do Evento. Ela é o documento mais importante da ONU e registra, em seu

-

documento, do qual o próprio Iêmen é signatário (desde o seu ingresso nas Nações Unidas, em 30 de setembro de 1947). A menção à Carta, neste contexto, *implica* ciência de seu conteúdo e aplicações decorrentes — informações previamente comuns a líderes internacionais e aos gestores daquele país, não sendo necessário explicitá-las. O que violaria a *máxima da quantidade* alude, então, ao respeito que tais interlocutores devem à ONU, o órgão intergovernamental para a cooperação internacional.

Nota-se, então, que graus de explicitude precisam ser dosados, para que as expectativas de compreensão entre as partes envolvidas, em um contexto de conversação, sejam satisfeitas. Isso, de per si, dá a uma Teoria da Relevância um caráter explicativo e social, pois ela possibilitaria o entendimento de pressupostos que regem a comunicação e que facilitam a interpretação de enunciados (e de textos). Ela se torna, assim, uma explicação plausível para o sucesso do processo comunicativo: legado de Grice.

2.1.2 A visão de DASCAL

A revisitação, por Dascal (2006), do conceito de *Relevância*, proposto por Grice (op. cit.), não o descontrói, ou o descarta, apenas o pormenoriza e o lança a novas problematizações, pois o brasileiro o considera vago e o próprio Grice já apontara a necessidade de aprofundá-lo. Segundo Dascal, a ideia de *Relevância*, inicialmente proposta, é imprecisa devido às suas diversas características e inúmeras aplicações, já que esse princípio "governa a operação das outras supermáximas" (DASCAL, 2006, p. 55). Indo mais além, ele sugere que o próprio *Princípio Cooperativo* é, antes, um princípio de *Relevância*, pois é composto por conceitos que mais se imbricam do que se distinguem. Isso fica evidente quando ele diz que

"Enquanto Grice consegue especificar certas supermáximas associadas a QN [quantidade], QL [qualidade], e ao M [modo]⁶, esclarecendo de alguma forma o seu significado, R [relevância] é abandonada em um estado desmerecidamente vago, e os seus exemplos não ajudam muito para tornála mais compreensível." (DASCAL, 2006, p. 55).

⁶ [Inclusões minhas].

artigo 103, que, "No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta".

E quando completa:

"(...) Pois, como indicam diversos exemplos de Grice, há um sentido em que um determinado conceito de *relevância*, talvez não-idêntico ao exigido para R, governa a operação das outras supermáximas, como se o próprio PC [*Princípio Cooperativo*]⁷ fosse, na verdade, antes um princípio de '*relevância*' que um princípio de '*cooperação*'." (DASCAL, 2006, p. 55).

Dascal (2006) enxerga a *Relevância* como o cômputo de elementos pragmáticos e semânticos, do que deriva a noção de *Implicatura Conversacional* (a qual seria gerada pelo relacionamento entre esses dois componentes, compondo uma gramática apropriada a qualquer linguagem natural). A *Relevância*, para esse autor, é, então, um argumento desencadeador de *Implicatura*, não sendo um dado preciso, mas circunstancialmente moldado. Ele propõe que a tipificação da *Relevância* deveria

"incluir, em particular, duas noções bem distintas (...), uma 'pragmática' e outra 'semântica'. (...) A interação desses dois tipos de relevância na geração das 'Implicaturas Conversacionais' por meio da violação da supermáxima R ilustra o intrincado relacionamento que deve existir entre os componentes 'semânticos' e 'pragmáticos' de uma 'gramática' apropriada de qualquer linguagem natural.". (DASCAL, 2006, p. 56).

Ocorre, entretanto, que, mesmo apresentando discussões acerca do tema e da sua importância para a conversação, Dascal (2006) não define uma *Teoria da Relevância*. Ele opta, apenas, como já se disse, por problematizar sua existência, elucubrando o seu conceito, por considerar que ele, em si, é circunstancialmente inscrito, portanto, imensurável, do ponto de vista do interlocutor. Mas o mesmo teórico propõe que os seus mecanismos de avaliação, do ponto de vista da produção, podem ser logicamente calculados. Daí à *Implicatura*, fato derivado da *Relevância*, ser intencionalmente produzida, à revelia do seu processo gerador.

Isso explicaria por que, no exemplo anterior, não foram mencionados os trechos de conteúdo específicos da *Carta das Nações Unidas*. Os interlocutores brasileiros, naquele caso, seriam os líderes do lêmen e demais atores internacionais que compunham as Nações Unidas. Eles já seriam versados nesse conhecimento, não sendo extremamente relevante explicitá-lo, conforme pode ser reexaminado pela sua releitura, a seguir:

-

⁷ [Inclusão minha].

NOTA 78

04 de Abril de 2018 - 12h50

CONFLITO NO IÊMEN

Ao se completarem três anos do atual conflito armado no lêmen, o Brasil reafirma seu apoio aos esforços das Nações Unidas no sentido de encontrar uma solução negociada para o conflito e expressa sua confiança no trabalho do novo enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas para o lêmen, Martin Griffiths, que assumiu suas funções em março último.

O governo brasileiro segue acompanhando com preocupação a crise política, militar e humanitária naquele país e conclamando as partes a cessarem as hostilidades com vistas à retomada de negociações de paz no lêmen.

Em vista dos mais recentes agravamentos das hostilidades, o governo brasileiro reitera seu repúdio aos atos de violação do direito internacional originados do conflito e reafirma a necessidade de pleno respeito aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e ao direito internacional humanitário.

A contribuição mais objetiva das reflexões de Dascal (2006) reside na proposta de categorização de *proporções praticáveis*, da *Relevância*, conforme *exigências conversacionais*. Com isso, ele distingue elementos da conversação, do ponto de vista da sua *Relevância*, em:

- TOPICAMENTE RELEVANTES: objetos centrais da seleção de informações em uma determinada circunstância;
- MARGINALMENTE RELEVANTES: objetos infraestruturais, ligados ao anterior objeto central, estando vinculados ao seu campo de atenção;
- POTENCIALMENTE RELEVANTES: objetos que, não sendo totalmente irrelevantes, podem ser resgatados inferencialmente, conforme a consideração dos dados anteriores (background).

A prática de tais proporções podem ser verificada na seguinte Nota Oficial:

NOTA 87

10 de Abril de 2018 - 15h33

VISTO HUMANITÁRIO PARA HAITIANOS

O governo brasileiro decidiu atribuir a haitianos e apátridas residentes no Haiti tratamento prioritário para fins humanitários. Nesse sentido, foi publicada ontem, 9 de abril, a Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018, que "dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas" que residam naquele país. Novas portarias poderão ser publicadas oportunamente para contemplar outras situações concretas.

Esse visto será emitido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe e permitirá a concessão de residência temporária de dois anos no Brasil, passível de transformação em residência por prazo indeterminado ao final desse período.

A edição da portaria regulamenta o visto temporário para acolhida humanitária previsto na Lei de Migração (lei nº 13.445/2017). A medida permitirá a manutenção da política humanitária brasileira no Haiti no campo migratório.

Este comunicado tem como assunto central a permissão temporária de entrada, concedida pelo governo brasileiro, a haitianos e apátridas residentes no Haiti. Para tornar pública essa decisão, não é extremamente relevante que o MRE

explicite o conceito de *visto*, pois supõe-se que os seus interlocutores têm ciência disso. Esta seria, portanto, uma informação *potencialmente relevante*. À semelhança disso, não é necessário explicitar a internacionalmente conhecida realidade de violência política e de pobreza do Haiti⁸, como justificativa à atitude brasileira. Estas seriam informações que poderiam ser resgatadas inferencialmente.

Mas é mister a menção de que esse procedimento se ampara na Lei de Migração (lei nº 13.445/2017) e de que ele reforça a manutenção da política humanitária brasileira no Haiti no campo migratório, para se esclarecer o mecanismo que legitima essa ação do governo brasileiro, e em que termos se dá essa ação. Estes seriam os dados infraestruturais que, estando ligados ao assunto central do comunicado, mostram-se *marginalmente relevantes* à compreensão.

Além disso, é de extrema necessidade explicitar que essa concessão de visto se dá pela promulgação da Portaria Interministerial nº 10, publicada em 9 de abril, cujo texto "dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas". A identificação do documento e do trecho orienta virtuais interlocutores desta Nota sobre os termos legais em que se dá a permissão. Tais dados são topicamente relevantes, bem como é central dizer que o visto será emitido pela Embaixada do Brasil, em Porto Príncipe, concedendo residência por um período de dois anos.

Dascal (2006, p. 61) ainda acrescenta que, mesmo sendo essas categorias de caráter incompleto e de cunho fenomenológico, representando apenas o começo de um esforço investigativo, "A relação entre esses três níveis de relevância não é estática, mas, sim, dinâmica, uma vez que os dados estão em constante migração.". Assim, a explicitação de um ou de outro desses elementos leva à atenção aos seus motivos/estímulos de elocução.

A próxima *Nota Oficial* ilustra como se processam esses *motivos/estímulos de elocucão*:

NOTA 51

09 de Março de 2018 - 10h27

TRATADO SOBRE FRONTEIRAS MARÍTIMAS ENTRE TIMOR LESTE E AUSTRÁLIA

.

⁸ Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), em decorrência da escalada de violência política, que levou o país a ser o pobre da América, a julgar pelo seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 201: 0,498, considerado baixo e que lhe confere a 168ª posição.

O governo brasileiro recebeu, com grande satisfação, a notícia da assinatura, pelo Timor Leste e pela Austrália, do Tratado sobre Fronteiras Marítimas, realizada no dia 6 março, na sede das Nações Unidas, em Nova York, com a presença do Secretário-Geral da ONU, António Guterres.

O tratado estabelecerá, entre outras disposições, um regime especial de partilha para a exploração conjunta de campos de gás de Greater Sunrise, que abrange os mares territoriais dos dois países.

O tratado é resultado dos trabalhos da Comissão de Conciliação entre o Timor-Leste e a Austrália com vistas à definição de fronteiras marítimas no Mar do Timor. O mecanismo operou sob os auspícios da Corte Permanente de Arbitragem e foi presidido pelo diplomata dinamarquês Peter Taksøe-Jensen.

O trabalho da Comissão de Conciliação demonstra o firme compromisso dos povos timorense e australiano com a solução pacífica de controvérsias e o direito internacional e representa um marco para a diplomacia contemporânea.

Marginalmente relevantes à abordagem do tema, a explicitação da "grande satisfação" e o elogio ao "firme compromisso" dos povos timorense e australiano parecem colocar o Brasil na posição de importante avaliador do cenário político e econômico internacional. No entanto, é topicamente relevante a explicitação das principais disposições do tratado e dos atores internacionais que o tornaram possível (2° e 3° parágrafos), pois isso enfatiza a extrema atenção que o governo brasileiro deu ao fato. Esses dois níveis de informações relevantes se coadunam para o fito diplomático de promover o interesse do país de figurar como importante voz perante Estados e governos estrangeiros.

A proposta de Dascal, como se vê, não enxerga homogeneamente o processamento da *Relevância* e sua teoria parece se inclinar à diferenciação entre intensidades de formas de realização das *Implicaturas*. Mas, de todo modo, traz à luz a complexidade de relações a que o conceito de *Relevância* se submete (CAMPOS, 2008) e aponta para a necessidade de se esclarecer melhor alguns dos seus aspectos. A sua definição de *Relevância*, em si, é que não está claramente delimitada e o próprio Dascal (2006, p. 74) assume um certo ceticismo quanto à possibilidade de se administrar a noção de maneira "teoricamente frutífera", embora não enxergue essa tarefa como impossível. Como Grice, Dascal deixa seu conceito de *Relevância* aberto a elucubrações posteriores.

2.1.3 A visão de RECANATI

As formas de realização do significado mediante um contexto específico é matéria das preocupações de François Recanati, filósofo da linguagem francês, de linha contextualista. Para ele, os significados são *core meaning* (núcleos de sentido com potenciais semânticos), a serem apenas atualizados quando enunciados em

uma situação particular, que lhes agregaria condições de verdade intuitivas – similares às propostas por Grice (1967), mas que, na teoria de Recanati, estariam intrinsecamente atreladas ao contexto.

A visão contextualista se opõe radicalmente à da Semântica Clássica, ao propor que os atos linguísticos não são portadores de um sentido, independentemente de contextos. Para tanto, os contextualistas sustentam-se em condições para que um sentido seja integralmente atualizado. Leclerc (2008) mostra que, para eles: 1. o conteúdo vero-condicional de uma proposição é propriedade de um ato enunciativo situado; 2. o significado literal/linguístico não sustém, em sua totalidade, o que é dito nas enunciações, mas lastreia possibilidades a serem determinadas apenas pelo contexto; 3. os potenciais semânticos são apenas parciais, pois se atualizam de maneira modulada e a partir das metas dos interlocutores, que os ajustam ao contexto de uso; 4. uma teoria do significado prescinde de uma teoria da compreensão linguística. 5. os significados não-específicos podem ser aplicados a contextos específicos.

Para o Contextualismo, a linguagem é essencialmente dependente de condições de satisfação (ou de verdade) oferecidas pelas circunstâncias de enunciação (objetivos, interesses e percepções ou avaliações relativas a um contexto de pressuposições, de conhecimentos partilhados). Tais requisitos não se encontram objetivamente fixados na língua e, segundo Leclerc (2008, p. 20), explicariam porque expressões podem significar coisas diferentes em contextos de uso distintos. Por isso, os ditos requisitos de uma proposição encerrariam um *ato-de-enunciação-num-contexto-determinado*, para o que convergem as habilidades de interpretação de falantes-ouvintes, embora esse processo não se dê por um cálculo tácito.

Para o próprio Leclerc (2008, p. 28), os conhecimentos envolvidos nessa mediação entre comunicação e compreensão são: **A.** conhecimentos ativados pelo contexto anterior do discurso; **B.** conhecimentos sobre a identidade do parceiro conversacional; **C.** conhecimentos acessíveis pela observação do ambiente de realização conversacional; **D.** conhecimento dos estereótipos, roteiros ou "*frames*" associados ao potencial semântico das expressões usadas no contexto; **E.** conhecimento dos objetivos e habilidades do parceiro conversacional; **F.** conhecimento das normas conversacionais (GRICE, 1976).

É com base nisso que Recanati (2004), em *Literal Meaning*, desenvolve a sua ideia de determinação contextual, explicando que a associação entre uma situação concreta de enunciação e a sua tipificação advêm de uma capacidade que os interlocutores têm de fazer *juízos de similaridade* entre o que é dito e o que se quer dizer em um dado momento. Ele chama essa competência de *Princípio de Acessibilidade*, que engloba conhecimentos compartilhados sobre regularidades (situação-tipo / potenciais / esquemas) naturais e sociais, associadas a atividades, intenções e expectativas.

De acordo com isso, a interpretação de que o Brasil se pôs na posição de importante avaliador do cenário político e econômico internacional (até pela extrema atenção que o governo brasileiro deu à promulgação do Tratado sobre Fronteiras Marítimas, entre Timor Leste e Austrália) é bastante compatível com o interesse diplomático de promover interesses dos países que representam, colocando-os em evidência perante a comunidade internacional. Isto que dizer que há um *juízo de similaridade* entre o que é dito, no comunicado, e o que se quer dizer através dele. Observe-se novamente a *Nota 51*:

NOTA 51 09 de Março de 2018 - 10h27

TRATADO SOBRE FRONTEIRAS MARÍTIMAS ENTRE TIMOR LESTE E AUSTRÁLIA

O governo brasileiro recebeu, com grande satisfação, a notícia da assinatura, pelo Timor Leste e pela Austrália, do Tratado sobre Fronteiras Marítimas, realizada no dia 6 março, na sede das Nações Unidas, em Nova York, com a presença do Secretário-Geral da ONU, António Guterres.

O tratado estabelecerá, entre outras disposições, um regime especial de partilha para a exploração conjunta de campos de gás de Greater Sunrise, que abrange os mares territoriais dos dois países.

O tratado é resultado dos trabalhos da Comissão de Conciliação entre o Timor-Leste e a Austrália com vistas à definição de fronteiras marítimas no Mar do Timor. O mecanismo operou sob os auspícios da Corte Permanente de Arbitragem e foi presidido pelo diplomata dinamarquês Peter Taksøe-Jensen.

O trabalho da Comissão de Conciliação demonstra o firme compromisso dos povos timorense e australiano com a solução pacífica de controvérsias e o direito internacional e representa um marco para a diplomacia contemporânea.

O dito *Princípio de Acessibilidade*, no caso da compreensão deste texto, atende pela consideração das regularidades esperadas da situação-tipo *diplomacia* no âmbito da política internacional: negociar, informar e representar, mediar circunstâncias limítrofes e as que envolvem negociação verbal, com os fins de estabelecimento e conservação de parcerias. Também é esperado que um texto diplomático mantenha um padrão formal de usos linguísticos, tratando diretivamente o seu tema. Daí que, mesmo mantendo esse registro, quando o MRE se alonga, ao evidenciar as principais particularidades do acordo firmado entre aquelas nações,

cabe o entendimento de que, com isso, o Itamaraty está sinalizando aos atores internacionais que o Brasil é um atento e destacado avaliador desse cenário.

As condições relativamente estáveis desse *Princípio de Acessibilidade* proposto por Recanati comporiam a seguinte escala progressiva das intervenções do contexto (linguístico ou extralinguístico) sobre as enunciações:

- Se o contexto contribui com algum elemento à interpretação do enunciado, tem-se um processo pragmático;
 - Se a contribuição é vericondicionalmente relevante, afeta o que é dito e atua antes da derivação das implicaturas, tem-se um processo pragmático primário;
 - → Se a contribuição não é necessária para que o enunciado expresse uma proposição completa, tem-se um processo pragmático primário opcional;
 - → Se a contribuição atua somente quando há uma lacuna no sentido literal da sentença, tem-se a saturação, um processo pragmático primário obrigatório.

Segundo o filósofo francês, tais ajustes contextuais do sentido derivam de um processo de "geração", e não de uma "seleção" de sentidos. Esta pressuporia uma lista pré-dada de sentidos discretos. Já na "geração", em vez disso, existiria um processo produtivo em que "novos sentidos podem ser gerados, de uma maneira criativa. Disso resulta que as palavras podem assumir uma variedade infinita de sentidos possíveis." (RECANATI, 2004, p. 134).

Isso pode ser entendido com o auxílio da Nota Oficial adiante:

NOTA 112

23 de Abril de 2018 - 16h42

SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA NICARÁGUA

Os governos de Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai e Peru expressam sua preocupação e lamentam os atos de violência ocorridos na Nicarágua nos últimos dias, que causaram inúmeras mortes e feridos.

Expressam, igualmente, suas condolências e solidariedade às vítimas da violência e a seus familiares.

Ao mesmo tempo, fazem apelo urgente a que todos os setores se abstenham do confronto e cessem os atos de força. Em particular, instam as autoridades de segurança a exercer suas prerrogativas com a máxima prudência para evitar o uso excessivo da força e a escalada da crise, permitindo a criação de um clima que restabeleça a paz e o diálogo, essenciais para superar essa grave situação.

Perceba-se como a dita *situação de violência*, no título, é retomada como *os atos de violência* e *os atos de força*, cada uma fazendo o revezamento de parte dos termos de que se compõem os referentes anteriores e todas aludindo ao sentido

opressivo dos acontecimentos que vitimaram inocentes, na Nicarágua. À sua vez, do confronto é retomado por a escalada da crise, como se aquele pudesse ser entendido como um sintoma deste. Tais construções de sentido se caracterizam o que Recanati chamou de processos pragmáticos primários opcionais.

Já a distinção interpretativa da palavra "força", empregada, inicialmente, em os atos de força (que remete às atitudes motivadoras de vítimas arbitrárias) e, depois, em o uso excessivo da força (que alude ao poder atitudinal para a coibição da violência pelas autoridades policiais), nota-se que a solução do dilema entre esses significados depende necessariamente do contexto enunciativo de cada expressão. Isto é, a sua não-equivalência semântica entre elas caracteriza a saturação, que é processo pragmático primário obrigatório.

O autor aponta, ainda, que a contribuição do contexto para a consecução de informações vai além do processo de *saturação* (*processo pragmático primário obrigatório*, que atua apenas quando há uma de lacuna no sentido literal da sentença). Nas palavras do próprio Recanati:

"A saturação é o processo pelo qual o significado da sentença é completado e tornado proposicional através da atribuição contextual de valores semânticos aos constituintes da sentença cujas interpretações são dependentes de contexto (e, possivelmente, através do suprimento contextual de constituintes proposicionais 'inarticulados', se presumirmos, como fazem alguns filósofos, que tais constituintes são às vezes necessários para tornar uma sentença plenamente proposicional). Esse processo ocorre sempre que o significado da sentença incluir algo como uma 'lacuna' que precise ser completada, ou uma 'variável livre' que requeira uma instanciação contextual. [...] A saturação só ocorre quando o apelo ao contexto é necessário para que o enunciado." (RECANATI, 2004, p. 7).

Com isso, ele defende que aspectos situacionais desencadeariam condições de verdade efetivas de uma proposição. Haveria, assim, *modos de acessibilidade* aos sentidos e suas respectivas validades, o que, para Recanati, explicaria o uso de palavras idênticas, em contextos diversos (realizando inúmeras referências e não causando problemas ao entendimento mútuo). Isso pode ser percebido, por exemplo, na comparação entre os seguintes comunicados oficiais:

NOTA 100

16 de Abril de 2018 - 19h32

REFERENDO NA GUATEMALA

O governo brasileiro congratula o governo da Guatemala pela realização do referendo, no último dia 15 de abril, por meio do qual o povo guatemalteco decidiu, por ampla maioria, levar a julgamento da Corte Internacional de Justiça a disputa fronteiriça com Belize.

Trata-se de demonstração de compromisso com a busca de uma solução duradoura e pacífica, além de constituir medida efetiva para o fomento da confiança mútua.

O Brasil, como parte do Grupo de Amigos do Processo de Transição Guatemala-Belize, ratifica seu empenho em apoiar os dois países a encontrar uma solução definitiva para o diferendo, capaz de promover a estabilidade e a segurança regionais.

NOTA 113

23 de Abril de 2018 - 16h44

ELEIÇÕES NO PARAGUAI

O governo brasileiro cumprimenta o povo e o governo paraguaios pela realização, no domingo último, 22 de abril, de eleições gerais livres e transparentes.

Ao felicitar o senador Mario Abdo Benítez por sua eleição para a Presidência da República do Paraguai, o governo brasileiro destaca sua permanente disposição de trabalhar com as autoridades daquele país para a implementação de iniciativas de interesse comum e no âmbito dos fortes e históricos laços de amizade, vizinhança e de cooperação que unem os dois países.

Em ambos foi empregada a expressão *os dois países*, muito embora aludindo a significados diferentes. Na *Nota Oficial 100*, ela aponta para Guatemala e Belize, que vivenciaram tensões em decorrência de demarcação territorial. Na *Nota Oficial 113*, a expressão une o Brasil e ao Paraguai, salientando os laços de laços de cooperação mútua mantidos entre estas nações. Deste último emprego se pode perceber uma tentativa de aproximação entre o governo brasileiro e aquele que se está por iniciar, no país vizinho.

Este seria um típico exemplo de *processo pragmático primário opcional*, que atuaria localmente, modificando o sentido de alguma expressão ou constituinte da sentença (não pressupondo a identificação prévia da proposição completa para posteriores ajustes). A esse processamento interpretativo o francês denomina "modulação" – função pragmaticamente selecionada que toma sentidos lexicais como argumentos e entrega, como valor, um sentido contextualmente ajustado. Ele explica essa sua concepção sobre a *modulação* deste modo:

"(...) um esquema é ativado por (ou acessado por meio de) uma expressão cujo valor semântico corresponda a um aspecto desse esquema. Ele, uma vez ativado, maximiza a acessibilidade de quaisquer possíveis valores semânticos de outros constituintes da sentença realizada, para se ajustar ao esquema inicial. O esquema, em si, ganha validade adicional a partir do fato de que algum outro constituinte da frase tem uma possível interpretação que se encaixa nele. (...) Uma vez coerentes, a partir do esquema de interpretação encaminhado, essas adições tendem a ser selecionadas e preferidas sobre outras não-integradas ou sobre as demais interpretações 'lastreadas'." (RECANATI, 2004, 37).

Ou seja, diferentemente de *implicaturas* e saturações (por não ser necessário à proposição completa das sentenças) a *modulação* é essencial porque "nós usamos um estoque (mais ou menos) fixo de lexemas para falar sobre uma variedade indefinida de coisas, situações e experiências." (RECANATI, 2004, p.

131). Dessa maneira, "guiada pelo contexto", ela orienta a "adequação" e a "relevância" das condições de verdade de enunciados nas situações de fala, preenchendo o espaço entre o dito e seus potenciais semânticos lastreados.

Tal atividade poderia gerar um "enriquecimento livre", uma "ampliação" do lastro de significado (loosening), ou uma transferência semântica (semantic transfer). Estes também seriam processos pragmáticos primários. No primeiro caso, o sentido resultante seria mais específico do que o lexical inicial (como, por exemplo, quando se toma "José JOGA" por "José JOGA FUTEBOL"); no segundo, o sentido lexical é expandido (como quando "ser uma bota" ganha aplicabilidade e senso de verdade em "A Itália É UMA BOTA"); no terceiro, o sentido resultante "guarda alguma relação sistemática com o original" (RECANATI, 2004, p. 26) — como ocorreria, ao se enunciar "Tem um JACARÉ no meio da praça", para se identificar a praça olindense que ostenta uma ESTÁTUA DE JACARÉ em seu centro.

As operações de *loosening* e de *semantic transfer* são empregadas a seguir, na *Nota 95*:

NOTA 95 13 de Abril de 2018 - 19h13

ASSASSINATO DE EQUIPE JORNALÍSTICA SEQUESTRADA NO EQUADOR

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do assassinato de dois jornalistas e um motorista do jornal equatoriano "El Comércio", sequestrados na região de fronteira entre o Equador e a Colômbia.

Ao transmitir sua solidariedade ao governo, ao povo equatoriano e aos familiares das vítimas, o governo brasileiro reitera sua condenação a todos os atos de violência, independentemente de sua motivação.

O governo brasileiro reconhece e valoriza o papel da imprensa como elemento fundamental da democracia, ao mesmo tempo em que condena qualquer forma de cerceamento à sua livre atuação.

Neste pronunciamento, os sentidos de assassinato e sequestro são unidos em uma expressão que caracteriza e "amplia" ambos os seus lastros de significados originais a um só turno: os atos de violência. Ela cria para eles uma definição mais abrangente do que aquelas a que as suas especificidades atenderiam, efetuando a operação denominada loosening. A seu turno, formas de cerceamento guarda uma relação sistemática com os sentidos originais, porque alude à natureza coercitiva pressuposta de atos de assassinado e sequestro, ao mesmo tempo em que lhes atribui a contextualmente percebida coibição a atividades jornalísticas.

Recanati chamou a atenção para o fenômeno da *modulação* e o descreveu, advogando contra a sua consideração como mera *saturação*, ou *Implicatura* e nisso reside o seu principal mérito (VARASCHIN, 2016, p. 62). Entretanto, o ele deixa

vagos os princípios e mecanismos que guiam esse processo. Em sua abordagem, não se percebe pretensão de se explicar a natureza dessa *hipótese cognitiva* que guia o enquadramento contextual para construção e interpretação de enunciados. Isso parece ser tarefa para a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson, que não ignoram o potencial de influência do *contexto* sobre as práticas conversacionais, mas desvelam a influência inferencial de que ele e outros elementos se imbuem.

2.1.4 A visão de SPERBER & WILSON

É sobre os mesmos estímulos de elocução pontuados por Dascal (2006) que recai o olhar inferencial de Sperber & Wilson (1986/2005), ao proporem um conceito de *Relevância* mais cognitivo. Uma *Teoria da Relevância*, para esses dois autores, seria uma tentativa de resolver a expressão e o reconhecimento de intenções. Indo mais além, eles pregam que, nesse modelo inferencial, "um enunciado é, naturalmente, uma peça de evidência codificada linguisticamente." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 221).

Assim, eles acreditam que os comunicadores oferecem evidências de sua intenção de comunicar, sendo estas a base inferencial empregada pela audiência. Daí que o objeto da sua teoria reside na precisão e na previsibilidade das expectativas geradas por um enunciado, o que contribuiria para uma abordagem empiricamente plausível do processo de compreensão.

Logo, para Sperber & Wilson (2005, p. 223), Relevância "é uma propriedade potencial, não somente de enunciados e outros fenômenos observáveis, mas de pensamentos, memórias e conclusões de inferências". Eles defendem que, quando uma informação é relevante, ela se torna um input, que se conecta a um background disponível, de modo a produzir informações que importem à audiência, produzindo um efeito cognitivo positivo:

"um input (uma visão, um som, um enunciado, uma memória) é relevante para um indivíduo quando ele se conecta com informação de background disponível, de modo a produzir conclusões que importam a esse indivíduo: ou melhor, para responder uma questão que ele tinha em mente, aumentar seu conhecimento em certo tópico, esclarecer uma dúvida, confirmar uma suspeita, ou corrigir uma impressão equivocada." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 223).

Então, seria esse *efeito* uma conclusão satisfatória, construída pelo público, com base nas suas representações de mundo, consolidando a compreensão. Os

estímulos a ele atrelados mereceriam reconhecimento, se, em comparação a outros, levassem a conclusões compatíveis às intenções do comunicador. Tais estímulos seriam derivados de suposições contextuais mais ou menos acessíveis, tornando a *Relevância* função inversa de efeitos cognitivos x esforço de processamento. Quanto maior o esforço, menor a *Relevância* do *input*:

"A Teoria da Relevância afirma que o que faz um input merecer ser reconhecido dentre uma massa de estímulos competidores não é somente que ele seja relevante, mas que ele seja mais relevante do que algum input alternativo disponível para nós ao mesmo tempo." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 224).

Segundo Sperber & Wilson (op. cit.), sendo esforço e efeito dimensões nãorepresentacionais de processos mentais, eles coordenam a cognição, intermediando julgamentos comparativos intuitivos. Por isso mesmo, como desencadeador de *Relevância*, seria contra o *backgroud* disponível que a comunicação inferencial ocorre.

Todas essas operações (de processamento de *input*s, consideração de *backgrounds* e a comparação entre efeitos cognitivos e esforços de processamento) podem ser observadas na *Nota Oficial* 265 adiante:

NOTA 265 03 de Agosto de 2018 - 15h26

NOTA DO ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSÁRIO DAS NACÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS

O governo brasileiro lamenta que, sem terem dado a devida consideração a informações prestadas pelo Brasil, titulares de procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos tenham feito críticas infundadas às políticas de equilíbrio fiscal brasileiras, conforme nota conjunta divulgada pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH).

O governo brasileiro mantém estreita cooperação com os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos e tem respondido, de forma transparente e substantiva, com a brevidade possível, às suas comunicações, inclusive no que diz respeito a políticas sociais voltadas à população em situação de vulnerabilidade. O Brasil também tem oferecido informações e comentários durante as sessões do Conselho de Direitos Humanos e em contatos diretos com os peritos e o EACDH.

Ao contrário do que sugere a nota conjunta de 3 de agosto, o ajuste das contas públicas tem-se mostrado fundamental para a manutenção e aprimoramento das políticas sociais, entre as quais o programa "Bolsa Família", o Benefício de Prestação Continuada, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais e a Política de Microcrédito Produtivo Orientado. Novos programas, como o "Criança Feliz" e o Plano "Progredir", foram criados. Em 2017 foi realizado o maior repasse para estados e municípios já verificado na assistência social no Brasil: US\$ 743 milhões, um aumento de 8% em relação a 2016, com recomposição três vezes superior à inflação.

As medidas de equilíbrio fiscal foram adotadas para que o Brasil fortaleça suas políticas sociais, ao permitir que os programas criados para garantir os direitos das pessoas em situações de vulnerabilidade sejam sustentáveis no médio e no longo prazos. O necessário reequilíbrio da economia brasileira beneficia, diretamente, as populações de baixa renda e ajuda a reduzir as desigualdades, por meio de maior estabilidade, combate à inflação e saneamento da dívida pública. Sem equilíbrio fiscal não há sustentabilidade das políticas sociais.

Em princípio, a própria extensão alongada deste pronunciamento (a julgar pelos padrões diretivos do gênero) indicia que alguma situação limítrofe demandou maior carga de esforços linguísticos, por parte do Itamaraty, para administrá-la. Isso, para a audiência, pode soar como um indicativo de necessária atenção para algo que pode ser uma pauta importante para a autoria.

Ao mesmo tempo, para o integral entendimento das contestações brasileiras, é essencial o conhecimento prévio das críticas públicas feitas pelo Conselho de Direitos Humanos e pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) às políticas de equilíbrio fiscal brasileiras. Adamais, também é mister conhecer a natureza dessas medidas. Esse acervo prévio constituiria o *background cognitivo* essencial, que justificaria a percepção de um exaustivo movimento de protesto engendrado pelo MRE, nesta *Nota Oficial*.

Mas, para além disso, esses conhecimentos prévios facilitariam o acesso à compreensão pretendida pelo governo brasileiro, que é a de que ocorreu um julgamento equivocado, por parte das citadas autoridades, a respeito das políticas de ajuste fiscal adotadas no Brasil, a despeito de esclarecimentos anteriormente prestados pelo país acerca da necessidade de implantação de tais medidas. Constituem-se como *input*s para o processamento dessa interpretação as referências ao documento que motivou a publicação deste comunicado (a *nota do escritório do alto comissário das nações unidas para os direitos humanos*), às *informações prestadas pelo Brasil* (embora só se mencione, posteriormente, em quais circunstâncias isso se deu) e às ditas *críticas infundadas* por parte dos órgãos representativos internacionais.

Tais estímulos facilitam a introdução da réplica brasileira, situando o contexto de produção desta *Nota Oficial 265*, mas, ainda sim, não amenizam o esforço de processamento necessário a se conferir legitimidade ao discurso brasileiro. Isso só é realizado nos parágrafos seguintes, quando o Itamaraty se desdobra em citar em que termos se dá a interlocução brasileira junto a tais entidades, apontando na direção de uma *estreita cooperação* para com procedimentos do Conselho de Direitos Humanos, de sua cooperação em responder aos questionamentos deste órgão de *forma transparente e substantiva* e com *a brevidade possível*. O reforço dessa imagem que se pretende perpetrar é reforçado pela menção da oferta brasileira de *informações e comentários durante as sessões do Conselho de Direitos Humanos e em contatos diretos com os peritos e o EACDH*.

Sem explicitar total ou parcialmente o texto da a *nota do escritório do alto comissário das nações unidas para os direitos humano, publicada em* 3 de agosto daquele ano, o MRE segue, exaustivamente, defendendo o ajuste das contas públicas efetuado à guisa da *manutenção* e *aprimoramento das políticas sociais*. Com isso, o Ministério das Relações Exteriores tende a atrair a compreensão da audiência apenas para o lado brasileiro da discussão, fornecendo elementos que, supostamente, poupariam à audiência um maior esforço de processamento, conduzindo ao pretendido *efeito cognitivo positivo* de que as críticas recebidas são injustas. Isso, por fim, vem a condizer com um dos expedientes diplomáticos, que é o de defender os interesses e a imagem das nações que por esta atividade são representadas.

A respeito do fato de a Teoria da Relevância tratar esforço e efeito como dimensões não-representacionais de processos mentais, Sperber & Wilson esclarecem:

"parece preferível tratar esforço e efeito como dimensões não representacionais dos processos mentais: eles existem e desempenham um papel na cognição sejam ou não mentalmente representados; e quando são mentalmente representados, isso ocorre na forma de julgamentos comparativos intuitivos em vez de julgamentos numéricos absolutos. O mesmo é verdadeiro sobre relevância, que é uma função de esforço e efeito." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 226).

Com isso, os estudiosos advogam em favor da compreensão dessa relação entre esforço e efeito enquanto dado comparativo, porque, conforme eles mesmos reconhecem, é implausível computar valores numéricos quando se entende que uma informação é relevante (SPERBER & WILSON, 2005, p. 226). Antes, a *Teoria da Relevância* se vale de pressupostos de Grice para postular uma teoria da inferencial da comunicação. Na visão dos dois, enunciados provocam expectativas sobre a sua *Relevância*, pois quem fala desencadeia perspectivas de significado na sua audiência. Em *Relevance: communication and cognition*, de 1986, eles defendem que essas expectativas são previsíveis e precisas ao falante, sendo por isso que a comunicação funciona.

Em outras palavras, prega-se que o comunicador pode se fazer entender a partir dessas estimativas, antevendo que seus enunciados abarcam interpretações potenciais (embora elas não estejam todas acessíveis a todos os ouvintes e nem todas sejam compatíveis com o que se quer comunicar). Ainda segundo essa

noção, a compreensão se dá pela escolha de apenas uma dessas possibilidades, valendo-se do contexto (entendido como *ambiente cognitivo*). É por isso que, sobre pronunciamentos oficiais emitidos em domínio diplomático, é preciso considerar:

- Quem escreve (o órgão emitente das notas e a extensão da sua representatividade);
- O que se escreve (o gênero textual selecionado para a interlocução, reputando-se as suas características prototípicas e as suas funcionalidades);
- Com que objetivo escreve (tendo-se em vista os afazeres prototípicos da diplomacia);
- Para quem se escreve (antevendo-se não só um público de concidadãos, mas também a comunidade internacional, composta ora por órgãos internacionais, ora por nações com que se entra em disputa por algum objetivo em comum);
- Como escreve (observando-se a variação de registro formal e o padrão diretivo).

Tais elementos são parte do *ambiente cognitivo* das *Notas Oficiais* e desencadeiam previsíveis e precisas expectativas sobre esse tipo de enunciação. Por isso, o conhecer a tendência de um público para escolher *input*s e processá-los, maximizando a sua *Relevância*, seria uma vantagem que levaria comunicadores a concentrar esforços sobre estímulos para atrair a audiência, levando-a a um conjunto de suposições contextuais que apontariam na direção pretendida. Isso induziria o público a presumir a inapelável relevância de uma informação.

"A tendência universal para maximizar a relevância torna possível (em alguma medida) predizer e manipular estados mentais dos outros. Conhecendo sua tendência para escolher os inputs mais relevantes e processá-los de modo a maximizar sua relevância, eu posso ser capaz de produzir um estímulo que provavelmente atraia sua atenção, ative um apropriado conjunto de suposições contextuais e aponte na direção de uma conclusão pretendida." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 227-228).

A esse conjunto massivo de estímulos os teóricos denominaram *comunicação* ostensiva-inferencial, que apontaria para a sua própria e pretendida presunção de Relevância. Além disso:

"Um estímulo ostensivo é projetado para atrair a atenção da audiência. Dada a tendência cognitiva para maximizar a relevância, a audiência somente prestará atenção para um input que pareça suficientemente relevante. Ao produzir um estímulo ostensivo, o comunicador encoraja sua audiência, consequentemente, a presumir que

ele é relevante o suficiente para valer a pena processá-lo." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 229).

O comunicado oficial a seguir ilustra o emprego da comunicação ostensivoinferencial:

NOTA 303

30 de Agosto de 2018 - 19h58

OUVIDORIA DO SERVIÇO EXTERIOR

No contexto dos esforços permanentes para aprimorar o diálogo com a cidadania e modernizar sua política de governança pública, o Ministério das Relações Exteriores criou nesta data a Ouvidoria do Serviço Exterior, responsável por receber e analisar denúncias, reclamações, solicitações, comentários e sugestões sobre as atividades do Ministério.

A Ouvidoria do Serviço Exterior soma-se a outras instâncias criadas no Ministério das Relações Exteriores para incrementar a transparência de suas ações, como a Corregedoria do Serviço Exterior, a Secretaria de Controle Interno, a Ouvidoria Consular, a Comissão de Ética, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação - CPADIS.

A Ouvidoria do Serviço Exterior, subordinada à Inspetoria-Geral do Serviço Exterior, atuará de forma articulada com as ouvidorias dos outros órgãos da administração pública federal.

Contato com a Ouvidoria do Serviço Exterior poderá ser feito por meio do correio eletrônico ouvidoria@itamaraty.gov.br e dos telefones (61) 2030 8688 e (61) 2030 8687.

Observe-se que, do título ao último parágrafo do texto, são realizadas 5 repetições integrais do nome do novo departamento criado pelo Itamaraty: a ouvidoria do serviço exterior. O serviço recebe manifestações sobre as atividades do Ministério das Relações Exteriores, tais como: sugestões, elogios, solicitações de providências, reclamações sobre o serviço prestado pelo Ministério das Relações Exteriores, ou de denúncia e solicitação para simplificação dessas demandas. A reiteração do seu nome, então, soa ostensiva e atrai a atenção para a intenção do MRE em mostrar estar buscando aprimorar o diálogo com a cidadania e modernizar sua política de governança pública, sinalizada no início do texto e posteriormente articulada aos demais serviços oferecidos pelo MRE ao seu público.

Essa teoria também recobre casos em que há *retenção de informações relevantes*, ponto que os autores julgam ser falho em Grice (op.cit), por este último observar tal movimento como violação ao *Princípio de Cooperação* pela máxima da *Quantidade*. Para Sperber & Wilson (op. cit.), a retenção também pode ser *ostensiva*, quando evidencia, ou implica uma indisposição, ou incapacidade em se lidar com um assunto em pauta.

"Quando o silêncio é ostensivo, nós seríamos capazes, provavelmente, de analisá-lo como envolvendo meramente um nível extra de intenção e, por isso, como COMUNICANDO – ou IMPLICANDO – que o destinatário é incapaz de ou está indisposto a responder" (SPERBER & WILSON, 2005, p. 231).

Este é o caso da Nota Oficial 265, que se abstém de citar trechos do documento com o qual entra em contenda. Reveja-se o texto:

NOTA 265

03 de Agosto de 2018 - 15h26

NOTA DO ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSÁRIO DAS NACÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS

O governo brasileiro lamenta que, sem terem dado a devida consideração a informações prestadas pelo Brasil, titulares de procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos tenham feito críticas infundadas às políticas de equilíbrio fiscal brasileiras, conforme nota conjunta divulgada pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH).

O governo brasileiro mantém estreita cooperação com os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos e tem respondido, de forma transparente e substantiva, com a brevidade possível, às suas comunicações, inclusive no que diz respeito a políticas sociais voltadas à população em situação de vulnerabilidade. O Brasil também tem oferecido informações e comentários durante as sessões do Conselho de Direitos Humanos e em contatos diretos com os peritos e o EACDH.

Ao contrário do que sugere a nota conjunta de 3 de agosto, o ajuste das contas públicas tem-se mostrado fundamental para a manutenção e aprimoramento das políticas sociais, entre as quais o programa "Bolsa Família", o Benefício de Prestação Continuada, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais e a Política de Microcrédito Produtivo Orientado. Novos programas, como o "Criança Feliz" e o Plano "Progredir", foram criados. Em 2017 foi realizado o maior repasse para estados e municípios já verificado na assistência social no Brasil: US\$ 743 milhões, um aumento de 8% em relação a 2016, com recomposição três vezes superior à inflação.

As medidas de equilíbrio fiscal foram adotadas para que o Brasil fortaleça suas políticas sociais, ao permitir que os programas criados para garantir os direitos das pessoas em situações de vulnerabilidade sejam sustentáveis no médio e no longo prazos. O necessário reequilíbrio da economia brasileira beneficia, diretamente, as populações de baixa renda e ajuda a reduzir as desigualdades, por meio de maior estabilidade, combate à inflação e saneamento da dívida pública. Sem equilíbrio fiscal não há sustentabilidade das políticas sociais.

A revelia de facultar o julgamento comparativo das razões que movem as partes, a partir da exposição, ao menos, de partes do texto que motivou o imbróglio, como já havia feito em outras ocasiões em que julgou oportuno fazê-lo, o MRE optou por silenciar a respeito dessa possibilidade e omitir esse dado que facultaria uma mais criteriosa avaliação por parte da audiência. Assim sendo, operou o expediente denominado retenção de informações relevantes, que também se mostrou ostensiva, no intuito de guiar a presunção de relevância da audiência na direção da compreensão de que as críticas recebidas pelo governo brasileiro são infundadas.

O que esse quadro teórico não recobre é o fato de se poder enunciar o que se presume como dado norteador de uma determinada discussão, direcionando-se, intencionalmente, a atenção da audiência a um tópico não-central, através de estímulos ostensivo-inferenciais, para conduzir, de maneira estratégica, a uma falsa presunção de relevância. Essa consideração apontaria a um fato não delineado pela RETENÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES, recaindo sobre o DESVIO INTENCIONAL da presunção de relevância de uma audiência.

Afora isso, enquanto manifestação de uma comunicação ostensivo-inferencial, também a organização da tessitura textual, cumpre o papel de apontar para a direção da compreensão pretendida. Isso porque, uma vez presumidos aqueles elementos componentes do ambiente cognitivo da Notas Oficiais, espera-se que parte, ou o conjunto deles, guie a audiência na direção das previsíveis expectativas daquela enunciação. Entretanto, a subversão do que se espera pode ser efetuada pela a autoria, justamente por ela o conhecer a tendência do seu público para escolher inputs e processá-los. Esta plasticidade também deveria ser considerada um artifício ostensivo que induziriam o público a presumir a relevância de uma informação, conforme se poderá observar nas análises deste trabalho.

Por isso, acredita-se, neste trabalho, que a esse olhar de Sperber & Wilson (2005) pode ser somada uma visão sobre a constituição estratégica de estímulos ostensivo-inferenciais para a condução e o desvio de informações relevantes. Essa perspectiva poderá ser obtida ao se conciliar a visão da Pragmática Cognitiva, contemplando-se esse emprego saliente de estímulos, com a Teoria da Argumentação proposta por Perelman (1976), inclinada à manutenção de acordos, no que concerne a auditórios restritos.

2.1.5 Teoria da Relevância & Diplomacia

Considerando-se o referencial teórico exposto, esta seção apresenta um levantamento de produções nacionais e internacionais que se aproximam daquilo a que se propõe esta Tese: observar os desvios de atenção efetuados através da linguagem diplomática, sendo estes observados sob a lupa da Teoria da Relevância. Esse procedimento foi realizado a partir de uma busca automática em bibliotecas digitais, à procura de artigos, dissertações, teses, livros ou capítulos de livro que atendessem à combinação das palavras-chave (strings de busca) "Teoria da Relevância" e "Linguagem diplomática", em português, e "Relevance Theory" e "Diplomatic Language", em inglês. Visando à sua atualização, optou-se por realizar esse levantamento com a maior proximidade possível da avaliação final desta Tese.

As bibliotecas digitais empregadas para a procura por produções nacionais foram o *Catálogo de Teses e Dissertações* da CAPES e os buscadores abertos *Google e Google Acadêmico*. Para a pesquisa sobre produções internacionais, foram empregadas as plataformas *Microsoft Academic* e, novamente, o *Google* e o

Scholar Google. Optou-se por não se realizar qualquer recorte temporal que pudesse restringir os resultados, porque a *Teoria da Relevância* é relativamente recente (o texto original é de 1986). Isso também assegurou uma observação de amplo espectro acerca dos dois principais objetos dessa busca, nas bases de dados.

A verificação da paridade entre as produções arroladas e esta investigação se deu a partir da leitura dos resumos dessas publicações. Deles foram considerados o ano de divulgação, o título, a área de concentração, os objetivos e os resultados apresentados (quando necessário, foram levados em conta referencial teórico e metodologia). Foram desconsiderados trabalhos que não se amparassem na *Teoria da Relevância*, nem tivessem por foco a *linguagem diplomática*, ou que não apresentassem resumo. Com isso, a amostra final dessa coleta foi constituída por 7 produções, entre dissertações e artigos.

A seguir é apresentada uma sinopse avaliativa daquilo que foi percebido a partir da apreciação desses trabalhos. Ela indica as contribuições dadas por essas produções e os seus traços de identificação para com a presente investigação, ao passo que também explicita o que afasta as suas abordagens daquilo a que se propõe esta Tese. Os efeitos do emprego deste protocolo reforçaram a importância desta investigação, por ela recobrir o quadro dos desvios intencionais da presunção de Relevância, não-delineados por Sperber & Wilson (2005), trazendo à luz uma visão sobre a comunicação estratégica para fins conciliatórios explorados no discurso diplomático, em Notas Oficiais.

2.1.5.1 Sobre as produções NACIONAIS

A primeira parte das tentativas de busca por produções nacionais que relacionassem a Teoria da Relevância à linguagem diplomática foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁹. Neste domínio, foram empregados os strings aspeados "Teoria da Relevância" e "Linguagem diplomática", à procura por trabalhos nacionais que combinassem ambas as chaves. Não foi estimado um intervalo de tempo para a obtenção de resultados, nem foi empregado mais nenhum tipo de filtro que pudesse restringir os resultados.

⁹ Levantamento finalizado no dia 03 de janeiro de 2020, às 01:22h, no endereço eletrônico: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/

Essa operação apontou 139 trabalhos, entre teses (49) e dissertações (90), dos quais 86 eram anteriores à Plataforma Sucupira e, portanto, não eram acompanhados de seus resumos (estes, portanto, não puderam ser apreciados). Os resumos dos 53 trabalhos restantes foram, então, averiguados. Apenas 2 deles congregavam a característica exigida na busca, de abarcar, ao mesmo tempo, os filtros "Teoria da Relevância" e "Linguagem diplomática". Veja-se:

Tabela 1 - resultados do levantamento 1 de produções nacionais para a revisão de literatura

BASE DE DADOS – Capes (catálogo de Teses e Dissertações) 03 de janeiro de 2020, às 02:36h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado
2017	Dissertação	DE NOTAS À IMPRENSA A PRESS-RELEASES: UMA PROPOSTA DE GLOSSÁRIO DIPLOMÁTICO PORTUGUÊS- INGLÊS A PARTIR DE ESTUDO DIRECIONADO POR CORPORA	Objetiva analisar as especificidades da linguagem presente em um corpus composto de 'notas à imprensa' produzidas pelo Ministério das Relações Exteriores e, como resultado dessa análise, elaborar um glossário bilíngue português-inglês com termos representativos desse discurso.	O estudo aponta para uma linguagem veiculadora de terminologia específica da atividade diplomática e de outros campos de conhecimento associados, como economia, comércio, direito e política.
2017	Dissertação	A DIPLOMACIA DA INDEPENDÊNCIA: CONCEITOS E LINGUAGEM POLÍTICA NAS NEGOCIAÇÕES PELO RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL ENTRE 1821-1826	Analisar as correspondências trocadas entre ministros do estrangeiro e o Imperador D. Pedro I e os plenipotenciários que representavam o Brasil nos respectivos países, do ponto de vista da história dos conceitos e tentamos delimitar as principais linguagens políticas presentes nos argumentos dos diplomatas.	Foi identificada a presença de uma linguagem especificamente diplomática, utilizada no transcorrer das negociações, formada pelo domínio e uso retórico das diversas linguagens políticas disponíveis no espaço do interlocutor.

O primeiro deles abrange um *corpus* de mesma natureza da presente investigação. No entanto, distancia-se já no objetivo, ao se propor a elaborar um glossário bilíngue português-inglês com termos representativos do discurso das *Notas Oficiais do Itamaraty*, com vistas à atividade de tradução. Para isso, também se afasta dos protocolos desta pesquisa, pois adota uma metodologia contrastiva, quantitativa e qualitativa de *corpora* comparáveis. Como resultado, aponta para uma linguagem veiculadora de terminologia específica da atividade diplomática, o que em muito se afasta do propósito desta pesquisa de *demonstrar que* é *possível empregar uma comunicação ostensivo-inferencial para se desviar, intencionalmente, a presunção de relevância de uma audiência frente a um assunto central.*

Já o segundo estudo, situado na área de História, aborda a natureza diplomática das tratativas sobre a Independência do Brasil, nos Estados Unidos, na Áustria e na Inglaterra, entre 1821 e 1826. Seu *corpus* difere daquele que é aqui analisado, pois se trata das cartas trocadas entre ministros do estrangeiro, o Imperador D. Pedro I e os plenipotenciários que representavam o Brasil, no exterior, àquela época. Sua metodologia consistiu na análise das correspondências, desvelando-se as principais estratégias políticas presentes nos argumentos apresentados nas negociações. Como resultado, foi identificada a presença de uma linguagem especificamente diplomática, caracterizada pelo domínio e uso retórico da linguagem política disponível no contexto da época. Trata-se, pois, de uma produção com fins ao tratamento histórico da atividade diplomática exercida durante o processo da independência brasileira.

Afora os afastamentos técnicos apontados, cabe mencionar que esses dois trabalhos estão vinculados, respectivamente, à Universidade de Brasília e à Universidade Federal de Ouro Preto, tendo sido produzidos, portanto, nas regiões Centro-oeste e Sudeste. A maior parte do volume de 139 produções exibidas na busca se restringia ao eixo Sudeste-Sul do Brasil. Desse total, apenas 6 trabalhos vinculam-se à região Nordeste, 2 na região Norte e 2 na Centro-Oeste. Isso consubstancia a importância regional desta investigação, sobretudo porque, também nessas circunstâncias, os 8 trabalhos elencados no eixo Norte-Nordeste não relacionam os motores de busca aos domínios da *Diplomacia*, das *Relações Internacionais*, ou da *Política Internacional*.

Diante desse limitado número de publicações com temática aproximada, foi realizado um último esforço de busca por publicações nacionais a respeito de ambos os termos nos buscadores abertos *Google* e *Google Acadêmico*. Para a pesquisa aspeada dos mesmos *strings* de busca, essa nova procura por trabalhos que congregassem "*Teoria da Relevância*" e "*Linguagem diplomática*" revelou a existência de apenas 1 trabalho, com foco na metodologia de avaliação de traduções de textos em concursos para o ingresso na carreira diplomática:

Tabela 2 - resultado do levantamento 2 de produções nacionais para a revisão de literatura

BASE DE DADOS - Google & Google acadêmico 03 de janeiro de 2020, às 13:43h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado
2017	Dissertação	CONCURSO DO ITAMARATY: COMPETÊNCIA	Determinar se e como a prova de tradução do Concurso de Admissão à	Uma prova de tradução para o concurso do Rio Branco pode, idealmente,

TRADUTÓRIA DE
FUTUROS
DIPLOMATAS

Carreira Diplomática teria como avaliar competência tradutória dos candidatos; mostrar como as subcompetências podem ser utilizadas como parâmetros para avaliar a competência tradutória de futuros diplomatas com base no produto.

apresentar problemas tradutórios que meçam todas essas subcompetências. Assim, torna-se possível determinar, com maior grau de precisão, se o candidato possui competência tradutória. (...) O sistema de pontuação atual, aparentemente, valoriza mais a subcompetência bilíngue.

Este último texto já se difere desta investigação quanto ao seu objeto de pesquisa: a competência tradutória de candidatos à carreira diplomática no MRE. Seu objetivo é determinar se e como a prova de tradução do *Concurso de Admissão à Carreira Diplomática* teria como avaliar essa competência dos candidatos. Sua organização inclui a discussão da importância da tradução para a diplomacia, uma apresentação de um panorama histórico da prova do Instituto Rio Branco e o debate sobre competência tradutória e da medição e avaliação em provas de tradução. Culmina com a análise de 3 exames de candidatos aprovados, relacionando-se incompatibilidade de tradução às suas respectivas subcompetências. Como resultado, argumenta que tais provas de tradução podem, idealmente, apresentar problemas tradutórios, pois o sistema de pontuação atual, aparentemente, valoriza mais a subcompetência bilíngue.

Os distanciamentos assinalados entre esses três textos apresentados e esta investigação consubstanciam a singularidade de se desvelar expedientes linguísticos conciliatórios explorados nos discursos diplomáticos, em *Notas Oficiais*, à luz da *Teoria da Relevância*. Ademais, nas plataformas pesquisadas, não foram encontrados artigos, ensaios, livros, ou capítulos de livros que relacionassem as teorias aqui abordadas para desvelar *as prováveis intenções do emprego linguístico-argumentativo da comunicação ostensivo-inferencial*. Essa carência reforça, sobretudo, em âmbito nacional, a contribuição desta pesquisa em contemplar o caráter argumentativo dos movimentos de *comunicação ostensivo-inferencial*.

2.1.5.2 Sobre as produções INTERNACIONAIS

A segunda parte da busca por produções que relacionassem a *Teoria da Relevância* à *linguagem diplomática* foi iniciada na biblioteca digital *Microsoft Academic*¹⁰. Neste domínio, foram empregados os *strings* de busca "*Relevance Theory*" e "*Diplomatic Language*", à procura de trabalhos que combinassem ambas as chaves. Não foi estimado um intervalo de tempo para a obtenção de resultados, o que gerou a filtragem de 4 artigos com tais características. Veja-se:

Tabela 3 - resultados do levantamento 1 de produções internacionais para a revisão de literatura

	BASE DE DADOS – <i>Microsoft Academic</i> 04 de janeiro de 2020, às 14:15h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado	
2012	Artigo	ANALYSIS OF CHINA'S DIPLOMATIC LANGUAGE FROM COGNITIVE PRAGMATICS PERSPECTIVE	Analisar as respostas do porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China aos entrevistadores a partir da teoria da relevância da pragmática cognitiva.	Estratégias de diálogo diplomático podem ser construídas com base no modelo de beisebol de diálogos desconstrutivos.	
2008	Artigo	ANALYSIS OF FUZZINESS IN DIPLOMATIC LANGUAGE FROM THE PERSPECTIVE OF RELEVANCE THEORY	Investigar como o fenômeno de imprecisão, usado na linguagem diplomática, pode ser explicado com a Teoria da Relevância.	A linguagem difusa é mais relevante na situação diplomática, porque o fator decisivo não é a forma de linguagem usada, mas o que o interlocutor considera importante. Ela pode fornecer mais informações para o público entender a intenção do comunicador com o mínimo esforço de processamento.	
2008	Artigo	PRAGMATIC ANALYSIS OF FUZZINESS IN DIPLOMATIC LANGUAGE	Analisar a linguagem diplomática da perspectiva do princípio da polidez internacional, da teoria da relevância e da teoria da adaptação linguística.	Encontramos o uso razoável da linguagem difusa em circunstâncias diplomáticas.	
2004	Artigo	PRAGMATIC APPROACH TO FUZZY WORDING IN DIPLOMATIC LANGUAGE	Analisar, do ponto de vista pragmático, a existência do modo de expressão difuso no contexto diplomático.	A concisão, flexibilidade e generalidade são estratégicas para a construção do texto difuso, que atende com êxito à demanda da linguagem diplomática.	

O primeiro deles analisa as respostas do porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China aos entrevistadores a partir da Teoria da Relevância da Pragmática Cognitiva e conclui que estratégias de diálogo diplomático podem ser

Levantamento finalizado no dia 04 de janeiro de 2020, às 14:15h, no endereço eletrônico https://academic.microsoft.com/home

construídas com base no diálogos desconstrutivos, como em um jogo de baseball, em que os jogadores vão tomando base a base. Ou seja, cada etapa do diálogo diplomático é encarada como uma etapa conciliatória a ser vencida. Mas o resumo carece de explicitação de elementos que esclareçam tal metáfora e os procedimentos metodológicos acerca do processamento dessa pesquisa. Além disso, o gênero em pauta foge da alçada desta investigação, que se detém às *Notas Oficiais* e não a *Entrevistas*.

Já o segundo, mais de 10 anos distante do presente momento de produção, problematiza a imprecisão da linguagem diplomática à luz da Teoria da Relevância, mostrando que tal obscuridade é o que soa relevante ao fazer diplomático. O motivo apontado para isso é que o fator decisivo não é a forma de linguagem usada, mas o que o interlocutor considera importante. No entanto, o resumo desse artigo não explicita o *corpus* de pesquisa, tampouco a natureza das relações mantidas entre os interlocutores dessa relação diplomática. Ele conclui em defesa de que a linguagem difusa pode fornecer mais informações para o público entender a intenção do comunicador com o mínimo esforço de processamento, mas não aponta a segmentação dessa audiência como fator essencial à compreensão de pormenores da política e do comércio internacional. De outro modo, as análises da presente investigação demonstraram se essencial à compreensão da *presunção de relevância* dos comunicados o acesso a um *background cognitivo especializado* para a percepção dos desvios de atenção operados nas *Notas Oficiais*.

O terceiro, à sua vez, pontua o pressuposto diplomático do respeito mútuo, que caracteriza o linguajar desse domínio. Para isso, aponta como estratégias características a variedade, a flexibilidade, a circunlocução, a implicação, a imprecisão e o ecletismo empregados como recursos nesses textos. Mas ele se restringe a analisar a linguagem diplomática na perspectiva do princípio da polidez internacional, ainda que tome como base teóriaca a Teoria da Relevância (além da Teoria da Adaptação Linguística). Como resultado ele aponta o mesmo efeito de imprecisão, explicitado no artigo anterior, o qual é chamado de linguagem difusa (fuzzy language). Como já fora apontado no resumo no anterior, o resumo desse artigo não explicita o corpus de pesquisa, ou a natureza das relações mantidas entre os interlocutores da relação diplomática em questão. Além disso, não aponta o conhecimento do perfil e das preferências de maximização de inputs da audiência

das falas diplomáticas como elementos fulcrais à consecução dos *efeitos cognitivos* positivos pela audiência.

Por fim, o quarto aponta a diplomacia no sentido inverso do que é pretendido nesta investigação, ao definir a linguagem empregada nesse domínio unicamente como *política* e *educada*. São ainda apontados como próprios da linguagem diplomática anunciar o resultado de uma palestra, responder a perguntas delicadamente e harmonizar atmosferas. A concisão, a flexibilidade e a generalidade são outros pormenores citados, mas a produção difusa (*fuzzy language*) de informações também vem a ser a demanda deste artigo, que, como os demais, carece de explicitações metodológicas, tanto acerca dos procedimentos, como no tocante ao *corpus* de investigação e aos resultados de pesquisa.

Como no levantamento nacional, também se recorreu a um segundo esforço de busca por publicações internacionais a respeito de ambos os termos nos buscadores abertos *Google* e *Google Acadêmico*. Para a pesquisa aspeada dos mesmos *strings* de busca, essa nova procura por trabalhos que congregassem "Relevance Theory" e "Diplomatic Language" revelou a existência de 64 trabalho(s). No entanto, ao se verificar os resultados, percebeu-se que ora eles tratavam de Teoria da Relevância, ora de linguagem diplomática.

Assim sendo, uma primeira triagem sobre esse material foi efetuada. Deu-se prioridade a textos que contemplassem o *corpus* desta investigação, a *linguagem diplomática*, o que fez a contagem inicial cair de 64 para 16 produções. Sobre elas, realizou-se uma última seleção, em busca de trabalhos que, além da *linguagem diplomática*, tivessem como referencial teórico a *Teoria da Relevância*. Ao fim dessa busca, revelou-se a existência de apenas 1 artigo científico que congregava tais características. Mas se tratava de um dos que já haviam sido indicados pela plataforma *Microsoft Academic*, no primeiro levantamento, e que, após averiguado, foi descartado quanto à compatibilidade para com o presente estudo. Foi ele:

Tabela 4 - resultado do levantamento 2 de produções internacionais para a revisão de literatura

BASE DE DADOS - Scholar Google 04 de janeiro de 2020, às 19:25h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado
2008	Artigo	ANALYSIS OF FUZZINESS IN DIPLOMATIC LANGUAGE FROM THE PERSPECTIVE OF RELEVANCE THEORY	Investigar como o fenômeno de imprecisão, usado na linguagem diplomática, pode ser explicado com a Teoria da Relevância.	A linguagem difusa é mais relevante na situação diplomática, porque o fator decisivo não é a forma de linguagem usada, mas o que o interlocutor considera importante. Ela pode

fornecer mais informaçõe para o público entender a intenção do comunicador com o mínimo esforço de processamento.	der a cador
---	----------------

2.1.5.3 Em SÍNTESE

No que concerne às produções nacionais, observou-se que, nos trabalhos filtrados, não se apontam novos elementos teóricos a serem somados ao escopo da *Teoria da Relevância*. Eles também não se atêm à elucidação dos expedientes linguísticos conciliatórios realizados em *Notas Oficiais* e se propõem a objetivos de pesquisa diversos dos que esta investigação abrange, embora contemplem a *linguagem diplomática* como objeto de pesquisa.

Embora tivessem sido publicadas recentemente, em 2017, tais pesquisas se direcionam, respectivamente, às áreas de tradução e de historiografia; o terceiro, à avaliação do exame de mensuração de competência tradutória de futuros diplomatas. Cabe reforçar que nenhuma delas relaciona os strings aos domínios das Relações Internacionais, do Comércio Internacional, ou da Política Internacional. Ademais, também não são produções associadas ao eixo Norte-Nordeste do Brasil, o que corrobora para a importância regional desta investigação.

Além disso, pôde-se perceber que a maioria das pesquisas internacionais que congregavam os *strings* de busca "*Relevance Theory*" e "*Diplomatic Language*" foi produzida há mais de 10 anos. Isso valoriza o protocolo de busca aqui empregado

- por n\u00e3o delimitar um recorte temporal e, assim, fornecer um espectro de produ\u00f3\u00f3es que agregam esses dois temas durante toda a exist\u00e9ncia da teoria em pauta;
- por, com base nisso, evidenciar a viabilidade da temática aqui abordada.

Sobre este particular, cabe, ainda, mencionar que nenhum dos trabalhos estrangeiros arrolados partilha do *corpus* aqui analisado, nem se detém a desvelar as estratégias que levam aos *desvios intencionais da presunção de Relevância*, no discurso diplomático. Isto é, no cômputo geral, tais publicações apenas tangenciam elementos estudados por esta investigação, não ameaçando a sua validade enquanto estudo inédito.

A próxima seção apresenta as noções de *argumentação* que foram consideradas nesta Tese, advogando, ao seu final, em favor daquela que melhor se concilia com o objetivo de *demonstrar que* é *possível empregar*, *estrategicamente*, *uma comunicação ostensivo-inferencial para desviar*, *intencionalmente*, a *presunção* de relevância de uma audiência, objetivando-se a manutenção de acordos.

2.2 DAS NOÇÕES DE ARGUMENTAÇÃO

Esta seção está subdividida em 3 (três) subitens, contendo diferentes linhas de abordagem sobre *Argumentação* (a de Aristóteles, a de Descartes e a de Perelman), para justificar a escolha da teoria que direcionará as análises da *Notas Oficiais do Itamaraty*. Essas correntes foram selecionadas por serem consideradas canônicas, dentre os estudos sobre o tema, tendo influenciado trabalhos de teóricos de áreas como a da Linguística e a da Hermenêutica, no interior da Ciência do Direito. Então, a disposição de tais abordagens, nesta fase da exposição, segue uma ordem cronológica de apresentação, para que melhor se percebam as modificações históricas sofridas pelo conceito em discussão.

É importante frisar que, ao longo dos anos e dos estudos sobre a língua, a ideia do que viria a ser *argumentação* se modificou continuamente sob a influência dos paradigmas de pensamento vigorados. Assim sendo, o quadro teórico apresenta uma série de avanços, num movimento de renovação das suas produções científicas desde a Antiguidade até hodiernamente. E é por essa razão que, doravante, considera-se a historicidade dos estudos sobre *Argumentação* como fruto de um saber científico renovável, dialético e recorrente.

Também são consideradas válidas todas as pesquisas a respeito da Argumentação, se observadas dentro de um espaço da história humana, como relevantes contribuições para o aperfeiçoamento progressivo da Linguística e da sociedade. Portanto, a reconstrução do percurso histórico das teorias sobre o tema se justifica, ainda pelo objetivo maior de integração entre a educação científica e a vida social, rejeitando-se a ideia de dogmatismos científicos, ao se considerar os resultados científicos como provisórios e os seus métodos como perfectíveis.

Sendo assim, pode-se dizer que a história dos estudos sobre *Argumentação* registra duas principais perspectivas de tratamento do tema: uma assentada na lógica formal, tanto quanto inclinada a um raciocínio cartesiano, em cujos limites a

linguagem se colocaria como um instrumento necessário ao processamento argumentativo; outra sustentada por bases de ordem pragmática e apontando para uma perspectiva em que a atividade argumentativa se dimensiona conforme a concepção dos papéis sociais envolvidos (os interlocutores constituídos intersubjetivamente). Os referenciais das duas se fincam, respectivamente, na tradição da *Retórica Clássica* (e em Descartes) e, por fim, nas considerações da *Nova Retórica* (cujo discurso compreende uma noção dialética da *Argumentação*, compreendida não mais na dimensão da *eficácia*, mas na da *adesão*).

2.2.1 A visão de ARISTÓTELES

A primeira etapa das pesquisas sobre o fenômeno em questão tem suas raízes cravadas na lógica aristotélica (ou *Lógica Proposicional Clássica*). Surgida como técnica vinculada ao discurso jurídico, destinada ao convencimento de um auditório sobre o *falso* ou sobre o *verdadeiro*, a *Argumentação* foi posteriormente incorporada por Aristóteles aos estudos da *Retórica*, quando ganhou força, uma vez que a referida disciplina era tida como uma faculdade especulativa capaz de promover o convencimento do grande público.

A retórica de Aristóteles teve influência sobre autores de tradição peripatética¹¹ e sobre o modelo retórico romano, tendo ecos em Cícero e Quintiliano. Em seu projeto, o grego postula um modelo rigoroso, dentro do âmbito da oratória, distanciando, num segundo momento, os pressupostos dialéticos da caracterização da retórica, ao contrário do que faz na fase inicial dos seus trabalhos sobre o assunto. A retórica, aqui entendida como arte da persuasão, possuía para ele, portanto, duas faces: a *demonstrativa* e a *emocional*. Nas suas palavras,

"A retórica é a outra face da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De fato, todas as pessoas de alguma maneira participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar." (ARISTÓTELES, Rhet., I, 1354aC).

orientação empírica, em oposição à da Academia platônica, especulativa.

_

A etimologia desse termo aponta para o grego, significando ambulante, ou itinerante, e se refere à tradição escolar inaugurada pelo próprio Aristóteles, um círculo filosófico de discípulos do pensador, que, como ele, discutia suas inquietações ao ar livre, caminhando. Os locais dessas preleções eram os portais do Liceu, chamados perípatoi. A linhagem de pensamento dessa escola era de

Assim, para defender o ponto de vista de que a prática argumentativa girava em torno da legitimação objetiva de um posicionamento, o seu método se orientava para a construção de sentenças, coerentes e relacionadas entre si, visando a uma conclusão consequente. A estrutura preferida era o *entimema*, um silogismo derivado, no qual uma ou mais proposições estão subentendidas pela sua natureza óbvia (por exemplo: todo homem é bípede, logo Obama é homem – suprimindo-se a explicitação óbvia de que o ex-Presidente americano é bípede).

Os seus esforços se concentravam na atribuição de uma função argumentativa, ao que ele, dentro da retórica, chamou de *gênero judiciário*, que seria empregado para se acusar ou defender, diferentemente do que se faria no *gênero deliberativo* (destinado a persuadir, ou dissuadir o público), ou no *gênero epidítico* (inclinado ao elogio, ou à censura). Na sua visão, portanto, a *Argumentação* seria um componente da atividade retórica.

"A grande inovação de Aristóteles foi dar lugar ao argumento lógico como elemento central da persuasão. A sua *Retórica* é, sobretudo, uma retórica da prova, do raciocínio, do silogismo retórico; isto é, é uma teoria da argumentação persuasiva." (ALEXANDRE JÚNIOR, In: ARISTÓTELES, 2005, p. 34).

Com isso, Aristóteles rompe com a tradição anterior, que enfatizava o emprego de emoção nos discursos, em detrimento da sua construção lógica, dentro de uma estrutura formal. Seu grande mérito foi incorporar objetividade à elaboração discursiva, tornando a *Retórica* uma técnica aplicável a qualquer assunto, utilizável à elaboração e à interpretação destes, quando, antes, tratava-se de uma prática exclusivamente judiciária¹².

Este último caso, do discurso forense ou judiciário, não seria aplicável às Notas Oficiais, porque às falas diplomáticas não cabe a acusação ou a defesa de alguém (ao menos, não explicitamente), porque não compete a esse domínio a autoridade de julgamento e de execução de sentença. Ainda assim, é importante mencionar que esse tipo de discurso, predominantemente, emprega tempos verbais no passado para se referir aos fatos julgados. Nele, também caberia ao orador

metodológicos, seu propósito, seu objeto e seu conteúdo, o estudo da *Retórica* passou, assim, a ter em vista a criação e o trabalho sobre discursos com fins persuasivos.

_

A Retórica, como metalinguagem da Oratória, surgiu na Sicília, por volta de 485 a.C., pois a retomada de poder, em Siracusa, exigiu a mobilização de júris populares para a reconstituição da democracia, levando à criação de uma "arte" que pudesse ser ensinada nas escolas, para capacitar cidadãos a defenderem causas e direitos, oralmente. Daí à sua interpretação enquanto "disciplina". Esse movimento, posteriormente, incorporou a Retórica à prosa e à estilística. Por seus elementos

distinguir entre, "primeiro, a natureza e o número das motivações que levem a cometer a injustiça; segundo, as predisposições dos que a cometem; e terceiro, o tipo de disposição das vítimas da injustiça." (ARISTÓTELES, 2011, p. 88).

Seriam aplicáveis aos discursos dos pronunciamentos oficiais, por exemplo, o discurso deliberativo e o demonstrativo (epidítico). Sobretudo o primeiro pela procura de se condicionar audiências por meio de conselhos sobre questões particulares ou públicas (SILVA, 2017). Através dele, a autoria dos comunicados procuraria advertir interlocutores, chamando-lhes a atenção para "o útil ou o danoso de um procedimento aconselhado" (ARISTÓTELES, 2011, p. 54), propondo-se, pacificamente, aceitação ou rejeição à orientação oferecida. A fim de suscitar confiança na audiência, o grego ainda recomenda ser importante à autoria causar empatia na audiência, demonstrando que comunga das mesmas sensações e disposição da audiência.

Uma vez inclinados às obrigações de representar, informar e negociar, os textos do MRE, enquanto instrumentos de atuação da diplomacia brasileira, tende a fazer o que se observa na *Nota Oficial 76* a seguir:

NOTA 76 02 de Abril de 2018 - 20h23

SITUAÇÃO NA FRONTEIRA ENTRE GAZA E ISRAEL

O governo brasileiro manifesta grande preocupação com o quadro de violência na fronteira entre Gaza e Israel, no último dia 30 de março, que deixou ao menos 17 palestinos mortos e mais de 1.400 feridos.

O Brasil expressa condolências às famílias das vítimas e formula votos de plena recuperação dos feridos

O governo brasileiro conclama à moderação e reitera o imperativo da plena observância do direito internacional e do direito humanitário.

Neste comunicado, ao mesmo tempo em que orienta e aconselha, o *governo brasileiro* se mostra solidário à causa local, quando expressa seu pesar pelas vítimas, famílias e feridos. É possível perceber a chamada de atenção para o que seria útil ou danoso quando a representação brasileira conclama à moderação das questões vivenciadas por aquela região, em nome da observância do Direito Internacional e do Direito Humanitário. Esse tipo de estrutura é reiteradamente retomada, em pronunciamentos do Itamaraty.

Já no que concerne ao discurso demonstrativo ou epidítico, também é possível encontrar, nas Notas Oficiais, exaltação, elogio, ou censura a entidades, governos, ou conjunturas políticas, sociais, humanitárias, ou bélicas, do exterior.

Tais comunicados tendem a evidenciar, virtudes incutidas em certos temas, como é o caso da Nota 304:

NOTA 304 31 de Agosto de 2018 - 11h57

ATENTADOS NO IRAQUE

O governo brasileiro condena os atentados terroristas cometidos no Iraque anteontem, na cidade de Qaim, província de Anbar, na fronteira com a Síria, e ontem, nas proximidades da cidade de Kirkuk. Os ataques deixaram mais de uma dezena de mortos e pelo menos 15 feridos.

Ao reiterar, mais uma vez, seu veemente repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao governo e ao povo do Iraque e às famílias das vítimas.

O Brasil reconhece e aprecia os esforços do governo iraquiano que resultaram, em 2017, na recuperação das áreas que estiveram sob o domínio de grupos terroristas e reafirma seu apoio à consolidação da segurança, estabilidade e integridade territorial do Iraque.

Este comunicado, não só busca a confiança na audiência, pelo estímulo à empatia, causado pela prestação de condolências, como se volta à censura das práticas de violência realizadas por terroristas. Aqui, o *governo brasileiro* encerra, a um só turno, os expedientes diplomáticos de *representação* e de *informação*. Além disso, ressalte-se o reconhecimento e o elogio aos esforços do governo local em lidar com os conflitos, em seu território, pacificá-los e retomar a liderança de regiões afetadas por insurgentes. Estes são movimentos típicos do *gênero epidítico* preconizado por Aristóteles. A postura solidária, que busca a empatia, também encerra esse pronunciamento, quando da reafirmação de apoio à harmonização territorial do Iraque.

Aristóteles também distingue entre categorias formais de *persuasão* (através de provas técnicas e de não-técnicas, identificando meios de prova, modos de apelo, ou formas de persuasão (lógica do assunto, caráter do orador e emoção a ser despertada nos ouvintes). Ele também formaliza categorias de argumentos retóricos (o *entimema*, como prova dedutiva, e o *exemplo*, como forma indutiva de argumentação secundária), concebe e prega o uso de categorias de tópicos para a construção de argumentos (os especificamente relacionados aos *gêneros retóricos* e os comuns a todos os *gêneros* – que proporcionariam estratégias argumentativas). Apregoa normas básicas de estilo e de composição (primando pela clareza e pela compreensão do efeito de diferentes tipos de linguagem e da estrutura formal, explicitando o papel da metáfora) e classifica e ordena as várias partes do discurso. Com isso, ele coloca, nas mãos do orador, o uso público, ético e responsável do sistema retórico, visando à *persuasão*.

Tais elementos argumentativos, em parte, justificariam demarcações de autoridade empregadas na *Nota Oficial* a seguir, quando elas apelam para a *representatividade diplomática* do serviço diplomático nacional frente à de comitês não-regulatórios internacionais. Nele, através da explicitude ou omissão, são levantadas, a título de *exemplo*, informações *técnicas* que deslegitimam a atitude do órgão, ao mesmo tempo que sobre ela deliberam:

NOTA 289 Criado: 17 de Agosto de 201<u>8</u> - 14h<u>53</u>

NOTA À IMPRENSA

A Delegação Permanente do Brasil em Genebra tomou conhecimento, sem qualquer aviso ou pedido de informação prévios, de deliberação do Comitê de Direitos Humanos relativa a candidatura nas próximas eleições.

O Comitê, órgão de supervisão do Pacto de Direitos Civis e Políticos, é integrado não por países, mas por peritos que exercem a função em sua capacidade pessoal.

As conclusões do Comitê têm caráter de recomendação e não possuem efeito juridicamente vinculante.

O teor da deliberação do Comitê será encaminhado ao Poder Judiciário.

O Brasil é fiel cumpridor do Pacto de Direitos Civis e Políticos. Os princípios nele inscritos de igualdade diante da lei, de respeito ao devido processo legal e de direito à ampla defesa e ao contraditório são também princípios constitucionais brasileiros, implementados com zelo e absoluta independência pelo Poder Judiciário.

A sistemática argumentativa aristotélica foi retomada, em parte, por Chaïm Perelman, com a proposição da *Nova Retórica*, mas foi ignorada por Paul Ricoeur, em sua *Retórica da Elocução*, ou *Retórica Literária*, que defende o componente estético-estilístico, em detrimento da trama argumentativa, negligenciando-se a *persuasão*. Conforme se mostra no terceiro subitem desta seção (cf. p. 55), Perelman retoma o raciocínio empreendido por Aristóteles, incorporando ao seu projeto argumentativo o componente intersubjetivo e a consideração de fatores pragmáticos (elementos externos à estrutura do discurso), que podem vir a contribuir, não à eficiência da atividade retórica, mas à consecução de acordos como função precípua.

2.2.2 Uma brevíssima menção a DESCARTES

Durante muito tempo vigorou a posição aristotélica de necessidade de uma eficácia do ato argumentativo, até tomar forma o início de uma guinada epistemológica de posições operada sob a influência de René Descartes. Os métodos de observação do mundo adotados por este teórico assentavam numa

tentativa de universalização dos fenômenos e de suas descrições, independendo da natureza que os regia (fosse ela de ordem social ou natural).

O raciocínio cartesiano preocupava-se com a validade dos conceitos e das representações do mundo, partindo sempre da dúvida como estratégia de pesquisa, ao contrário do que faziam os gregos antigos, que se concentravam em refletir sobre a natureza e as propriedades existenciais das coisas. Com isso, Descartes influencia o insurgente paradigma epistemológico, alçando a Filosofia ao status de *Teoria do Conhecimento*, primando pela elaboração de um modelo que pudesse avaliar a efetividade, ou validade das ideias humanas.

A Filosofia Moderna teve em René Descartes um dos seus pilares, já que a própria noção de eu/sujeito é questionada (*Cogito ergo sum*), pondo-se em pauta métodos para avaliar como se chega ao conhecimento. Daí que o ponto fucral desse sistema filosófico residia na *dúvida*. O fazer epistemológico cartesiano concebia, dentre outras coisas, o ato de duvidar como essencial e inevitável, o que se arraigou ao fazer científico e é empregado como diretriz até hoje.

Nessa busca, Descartes procurava aliar o rigor matemático ao que julgava ser uma análise racionalista da realidade. Seu método se alicerçava nas regras 1. da evidência (pelo distanciamento das dúvidas); 2. da análise (pela fragmentação do objeto de observação); 3. da síntese (pela conclusão dos pensamentos, ordenandose as informações por ordem ascendente de complexidade); e 4. da certeza da eficiência da descrição (pela fidelidade aos aspectos metodológicos que tenderiam a esgotar as possibilidades de análise do objeto de pesquisa).

Com essa inclinação ao raciocínio de universalização de propriedades, este autor cumpriu um programa de estudos dentro do qual todos os homens sempre estariam passíveis de entrar em concordância, dentro dos trâmites das práticas argumentativas (os desacordos eram inadmissíveis). Tal aspiração se amparava em uma teoria baseada em evidências e no pensamento racional, matematicista, cientificista, característicos de um sistema dedutivo. Como consequência, *Argumentar* seria uma técnica destinada a provar condições de verdade. Essa ideia vigorou até o início da *Virada Linguística*, no século XX, quando passou a ser contestada.

O filósofo rejeita, assim, *pontos de vista*, ainda que eles possam ser considerados plausíveis, pelo fato de a sua confiabilidade ser, em parte, questionável, se eles não forem amparados em *evidências* confiáveis. Isto é, o

teórico evita considerar tudo o que possa parecer apenas provável, por estar suscetível à possibilidade de ser falso. Isso se percebe em:

"(...) quando considerei o número de opiniões contraditórias, que tocam um único assunto e que podem ser apoiadas por homens instruídos, enquanto pode haver apenas um verdadeiro, considerei como bem perto do falso tudo que fosse só provável." (DESCARTES, 2008, p. 18).

Nota-se, nesse pensamento, que a concepção de *verdade* cartesiana está clivada de univocidade, pois, segundo o autor, a probabilidade gera dúvida e, por isso, seu método se propõe a sanar questionamentos, desvendando, conforme ele considera, uma legítima realidade. Então, a busca pelo conhecimento factual vem a ser a tônica do seu raciocínio, e isso tem, para ele, um preceito fundamental:

"(...) nunca aceitar qualquer coisa como verdadeira que não se percebesse claramente ser tal; isto é, cuidadosamente evitar precipitação e preconceito, e não incluir nada mais em meu juízo que os apresentados tão claramente e distintamente à minha mente, de modo a excluir toda base de dúvida." (DESCARTES, 2008, p. 25).

Percebe-se, com isso, que Descartes não criou propriamente um escopo retórico sobre *Argumentação*, mas um método de raciocínio e de exposição inclinado à busca pelo genuíno, por todo conhecimento que pudesse se distanciar de opiniões e de preconceitos. Seu pensamento filosófico, antes, enuncia como é possível se chegar à *verdade* através de *argumentos* que ele julgava como válidos, por serem enxergados como inquestionáveis, independentemente do juízo humano. Logo, o entendimento entre partes de uma contenda não poderia ser plenamente obtido pela *persuasão* (no sentido aristotélico), mas pelas considerações *eficazes* daquilo que de *verdadeiro* estaria incutido nos fatos.

Consequentemente e à revelia da visão de Aristóteles, a cartesiana não estava centrada no desempenho do orador em si, ou, em última instância no auditório a que se direcionaria a elocução, mas no tema avaliado. Descartes não considera o papel social, histórico e cognitivo desempenhado pela linguagem, nem a concepção de interlocutores enquanto sujeitos que realizam um trabalho sobre um conteúdo, através da própria intersubjetividade. *Argumento*, para ele, seria sinônimo de *fato*. Com isso, ele aproxima Filosofia e a empirismo, dando início ao "descolamento" entre *mente* e *sujeito*, postura que guiou todo o pensamento moderno.

2.2.3 A visão de PERELMAN

Uma mudança no paradigma epistemológico da retórica foi encabeçada por Chaïm Perelman (1976), com a consideração de que as práticas argumentativas se desenvolvem em função do auditório para o qual se voltam. De acordo com esse raciocínio, não mais existiria, por conseguinte, a necessidade da consideração de evidências, por se preferir trabalhar no sentido da adesão. Essa abertura considera categorias propostas por Aristóteles, dando ênfase ao processamento dialético da Argumentação. A forma de pensar de Perelman influenciou largamente teorias de pesquisadores mais recentes, sob a influência da Guinada Pragmática (na segunda metade do século XX).

Seu projeto entende que "Argumentar é criar, discursivamente, condições favoráveis a um acordo." (PERELMAN, 1976), o que, por si só, distancia-se da noção de avaliação de condições de verdade proposta por René Descartes. O belga parte, então, do ponto de vista de que as relações empreendidas entre o orador e a sua audiência são decisivas para que se estabeleça um consenso. Com isso, ele distingue, ainda entre convencer e persuadir.

No primeiro caso, estaria o locutor se direcionando a um *público genérico*, para o qual teriam de ser direcionados argumentos que lhes atingissem pretensões globais e em conformidade ao projeto do orador. No segundo, estaria o comunicador refinando seus critérios de captação da concordância de um *público particular*, para lhe arrebatar anuência quanto a elementos específicos de suas necessidades. De comum entre ambas as posturas estão a formulação e a condução de juízos, para que se chegue ao *consenso* pretendido, satisfazendo-se as partes envolvidas. Quem explica essa distinção é o espanhol Atienza:

"uma argumentação persuasiva, para Perelman, é aquela que só vale para um auditório particular, ao passo que uma argumentação convincente é a que se pretende válida para todo ser dotado de razão." (ATIENZA, 2006, p. 63).

Isso mostra o quanto o conceito perelmaniano se inclina à necessidade de adaptação da prática argumentativa, às características do auditório ao qual se direciona. Sua concepção de retórica, pois, é centrada na alteridade. O belga se distancia, mais ainda, do conceito cartesiano (que desconsidera o papel do outro do discurso, suplantado por não se poder negar *evidências*) e mantém estreita relação com o pressuposto aristotélico do diálogo/direcionamento. Mas, neste particular,

Perelman redimensiona os papéis dos envolvidos, ao defender o nivelamento de posições e por pregar um fazer não-coercitivo e mais vinculado à *adesão* do público pela exploração das suas próprias convições.

Isso se ajusta ao que diz a *Teoria da Relevância*, que advoga ser uma vantagem conhecer previamente a preferência da audiência em processar *input*s, maximizando a sua *Relevância*. Perceba-se a diferença entre o que se processa nestes dois pronunciamentos:

NOTA 46

05 de Março de 2018 - 16h07

ATAQUES TERRORISTAS NO CENTRO DE UAGADUGU, BURKINA FASO

O governo brasileiro condena os ataques terroristas perpetrados no dia 2 de março contra o Estado-Maior das Forças Armadas da República do Burkina Faso, a embaixada da França e arredores, no centro de Uagadugu.

Ao reiterar seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, o governo brasileiro manifesta suas condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Burkina Faso.

Neste, observa-se que nada remete à necessidade de um conhecimento técnico que efetive a compreensão do mecanismo de prestação de condolências. O *governo brasileiro* se dirige diretamente à sua potencial audiência, em Burkina Faso, e ao público geral que acessa o site do MRE eventualmente, visando ao acompanhamento do serviço diplomático brasileiro. A primeira audiência comporia o que Perelman (1976) chamou de *público particular* (do qual se deseja despertar empatia) e o segundo *público genérico* (para o qual se dirigiram as pretensões globais, meramente de *representação* e de *informação*).

No entanto, tais elementos alcançam outro patamar quando conhecimentos específicos são postos à baila. A mesma *Nota Oficial 289*, considerada na explicação da visão aristototélica, por exemplo, carece de um entendimento técnico, que não só explique o cenário da publicação, como faça referência à *expertise* que se requisita ao seu entendimento. Nela, percebe-se que a autoria estaria refinando critérios de sensibilização a um público particular, para lhe arrebatar anuência, citando elementos característicos de suas atividades profissionais. Veja-se:

NOTA 289

Criado: 17 de Agosto de 2018 - 14h53

NOTA À IMPRENSA

A Delegação Permanente do Brasil em Genebra tomou conhecimento, sem qualquer aviso ou pedido de informação prévios, de deliberação do Comitê de Direitos Humanos relativa a candidatura nas próximas eleicões.

O Comitê, órgão de supervisão do Pacto de Direitos Civis e Políticos, é integrado não por países, mas por peritos que exercem a função em sua capacidade pessoal.

As conclusões do Comitê têm caráter de recomendação e não possuem efeito juridicamente vinculante.

O teor da deliberação do Comitê será encaminhado ao Poder Judiciário.

O Brasil é fiel cumpridor do Pacto de Direitos Civis e Políticos. Os princípios nele inscritos de igualdade diante da lei, de respeito ao devido processo legal e de direito à ampla defesa e ao contraditório são também princípios constitucionais brasileiros, implementados com zelo e absoluta independência pelo Poder Judiciário.

A candidatura sobre a qual estaria havendo deliberação do Comitê de Direitos Humanos seria a de Luiz Inácio Lula da Silva para as eleições presidenciais brasileiras, em 2018, informação que esta *Nota* não explicita. A contestação a essa atitude do Comitê, como suposta mostra de defesa aos interesses nacionais, iniciase com a menção à surpresa do recebimento da notícia pela *Delegação Permanente do Brasil* em Genebra, mesmo posto em que se encontra sediado o Órgão. Essa demarcação de autoridade apela para as definições diplomáticas que encerram *representatividade* do órgão emissor deste pronunciamento. Para se reconhecer este efeito, é necessário o conhecimento prévio sobre o que são e quais expedientes cumprem as *Missões Diplomáticas Permanentes*¹³ de um país.

Após essa evocação, advêm argumentos contrários à postura do Comitê, enfatizando-se a natureza não-normativa das suas atribuições: "O Comitê (...) é integrado não por países, mas por peritos que exercem a função em sua capacidade pessoal" e "As conclusões do Comitê têm caráter de recomendação e não possuem efeito juridicamente vinculante". Por fim, é ressaltada a obediência do Brasil ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (que compõe a Carta Internacional dos Direitos Humanos e, por conseguinte, a Declaração Internacional dos Direitos Humanos) documento do qual o país é signatário, citando-se alguns dos seus princípios, tomados como iguais valores brasileiros.

Observa-se, então, que, novamente, à população geral (*público genérico/auditório universal*) seriam dirigidas as pretensões globais incutidas no exercício diplomático que uma *Nota Oficial* encerra: *representação* e de *informação*. Mas, desta vez, também é possível perceber que da audiência específica (*público particular/auditório particular*), o Comitê Internacional ao qual a *Nota Oficial* é destinada, deseja-se mais do que despertar empatia: procura-se contestar seus contra-argumentos para, antecipadamente, os neutralizar.

-

¹³ Missões Diplomáticas são grupos de funcionários de um serviço diplomático nacional (ou de uma organização internacional), presentes no exterior. Seu objetivo é representar os Estados que as envia perante a nação que as recebe. Costuma ter caráter permanente quando localizada na capital de outro Estado. (BATH, 1989: p. 15).

Perelman (1996, p. 33) conceitua o *auditório universal* como sendo toda a humanidade dotada de razão, interpretando o termo como aqueles de quem se sabe o mínimo possível e com os quais se deve buscar um acordo: o *auditório universal* "é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência" (PERELMAN, 1996, p. 37). O conceito é, como reconheceu o próprio autor, impreciso, mas serve como parâmetro de racionalidade e de objetividade como *grupo*.

Já a sua noção de *auditório particular* direciona o fazer argumentativo do locutor a um único indivíduo (ou entidade), ou do orador para consigo mesmo (na instância da reflexão). Para ambos os casos de *auditório*, está prevista uma necessária adaptação do locutor ao seu público, não se limitando a busca pelo *acordo* à escolha dos argumentos, mas também às estratégias a serem utilizadas mediante os interlocutores da situação de fala.

A proposta de Perelman subdivide os pressupostos argumentativos em três: o público, o discurso e o orador, não havendo, entre esses elementos, assimetria. Isso substitui as noções de indução, ou de dedução pela de negociação, ou sugestão. Os trâmites dessa demanda por adesão, então, passariam pela consideração de se definir uma tese, voltada ao perfil de um público-alvo, visando a objetivos definidos, consoante estratégias específicas, através de recursos de linguagem apropriados.

Ainda sobre a *Nota Oficial 289* percebe-se que ela contém um volume grande de informações técnicas, que só poderiam ser completamente compreendidas por um público que tivesse um conhecimento especializado sobre política internacional e sobre *diplomacia*. Isso esclareceria os termos da representatividade exercida pelas *Delegações Permanentes* e por determinados órgãos internacionais, posto que o *background* contextual que definiria a alusão feita pelo termo *candidatura* não seria suficiente ao entendimento completo deste comunicado.

Então, o que Perelman chama de *auditório universal* (público genérico, para o qual teriam de ser direcionados argumentos que lhes atingissem pretensões globais e em conformidade ao projeto do orador) e de *auditório particular* (público particular para o qual seria direcionado um esforço de persuasão, de modo a lhe arrebatar anuência) nos termos da *Teoria da Relevância* poderiam ser denominados, respectivamente, como *audiência ampla* e *audiência especializada*. Daí que os três pressupostos argumentativos perelmanianos, em torno dos pronunciamentos oficiais, em domínio diplomático, poderiam ser assim definidos: o *público* (*audiência*

ampla ou especializada), o discurso (as falas com fins de *informação* e *negociação*) e o *orador* (o MRE, encerrando a prerrogativa de *representação* nacional).

As condições para que se chegue ao acordo, na ótica de Perelman, passariam pela racionalização (através da roteirização, em ordem de complexidade, de elementos/fatos envolvidos na tese a ser defendida) e pelo tratamento objetivo das temáticas (de modo que sejam afastadas interferências na interpretação de desses componentes). Esse escopo parte da conciliação entre as impressões causadas pela realidade problematizada ao público e ao orador, o que também destoa das noções aristotélica e cartesiana.

Em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), ainda pode ser encontrada a descrição de categorias ou de tipos de argumentos para a consecução da *adesão* da audiência:

- ARGUMENTOS QUASE-LÓGICOS: recursos cuja força persuasiva reside na sua aproximação com raciocínios formais, lógicos ou matemáticos, pelo estereótipo virtuoso e racional de que gozam tais modelos:
 - sidentidade); argumentum a pari (argumento por semelhança, que atua pela
 - argumentum a contrario (argumento por oposição, que opera aludindose a uma perspectiva diversa da que primeiramente fora considerada).
- ARGUMENTOS BASEADOS NA ESTRUTURA DO REAL: recursos que se sustêm nos anteriores para estabelecer solidariedade entre ideias:
 - *argumentum ad consequentiam (argumentos pragmáticos –
 *fundamentam ações considerando-se os seus efeitos);
 - argumentum ad verecundiam (argumento de autoridade aludem à modéstia, ao respeito, à reverência);
 - sargumentum a fortiori (argumento motivado por força maior).
- ARGUMENTOS QUE SE FUNDAM NA ESTRUTURA DO REAL: recursos que exemplificam casos particulares.
 - argumentum a simili (argumento por semelhança, analogia, ou comparação).

- ARGUMENTOS QUE APELAM PARA O PATHOS: recursos que atuam sobre o estado emocional da audiência:
 - argumentum ad populum (argumento que apela às emoções do auditório, evocando aspectos positivos e preconceitos);
 - argumentum ad misericordiam (argumento que apela à piedade, explorando-se empatia e solidariedade);
 - se argumentum ad baculum (argumento que, visando a um suposto benefício futuro, impõe a aceitação de uma proposta, antecipando-se consequências de disposições em contrário).

Dentre estruturas argumentativas recorrentes, nas *Notas Oficiais do Itamaraty*, podem ser encontrados, por exemplo, *argumentos baseados na estrutura do real*, do tipo *argumentum ad consequentiam* (pragmáticos, que fundamentam ações considerando-se os seus efeitos), especialmente quando se trata de comunicados em defesa de interesses nacionais. Isso pode ser verificado na *Nota 50*, que contesta as restrições americanas às exportações brasileiras de aço e de alumínio, aludindo-se a dados econômicos e a acordos internacionais em curso e organismos reguladores (*argumentos quase-lógicos*, do tipo *a pari*), que fundamentam a anunciada reação brasileira, tomada como consequência: "*Ao mesmo tempo em que manifesta preferência pela via do diálogo e da parceria, o Brasil reafirma que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e <i>multilateral, para preservar seus direitos e interesses*".

NOTA 50

08 de Março de 2018 - 18h47

NOTA À IMPRENSA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS — RESTRIÇÕES AMERICANAS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇO E ALUMÍNIO

O governo brasileiro tomou conhecimento, hoje, com grande preocupação, da decisão do governo dos Estados Unidos, de aplicar sobretaxa de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, sob alegada justificativa de segurança.

As medidas causarão graves prejuízos às exportações brasileiras e terão significativo impacto negativo nos fluxos bilaterais de Comércio, amplamente favoráveis aos Estados Unidos nos últimos 10 anos, e nas relações comerciais e de investimentos entre os dois países.

Desde o início das investigações do Departamento de Comércio dos EUA, no primeiro semestre de 2017, o governo brasileiro, em coordenação com o setor siderúrgico nacional, buscou, em sucessivas gestões, evitar a aplicação das medidas às exportações brasileiras, esclarecendo ao governo americano e a outros atores relevantes naquele país que os produtos do Brasil não causam ameaça aos interesses comerciais ou de segurança dos EUA. Ao contrário, as indústrias de ambos os países são integradas e se complementam. Cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, utilizados como insumo pela

indústria siderúrgica norte-americana. Ao mesmo tempo, o Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico dos Estados Unidos (cerca de US\$ 1 bilhão, em 2017), principalmente destinado à produção brasileira de aço exportado àquele país.

As medidas norte-americanas minarão os esforços em curso no Foro Global do Aço, do qual os EUA fazem parte, com vistas a uma solução para a questão do excesso de capacidade no setor siderúrgico, verdadeira raiz dos problemas enfrentados pelo setor.

As medidas restritivas às importações de aço e alumínio são incompatíveis com as obrigações dos EUA ao amparo da Organização Mundial de Comércio, e não se justificam, tampouco, pelas exceções de segurança do GATT 1994.

Ao mesmo tempo em que manifesta preferência pela via do diálogo e da parceria, o Brasil reafirma que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e multilateral, para preservar seus direitos e interesses.

Ministros Aloysio Nunes Ferreira e Marcos Jorge

Outra forma também recorrente é o *argumento fundado na estrutura do real* do tipo *argumentum a simili* (argumento por semelhança, analogia, ou comparação), que fomenta a o estreitamento de laços entre parceiros comerciais brasileiros. Isso acontece, por exemplo, na *Nota Oficial 113*, que elogia diretamente Mario Abdo Benítez, então presidente eleito na República do Paraguai, evocando os laços em comum mantidos entre os dois países:

NOTA 113

23 de Abril de 2018 - 16h44

ELEIÇÕES NO PARAGUAI

O governo brasileiro cumprimenta o povo e o governo paraguaios pela realização, no domingo último, 22 de abril, de eleições gerais livres e transparentes.

Ao felicitar o senador Mario Abdo Benítez por sua eleição para a Presidência da República do Paraguai, o governo brasileiro destaca sua permanente disposição de trabalhar com as autoridades daquele país para a implementação de iniciativas de interesse comum e no âmbito dos fortes e históricos laços de amizade, vizinhança e de cooperação que unem os dois países.

No que tange ao emprego de *argumentos que apelam ao pathos*, as *Notas Oficiais do Itamaraty*, quando os empregam, fazem-no com base no *argumentum ad misericordiam* (argumento que apela à piedade, explorando-se empatia e solidariedade). Isso pode ser notado nos frequentes pronunciamentos em que o MRE presta condolências a vítimas de acidentes casuais, naturais, ou de atos de violência. Neles, a comiseração, normalmente, se estende às vítimas (quando não ocorrem óbitos), às famílias delas, ao governo local e ao povo das nações envolvidas nessas circunstâncias. Observe-se este exemplo:

NOTA 65

22 de Março de 2018 - 15h58

ATENTADO NO EQUADOR

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do ataque ocorrido em 20 de março na localidade de Mataje, província de Esmeraldas, no Equador, que resultou na morte de três militares que realizavam operações de vigilância na fronteira e deixou mais sete feridos.

Ao transmitir sua solidariedade ao governo equatoriano e aos familiares das vítimas, e desejar o pronto restabelecimento dos feridos, o governo brasileiro reitera condenar todos os atos de violência, independentemente de sua motivação.

Perceba-se que esse afastamento ao raciocínio cartesiano culmina na reabilitação de *opinião* e de *valores* em detrimento de *evidências*, entendendo-se que todo conhecimento é um fenômeno humano, não podendo, pois, ser desconectado de seus agentes. A *adesão*, com isso, é considerada um efeito final do fazer argumentativo, podendo se realizar em intensidades variáveis, conforme o público e as pretensões deste. Então, na visão de Perelman, argumentar é agir em função do outro, para com ele se entrar em concordância, dirimindo-se controvérsias.

O maior choque entre os vieses aqui apresentados (*Retórica Clássica* e *Nova Retórica*) se funda na concepção de língua(gem) que lhes norteia os estudos. No primeiro cenário (perspectivas aristotélica e cartesiana), concebe-se a linguagem de uma maneira especular, como se a ela coubesse a etiquetagem da realidade. Isso acarreta uma ideia de *Argumentação* exterior às práticas linguísticas, que faz uso da língua como instrumento para se concretizar.

Já o quadro mais recente tende a uma abordagem interacionista, caminhando para a admissão do caráter transdisciplinar do fenômeno argumentativo, concebendo a língua como fenômeno de ordem social, histórica e cognitiva, cujo local de realização é o texto. Foge, assim, das considerações anteriores, da linguagem observada na instância do código, renegando-se elementos discursivos, dialógicos e mecanismos de atuação intersubjetiva.

Mas, além disso, existe mais uma diferença fundamental: o ponto de vista que lidava com a noção da *eficácia* e o que trabalha com a ideia de *adesão*. Enquanto um viés se debruça sobre o ato de *convencer* (lidando com as valorações de *falso* e de *verdadeiro*), o outro se interessa pela integração entre o fazer argumentativo e o fazer persuasivo, apontando este como consequência daquele, facultando a um auditório, portanto, a admissão dos juízos levantados.

Diante dessas ponderações, esta investigação se alia à da *Teoria da Argumentação* proposta por Perelman (1976), elencando-se, para isso, 4 razões:

 Atende por uma concepção de linguagem proveniente da reformulação dos estudos da linguagem provocada pela *Guinada Pragmática*, orientando-se à visão de linguagem enquanto prática social, histórica e cognitivamente situada;

- 2. Contempla, por conseguinte, a Argumentação, como componente constitutivo da linguagem, não se atendo a elementos sistêmicos, ou derivados de movimentos sentencialmente isolados, mas sim estrategicamente direcionados à consecução de sentidos em textos;
- 3. Prevê uma intersubjetividade colaborativa (pela consideração dos perfis dos interlocutores) como dado estruturante, contribuindo não para uma eficiência cabal das práticas argumentativas, mas para a busca por conciliação de interesses que satisfaçam as partes envolvidas;
- 4. Auxilia na diferenciação da audiência das Notas Oficiais do Itamaraty, distinguindo entre as práticas argumentativas empregadas naquelas destinadas ao público geral (audiência ampla) das voltadas a parceiros brasileiros (audiência especializada).

Trata-se, pois, de uma abordagem de *Argumentação* como atividade de manipulação de conteúdos, uma vez que não considera o fenômeno como uma base para realizações da língua. Antes, enfatiza-se o trabalho de compreensão do interlocutor, atribuindo à *Argumentação* um caráter construtivista, cuja concretização depende, fundamentalmente, de um trabalho cognitivo do *outro da interação* para a atualização dos sentidos.

2.2.4 Teoria da Argumentação & Diplomacia

Esta seção apresenta um levantamento de produções em língua portuguesa e internacionais que se aproximam daquilo a que se propõe esta Tese (observar os desvios de atenção efetuados através da linguagem diplomática), sendo estes observados também sob a lupa da Teoria da Argumentação. Esse procedimento foi realizado a partir de uma busca automática em bibliotecas digitais, à procura de artigos, dissertações, teses, livros ou capítulos de livro que atendessem à combinação das palavras-chave "Perelman" e "linguagem diplomática", em português, e "Argumentation Theory", "Perelman" e "Diplomacy", em inglês. As palavras-chave precisaram ser mais especificadas em inglês dado um maior volume de produções associado a um ou outro tema buscado.

Visando à sua atualização, o levantamento foi feito com a maior aproximação possível da data de avaliação da Tese. Ademais, as bibliotecas digitais empregadas para a procura por produções nacionais foram o *Catálogo de Teses e Dissertações* da CAPES e o buscador aberto *Google Acadêmico*. Para a pesquisa sobre

produções internacionais, foram empregadas as plataformas Microsoft Academic e, novamente, o Scholar Google. Optou-se por não se realizar recortes temporais, em alinhamento com o que se fez em relação à Teoria da Relevância. Isso também assegurou uma observação de amplo espectro acerca de tudo o que relacionava aos dois principais objetos desta nova busca, nessas bases de dados.

A verificação da paridade entre as produções arroladas e esta investigação se deu a partir da leitura dos resumos dessas publicações. Deles foram considerados o ano de divulgação, o título, a área de concentração, os objetivos e os resultados apresentados (quando necessário, foram levados em conta referencial teórico e metodologia). Foram desconsiderados trabalhos que não se amparassem na Teoria da Argumentação proposta por Perelman (1976), nem tivessem por foco a linguagem diplomática, ou que não apresentassem resumo. Com isso, a amostra final desta coleta foi constituída por 15 produções.

A seguir é apresentada uma sinopse avaliativa daquilo que foi percebido a partir da apreciação desses trabalhos. Ela indica as contribuições dadas por essas produções e os seus traços de identificação para com a presente investigação, ao passo que também explicita o que afasta as suas abordagens daquilo a que se propõe esta Tese. Os efeitos do emprego deste protocolo reforçaram a importância desta investigação, por ela recobrir o quadro dos desvios intencionais de atenção da audiência enquanto estratégia argumentativa, evidenciando expedientes conciliatórios explorados no discurso diplomático, em Notas Oficiais.

2.2.4.1 Sobre as produções NACIONAIS

A primeira parte das tentativas de busca por produções nacionais que relacionassem a Teoria da Argumentação à linguagem diplomática foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹⁴. Neste domínio, foram empregados os strings aspeados "Perelman" e "linguagem diplomática", à procura por trabalhos nacionais que combinassem ambas as chaves. Não foi estimado um intervalo de tempo para a obtenção de resultados. Essa operação apontou 78 trabalhos, entre teses (21) e dissertações (57). A disposição final dos filtros de busca aplicados foi a seguinte:

https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/

¹⁴ Levantamento finalizado no dia 05 de janeiro de 2020, às 02:18h, no endereço eletrônico:

- GRANDE ÁREA CONHECIMENTO: Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes;
- ÁREAS DE CONHECIMENTO: História; Letras; Linguística;
- ÁREAS DE AVALIAÇÃO: Letras/Linguística; Linguística e Literatura;
 História;
- ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: Estudos Linguísticos; Estudos da Linguagem; Estudos Discursivos e Textuais; Estudos do Discurso e do Texto; Estudos em Linguística Teórica e Descritiva; História Política; História, Cultura e Sociedade; História, Poder e Cultura; Leitura e Linguagens; Letras; Linguagem e Sociedade; Linguagens: práticas e contextos; Linguística; Linguística e Língua Portuguesa; Linguística do Texto e do Discurso; Linguística e Práticas Sociais; Linguística e Língua Portuguesa; Poder e Linguagem; Teoria e Análise Linguística; Teorias do Texto e do Discurso; Teorias e Análises Linguísticas; Teorias e Práticas Discursivas: leitura e escrita;
- NOME DO PROGRAMA: Ciências da Linguagem; Estudo de Linguagens;
 Estudos da Linguagem; Estudos de Linguagem; Estudos Linguísticos;
 História; Letras; Letras e Linguística; Linguagens e Representações;
 Linguística e Língua Portuguesa; Linguística; Linguística e Letras; Letras:
 Estudos da Linguagem; Linguística e Literatura;

Os resumos desses trabalhos foram, então, averiguados, mas apenas 2 deles congregavam a característica exigida na busca, de abarcar, ao mesmo tempo, os filtros "Perelman" e "Linguagem diplomática". Veja-se:

Tabela 5 - resultados do levantamento 1 de produções nacionais para a revisão de literatura

BASE	BASE DE DADOS - Capes (catálogo de Teses e Dissertações) 05 de janeiro de 2020, às 02:18h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado	
2017	Dissertação	A DIPLOMACIA DA INDEPENDÊNCIA: CONCEITOS E LINGUAGEM POLÍTICA NAS NEGOCIAÇÕES PELO RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL ENTRE 1821-1826	Analisar as correspondências trocadas entre ministros do estrangeiro e o Imperador D. Pedro I e os plenipotenciários que representavam o Brasil nos respectivos países, do ponto de vista da história dos conceitos e tentamos delimitar as principais linguagens políticas presentes nos	Foi identificada a presença de uma linguagem especificamente diplomática, utilizada no transcorrer das negociações, formada pelo domínio e uso retórico das diversas linguagens políticas disponíveis no espaço do interlocutor.	

			argumentos dos diplomatas.	
2013	Tese	A ARGUMENTAÇÃO SOB O PRISMA DA PROBLEMÁTICA DA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE EXTRADIÇÃO DE CESARE BATTISTI	Investigar o discurso jurídico, mais precisamente o discurso produzido pelos atores envolvidos no processo de extradição do italiano Cesare Battisti, ou seja, os juízes do Supremo Tribunal Federal do Brasil, os advogados das partes, bem como os representantes do Ministério Público Federal e da Advocacia Geral da União.	Concluiu-se que os diversos ethé de Cesare Battisti permeiam todo o processo e servem de argumento para as teses defendidas pelas partes. Prevaleceram as visadas discursivas de influência como estratégias argumentativas, ainda que pudéssemos encontrar outros tipos de visadas. Quanto ao modo de sentir (pathos), podemos concluir que as emoções suscitadas pelas partes processuais no decorrer do feito contribuíram indubitavelmente para a construção dos modos de dizer e de ser (ethos) no caso Cesare Battisti.
2013	Tese	EM NOME DO PAI, DO FILHO E DO PODER JOANINO: PORTUGAL E A SANTA SÉ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII	Analisar as relações político-diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé na primeira metade do século XVIII, tendo como principal problemática o corte das relações diplomáticas entre as duas cortes, ocorrido entre 1728-1731.	A opção de D. João V em manter-se fiel a uma linguagem tradicional não o impediu de se apropriar e de utilizar uma linguagem moderna, operando a partir de uma razão de Estado, a linguagem diplomática moderna. A tradução desta linguagem permitiu a participação de Portugal nas grandes decisões do período e consolidou a política de privilégio de D. João V.

O primeiro deles já foi citado anteriormente. Está situado na área de História e aborda a natureza diplomática das tratativas sobre a Independência do Brasil, nos Estados Unidos, na Áustria e na Inglaterra, entre 1821 e 1826. Seu *corpus* difere daquele que é aqui analisado. Ele analisa cartas trocadas entre ministros, o Imperador D. Pedro I e plenipotenciários que representavam o Brasil, no exterior, àquela época. Sua metodologia consistiu na análise das correspondências, desvelando-se as principais estratégias políticas presentes nos argumentos apresentados nas negociações. Como resultado, foi identificada a presença de uma linguagem especificamente diplomática, caracterizada pelo domínio e uso retórico da linguagem política disponível no contexto da época. Trata-se de uma produção

voltada ao tratamento histórico da atividade diplomática exercida durante o processo de independência.

Já o segundo tem como *corpus* o discurso jurídico produzido por juízes do Supremo Tribunal Federal do Brasil, advogados e representantes do Ministério Público Federal e da Advocacia Geral da União, envolvidos no processo de extradição do italiano Cesare Battisti. Trata-se, desde já, de um material de pesquisa diverso daquele sobre o qual esta investigação se debruça. Além disso, enfoca, predominantemente, a construção do *ethos* enquanto estratégia argumentativa empregada durante o processo. O trabalho conclui apontando que emoções (*pathos*) suscitadas pelas partes processuais foram constitutivas do *modus operandi* de fala e da construção do conjunto de traços e modos de comportamento que ilustraram a identidade construída em relação à figura de Cesare Battisti. Isso se afasta do propósito desta pesquisa de *demonstrar que* é *possível empregar uma comunicação ostensivo-inferencial para se desviar, intencionalmente, a presunção de relevância de uma audiência frente a um assunto central.*

O terceiro, a seu turno, concentra-se nas relações político-diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé na primeira metade do século XVIII. Seu enfoque, de natureza histórica, problematiza o cessar das relações essas cortes, ocorrido entre 1728-1731. A abordagem linguística fica por conta da observação de como o mandatário português, à época, D. João V, conseguiu se manter ativo linguisticamente, no quadro político internacional, usufruindo do que o autor chamou de linguagem tradicional, muito embora operando, em razão do Estado, a partir de uma linguagem diplomática moderna. O texto conclui que tal postura só foi feliz porque traduções permitiram a participação de Portugal em grandes decisões internacionais do período.

Esse limitado número de publicações com temática aproximada levou a um último esforço de pesquisa por publicações, em língua portuguesa, no buscador aberto *Google Acadêmico*. Para a pesquisa aspeada dos mesmos *strings* de busca, essa nova procura revelou a existência de apenas mais dois outros trabalhos:

Tabela 6 - resultados do levantamento 2 de produções nacionais para a revisão de literatura

BASE	BASE DE DADOS - Google & Google acadêmico 05 de janeiro de 2020, às 11:31h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado	
2018	Dissertação	QUAL BRASIL OS REPRESENTANTES BRASILEIROS LEVAM PARA AS NAÇÕES UNIDAS? OS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS NA ABERTURA DA ASSEMBLEIA GERAL (1985-2017)	Analisar como os representantes brasileiros retrataram o Brasil nos discursos diplomáticos no Debate Geral da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) após o fim do regime militar, que durou aproximadamente vinte e um anos.	Verificou-se que os discursos em todos os governos do <i>corpus</i> apresentam "O Brasil de Princípios", um país que ampara a sua imagem em uma tradição diplomática e em princípios consolidados em sua Magna Carta. Há, contudo, mudanças na imagem do país que não se restringem aos governos de Lula da Silva: cada um dos governos analisados enfatizou diferentes aspectos do país em seus discursos diplomáticos.	
2005	Dissertação	DOM QUIXOTE REENCONTRA SANCHO PANÇA: AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DIREITO INTERNACIONAL ANTES, DURANTE E DEPOIS DA GUERRA FRIA	Analisar, em perspectiva histórica, a relação entre as disciplinas acadêmicas de Relações Internacionais e do Direito Internacional, com o intuito de estudar a reaproximação entre elas após a Guerra Fria.	Argumenta-se que, devido às suas conexões com a Teoria Crítica, o construtivismo possibilita estudos interdisciplinares mais profundos e profícuos do que o institucionalismo e o liberalismo.	

O primeiro deles já se aproxima mais desta investigação do que os anteriores, ao retratar a imagem do país criada por representantes brasileiros, em discursos diplomáticos, nos debates da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele faz um recorte histórico desse material, abrangendo desde o fim do regime militar até os dias atuais. Como resultado, mostrou que essas falas buscam construir uma imagem de país de princípios, amparando-se em elementos da Magna Carta (com pequenas flutuações quando se consideram os diferentes governos compreendidos período analisado). No estudo enfoca no entanto, tal pronunciamentos oficiais escritos do Ministério das Relações Exteriores fora do âmbito desses encontros da ONU. Além disso, não desvela estratégias que articulam as intenções subjacentes a esses textos.

O outro, por fim, preocupa-se com o ensino acadêmico das Relações Internacionais e a sua relação com o Direito Internacional, no tocante ao período pós-Guerra Fria. Eminentemente voltada ao ensino, essa pesquisa defende o construtivismo enquanto tendência mais apropriada ao encaminhamento de estudos

interdisciplinares entre tais áreas. Tal estudo, embora trate do tema relações internacionais, não guarda maiores semelhanças com esta investigação.

Os distanciamentos assinalados entre os três textos apresentados e esta investigação consubstanciam a singularidade de se desvelar expedientes linguísticos conciliatórios explorados nos discursos diplomáticos, em Notas Oficiais, à luz da Teoria da Argumentação. Ademais, nas plataformas pesquisadas, não foram encontrados artigos, ensaios, livros, ou capítulos de livros que relacionassem as teorias aqui abordadas para desvelar as prováveis intenções do emprego linguístico-argumentativo da comunicação ostensivo-inferencial. Essa carência reforça, sobretudo, em âmbito nacional, a contribuição desta pesquisa em contemplar o caráter argumentativo dos movimentos de comunicação ostensivoinferencial.

2.2.4.2 Sobre as produções INTERNACIONAIS

A segunda parte da busca por produções que relacionassem a Teoria da Argumentação à linguagem diplomática foi realizada primeiro na biblioteca digital Microsoft Academic¹⁵. Neste domínio, foram empregados os strings de busca "Argumentation Theory", "Perelman" e "Diplomacy", à procura de trabalhos que combinassem as três chaves. O emprego de motores diferentes do padrão que vinha sendo empregado, até agora, deu-se para que os resultados de pesquisa apresentados fossem mais refinados. Não foi estimado um intervalo de tempo para a obtenção de resultados, o que gerou a filtragem de 6 trabalhos com tais características. Veja-se:

Tabela 7 - resultados do levantamento 1 de produções internacionais para a revisão de literatura

	Tabela 1 - resultados do levaritamento 1 de produções internacionais para a revisão de interatura				
BASE	BASE DE DADOS - Microsoft Academic 06 de janeiro de 2020, às 15:15h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado	
2016	Artigo	THE PARIS AGREEMENT ON CLIMATE CHANGE: BEHIND CLOSED DOORS	Descrever as principais batalhas sobre questões controversas do Acordo de Paris e fornecer um resumo e avaliação do novo acordo, identifica vencedores e perdedores políticos e oferece explicações teóricas do resultado.	A diplomacia climática foi bem-sucedida porque a conversa internacional induzia mudança cognitiva, através de argumentos persuasivos sobre os benefícios econômicos das alterações climáticas e em favor de compromissos políticos, tanto a nível	

¹⁵ Levantamento finalizado no dia 06 de janeiro de 2020, às 15:15h, no endereço eletrônico https://academic.microsoft.com/home

				nacional e internacional.
2016	Artigo	THE POLITICS OF CULTURE AND THE CULTURE OF POLITICS: EXAMINING THE ROLE OF POLITICS AND DIPLOMACY IN CULTURAL PROPERTY DISPUTES	Enfocar maneiras pelas quais o processo de negociação de bens culturais é afetado quando os Estados agem como requerentes: o discurso e a argumentação utilizados, os meios disponíveis para pressionar a outra parte a negociar, as possíveis intervenções políticas e o cenário político internacional e seu efeito sobre o desenvolvimento da disputa.	O papel da política como uma dinâmica afetante do processo de negociação é multidimensional, consistindo em muitas dinâmicas interrelacionadas e diferentes, que podem potencialmente alterar o curso do processo.
2015	Artigo	ARGUING WITH LAW: STRATEGIC LEGAL ARGUMENTATION, US DIPLOMACY, AND DEBATES OVER THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT	Mostrar a diplomacia pró e anti-ICC foi canalizada através de uma lente legal que impôs restrições substanciais à busca de objetivos políticos, ao contrário da abordagem realista do Direito como ferramentas de poder.	O modelo de coerção com apelos argumentativos falhou em gerar uma mudança duradoura nas práticas globais.
2015	Livro	BALANCE OF POWER AND NORM HIERARCHY: FRANCO-BRITISH DIPLOMACY AFTER THE PEACE OF UTRECHT	Estudar detalhadamente a argumentação jurídica praticada na diplomacia francesa e britânica na era de 'Walpole e Fleury'.	A diplomacia franco- britânica após a paz de Utrecht serviu para perpetrar um equilíbrio de poder e uma hierarquia normativa.
2012	Artigo	STRATEGIC MANEUVERING IN DIPLOMATIC MEDIATION	Descrever ferramentas estratégicas do mediador diplomático, por meio das quais o espaço de desacordo entre disputantes é minimizado, facilitando a tomada de decisões.	O mediador constrói sua argumentação com consciência das circunstâncias específicas e dos tipos de restrições de cada caso, fazendo uma escolha pertinente do potencial tópico, ajustandoo ao público e explorando a variedade de dispositivos de apresentação.
2008	Artigo	FROM THE ART OF SEEING TO THE DIPLOMATIC ART: PERSUASION THROUGH PARADIGM CHANGE IN INTERNATIONAL RELATIONS	Propõe a extensão da análise da mudança de paradigma nas áreas de Direito Internacional e Diplomacia, a fim de abranger todas as áreas da prática diplomática.	A persuasão pode ocorrer mesmo nos casos em que os atores estão cientes de que as condições para a ação comunicativa são violadas. A persuasão não é consequência de uma mudança de crenças, mas da divulgação de certos fatos que escaparam à atenção do público.

O primeiro deles descreve controvérsias insurgidas durante a elaboração do Acordo Paris e fornece uma avaliação das perdas e dos ganhos políticos advindos

desta convenção. Defende que, neste caso específico, a diplomacia climática foi bem-sucedida porque as conversas levaram a uma mudança de pensamento, considerando-se os benefícios econômicos das alterações climáticas advindas dos compromissos políticos firmados. O enfoque deste trabalho são as práticas argumentativas depreendidas das tratativas entre os participantes do processo decisório que culminou no Acordo de Paris 2015, mas não há, como se pode ver, qualquer alusão a declarações oficiais escritas que possam ter sido emitidas pelos signatários do Acordo, ou por seus representantes.

Já o segundo aponta maneiras pelas quais o processo de negociação por bens culturais é afetado quando Estados agem como requerentes de uma contenda internacional. Realça o papel da política como uma dinâmica afetante do processo de negociação e o define como multidimensional pelos diversos interesses que sobre ele geram pressão. É um trabalho que se destina a analisar a argumentatividade de manobras políticas, mas que se ampara no conceito de diplomacia entendida como postura de cordialidade e não como atividade voltada à manutenção e representatividade do direito internacional dos Estados que representa. Afora isso, o artigo limita seu alcance a disputas relativas à propriedade de artefatos culturais entre Estados e museus, resolvidos por meio de negociação e das reivindicações subsequentes pela devolução dos objetos contestados. Seu enfoque e o seu *corpus* de pesquisa destoam, portanto, do que se encontra nesta investigação.

O terceiro mostra como a audiência avalia e responde aos apelos estratégicos incutidos em reivindicações com objetivos políticos e destaca a interferência do Direito Internacional na elaboração desse tipo de pedido. Ilustra essa situação, a partir dos esforços dos EUA para assegurar imunidades no Tribunal Penal Internacional. A despeito do poder dos requerentes dessa demanda, percebeu-se, nesse estudo, que as restrições legais não atenderam a pressões políticas. Como resultado, esclarece as razões pelas quais os EUA não conseguiram intimidar e gerar mudanças duradouras na prática global sob a jurisdição do TPI. Este é um trabalho inscrito no campo do Direito Internacional e tem a *Teoria da Argumentação* como um dos seus aportes teóricos. No entanto, distancia-se do desvelamento de intenções em Notas Oficiais publicadas em domínio diplomático, não interferindo, por conseguinte, na originalidade desta investigação.

A seu turno, o quarto, único livro da lista, estuda a argumentação jurídica praticada pela diplomacia franco-britânica após a *paz de Utrecht*¹⁶, explicando como essas manobras estratégicas de fala serviram para perpetrar um equilíbrio de poder e uma hierarquia normativa. O problema, aqui, mais uma vez, é que não se tem por pauta comunicados oficiais escritos emitidos por quaisquer dos ministérios das relações exteriores envolvidos (seja o francês ou o britânico), no intuito de propagar e defender interesses nacionais. O foco desse trabalho recai sobre efeitos alcançados por manobras diplomáticas e não sobre o desvelamento de intenções.

O quinto, à sua vez, descreve ferramentas estratégicas do mediador diplomático, por meio das quais o espaço de desacordo entre disputantes é minimizado, facilitando a tomada de decisões. Nesse trabalho, o comportamento argumentativo do mediador é investigado para se desvendar a maneira como ele consegue manter o equilíbrio entre objetivos dialético e retórico, modo a alcançar o objetivo institucional que o motiva. A pesquisa conclui que o planejamento argumentativo prévio confere ao mediador total consciência das circunstâncias específicas e dos tipos de restrições do caso a respeito do qual ele se debruça, fazendo uma escolha pertinente da abordagem do potencial tópico, ajustando-o ao público em particular e explorando a variedade de dispositivos de apresentação adequadamente. Trata-se de uma abordagem que, não intencionalmente, inclina-se à consideração de prováveis elementos que compõem a preferência de audiências e escolher e maximizar inputs, atribuindo-lhe uma presumida relevância. No entanto, não há, em tal pesquisa, qualquer referência a uma abordagem inferencial das práticas argumentativas empreendidas por mediadores diplomáticos. Tampouco seu resumo especifica qual é o corpus da atividade diplomática a ser considerado para a análise.

Por fim, o sexto propõe a extensão das análises na área do Direito Internacional, para incluir as práticas da Diplomacia. O autor desse trabalho considera que essa visão traria como avanços a compreensão do papel da linguagem e o foco em novas ideias sobre persuasão nas relações internacionais.

¹⁶ O termo alude a acordos firmados na cidade de Utrecht (1713-1715), nos Países Baixos, e que puseram fim à guerra da sucessão espanhola (1701–1714). O trono era disputado por Filipe d'Anjou, neto do francês Luís XIV, e por Carlos, da Áustria. De um lado, d'Anjou era apoiado pela França; do outro, o príncipe Carlos, tinha suporte de Grã-Bretanha, Países Baixos, Prússia, Portugal e a casa de Saboia (DHONDT, 2015).

Com isso, o artigo conclui dizendo que a persuasão efetuada por vias diplomáticas não é consequência de uma mudança de crenças, mas da divulgação de certos fatos que escaparam à atenção do público. No próprio texto se reconhece que o estudo do jogo argumentativo realizado em ambiente diplomático, em contextos de crise, direcionaria a atenção para um lado da Diplomacia ainda pouco explorado até a data de publicação do trabalho. Contudo, mais uma vez, não é especificado, no resumo, o *corpus* de pesquisa. Ainda assim, embora se alce sobre situações limítrofes, o trabalho não assinala a questão das parcerias comerciais como decisivas ao trabalho argumentativo empreendido em *Notas Oficiais*, nem faz qualquer menção a um necessário trabalho inferencial que leve à descoberta de intenções.

Como no levantamento em língua portuguesa, também se recorreu a um segundo esforço de busca por publicações internacionais a respeito de ambos os termos no buscador aberto *Scholar Google*. Para a pesquisa aspeada dos mesmos *strings* de busca, essa nova procura por trabalhos que congregassem "*Argumentation Theory*", "*Perelman*" e "*Diplomacy*" revelou a existência de 3 trabalho(s), após se realizar uma triagem sobre os 178 resultados inicialmente apresentados por esse buscador. Foram eles:

Tabela 8 - resultados do levantamento 2 de produções internacionais para a revisão de literatura

BASE	BASE DE DADOS – Scholar Google 06 de janeiro de 2020, às 20:48h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado	
2019	Capítulo	DISSOCIATION AS STRATEGIC MANEUVERING IN SPOKESPERSONS' ARGUMENTATIVE REPLIES AT CHINESE DIPLOMATIC PRESS CONFERENCES	Fornecer uma análise argumentativa completa do discurso argumentativo dos respondentes nas conferências de imprensa regulares do Ministério das Relações Exteriores da China. A partir de uma pragma-dialética, faz-se o exame dos esforços dos porta-vozes para manter um equilíbrio entre razoabilidade e eficácia ao responder às perguntas dos jornalistas.	A primeira parte desta pesquisa mostrou como o ataque pessoal é usado como um modo de manobra estratégica nas respostas dos porta-vozes. A segunda, mostrou que a dissociação é outro recurso de manobra de confronto nas respostas argumentativas dos porta-vozes.	
2019	Artigo	THE 2015 PARIS CLIMATE CONFERENCE: ARGUING FOR THE FRAGILE CONSENSUS IN GLOBAL MULTILATERAL	Analisar a construção argumentativa das declarações oficiais feitas por atores-chave (EUA, UE, China, Índia etc.) na abertura da Conferência Climática de Paris de 2015, para revelar a estrutura	Acordos multilaterais complexos como o de Paris de 2015, se baseiam em um consenso frágil, que pode ser descrito nos termos das principais premissas dos argumentos práticos de que vários	

		DIPLOMACY	subjacente de argumentos e valores práticos que legitimam a formulação de políticas globais sobre mudanças climáticas.	atores compartilham (principalmente: descrição das circunstâncias atuais e dos objetivos futuros) e nas premissas do que eles ainda discutem, mas não priorizam (hierarquias de valor ou medidas precisas).
2012	Artigo	ARGUMENTATION THEORY, CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS AND CORPUS LINGUISTICS: A CASE STUDY	Investigar o comportamento argumentativo do mediador diplomático, para elucidar como ele consegue "manter um equilíbrio delicado" (van Eemeren e Houtlosser 2002) entre os objetivos dialético e retórico, conforme o objetivo institucional específico da mediação.	O mediador constrói seu caso de argumentação com total consciência das circunstâncias específicas e dos tipos de restrições do caso, fazendo uma escolha pertinente do potencial tópico, ajustando-o ao público em particular e explorando a variedade de dispositivos de apresentação adequadamente.

O primeiro texto desta lista realiza uma análise da fala argumentativa dos respondentes de conferências de imprensa regulares do Ministério das Relações Exteriores da China. Para tanto, detém-se aos esforços dos porta-vozes em manter equilíbrio entre razoabilidade e eficácia ao responder a perguntas de jornalistas. As conclusões, mostraram que ataques pessoais e dissociação são usados estrategicamente. Como se percebe, o *corpus* não é o mesmo do que é abordado nesta investigação. Embora trate de questões diplomáticas, as conferências são típicas do domínio jornalístico. As conclusões também não cruzam com o desvelamento de intenções a partir de uma base inferencial, engendrada argumentativamente, defendido nesta Tese.

No segundo, é feita uma análise das declarações oficiais feitas por atoreschave (EUA, UE, China, Índia etc) na abertura da Conferência Climática de Paris de 2015, para se revelar argumentos e valores práticos que legitimam a formulação de políticas globais sobre mudanças climáticas. O trabalho conclui pela consciência do mediador de formular previamente seus argumentos, considerando circunstâncias específicas e restrições à sua visão, de maneira a ajustar a sua fala ao seu público, explorando a variedade de dispositivos de apresentação adequadamente. As declarações a que se faz alusão, em tal pesquisa, não são pronunciamentos oficiais escritos tornados públicos pelo Ministério das Relações exteriores dos países citados no estudo, mas, sim, as falas dos representantes de cada nação participante da dita Conferência.

No terceiro e último, procura-se investigar o comportamento argumentativo do mediador diplomático, para elucidar a como ele consegue manter um equilíbrio entre os objetivos dialético e retórico, ante o objetivo da mediação. Conclui-se que o mediador constrói seu caso de argumentação previamente preparando-se para circunstâncias específicas e restrições do caso, antevendo o perfil do público e explorando a dispositivos de apresentação adequadamente. Não se trata, como se pode perceber, de uma prática de linguagem cuja dinâmica seja semelhante à daquela que é analisada nesta investigação, as *Notas Oficiais*.

2.2.4.3 Em SÍNTESE

No que concerne às produções nacionais, observou-se que, nos trabalhos filtrados, não se apontam novos elementos teóricos a serem somados ao escopo da *Teoria da Argumentação*. Eles também não se atêm à elucidação dos expedientes linguísticos conciliatórios realizados em *Notas Oficiais* e se propõem a objetivos de pesquisa diversos dos que esta investigação abrange, embora contemplem a *linguagem diplomática* como objeto de pesquisa.

Embora alguns deles tivessem sido publicadas recentemente, tais pesquisas se atinham, respectivamente, a campos de pesquisa diversos daquele que explora as práticas de linguagem. Cabe reforçar, ainda, que nenhuma delas relaciona os strings ao domínio do *Comércio Internacional*. Ademais, também não são produções associadas ao eixo Norte-Nordeste do Brasil, o que corrobora para a importância regional desta investigação.

Do mesmo modo, pôde-se perceber que a maioria das pesquisas internacionais que congregavam os *strings* de busca "*Argumentation Theory*", "*Perelman*" e "*Diplomacy*" foi produzida nos últimos 10 anos. Isso indica que

- o estudo da argumentatividade na fala diplomática está na agenda dos pesquisadores, muito embora não se empregue o mesmo corpus de pesquisa desta investigação;
- a falta de estudos sobre Notas Oficiais, sobretudo no que tange à consideração de vínculos comerciais entre as nações, é prenúncio da originalidade desta pesquisa em explorar os afazeres conciliatórios empregados nos pronunciamentos do MRE.

Sobre este particular, cabe, ainda, mencionar que nenhum dos trabalhos estrangeiros arrolados partilha do *corpus* aqui analisado, nem se detém a desvelar as estratégias que levam aos *desvios intencionais da presunção de Relevância*, no discurso diplomático. Isto é, no cômputo geral, tais publicações apenas tangenciam elementos estudados por esta investigação, não ameaçando a sua validade enquanto estudo inédito.

O próximo item deste capítulo apresenta a noção de *Diplomacia* que é adotada neste estudo, delineando como ela historicamente se constituiu. Essa definição ensejará a apreciação das *Notas Oficiais do Itamaraty* enquanto gênero textual que manifesta uma linguagem prototípica do domínio diplomático.

2.3 DO QUE SE ENTENDE COMO DIPLOMACIA

Esta seção está subdividida em 3 (três) subitens. O primeiro deles apresentará o conceito de diplomacia assumido por esta investigação, abrangendo, ainda um histórico das atividades diplomática e os seus desdobramentos funcionais segundo estabelece a *Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas*, de 1961. Após isso é apresentada uma conceituação das *Notas Oficiais*, enquanto artifícios do fazer diplomático, com base em uma noção de Gênero Textual condizente com a concepção de linguagem que esta investigação tem por base. Isso é ilustrado a partir de textos que compõem a população do *corpus de pesquisa*. Por fim, é apresentado um estado de arte de estudos, em língua portuguesa e internacionais, a respeito das *Notas Oficiais*.

2.3.1 Sobre CONCEITO, HISTÓRIA & FUNÇÕES

A noção de *diplomacia*, que norteará as considerações das *Notas Oficiais* a serem analisadas, nesta pesquisa, atende pela habilidade de manter o direito, ao passo que promove interesses de um Estado ou de um Governo, no que tange às relações que estes mantêm frente a entidades representativas estrangeiras (MAGALHÃES, 2005). É a prática pacífica de condução de relações exteriores ou de negócios estrangeiros, da mediação de assuntos de guerra e paz, de comércio

exterior, de promoção cultural, ou da coordenação de organizações internacionais 17. Pessoas que exercem tal função são denominadas diplomatas de carreira e, para o seu exercício profissional, devem se pautar, no plano do Direito Internacional, pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961.

A diplomacia se distingue de política externa por ser um componente desta. Política externa são ações pré-definidas por uma Chefia de Estado ou autoridade política de Direito Internacional; diplomacia, ferramenta de planejamento e execução da política externa, por meio da atuação de diplomatas (MAGALHÃES, 2005). A atividade diplomática é definidora de Estados soberanos, tendo sido exercida desde as primeiras cidade-estado (MELLO, 1986).

Historicamente foi em Bizâncio que surgiram os primeiros agentes diplomáticos, os *apocrisiários*, que representavam o Papa e outros eclesiásticos (MELLO, 1986). Além destes, exerciam função semelhante os *procuratores in Romanam Curiam*, que falavam em nome de soberanos europeus junto ao Pontífice. Já a *diplomacia moderna* se originou na Itália Setentrional do começo do Renascimento, quando se instituíram as primeiras *Missões Diplomáticas*, no século XIII (NASCIMENTO E SILVA, 2002). A primeira foi estabelecida pelo ducado de Milão, em 1446, junto ao ducado de Florença. Ao final do século XVI, o serviço já havia se tornado comum, na Europa. Desde então, surgiram mecanismos como a *apresentação de credenciais de Embaixadores* a Chefes de Estado (MELLO, 1986).

A necessidade das *Missões Diplomáticas Permanentes*¹⁸ foi estabelecida pela *Paz de Vestfália* (1648), que instituiu equilíbrio sobre o sistema político-fronteiriço

1

Coloquialmente, a diplomacia é entendida como uso de delicadeza e bons modos, ou, ainda, astúcia. Segundo o site Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, consultado em 10 de março de 2019, sua etimologia remete a várias fontes. Tanto o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de José Pedro Machado, como o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa defendem que o termo se formou a partir do feminino francês diplomatie (ciência dos diplomas), derivado, por sua vez, do adjetivo diplomatique (relativo às relações políticas entre Estados, ou referente aos diplomatas). Mas este último termo teria dupla possibilidade de origem: na expressão neutra grega díploma matos, cujo significado alude a um objeto duplo, ou tablete de papel que fora dobrado em dois; no latim diploma, que denomina papel dobrado, carta de recomendação, carta de licença ou privilégio. O Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, de António Geraldo da Cunha, data de 1813 o primeiro registro da palavra em português, mas o Dicionário Houaiss indica que isso ocorrera no ano de 1836.

Missões Diplomáticas são formadas por funcionários de um Estado (acreditante) ou organização internacional, presentes em solo estrangeiro (acreditado ou acreditador). Seu objetivo é representar os acreditantes perante o acreditador. Costuma-se dar em caráter permanente quando localizada na capital de outro Estado. Nestes termos, o diplomata é um funcionário pertencente ao serviço diplomático de um Estado e uma missão diplomática, um grupo de diplomatas de mesma nacionalidade acreditados junto a um Estado estrangeiro. Já o conjunto de diplomatas de

europeu e fomentou a criação e a preservação de alianças (MELLO, 1986). A partir daí, membros da nobreza ou políticos indicados exerciam a função de embaixadores, quando também começaram a ser estruturados os Ministérios do Exterior nas principais capitais europeias. Mas práticas diplomáticas da Europa só se difundiram mundialmente, nos séculos XVIII e XIX. Nas palavras de Sergio Bath (1989):

"O sistema diplomático clássico desenvolveu-se gradualmente, do século XV ao XIX, chegando a plenitude no século XIX – a época por excelência da diplomacia "tradicional". Até então o exercício da diplomacia estava associado à classe aristocrática, um resíduo da ordem monarquica, em que o soberano escolhia um de seus cortesãos para representá-lo junto a outro monarca." (BATH, 1989, p. 14).

Advêm dessa época o *direito de legação* e os princípios de *privilégio* e de *imunidade* (MELLO, 1986). O primeiro se dá pelo envio ou recebimento de *agentes diplomáticos* (ao envio dá-se o nome de *direito de legação ativo*; ao recebimento, de *direito de legação passivo*). Já os princípios garantem a *Missões Diplomáticas* inviolabilidade; a *diplomatas*, salvo-conduto, jurisdição civil, penal e de execução e isenção fiscal e de outras prestações públicas.

Atualmente, são atribuições da *diplomacia*: representar, informar e negociar, em nome dos Estados. No que concerne a cada uma dessas investiduras, a *Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas* (1961), em seu artigo 3°, assim as descreve:

- REPRESENTAR implica em se fazer presente, em nome de um Estado, em eventos internacionais ou estrangeiros. Esta tarefa, em casos específicos, inclui o exercício de poderes atribuídos ao diplomata para praticar atos de interesse do país;
- INFORMAR relaciona-se ao dever e à prerrogativa de o diplomata se manter (e ao Estado que representa) inteirado sobre conjunturas e evolução de acontecimentos, nos locais em que trabalha. Esta função é

diversas nacionalidades presentes em solo de outro Estado é denominado *corpo diplomático*. O *corpo diplomático* acreditado em capitais costuma ter um *Decano* (embaixador há mais tempo naquela capital; em alguns lugares, tal função é legada ao *Núncio Apostólico* – representante diplomático permanente da Santa Sé – mas não do Estado da Cidade do Vaticano – que exerce o posto de *Embaixador*). O *Decano* atua como porta-voz dos interesses do *corpo diplomático* (BATH, 1989: p. 15).

- desempenhada por diplomatas acreditados, isto é, admitidos em postos fixos na nação sobre a qual informam;
- NEGOCIAR consiste em estabelecer e manter relações o fito de se concluir acordos. A depender da quantidade de partes envolvidas, a negociação pode ser bilateral ou multilateral. No primeiro caso, há duas partes interessadas. No segundo, mais de duas e costuma ocorrer durante conferências ou em organizações internacionais.

Tais tarefas devem ser executadas no âmbito do Direito Internacional e se estendem à representação de empresas ou de um indivíduo da nação representada. Já a promoção do comércio exterior é algo do que a *diplomacia* tem se ocupado atualmente, junto à promoção da imagem do Estado representado. Também nova, a *diplomacia parlamentar* inclui negociações multilaterais no âmbito da ONU e das demais organizações internacionais, segue protocolos específicos destes órgãos e se processa por debates permanentes (RUSK, 1955/2003).

As relações diplomáticas são intermediadas por órgãos especializados, subordinados a um Ministério do Exterior¹⁹, cujo expediente é composto por profissionais que representam o Estado junto a outros governos, denominado serviço diplomático. As Missões Diplomáticas se reportam ao respectivo Ministério de quem também recebem instruções de conduta. Elas são escalonadas por níveis²⁰, dependendo-se do grau hierárquico logrado pelo Chefe da Missão. A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961), assim as descreve, em seu artigo 14:

 EMBAIXADA – liderada por um Embaixador, é o nível mais elevado de uma Missão Diplomática (exclusivamente aquelas estabelecidas pela Santa Sé são denominadas Nunciaturas Apostólicas, sendo geridas por Núncios Apostólicos);

²⁰ Atualmente, elas são chefiadas por *Embaixadores*, porque a maioria foi elevada à categoria de *Embaixada*, após a Segunda Guerra Mundial.

Outras denominações comuns são: Ministério das Relações Exteriores (que é o caso do Brasil), Ministério dos Negócios Estrangeiros, Departamento de Relações Exteriores, Departamento de Estado, Secretaria de Relações Exteriores etc.

- LEGAÇÕES encabeçadas por Ministros Plenipotenciários (agentes diplomáticos munidos de plenos poderes). Para a Santa Sé, o termo aplicado é Internúncios;
- ENCARREGATURAS DE NEGÓCIOS geridas por encarregados de negócios, nível funcional mais baixo, em uma Missão Diplomática.

Hodiernamente, todas elas são chefiadas apenas por *Embaixadores*, porque, após a Segunda Guerra, a maioria das *Missões* de outro nível foi elevada à condição de Embaixada (MELLO, 1986). Afora isso, Estados também podem estabelecer *Missões Temporárias ao Exterior* para desempenhar trabalhos pontuais. A mesma Convenção ainda confere a Chefes de Estado um papel diplomático, que abrange negociar e assinar tratados, da mesma forma que o concede ao Ministro do Exterior. Mas compete exclusivamente ao Chefe de Estado, a prerrogativa de ratificar acordos em nome do seu país. Diante disso, no final do século XX, ganhou força a *diplomacia presidencial*, fruto da globalização tecnológica que aproximou líderes nacionais, sendo vantajoso artifício para a tomada de decisões do mais alto nível.

2.3.2 Sobre as NOTAS OFICIAIS

As *Notas Oficiais*, de uma maneira geral, são comunicados escritos, tornados públicos por pessoas públicas (através de assessoria de imprensa), empresas públicas e privadas, ou mesmo pelas instituições governamentais e internacionais, a fim de esclarecer, documentar e registrar, em um único turno, o seu posicionamento relativo a algum assunto sobre o qual lhes caiba intervir, ou esclarecer. Comumente, são publicadas em contextos de crise ou de iminência desta, traduzindo a importância dada pelo órgão-autor ao seu tema.

À descrição formal e funcional daquelas que são publicadas em *domínio diplomático*, é importante atentar para dois conceitos que categorizam as ações dos atores no cenário internacional: *sinais* e *índices*. Segundo Robert Jervis (1989), *sinais* seriam declarações ou ações, cujos significados são mutuamente compartilhados por atores, segundo compreensões tácitas ou explícitas. *Índices* seriam declarações ou ações que carregam evidências de capacidades e intenções dos atores. Ainda para Jervis (1989), *sinais*, ao contrário de *índices*, não têm valor intrínseco, devendo sua existência às ditas compreensões compartilhadas.

Tais definições evidenciam o papel essencialmente estratégico engendrado nas falas diplomáticas. Indo além, Jervis ainda associa ambas as categorias a palavras e atos:

"Ao tentar prever como outros se comportarão, os Estados geralmente examinam as palavras e os atos dos outros da mesma maneira e, como causa e efeito disso, ao tentar-se comunicar uma mensagem, palavras e atos geralmente desempenham as mesmas funções." (JERVIS, 1989, p. 19).

Isso significa que é preciso considerar, inicialmente, os comunicados oficiais emitidos por órgãos de serviço diplomático enquanto movimentos dinâmicos do exercício de uma *política externa*. Eles instrumentalizam a prática desta, na medida ensejando os expedientes da representação, da informação e da negociação, precípuos do fazer diplomático. Além disso, servem ao tratamento de circunstâncias limítrofes (assuntos de guerra e paz) e às tratativas que envolvem relações comerciais internacionais, promoção cultural, ou coordenação de organizações internacionais. Isso atende ao estabelecimento e à conservação de parcerias.

Essa compreensão também alude ao fato de que os pronunciamentos podem engendrar jogos enunciativos, que ora ressaltam, ora omitem posicionamentos. Neste último caso, isso pode ser feito para não tornar excessivamente saliente algo que venha a repercutir desnecessária ou negativamente ao Estado representado. No entanto, certas *Notas Oficiais* podem se mostrar *sinalizadoras*, quando apresentam, em sua tessitura, evidências de uma intenção de comunicar e para cuja compreensão vem a ser necessário um conhecimento previamente compartilhado entre as partes envolvidas. É o caso, por exemplo, das menções a dispositivos legais, conhecimentos específicos, acessíveis e mais profundamente conhecidos pelos atores do Direito Internacional. Isso ocorre no texto abaixo:

NOTA 50

08 de Março de 2018 - 18h47

NOTA À IMPRENSA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS — RESTRIÇÕES AMERICANAS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇO E ALUMÍNIO

O governo brasileiro tomou conhecimento, hoje, com grande preocupação, da decisão do governo dos Estados Unidos, de aplicar sobretaxa de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, sob alegada justificativa de segurança.

As medidas causarão graves prejuízos às exportações brasileiras e terão significativo impacto negativo nos fluxos bilaterais de Comércio, amplamente favoráveis aos Estados Unidos nos últimos 10 anos, e nas relações comerciais e de investimentos entre os dois países.

Desde o início das investigações do Departamento de Comércio dos EUA, no primeiro semestre de 2017, o governo brasileiro, em coordenação com o setor siderúrgico nacional, buscou, em sucessivas gestões, evitar a aplicação das medidas às exportações brasileiras, esclarecendo ao governo americano e a outros atores relevantes naquele país que os produtos do Brasil não causam ameaça aos interesses comerciais ou de

segurança dos EUA. Ao contrário, as indústrias de ambos os países são integradas e se complementam. Cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, utilizados como insumo pela indústria siderúrgica norte-americana. Ao mesmo tempo, o Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico dos Estados Unidos (cerca de US\$ 1 bilhão, em 2017), principalmente destinado à produção brasileira de aço exportado àquele país.

As medidas norte-americanas minarão os esforços em curso no Foro Global do Aço, do qual os EUA fazem parte, com vistas a uma solução para a questão do excesso de capacidade no setor siderúrgico, verdadeira raiz dos problemas enfrentados pelo setor.

As medidas restritivas às importações de aço e alumínio são incompatíveis com as obrigações dos EUA ao amparo da Organização Mundial de Comércio, e não se justificam, tampouco, pelas exceções de segurança do GATT 1994.

Ao mesmo tempo em que manifesta preferência pela via do diálogo e da parceria, o Brasil reafirma que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e multilateral, para preservar seus direitos e interesses.

Ministros Aloysio Nunes Ferreira e Marcos Jorge

Esta *Nota* faz menção a mecanismos reguladores do comércio internacional que viriam a ser acionados pelo *governo brasileiro*, como suporte a um provável protesto junto aos órgãos internacionais de regulação do comércio, caso o governo americano mantivesse a sua postura. A julgar pela falta de detalhamento, no que concerne aos conteúdos desses dispositivos legais e pelo fato de a ciência deles ser necessária às negociações comerciais entre nações, é possível que tal omissão tenha se dado por esses conhecimentos comporem um *background cognitivo* compartilhado entre as partes envolvidas, os representantes do Brasil e dos Estados Unidos²¹.

Isso já não acontece na *Nota 70*, de caráter mais *indicial*, posto que, nela, não há a invocação de conhecimentos prévios essenciais à compreensão, que pudessem ser compartilhados pelos interlocutores da situação em pauta:

NOTA 70

27 de Março de 2018 - 11h24

ATAQUES EM CARCASSONE E TRÈBES

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, dos ataques ocorridos em 23 de março em Carcassone e Trèbes, no sul da França, que resultaram na morte de quatro pessoas e deixaram cerca de quinze feridos.

Ao reiterar com veemência o repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, o governo brasileiro manifesta condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da França.

Neste comunicado, são efetuados os protocolares registros de ciência e envio de condolências, por parte do *governo brasileiro*, às vítimas e, por extensão, ao povo e ao governo da França. Além disso, uma vez que as categorias de Jervis (1989) tomam as manifestações linguísticas como formas de ação (em consonância com a concepção de linguagem adotada nesta Tese), é preciso considerar,

²¹ Mais questões como esta, a respeito da Nota Oficial 50, são mais bem discutidas nas Análises.

comparativamente, que o governo brasileiro se mostrou muito mais *ativo* e preocupado com as questões comerciais que estavam envolvidas no contexto de produção da *Nota Oficial 50*, do que nesta *70*. Isso pode apontar para duas coisas:

- pronunciamentos oficiais que abarcam movimentos indiciais são mais diretivos e, consequentemente, menos extensos, sendo mais frequentes e, portanto, constituindo-se como uma expectativa prototípica da produção de Notas Oficiais:
- pronunciamentos oficiais que abarcam sinalizações se desdobram ao tratamento de controvérsias, mantendo a objetividade e a formalidade no registro da linguagem, mas usufruindo desses recursos como elementos de suporte à argumentatividade, no que se inclui o evidente prolongamento da extensão textual.

Daí que, como Marcuschi (2004a), esta investigação também considera que a descrição dos aspectos formais dos *Gêneros Textuais*, a exemplo desses comunicados, não se pode ater a critérios universalistas, porque *Gêneros* são criados, ou ficam obsoletos e, em certos casos, mesclas são feitas, para os usuários realizarem significados e propósitos comunicativos. É mais prudente considerá-los como formas de controle social, identificáveis pela sua prototipicidade recorrente, mas não tácita.

Bazerman (2005, p. 31), por exemplo, os concebe os *Gêneros Textuais* como *fenômenos psicossociais de reconhecimento*, porque, a sua relativa estabilidade os faz emergir de situações em que se tornam típicos, aptos a um controle das atividades comunicativas e à definição de relações de poder. Por isso, Marcuschi (2004b) diz: eles são *"formas socialmente sancionadas de organizar e controlar as atividades sociais"* e é a isso que atende essa impressão de que *Notas Oficiais* são textos sucintos em alusão à característica indicial.

Mas cabe mencionar, no tocante à sua plasticidade (adquirida com o tempo e conforme os avanços tecnológicos empregados na sua veiculação), que as *Notas Oficiais* publicadas em domínio diplomático, mesmo tendo um caráter institucional que as fazem ser reconhecidas como tais, podem sofrer adaptações para suprir renovados contextos. Isso giraria em torno das necessidades diplomáticas a serem supridas. Daí que elas podem também se mesclar a outros gêneros, consolidando

novas formas e funções (MARCUSCHI, 2004b), sendo, ainda assim, reconhecidas, como *Notas Oficiais*, por se constituírem como formas de cognição situadas desse ambiente de circulação, voltado à política externa. O comunicado a seguir ilustra isso:

NOTA 326

21 de Setembro de 2018 - 19h42

25 ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O CAZAQUISTÃO

Será comemorado, em 22 de setembro, o 25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão. Os presidentes Michel Temer e Nursultan Nazarbayev, e os ministros das Relações Exteriores, Aloysio Nunes e Kairat Abdrakhmanov, trocaram, recentemente, mensagens alusivas ao fato.

A cada ano, os dois países vêm consolidando o relacionamento bilateral. Em junho deste ano, foram assinados três instrumentos no campo jurídico: Acordo sobre Extradição, Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas e Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal.

Brasil e Cazaquistão são países em desenvolvimento com economias dinâmicas e sociedades multiétnicas e multiculturais. Ambos têm compromisso com a paz, o fortalecimento do multilateralismo e o desenvolvimento sustentável. Ao celebrar a cooperação já estabelecida, o governo brasileiro manifesta o desejo de trabalhar com o governo cazaque para fortalecer ainda mais os laços que unem os dois países.

Este texto, de teor *noticioso*, relata o histórico de experiências conjuntas vividas por duas nações e seus então representantes, exprimindo o caráter festivo atribuído a uma data específica. Além disso, é realizada uma contextualização e o aprofundamento da natureza e dos meandros da relação entre esses países, interligando-se, estrategicamente, narração a exposição. A construção da *Nota Oficial* 326, logo, mesclou-se ao perfil igualmente objetivo e sintético da *reportagem*, gênero do domínio jornalístico, fato que será mais bem discutido nas *Análises*.

Essas considerações a respeito de *prototipicidade* e *plasticidade* traduzem a definição de *Gênero*, de base sociocognitiva e interacionista, que é adotada nesta investigação. Aqui, eles são tomados como *formas organizadas e dinâmicas de atuação social, reiteradas no cotidiano, a partir do qual ganha forma, para os usuários realizarem significados. Isso entra em alinhamento com a concepção de língua como ação, situada social, histórica e cognitivamente. Mais do que isso, desvenda uma visão pragmática para o estudo dos <i>Gêneros Textuais*, uma vez que se os enxerga como elementos estruturantes e organizadores da sociedade. Assim, presume-se que, sem eles, não existe organização social, constituintes e constitutivos que são das atividades de linguagem, sendo delas aparatos atitudinais incontornáveis.

É por isso que, à caracterização dos pronunciamentos oficiais diplomáticos, é mister considerar a natureza dos usos que deles são feitos, no seu contexto específico de circulação. Ou seja: à descrição da sua constituição, do seu funcionamento e dos seus modos de circulação convém a compreensão do conceito, da história e das funções da diplomacia, que precederam a explanação feita nesta seção. É diante disso que se pode dizer que o *corpus* de pesquisa desta investigação, as *Notas Oficiais do Itamaraty*, tendem a evidenciar os seguintes aspectos recorrentes, que levam ao seu reconhecimento psicossocial, em seu ambiente de circulação:

- Atendem ao dever de REPRESENTAÇÃO, pois são redigidas pelo órgão supremo que atua em nome do Brasil frente à comunidade internacional: o Ministério das Relações Exteriores;
- 2. Emergem de da necessidade de se INFORMAR algo sobre que o MRE julga ser necessário se posicionar, ou esclarecer, ou intervir;
- Encenam um jogo enunciativo através do qual executam um dos expedientes precípuos do fazer diplomático: DEFENDER interesses do Estado que representa;
- 4. Pressupõem públicos distintos: um que a quem se vai direcionar comunicados indiciais e com quem se interage através de comunicados cuja prototipicidade é mais facilmente reconhecida; outro a quem são direcionados pronunciamentos mais plasticamente elaborados, contendo estímulos enunciativos que sinalizam a presunção de relevância de uma informação (para cuja compreensão são necessários conhecimentos técnicos prévios);
- 5. São sempre concebidas na modalidade escrita, para efeito de monitoramento, documentação e de registro. Elas podem também circular, eventual e posteriormente, em suportes multimodais que lhes proporcionem maior publicidade (rádio, tv, internet...), a depender da importância do contexto em que se inscrevem.

Assim sendo, o conceito a que se chega é o de que as *Notas Oficiais* publicadas em domínio diplomático são comunicados escritos, assim redigidos com o intuito de monitoramento, documentação e registro das falas ditas institucionais a respeito de um tema que requeira um tratamento condizente com o que preconiza o Direito Internacional. Podem ser tornados públicos por líderes de nações, ou por seu Ministério do Exterior, de maneira a explicitar o seu posicionamento em relação a algum assunto sobre o qual lhes caiba esclarecer, ou intervir. Por isso mesmo, esse

Gênero Textual tende a traduzir a importância dada pela sua autoria ao assunto sobre o qual, nestes textos, se discorre.

Esta definição evidencia características que as tornam passíveis de uma análise a respeito do jogo enunciativo que encenam suas entidades redatoras, no intuito de ressaltar, de omitir, ou de não tornar excessivamente saliente um posicionamento que venha a repercutir desnecessária ou negativamente àqueles que elas representam. É por isso também que elas ensejam a conciliação de constructos teóricos da *Teoria da Relevância* e da *Teoria da Argumentação*, para o desvelamento das estratégias de conciliação nelas realizadas, para se encerrar os expedientes de representar, informar e negociar, dos quais se fazem instrumento.

2.3.3 Notas Oficiais em OUTROS ESTUDOS

Esta seção apresenta um levantamento de produções em língua portuguesa e internacionais, que contemplem uma análise das características e funcionalidades do *gênero textual Notas Oficiais*. Esse procedimento foi realizado a partir de uma busca automática em bibliotecas digitais, à procura de artigos, dissertações, teses, livros ou capítulos de livro que atendessem aos termos-chave "*Notas Oficiais*", em português, e "*Official Statements*", em inglês. A busca foi realizada com o emprego dos *strings* assim aspeados e não foram estabelecidos quaisquer outros filtros que pudessem limitar os resultados.

Visando à sua atualização, o levantamento foi feito com a maior aproximação possível da data de avaliação da Tese. As bibliotecas digitais empregadas para a procura por produções nacionais foram as mesmas empregadas para as teorias anteriores: o *Catálogo de Teses e Dissertações* da CAPES e o buscador aberto *Google Acadêmico*. Assim também se procedeu para produções internacionais, foram empregadas as plataformas *Microsoft Academic* e, novamente, o *Scholar Google*. Igualmente se optou-se por não realizar recortes temporais. Com isso, foi feita uma observação de amplo espectro acerca de tudo o que relacionava ao objeto desta nova busca, nessas bases de dados.

A verificação da paridade entre as produções arroladas e esta investigação se deu a partir da leitura dos resumos dessas publicações. Deles foram considerados o ano de divulgação, o título, a área de concentração, os objetivos e os resultados apresentados (quando necessário, foram levados em conta referencial teórico e

metodologia). Foram desconsiderados trabalhos que não que não apresentassem resumo, ou que não tivesse a linguagem como elemento teórico de discussão. Com isso, a amostra final desta coleta foi constituída por 12 produções.

A seguir é apresentada uma sinopse avaliativa do que foi percebido com a apreciação desses trabalhos. Ela indica as contribuições dadas por essas produções e os seus traços de identificação para com esta Tese, ao passo que também explicita o que afasta as suas abordagens daquilo a que se propõe aqui. Os efeitos do emprego deste protocolo reforçaram a importância desta investigação, por ela recobrir o quadro dos desvios intencionais de atenção da audiência enquanto estratégia argumentativa, evidenciando expedientes conciliatórios explorados no discurso diplomático, em Notas Oficiais.

2.3.3.1 Sobre as produções NACIONAIS

A primeira parte das tentativas de busca por produções nacionais que relacionassem a Teoria da Argumentação à linguagem diplomática foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES²². Neste domínio, foi empregado o string aspeado "Notas Oficiais", à procura por trabalhos nacionais. Não foi estimado um intervalo de tempo para a obtenção de resultados. Além daqueles que já foram apontadas nos levantamentos anteriores, esta nova operação apontou 2 trabalhos, sendo uma tese e uma dissertação. Contudo, apenas um dos textos contava com resumo adicionado à Plataforma Sucupira. Foi ele:

Tabela 9 - resultados do levantamento 1 de produções nacionais para a revisão de literatura

	BASE DE DADOS – Capes (catálogo de Teses e Dissertações) 05 de janeiro de 2020, às 02:18h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado	
2015	Dissertação	DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA: BELO MONTE NA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	Analisar a interface entre direitos humanos e o desenvolvimento na Amazônia, a partir da Medida Cautelar nº 382/2010 (sobre as Comunidades Indigenas em La Cuenca del Río Xingu, no Pará, ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no que concerne à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.	A promoção e a proteção dos direitos humanos refletem a importância do esforço histórico das redes transnacionais para a sua defesa pela responsabilização internacional dos estados.	

²² Levantamento finalizado no dia 05 de janeiro de 2020, às 02:18h, no endereço eletrônico: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/

Trata-se de uma Dissertação de Mestrado que tem como foco os direitos humanos, pontuados ao modo da Medida Cautelar nº 382/2010 e aplicados a Comunidades Indigenas quando da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Defende que comunidades indígenas e ribeirinhas não foram consultadas sobre o destino das terras, motivo pelo qual a Comissão Interamericana de Direitos Humanos solicitou a suspensão das obras. É deste ponto que surge a única aproximação desse trabalho com esta investigação: em retaliação, o governo brasileiro lançou *Nota Oficial* declarando as resoluções como precipitadas e injustificáveis. Seus resultados indicaram que a promoção e a proteção dos direitos humanos refletem a importância do esforço histórico das redes transnacionais para a sua defesa pela responsabilização internacional dos Estados, o que mais se nivela aos fins jurídicos de tal pesquisa, do que a que se propõem as análises de *Notas Oficiais* nesta investigação.

Dado o fato de que foi encontrada apenas essa publicação, munida de resumo e que contemplava pronunciamentos do MRE, foi realizado um último esforço de pesquisa por publicações, em língua portuguesa, no buscador aberto *Google Acadêmico*. Para a pesquisa aspeada do mesmo o *string* de busca, a nova procura revelou a existência de 7 trabalhos:

Tabela 10 - resultados do levantamento 2 de produções nacionais para a revisão de literatura

BASE	BASE DE DADOS - Google acadêmico 05 de janeiro de 2020, às 11:31h					
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado		
2019	Artigo	ENTRE O INTELIGÍVEL E O SOFRIMENTO: ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO OFICIAL DA SAMARCO E DA VALE IMEDIATAMENTE APÓS O ROMPIMENTO DAS BARRAGENS EM MARIANA (2015) E BRUMADINHO (2019)	Analisa as mensagens oficiais das organizações mineradoras Samarco e Vale diante dos rompimentos de suas barragens de rejeitos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), com o objetivo de verificar como se estabeleceram as interações entre as organizações citadas e a sociedade.	Ao analisar a construção semântica empreendida pelas organizações em tela, identificamos que ambas organizações procuraram construir o significados dos acontecimentos enquanto um acidente, ao passo que a organização Vale investiu mais na dimensão sensível em comparação com a Samarco.		

2019	Comunicação	ROMPIMENTO DAS BARRAGENS EM MARIANA (2015) E BRUMADINHO (2019): REGIMES DE INTERAÇÃO NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES	Analisa as mensagens oficiais das organizações mineradoras Samarco e Vale, com o objetivo de verificar como se estabeleceram as interações entre as organizações citadas e a sociedade ao longo do tempo.	A partir das análises realizadas, constatouse, ambas as mineradoras tentam se se construir como fontes confiáveis de informações, articulando os regimes da manipulação e o do ajustamento.
2016	Comunicação	MODELOS DE ASSISTÊNCIA E IDENTIDADES ENGENDRADAS: NOTAS SOBRE POLÍTICA E SAÚDE MENTAL NO BRASIL	A partir de uma etnografia da reação "Fora Valencius", resgatar como as posições ideológicas e técnicas aparecem nas defesas e proposições de modelos de assistência que conformam ou possibilitam identidades diversas.	Os resultados trazem à tona discussões em torno da reforma psiquiátrica, configurando-se como pilares para as ações e os programas de governo que incidiram e incidirão na vida dos profissionais e dos usuários do sistema psiquiátrico brasileiro.
2010	Tese	RETÓRICA NO DISCURSO ORGANIZACIONAL: CONSTITUIÇÃO DO ETHOS DA ORGANIZAÇÃO A PARTIR DE NOTAS OFICIAIS SOBRE ACIDENTES.	Observar como os estudos da subjetividade contribuem na formação do ethos da empresa e, dessa forma, descobrir critérios retóricos que permitem interpretar as Notas Oficiais de acidente como formadoras de ethos da organização.	O estudo mostrou que existe um discurso fortemente marcado por argumentos criados em função da dimensão do acidente, para evidenciar a força da instituição e minimizar possíveis pontos negativos.
2010	Monografia	GERENCIAMENTO DE UMA CRISE À DISTÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE AS NOTAS A IMPRENSA EMITIDAS PELA AIRFRANCE APÓS O ACIDENTE COM O AF 447	Analisar a atuação da assessoria de imprensa da AirFrance por intermédio das notas emitidas durante a crise que sucedeu ao acidente com o voo AF 447, em junho de 2009.	
2010	Dissertação	A POLÊMICA COMO INTERINCOMPREENSÃO NO DISCURSO DA POLÍTICA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Analisar como se estabelece a relação de interincompreensão, descrevendo simulacros que cada sujeito constrói do seu interlocutor e de si mesmo.	O embate discursivo se desenvolve, nas Notas, numa perspectiva em que que não se vislumbra a possibilidade de os adversários reverem posicionamentos
S/d	Artigo	DEFESA NACIONAL, DIPLOMACIA PÚBLICA BRASILEIRA E INCIDENTES TERRORISTAS INTERNACIONAIS EM 2015		As análises revelaram um tímido posicionamento das autoridades nacionais frente aos incidentes de natureza terrorista, às graves afrontas à

	estabilidade internacional e à democracia às ordens internas das nações, notadamente dos povos que habitam
--	--

O primeiro deles enfoca a comunicação oficial da Samarco e da Vale imediatamente após o rompimento das barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), com o objetivo de verificar como se estabeleceram as interações entre as organizações citadas e a sociedade. Defende que as interações das organizações se constituem como enquadramentos simbólicos, políticos e éticos, que afetam o significado de injustiça na sociedade e revela que ambas organizações procuraram construir o significados dos acontecimentos enquanto um acidente, investindo-se, ainda, na dimensão sensível. O resumo deste trabalho não menciona o referencial teórico adotado, mas percebe-se que o seu foco não recai sobre o exercício da diplomacia no âmbito das relações internacionais comerciais, como o faz esta investigação.

O segundo, muito semelhante ao anterior, explicita, entretanto, que o seu referencial teórico se assenta no modelo de regimes de interação e sentido de Landowski (2014). Aborda também o rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), mas analisa as mensagens oficiais das organizações mineradoras Samarco e Vale, com o objetivo de verificar como se estabeleceram as interações entre as organizações citadas e a sociedade, ao longo do tempo. A partir das análises realizadas, constatou-se, ambas as mineradoras tentam se se construir como fontes confiáveis de informações, articulando os regimes da manipulação e o do ajustamento. Uma vez mais, uma pesquisa não se volta ao exercício da diplomacia no âmbito das relações internacionais comerciais, como esta investigação o faz.

O terceiro se volta à luta antimanicomial, compreendendo a análise das reações populares, em redes sociais e blogs e de jornais de grande visibilidade, contra a nomeação, em 2015, de Valencius Wurch como novo gestor da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras drogas. Realiza uma etnografia dessa reação, tendo por objetivo resgatar como as posições ideológicas e técnicas aparecem nas defesas e proposições de modelos de assistência que conformam ou possibilitam identidades diversas. Os documentos analisados, para tanto, se

compunham de postagens em páginas do Facebook, matérias de jornais, relatórios finais de conferências sobre saúde mental, leis e *Notas Oficiais*. A respeito destas, mostrou-se que marcam posicionamentos de cada grupo, que, por serem abertas a subscrições, se tornaram instrumentos de embates a respeito dos modelos de assistências e dos tipos de reforma. Não há, como se pode perceber, qualquer relação entre o fazer diplomático ensejado por este último material de análise, ou qualquer relação com os objetivos e marcos teóricos desta investigação.

O quarto aborda a produção linguística enquanto espaço privilegiado de construção subjetiva e, a partir disso, analisa, sob a perspectiva da retórica, uma Nota Oficial do acidente ocorrido com a empresa Mineração Cataguases, em 2007, e três da Air France, veiculadas por ocasião do acidente com a aeronave A330-200, em 2009, consideradas como parte do discurso organizacional. Procura observar como os estudos da subjetividade contribuem na formação do ethos de empresas, para, com isso, descobrir critérios retóricos que permitem interpretar as *Notas* Oficiais de acidente como formadoras de ethos organizacional. Os subjetivemas foram abordados conforme a concepção de Kerbrat-Orecchioni (1997) e estudos retóricos de Aristóteles, Perelman, Maingueneau e Meyer deram suporte à compreensão da noção de ethos. Seus resultados indicaram que existe um discurso fortemente marcado por argumentos criados em função da dimensão do acidente, para evidenciar a força da instituição e minimizar possíveis pontos negativos. Com objetivo distinto e com base em nuances teóricas diferentes, esse trabalho se debruça sobre o mesmo corpus desta investigação, sem, contudo, atingir o desvelamento de intenções da autoria das Notas, através das estratégias que nelas são empregadas para se atrair a presunção de relevância da audiência.

O quinto se atém ao gerenciamento de crise à distância, efetuado por notas à imprensa emitidas pela AIRFRANCE, após o acidente com o AF 447. Analisa a a atuação da assessoria de imprensa da AirFrance por intermédio das notas emitidas durante a crise que sucedeu ao acidente com o voo AF 447, em junho de 2009. O resumo da pesquisa não explicitou os resultados alcançados, mas indicou que, por sse situar na área de comunicação social, o trabalho se deteve a explicar em que consiste a assessoria de imprensa (a sua definição e relevância para organizações); a importância do gerenciamento de crise; as medidas utilizadas pela assessoria da AirFrance, mediante notas à imprensa divulgadas no site da companhia e a impressão deixada pelo desempenho dessas tarefas frente a parentes de vítimas e

jornalistas. Tal estudo, embora tenha como *corpus Notas Oficiais*, não guarda mais semelhanças com esta investigação.

O sexto enfoca a polêmica como *interincompreensão* no discurso da política acadêmica da Universidade Federal do Pará, tomando como suporte teórico Maingueneau (2005). Assim, analisa como se estabelece essa relação de interincompreensão, descrevendo simulacros que cada sujeito constrói do seu interlocutor e de si mesmo. Tem como *corpus* pesquisa *Notas* das três entidades acadêmicas da UFPA, que se referem à tomada da Reitoria, pelos estudantes, ocorrida em junho de 2007. A pesquisa, até pelas suas bases teóricas, é desenvolvida em uma perspectiva discursiva, já se afastando-se do recorte feito nesta investigação. Como resultados aponta que o embate discursivo se desenvolve, nas *Notas*, numa perspectiva em que que não se vislumbra a possibilidade de os adversários reverem posicionamentos. Isto é, o trabalho em questão não explora aspectos das relações comerciais internacionais intermediadas pelo diálogo diplomático instrumentalizado por *Notas Oficiais* do MRE.

O sétimo e último trabalho resultante deste levantamento se situa na área de Relações Internacionais e analisa como Notas Oficiais emitidas pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre incidentes terroristas internacionais, ocorridos entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2015, tendem a refletir um comportamento inerme do Governo brasileiro e respectivas autoridades diplomáticas com relação ao combate ao terrorismo. O resumo deste trabalho não identifica objetivos de pesquisa, referencial teórico ou metodologia, mas indica que as análises revelaram um tímido posicionamento das autoridades nacionais frente aos incidentes de natureza terrorista, às graves afrontas à estabilidade internacional e à democracia às ordens internas das nações, notadamente dos povos que habitam territórios em conflito. Embora as lacunas percebidas, este foi o primeiro, entre todos os trabalhos até agora contemplados, que, de fato, aproximou-se desta investigação, ao abordar a defesa nacional efetuada pela diplomacia pública brasileira. Contudo, os trabalhos se distanciam, pois o foco desta investigação é o desvelamento de intenções incutidas numa comunicação ostensivo-inferencial efetuada argumentativamente em Notas Oficiais do Itamaraty, tendo-se em vista relações comerciais brasileiras.

Os distanciamentos assinalados entre os sete textos apresentados e esta investigação consubstanciam a singularidade de se desvelar expedientes

linguísticos conciliatórios explorados nos discursos diplomáticos, em *Notas Oficiais*, à luz da *Teoria da Relevância* e da *Teoria da Argumentação*. Ademais, nas plataformas pesquisadas, não foram encontrados materiais que relacionassem o *Gênero Textual* teorias aqui abordado o objetivo deste estudo. Essa carência reforça, sobretudo, em âmbito nacional, a contribuição desta investigação, ao contemplar o caráter *sinalizador* dos movimentos de *comunicação ostensivo-inferencial*.

2.3.3.2 Sobre as produções INTERNACIONAIS

A segunda parte da busca por produções que relacionassem a Teoria da Argumentação à linguagem diplomática foi realizada primeiro na biblioteca digital *Microsoft Academic*²³. Neste domínio, foi empregado o *string* de busca "*Official Statements*". Não foi estimado um intervalo de tempo para a obtenção de resultados, o que gerou a filtragem de 3 trabalhos que atendessem a esse motor de busca. Veja-se:

Tabela 11 - resultados do levantamento 1 de produções internacionais para a revisão de literatura

BASE	BASE DE DADOS - Microsoft Academic 06 de janeiro de 2020, às 15:15h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado	
2018	Artigo	CYBERSECURITY BREACH AND CRISIS RESPONSE: AN ANALYSIS OF ORGANIZATIONS' OFFICIAL STATEMENTS IN THE UNITED STATES AND SOUTH KOREA	Descrever como crises sobre violações de segurança cibernética podem ser administradas pela comunicação de empresas.	O estudo constatou que as declarações oficiais diferiam quanto à dimensão cultural (individualismo versus coletivismo, distância pequena versus grande potência) e ao estilo de comunicação (comunicação de baixo contexto versus alto contexto).	
2012	Livro	OFFICIAL STATEMENTS OF WAR AIMS AND PEACE PROPOSALS, DECEMBER 1916 TO NOVEMBER 1918	Ilustrar a comunicação diplomática do período através de documentos representativos de propostas de paz, ou aplicados a objetivos de guerra e suas respectivas respostas.		
2009	Livro	VIOLATION OF THE PRESUMPTION OF INNOCENCE IN OFFICIAL STATEMENTS OF THE STATE'S REPRESENTATIVES		Avalia ser necessária uma estratégia-padrão para expor informações processuais à mídia, considerando-se, ainda informar o público em geral.	

²³ Levantamento finalizado no dia 06 de janeiro de 2020, às 15:15h, no endereço eletrônico https://academic.microsoft.com/home

-

O primeiro deles descreve como como crises sobre violações de segurança cibernética podem ser administradas pela comunicação de empresas. O estudo comparou 108 declarações oficiais emitidas por organizações nos Estados Unidos e na Coréia do Sul quando violações da segurança cibernética ameaçavam a sua reputação. Foram examinadas as características de um pedido de desculpas e outros tipos de respostas a crises. O estudo constatou que as declarações oficiais diferiam quanto à dimensão cultural e ao estilo de comunicação. Esse trabalho se insere nas áreas da comunicação social, da gestão de crise e da política empresarial, não guardando semelhanças com esta investigação, exceto pela análise dos pronunciamentos oficiais.

Já o segundo compila e analisa declarações oficiais de objetivos de guerra e propostas de paz de dezembro de 1916 a novembro de 1918. Abrange uma coleção de documentos representativos de propostas de paz, ou aplicados a objetivos de guerra e suas respectivas respostas. O trabalho não apresenta conclusões, em seu resumo, mas se percebe que seu enfoque e a natureza das comunicação de crise bélica destoam do que se encontra nesta investigação.

O terceiro, por fim, mostra violações da presunção de inocência nas declarações oficiais dos representantes do estado durante processos criminais. O resumo do livro não enuncia os objetivos do texto, mas avalia ser necessária uma estratégia única de expor informações processuais à mídia, considerando que comunicados oficiais devem também estar qualificados para informar o público em geral. Situado na área jurídica, difere, pois, do que se faz nesta Tese.

Como no levantamento em língua portuguesa, também se recorreu a um segundo esforço de busca por publicações internacionais a respeito de ambos os termos no buscador aberto *Scholar Google*. Para a pesquisa aspeada do mesmo *string* de busca, essa nova procura por trabalhos que congregassem "*Official Statements*", revelou a existência de mais 1 trabalho, após se efetuar triagem sobre os 131 resultados inicialmente apresentados. Foram eles:

BASE DE DADOS – Scholar Google 06 de janeiro de 2020, às 20:48h				
Ano	Gênero	Título	Objetivo	Resultado
2016	Artigo	THE UTILIZATION OF BRAZIL EFFORTS IN TOURISM SECTOR AS A PART OF ITS PUBLIC DIPLOMACY (2012- 2016): THE ENHANCEMENT OF NATION BRANDING THROUGH RIO OLYMPICS.	Tem por objetivo analisar as relações entre a diplomacia pública, aliada à diplomacia esportiva, com o volume de visitantes atraídos ao Brasil em função dos jogos Olímpicos de 2016.	Concluiu-se que tanto diplomacia pública quanto diplomacia esportiva, foram usadas pelo governo brasileiro, durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, para atrair turistas e melhorar a imagem do país no exterior.

Tabela 12 - resultado do levantamento 2 de produções internacionais para a revisão de literatura

Este texto explora estratégias do governo brasileiro para a aplicação da diplomacia pública por meio da diplomacia esportiva, quando se usou os Jogos Olímpicos Rio 2016 como instrumento para atrair turistas e melhorar a imagem do país no exterior. Utiliza como método a pesquisa analítica qualitativa, vistas ao volume de visitação atraído por esse evento esportivo. Materiais de análise empregados foram publicações oficiais do governo e suas declarações oficiais. O estudo não revela seus fundamentos teóricos, mas é possível perceber que, à medida que se aproxima desta investigação pelo enfoque dos pronunciamentos oficiais e pela consideração do aspecto diplomático enquanto instrumento de política externa, o referido trabalho se afasta por não contemplar tais instrumentos a serviço das relações internacionais aplicadas a práticas comerciais.

2.3.3.3 Em SÍNTESE

No que concerne às produções em língua portuguesa, observou-se que, nos trabalhos filtrados, não se apontam novos elementos teóricos a serem somados à caracterização e à descrição do funcionamento dos expedientes conciliatórios realizados em *Nota Oficiais* com fins diplomáticos. Apenas um deles se aproximou de explorar o fito de representação e de defesa dos interesses nacionais exercidos por esses comunicados, mas se distanciou por se concentrar mais na área de *Relações Internacionais* do que propriamente no estudo da linguagem.

Embora alguns desses estudos tivessem sido publicados recentemente, a maior parte completaria 10 anos de distanciamento do atual cenário científico. Além disso, nenhuma das pesquisas relacionou o usufruto diplomático das *Notas Oficiais* à *Teoria da Relevância* e à *Teoria da Argumentação*, tendo-se em vista o *Comércio*

Internacional. Pelo contrário, a maioria delas fugiu ao escopo dos estudos da linguagem, direcionando-se mais às áreas do Direito, da Comunicação Social, ou das políticas de Gestão Empresarial, por exemplo.

Do mesmo modo, observou-se que as poucas pesquisas internacionais que atendiam ao *string* de busca "Official Statements" não se relacionavam às pretensões desta investigação. A maioria delas é atual, apenas uma delas tendo superado a barreira de uma década desde a sua publicação. foi produzida nos últimos 10 anos.

Tais impressões ratificam que o estudo de características e de funcionalidades das *Notas Oficiais*, em domínio diplomático tende a elucidar traços ainda não explorados do comportamento linguístico encerrado no jogo enunciativo desses textos Isso também confirma que a conciliação entre elementos da *Teoria da Relevância* e *Teoria da Argumentação* pode ser útil para se revelar como são engendrados os expedientes precípuos do fazer diplomático de representar, de informar e de negociar em defesa de interesses nacionais.

O próximo item deste capítulo apresentará a *Metodologia* que guiou esta Tese ao alcance do seu objetivo maior de *demonstrar que* é *possível empregar uma comunicação ostensivo-inferencial para desviar, intencionalmente, a presunção de relevância de uma audiência*, intuito que não foi partilhado por nenhum dos trabalhos arrolados neste, ou em qualquer dos levantamentos anteriores realizados nesta investigação.

3 METODOLOGIA

Este capítulo revela o processamento metodológico desta investigação. Para oferecer mais clareza à sua pormenorização, ele está subdividido em três seções: a primeira aborda o *método* e os *tipos de pesquisa*; a segunda, os procedimentos de *coleta* e de *tratamento* do *corpus*; a terceira, as *técnicas* e as *tecnologias* aqui empregadas.

Tal conjunto de procedimentos confluiu para se demonstrar que é possível empregar uma comunicação ostensivo-inferencial para desviar, intencionalmente, a presunção de relevância de uma audiência. A primeira dessas etapas pode ser encontrada logo a seguir.

3.1 DO MÉTODO E DOS TIPOS DE PESQUISA

Foi adotado o raciocínio dedutivo como fio condutor desta pesquisa, pois ela parte da hipótese de que a comunicação ostensivo-inferencial poderia ser empregada intencionalmente, como recurso para o desvio da atenção de uma audiência, quando se objetiva a manutenção de um acordo já estabelecido entre o comunicador e um auditório específico, bem como visa à preservação da boa imagem do Estado/Nação. Esse método serviu para testar, através da observação, o comportamento da comunicação ostensivo-inferencial em textos autênticos, reportando seus modos de realização, objetivos e características aplicados a fins diplomáticos.

Em função dessa escolha, esta investigação se consumou como uma *pesquisa* aplicada, ao elucidar expedientes conciliatórios explorados nos discursos oficiais, em favor da manutenção de acordos firmados com parceiros estrangeiros e da conservação da imagem positiva do país, interna e externamente. A escolha desse domínio se deu por se observar na *diplomacia* um serviço dado à negociação, que estabelece e conserva pactos, bem como antevê e evita conflitos, por meio essencialmente de recursos de linguagem.

A pesquisa também teve um viés descritivo, para caracterizar o modus operandi da comunicação ostensivo-inferencial em Notas Oficiais do Itamaraty. Comportou, ainda, uma investigação de cunho explicativo, para aprofundar o tratamento dado a esse fenômeno (pormenorizando seu comportamento e seu

caráter argumentativo, ao passo que apontou suas virtuais motivações e efeitos de sentido gerados). Essas duas investiduras foram sustentadas por uma pesquisa *bibliográfica*, que embasou o tratamento teórico do tema.

3.2 DO CORPUS

3.2.1 Natureza, população e amostra

Compõe o *corpus* desta investigação um total de 40 *Notas Oficiais* do Itamaraty, que foram publicadas no site do *Ministério brasileiro das Relações Exteriores*. Indivíduos de qualquer nacionalidade podem navegar por essa plataforma, a partir de qualquer localização no mundo, bastando-lhes estar munidos de instrumento digital conectado à WEB. Tal facilidade de acesso garante autenticidade e rastreabilidade aos comunicados coletados para esta pesquisa.

Além disso, por se tratar de uma atividade monitorada, a redação das *Notas* sugere um controle maior da formulação e registro de informações, dando segurança à observação da argumentatividade incutida na *comunicação ostensivo-inferencial*. Portanto, esses comunicados demonstram como desvios de atenção inclinam o público ao processamento de informações periféricas em relação ao posicionamento oficial do país, ante dos seus motivos de publicação.

Eles foram agrupados em dois conjuntos:

- NOTAS MAIS COMPROMETIDAS com países parceiros do Brasil
 Textos ligados a países que promovem significativo impacto sobre a geopolítica internacional e com os quais o Brasil constitui estreitas relações comerciais, contabilizando um total de 25 exemplares;
- NOTAS MENOS COMPROMETIDAS com parceiros do Brasil
 Textos ligados a países com pouco impacto sobre a geopolítica
 internacional e cujo vínculo de mercado com o Brasil se mostrou mínimo,
 contabilizando 15 exemplares.

As *Notas* de ambos os conjuntos foram publicadas durante o ano de 2018. Por isso, a avaliação das relações mercadológicas entre o Brasil e os países envolvidos considerou dados econômicos do fechamento de 2017. Os indicadores apontam o saldo da balança comercial (taxas de exportação e de importação) e

constam no site do *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços* – outro suporte que garante autenticidade e rastreabilidade a esses índices.

Os 40 textos foram assim escolhidos: 25 nos meses de março e abril (as *Notas* mais comprometidas com profícuos parceiros brasileiros) e 15 em agosto e setembro (as *Notas* menos comprometidas com parceiros brasileiros). Desse total, foram empregados, como amostra, 20 textos: 10 relativos a cada conjunto. Os critérios que nortearam a seleção dos textos para a composição do *corpus* serão explicitados no próximo item.

3.2.2 Condições de coleta e de tratamento

A primeira fase da coleta consistiu no acesso ao site do Itamaraty, visando à seção denominada Notas à Imprensa (http://www.itamaraty.gov.br/notas-a-imprensa). Uma vez nesse domínio, procedeu-se à localização das Notas Oficiais enquadradas nos períodos considerados: março e abril (para *Notas* mais comprometidas com parceiros comerciais brasileiros) e agosto e setembro (para *Notas* menos comprometidas com parceiros comerciais brasileiros).

No entanto, após se fazer a coleta de ambos os conjuntos, percebeu-se que essas compilações abrangiam uma variedade de composições. Ora elas noticiavam atividades quinzenais a serem cumpridas pelo MRE; ora reproduziam documentos dos quais o Brasil se fazia signatário; ora registravam posicionamentos do governo brasileiro a respeito de situações que envolviam as mais diversas nações; dentre outros tipos de conteúdo que foram observados.

Isso motivou uma necessária triagem, que objetivou, sobretudo, considerar apenas os comunicados que remetessem a outras nações. Então, esta seleção inicial, que compôs a *população* do *corpus* desta investigação, catalogou pronunciamentos do Itamaraty que, direta e individualmente, estivessem relacionados a outros países. Isso implicou na redução do número total de textos coletados para cada conjunto. No tocante às *Notas* mais comprometidas, esse número caiu de 78 pronunciamentos encontrados, no site, para 25 elegíveis como *corpus*. Já no tocante às *Notas* menos comprometidas, esse número caiu de 74 para 15 elegíveis.

Adiante, será detalhado o protocolo de composição de cada conjunto de textos.

☐ Constituindo os <u>corpora</u> das NOTAS <u>MAIS</u> COMPROMETIDAS

Para compor este primeiro grupo amplo de textos, foram levantadas todas as *Notas Oficiais* publicadas na página do *Ministério brasileiro das Relações Exteriores*, durante os meses de março e abril de 2018. Entretanto, como é o objetivo deste estudo demonstrar ser possível o emprego da *comunicação ostensivo-inferencial* para o desvio intencional da presunção de relevância de uma audiência frente a um assunto central, foram, inicialmente, desconsiderados os comunicados que tratassem de temas como:

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Porque se traduziam como uma mera enumeração de atividades quinzenais ou mensais programadas;

CONCESSÕES DE AGRÉMENT

Por se mostrarem padronizadas, limitando-se a congratular embaixadores ou países, dando-se algum destaque ao perfil de brasileiros, quando é o caso de serem eles a virem a ocupar cargos de Embaixador;

DOCUMENTOS/DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Pois apenas reproduziam instrumentos firmados entre parceiros, ou aqueles resultantes de reuniões de grupos de trabalho, além das notas que somente enumeravam links para os textos desses acordos;

NOTA DE FALECIMENTO/DATA COMEMORATIVA

Por se restringir a noticiar o óbito de funcionário do *Serviço Diplomático Brasileiro*, apresentando um resumo de suas realizações, com destaque para o que lhe trouxe notabilidade; ou por se limitar a registrar a passagem de uma data de caráter rememorativo;

CONVITES PARA EVENTOS/ANÚNCIOS DE CONVENÇÕES

Pois, em ambos os casos, limitam-se a divulgar a realização de eventos internos (considerando-se seus temas, datas e horários de realização), ou a participação do país em alguma convenção;

NOTICIAMENTO DE VISITAS

Porque se apresentam textualmente padronizadas, tanto no que concerne à vinda de autoridades estrangeiras, como no que tange a representantes brasileiros irem ao encontro de outras nações;

NOTAS DE PESAR/ACIDENTES

Por, à semelhança das notas de *Agrément* e das notificações de visita, possuírem um modelo-padrão de composição, concentrando-se na apresentação de consternação e de condolências;

Então, conforme estes critérios de eliminação e considerando-se a opção por este primeiro conjunto ser constituído apenas de materiais relativos a parceiros brasileiros, das 78 *Notas Oficiais* publicadas na página do MRE, durante os meses completos de março e abril de 2018, foram considerados 25 textos para constituir a primeira parte da *população* do *corpus* deste trabalho.

Constituindo a **amostra** das NOTAS **MAIS** COMPROMETIDAS

Foram eleitas todas as *Notas Oficiais* relacionadas aos três principais parceiros comerciais brasileiros, segundo análises e ranking obtidos na página do *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*. Os dados são relativos ao fechamento do ano de 2017, tendo sido considerados como referência os volumes de importação e de exportação.

Tais informações apontaram estas três principais relações comerciais:

CHINA → Saldo US\$ 20,17 bilhões
 EXPORTAÇÕES – US\$ 47,48 bilhões, ou 21,8%

IMPORTAÇÕES - US\$ 27,32 bilhões, ou 18,1%;

- 2. ESTADOS UNIDOS → Saldo US\$ 2,03 bilhões EXPORTAÇÕES – US\$ 26,87 bilhões, ou 12,3% IMPORTAÇÕES – US\$ 24,85 bilhões, ou 16,5%;
- ARGENTINA → Saldo US\$ 8,18 bilhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 17,61 bilhões, ou 8,09%
 IMPORTAÇÕES US\$ 9,43 bilhões, ou 6,26%.

Deste modo, foram escolhidas *Notas Oficiais*, emitidas pelo *Ministério brasileiro das Relações Exteriores* (MRE) envolvendo China, Estados Unidos e Argentina. Além disso, pelo fato de que a geopolítica global tem impacto nas relações de mercado, foram, ainda, considerados comunicados relativos a

- RÚSSIA → Saldo US\$ 91,65 milhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 2,73 bilhões, ou 1,26%
 IMPORTAÇÕES US\$ 2,64 bilhões, ou 1,75%;
- SÍRIA → Saldo US\$ 73,21 milhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 74,57 milhões, ou 0,034%
 IMPORTAÇÕES US\$ 1,35 milhão, ou 0,0009%;
- AFEGANISTÃO → Saldo US\$ 9,06 milhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 9,28 milhões, ou 0,004%
 IMPORTAÇÕES US\$ 0,21 mil, ou 0,0001%;
- CORÉIA DO NORTE → Saldo US\$ -2,66 milhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 1,17 milhão, ou 0,0005%
 IMPORTAÇÕES US\$ 3,83 milhões, ou 0,003%.

Por fim, a título de cotejo dos dados analisados nesse trabalho, também foram submetidas a triagem, sob os mesmos parâmetros, comunicados oficiais que não envolvessem parceiros comerciais brasileiros, grupo de materiais ao qual se fará referência no próximo item.

☐ Constituindo os corpora das NOTAS MENOS COMPROMETIDAS

Para compor este segundo grupo amplo de textos, foram arroladas todas as Notas Oficiais publicadas na página do Ministério brasileiro das Relações Exteriores, durante os meses de agosto e setembro de 2018. Para a sua triagem, foram mantidos os critérios de seleção empregados no primeiro grupo de textos (composto por parceiros comerciais brasileiros), desconsiderando-se os comunicados com as seguintes características:

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Porque se traduziam como uma mera enumeração de atividades quinzenais ou mensais programadas;

CONCESSÕES DE AGRÉMENT

Por se mostrarem padronizadas, limitando-se a congratular embaixadores ou países, dando-se algum destaque ao perfil de brasileiros quando é o caso de serem eles a ocupar cargos de Embaixador;

DOCUMENTOS/DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Pois apenas reproduziam instrumentos firmados entre parceiros, ou aqueles resultantes de reuniões de grupos de trabalho, além das notas que somente enumeravam links para os textos desses acordos:

NOTA DE FALECIMENTO/DATA COMEMORATIVA

Por se restringir a noticiar o óbito de funcionário do *Serviço Diplomático Brasileiro*, apresentando um resumo de suas realizações, com destaque para o que lhe trouxe notabilidade; ou por se limitar a registrar a passagem de uma data de caráter rememorativo;

CONVITES PARA EVENTOS/ANÚNCIO DE CONVENÇÕES

Pois, em ambos os casos, limitam-se a divulgar a realização de eventos internos (considerando-se seus temas, datas e horários de realização), ou a participação do país em alguma convenção;

NOTICIAMENTO DE VISITAS

Porque se apresentam textualmente padronizadas, tanto no que concerne à vinda de autoridades estrangeiras, como no que tange a representantes brasileiros irem ao encontro de outras nações;

NOTAS DE PESAR/ACIDENTES

Por, à semelhança das notas de *Agrément* e das notificações de visita, possuírem um modelo-padrão de composição, concentrando-se na apresentação de consternação e de condolências;

Após isso, optou-se por evitar textos referentes às nações já citadas no primeiro conjunto e os relativos a blocos econômicos dos quais o Brasil faz parte (ou com os quais ele se relaciona). Ainda para dirimir interferências de interesses comerciais sobre a redação dos comunicados, foram desconsiderados aqueles que aludissem às 20 principais economias de 2017. Então, das 74 *Notas Oficiais* publicadas pelo MRE, entre agosto e setembro de 2018, foram considerados 15 comunicados para compor a segunda parte da *população* do *corpus* deste trabalho.

Constituindo a <u>amostra</u> das NOTAS <u>MENOS</u> COMPROMETIDAS

Dentre as *Notas Oficiais* coletadas para este segundo grupo de textos, foram eleitas para análise as relacionadas a países com menor influência nos interesses comerciais brasileiros, segundo informações e ranking obtidos na página do *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*. Esses dados são relativos ao fechamento do ano de 2017, tendo sido considerados como referência os volumes de importação e de exportação.

É preciso ressaltar a dificuldade de se identificar países que não mantenham qualquer vínculo comercial com o Brasil e que, além disso, constem em comunicados do período estabelecido. Ademais, o número mais limitado de comunicados observados nesta parte da *população* já revela o quão raro é um pronunciamento brasileiro, acerca de nações com as quais se mantém pouco ou nenhum vínculo comercial, sem, porquanto, interesses em jogo.

Logo, em ordem crescente de influência sobre a balança comercial brasileira, os dados econômicos das nações que constam nas *Notas*, na *população*, são os seguintes:

- 1. SUDÃO DO SUL → Saldo US\$ 191 EXPORTAÇÕES – US\$ 191, ou 0,000%
- 2. CAZAQUISTÃO → Saldo US\$ -48,26 milhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 4,93 milhões, ou 0,002%
 IMPORTAÇÕES US\$ 53,19 milhões, ou 0,035%;
- 3. TANZÂNIA → Saldo US\$ 29,79 milhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 29,84 milhões, ou 0,013%
 IMPORTAÇÕES US\$ 52,68 mil, ou 0,034%;
- 4. SOMÁLIA → Saldo US\$ 69,66 milhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 69,66 milhões, ou 0,031%
 IMPORTAÇÕES US\$ 251, ou 0,000%;
- 5. FILIPINAS → Saldo US\$ 195,55 milhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 443,48 milhões, ou 0,203%
 IMPORTAÇÕES US\$ 247,93 milhões, ou 0,164%;
- 6. JORDÂNIA → Saldo US\$ 216,08 milhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 223,6 milhões, ou 0,102%
 IMPORTAÇÕES US\$ 7,52 milhões, ou 0,004%);

- 7. IRAQUE → Saldo US\$ 685,38 milhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 810,75 milhões, ou 0,37%
 IMPORTAÇÕES US\$ 125,37 milhões, ou 0,83%;
- 8. IRÃ → Saldo US\$ 2,52 bilhões
 EXPORTAÇÕES US\$ 2,56 bilhões, ou 1,18%
 IMPORTAÇÕES US\$ 40,86 milhões, ou 0,027%.

Perceba-se que, para se evitar, ao máximo, comunicados cuja fala traduzisse influxo financeiro, foram eliminados desta *amostra* os textos que referenciassem blocos de mercado, ou que incluíssem países parceiros do Brasil, como Venezuela, Colômbia e Paraguai (componentes do MERCOSUL e cujas *Notas* foram excluídas já na pré-seleção de textos). Diante disso, observe-se que, em comparação aos países citados no primeiro grupo de *Notas*, os que restaram, na *população*, possuem menor peso na balança comercial brasileira.

Ainda por questões comerciais, também foi excluso das pretensões de análise o comunicado acerca do Irã (que possui marcadores de exportação e ou de importação na casa dos bilhões, sendo o único dos países da lista que atinge volume de 1%, em uma das taxas, superando até os dados da Rússia). Contudo, esse texto foi mantido na *amostra* para ser alocado em etapas iniciais da Tese, de modo a exemplificar constructos teóricos aqui citados.

O mesmo ocorreu com a composição relacionada ao Iraque, desta vez por alinhamento com o critério empregado com Rússia, Afeganistão Síria e Coréia do Norte (do primeiro conjunto de comunicados). Entende-se que a geopolítica global tem impacto nas relações de mercado, o que se aplica em relação ao Irã. Estas são nações cujas instabilidades atraem não só holofotes como interesses comerciais.

Então, além destas duas nações, são considerados, neste segundo grupo de textos que compõe a *amostra* da investigação, as sete *Notas Oficiais* relativas a Sudão do Sul, Cazaquistão, Tanzânia, Somália, Filipinas (dois comunicados) e Jordânia, cujas movimentações financeiras são de menor escala, em comparação às demais apresentadas no primeiro grupo de textos. Nenhum desses países chega a movimentar sequer 1% dos valores de exportação ou importação. O próprio Cazaquistão chega a apresentar saldo desfavorável para o Brasil, no cômputo de destas operações comerciais, vindo a atingir um patamar de US\$ -48,26 milhões.

Além disso, para que houvesse equilíbrio entre o número de comunicados mais comprometidos e o de menos comprometidos, mais uma Nota foi aleatoriamente escolhida, dentre as 15 constantes na segunda seção da população. Isso proporcionou o equilíbrio de 10 textos para ambos as amostras restritas, totalizando-se 20 comunicados analisados de um total de 44 acolhidos.

Em resumo, esta seção da *amostra* abrange 10 *Notas Oficiais*, emitidas pelo *Ministério brasileiro das Relações Exteriores* (MRE), entre agosto e setembro de 2018. Contém sete textos relacionados a nações pouco influentes à balança comercial brasileira, mais dois relativos a Irã e Iraque e uma *Nota* fortuitamente eleita, dentre esse mesmo grupo bimestral.

3.3 DAS TÉCNICAS E DAS TECNOLOGIAS DE PESQUISA

Esta investigação usufruiu das seguintes técnicas de pesquisa:

- Levantamento e catalogação de corpus colhido diretamente da página do Ministério das Relações Exteriores, na WEB;
- Levantamento bibliográfico das teorias a serem consideradas: 1. Argumentação;
 2. Relevância e Comunicação Ostensivo-inferencial;
 3. Gêneros Textuais;
 4. Diplomacia, Direito e Relações internacionais;
- Análise dos exemplares de textos colhidos.

E, para a instrumentalização dessas técnicas adotadas, foram necessários:

- Computador com acesso à WEB (para o acesso ao site do Ministério das Relações Exteriores), suprido de plataformas de edição de textos;
- Impressora com scanner de alta resolução (para impressão de materiais de pesquisa, de bibliografias e dos registros de investigação);
- Livros e revistas científicas (para o incremento do levantamento teórico acerca dos temas científicos solicitados).

Este programa metodológico ajudou a resolver a pergunta de pesquisa motivadora desta investigação (quais as prováveis intenções do emprego linguístico-argumentativo da comunicação ostensivo-inferencial?). Ao mesmo tempo, tornou possível o cumprimento do objetivo de demonstrar que é possível empregar, estrategicamente, uma comunicação ostensivo-inferencial para desviar, intencionalmente, a presunção de relevância de uma audiência, objetivando-se a

manutenção de acordos, no caso de textos diplomáticos. As análises, dispostas no capítulo a seguir, têm muito a revelar.

4 ANÁLISES

As Notas Oficiais aqui analisadas foram compiladas segundo os critérios explicitados no capítulo 3, referente à *Metodologia de pesquisa empregada*, tendo sido obtidas na página do *Ministério brasileiro das Relações Exteriores*, durante o ano de 2018. Elas foram escolhidas, dentre um *corpus* amplo, composto por 40 *comunicados oficiais*, que foram divididos em dois grupos: notas que envolviam parceiros comerciais brasileiros (primeira amostragem, colhida entre os meses de março e abril) e notas que não envolviam parceiros comerciais brasileiros (primeira amostragem, colhida entre os meses de agosto e setembro).

O primeiro conjunto de *Notas* abrangeu, no total, 25 textos, dos quais foram eleitos, para figurar, ao longo desta exposição, aqueles que estivessem relacionados aos 3 (três) principais parceiros comerciais brasileiros (segundo análises e ranking obtidos na página do *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*, considerando-se os volumes de importação e de exportação, em dados referentes ao fechamento do ano de 2017). Deste modo, deste grupo de *Notas Oficiais* serão analisados 10 comunicados que envolvem China, Estados Unidos e Argentina, além dos países a saber, incluídos por força do impacto que a geopolítica global tem sobre as relações de mercado: Rússia, Síria, Afeganistão e Coréia do Norte.

O segundo conjunto de *Notas* abrange, no total, 15 textos, que foram selecionados evitando-se comunicados referentes às nações já citadas (do primeiro conjunto) e os relativos a blocos econômicos dos quais o Brasil faz parte, ou com os quais ele se relaciona. Ainda para se dirimir interferências de interesses comerciais sobre a redação dos comunicados, foram desconsiderados os alusivos às 20 principais economias mundiais de 2017. A coletânea final resultou em um *corpus restrito* de 10 textos, que serão averiguados nestas análises.

Esses dois grupos foram subdivididos nos subitens 3.1 e 3.2 deste capítulo. O primeiro deles foi, ainda, fragmentado de acordo com a temática dos textos, o que veio a proporcionar uma visão detalhada dos contextos motivadores dessas publicações e do desenrolar dos fatos que elas abrangiam. Além disso, apenas ilustrativamente, cada um desses subgrupos encerra categorias de análise de recursos que atuam para atrair ou desviar presunções de relevância.

A coleção a ser apresentada a seguir, contém textos sobre profícuos parceiros comerciais brasileiros e demonstra como se dá o emprego da comunicação ostensivo-inferencial para o desvio intencional à presunção de

relevância de uma audiência frente a um tema. Precedem à análise inferencial observações a respeito dos contextos de publicação dessas *Notas*, que são úteis ao desvelamento dos caminhos estratégicos trilhados pelo MRE para a defesa dos interesses nacionais e para a manutenção de acordos com auditórios específicos.

4.1 NOTAS OFICIAIS MAIS COMPROMETIDAS COM PARCEIROS COMERCIAIS²⁴

⇒ Notas 86 e 97 – sobre os conflitos na Síria

NOTA 86 10 de Abril de 2018 - 12h11

NOTÍCIAS DE USO DE ARMAS QUÍMICAS CONTRA CIVIS EM DOUMA, NA SÍRIA

O governo brasileiro manifesta grave preocupação com alegações de uso de armas químicas em 7 de abril contra a população civil de Douma, na Síria.

Ao instar o estabelecimento de investigação no âmbito da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ), o governo brasileiro reitera seu repúdio ao uso de armas de destruição em massa, qualquer que seja sua motivação.

Observa-se que o texto obedece aos padrões de formalidade e de extensão restrita característicos do gênero, aportando objetividade e seleção lexical que facilita a identificação entre autoria e audiência (dentro e fora do Brasil). A repetição da expressão nominal "*O governo brasileiro*", sempre em posição de sujeito da oração principal de cada curto parágrafo, encarrega-se da responsabilidade e do status de legitimidade da fala feita em nome da nação. Contam-se, ao todo, 72 palavras (incluindo-se o título), dentre as quais, há o emprego de dois *verbos*, que exprimem atividades: "manifesta" e "reitera". Eles confluem para a mesma ação de inquietação pelo cenário delicado da região, sem, no entanto, indicar a adoção de intervenções.

Outra forma verbal que chama atenção "instar", que, antepondo-se topicalizadamente à composição sintática natural do período, demarca, indicando noção de "tempo", uma "solicitação insistente", para a apuração o imbróglio. Entretanto, esse mesmo recurso evidencia que o "governo brasileiro" se exime da responsabilidade de intervir diretamente no conflito, pois explicita isso uma atribuição da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ).

Mais do que isso, o emprego do verbo "instar", na forma infinitiva, ou seja,

²⁴ As fontes das informações socioeconômicas das nações aqui mencionadas encontram-se nas Referências.

sem flexões de tempo e de modo, desprende-se de um caráter agentivo explícito²⁵, suavizando a ideia de urgente solicitação que o seu sentido sugere. Isto é, o emprego desta forma nominal do verbo abrandou o seu caráter atitudinal associado ao sujeito "*governo brasileiro*", comportando-se de modo semelhante a um núcleo adverbial, na acessória oração em que está inserido.

Essas construções textuais aparentam ter sido construídas estrategicamente, tendo em vista uma postura preventiva de quem se intitula autor do texto. Provavelmente, o "*governo brasileiro*" vê nelas uma forma de se antecipar a acusações de compactuar com o cenário, ou de se omitir de uma intervenção sobre ele, perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), ao passo que preserva um seu profícuo parceiro comercial.

xavier (2015) já havia apontado situação semelhante, ao analisar a *Nota 161*, de 24 de abril de 2011, intitulada "*Situação na Síria*". Ele apontou essas mesmas atitudes de esquiva, através das quais o órgão de representação internacional do Brasil

"estaria buscando defender-se contra futuras acusações de favorecer o recrudecimento daquele conflito causado indiretamente por uma suposta inércia do CSNU do qual o Brasil fazia parte naquele momento, inclusive com direito a voto." (XAVIER, 2015, s/p).

Essa foi uma postura comum a países do BRIC (sigla designativa do bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia e China), que, enquanto membros do CSNU, evitavam a aprovação de medidas contra o governo sírio. Suas atitudes trafegavam da abstenção aos votos contrários a qualquer ação do Conselho, ainda que simbólica. Alerta Xavier (2015):

"O BRIC (...) parecia ter formado uma "tropa de choque" para evitar a aprovação de documentos do CSNU contra o governo sírio. (...) Com isso, o ditador daquela República Árabe ganhava tempo para controlar os manifestantes que lutavam para destituí-lo do poder." (XAVIER, 2015, s/p).

Essa quase conivência era necessária à preservação de acordos comerciais firmados anteriormente e que envolviam grandes somas. A exemplo disso, em 16 de dezembro de 2010, foram tornados públicos os termos de um Acordo-Quadro assinado entre a República Árabe da Síria e os países do Mercosul. O Acordo, que incluía Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, ora renovado, criou uma área de livre

²⁵ Segundo Bechara (2000: p. 224), as formas nominais do verbo (assim chamadas porque podem desempenhar função de nomes, com exceção do *infinitivo* pessoal, "não definem as pessoas do discurso (...) Possuem, quando possível, desinências nominais idênticas às que caracterizam a flexão dos nomes (gênero e número)".

comércio entre esses países. Especificamente após esse pacto ter sido selado, a relação pós-Acordo entre Brasil e Síria, em 2017, conforme análises e ranking obtidos na página do *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços* (mesmo ano da publicação da *Nota 86*), chegou a apresentar os seguintes valores referência condizentes aos volumes de importação e de exportação:

- EXPORTAÇÕES US\$ 74,57 milhões, ou 0,034%;
- IMPORTAÇÕES US\$ 1,35 milhão, ou 0,0009%.

São cifras que justificavam a hesitação do Brasil em deliberar, no Conselho de Segurança, contra este parceiro de transações economicamente lucrativas.

A dita escusa também pode ser percebida, no texto da *Nota*, pela suavização do que seriam *acusações* (imputação de culpa mediante a consideração de fatos) contra o governo sírio, que são tomadas como meras "*alegações*" (apresentação de fatos, sem que lhes seja apontada uma razão ou agente motivador) e, ainda sim, sem autoria identificada (quase que se atribuindo aos fatos o teor de "boatos"). Tal movimento parece ser, posteriormente, tirado de foco quando complementado pela expressão "uso de *armas químicas*", a ser retomada pela expressão nominal definida "uso de *armas de destruição em massa*", em reconhecimento à alarmante finalidade dos materiais bélicos. Mas, também neste caso, não se menciona quem usufrui dos armamentos com o propósito de extermínio, ratificando-se a proposta furtiva.

Considerando-se essa quantidade de evidências, em exíguo espaço de texto, deduz-se que tais manobras não aleatórias, mas efetuadas estrategicamente. Repetições explícitas de autoria (quando "o governo brasileiro" a assume e legitima a fala), aliadas ao emprego de dois verbos e de outro, em forma nominal infinitiva, o uso de eufemismo, em "alegações", e a retomada recategorizadora pela expressão nominal definida "uso de armas de destruição em massa", sem lhe identificar o executor, não podem ser obra do acaso.

Os argumentos apresentados também aludem às categorias apregoadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Em princípio, são argumentos que apelam para o pathos (que atuam sobre o estado emocional da audiência), do tipo argumentum ad misericordiam (que apela à piedade, buscando-se empatia e solidariedade), quando há a comiseração pelo flagelo vivenciado em território sírio. Em um segundo momento, são empregados argumentos baseados na estrutura do

real, do tipo argumentum ad verecundiam, aludindo ao respeito e à observância ao que preconiza a Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ).

Segundo Sperber & Wilson (2005, p. 221), os enunciados (no que se incluem, evidentemente, os elementos que os compõem) se constituem como peças de evidência linguisticamente codificadas. Isso significa que esses movimentos que foram apontados, mediante a consideração do contexto econômico que fora descrito, sinalizam para uma construção estratégica evasiva do Brasil, ao emitir o seu parecer acerca da situação na Síria.

Isso quer dizer que, se é verdade que os comunicadores oferecem evidências de sua intenção de comunicar e que isso é a base inferencial empregada pela audiência, pode-se dizer que o MRE brasileiro, nesta *Nota Oficial*, burilou o seu comunicado visando dois públicos. Um deles, para o qual satisfaz dar a saber que o Brasil não está se pondo completamente alheio ao problema em foco (o público geral – comunidade internacional). O outro seria aquele contra o qual o país não deseja criar animosidade e dispensar uma parceria (a Síria).

Observe-se, com isso, que, de posse do conhecimento que ambos os públicos teriam para maximizar estímulos, o *governo brasileiro* pôde agir com precisão na seleção vocabular, atendo-se à previsibilidade das expectativas geradas pela sua redação, na *Nota Oficial 86*. Isso não só confirma que a *Relevância "é uma propriedade potencial de enunciados"*, como também ratifica que, para o comunicador, é vantajoso conhecer a tendência de um público para escolher *inputs* e processá-los. Foi assim que o MRE se concentrou em estímulos que satisfizessem ambos os públicos identificados, para os conduzir à interpretação pretendida.

Na mesma medida em que a forma de escrita da *Nota* teria potencial para induzir o público a presumir a inapelável relevância de informações nela contidas, ela conduziu, no entanto, a interpretações distintas que dependiam do conhecimento prévio acerca do jogo financeiro envolvido no cenário comercial internacional, no qual o Brasil se insere. Ao que parece, ao público geral, ficaria a impressão de que o *governo brasileiro* não se omite à flagrante gravidade do quadro citado, embora prefira não interferir diretamente no problema.

Na verdade, embora não endosse a prática de violência, o MRE se desvia do perfil diretivo característico desses comunicados, ao não ser assertivo em criticar a postura do governo sírio. Ao contrário, parece lançar estímulos linguísticos que sejam percebidos pelo seu parceiro como prova de respeito aos seus domínios,

levando-o à percepção de que o Brasil não se oporia a qualquer medida adotada pela Síria. Essa interpretação corrobora a hipótese aqui defendida de que é possível **desviar as atenções** acerca de um assunto, conforme os interesses envolvidos.

Segundo os mesmos Sperber & Wilson (2005), quando uma informação é relevante, ela se torna um input, que se conecta a um background, gerando um efeito cognitivo positivo. Ou seja, ao que parece, para público geral, o Brasil busca se fazer perceber enquanto nação antibeligerante. Mas é a Síria que, privilegiada pelas informações e pelas relações econômicas, consegue se resguardar em um background cognitivo mais completo, e alcança o efeito cognitivo positivo, sendo beneficiada por esse desvio de conduta brasileiro.

Neste ponto, é preciso ressaltar que seria possível à audiência geral chegar à mesma conclusão que os árabes. Entretanto, essa operação cognitiva, provavelmente, exigiria maior esforço de processamento para se interpretar uma questão que requer conhecimentos prévios específicos, que não são amplamente discutidos no cotidiano da população leiga. Mesmo essa possibilidade reforça a tese de que o *governo brasileiro* lançou mão de recursos para promover um *desvio de atenção*, porque seria com base nesse *backgroud cognitivo* especializado que a compreensão ocorreria. Isto é: quem está ciente do acordo comercial efetua menor esforço de processamento para interpretar que o Brasil preferiu manter boas relações a criticar seu parceiro.

É por isso que os estímulos ostensivos deixados pelo MRE têm sua Relevância maximizada, aos olhos sírios (audiência específica), merecendo reconhecimento, em comparação a outros, por levarem a conclusões compatíveis às intenções brasileiras (sempre em se considerando os interesses envolvidos). Esse efeito cognitivo potencialmente alcançado pelos árabes, constitui-se como uma conclusão satisfatória, consolidando a compreensão.

Em outras palavras, como os estímulos são derivados de suposições contextuais mais ou menos acessíveis, a lembrança da existência de um acordo entre Brasil e Síria é mais naturalmente mobilizada pelos órgãos internacionais e pelo governo sírio. Consequentemente, isso lhes proporciona um menor esforço de processamento e lhes conduz a alcançar o pretendido *efeito cognitivo positivo* com maior facilidade. Isso também demonstra o quanto a Relevância é uma função inversa de efeitos cognitivos x esforços de processamentos, pois, quanto maior o esforço, menor a *Relevância* do *input*; quanto menor, mais relevante.

Estas observações feitas sobre a *Nota 86* já apontam para o emprego da *comunicação ostensiva-inferencial* (nome dado a esse conjunto massivo de estímulos) como recurso para o desvio de atenção da audiência geral, muito embora desvele qual é a genuína presunção de *Relevância* do governo brasileiro frente à audiência especializada. Questões semelhantes podem ser vistas na *Nota 97*, que, tratando sobre o mesmo tema da anterior, apresenta uma extensão textual mais prolongada. Isso se deve ao fato de ela comportar dois blocos de informações: um de pesar pelo cenário no oriente médio (produzido nos mesmos moldes da *Nota 86*) e outro voltado a esclarecimentos sobre a situação de concidadãos e para instruções à comunidade brasileira ali residente.

Tal modo de composição revela a intenção, mais uma vez, de se prestar contas à comunidade internacional, evadindo-se de "embaraços" ante o seu parceiro comercial, à medida que o serviço diplomático brasileiro se mostra presente, ao se fazer representar por seus órgãos e se apresenta disponível em acolher aos de sua nacionalidade.

Já na *Nota Oficial* a seguir, os argumentos apresentados aludem, inicialmente, à categoria dos *argumentos que apelam para o pathos*, do tipo *argumentum ad misericordiam* (que apela à piedade, buscando-se empatia e solidariedade), quando há a comiseração pelo flagelo vivenciado em território sírio. Depois, são empregados *argumentos baseados na estrutura do real*, do tipo *argumentum ad verecundiam*, postulando o respeito e a observância ao que preconizam as Nações Unidas e o Conselho de Segurança, personificados na Carta das Nações Unidas e no direito internacional.

NOTA 97

14 de Abril de 2018 - 13h50

CONFLITO NA SÍRIA

O governo brasileiro manifesta grande preocupação com a escalada do conflito militar na Síria, assim como uma vez mais com as denúncias de uso de armas químicas em 7 de abril corrente, em Duma, Ghouta-Leste. Reafirma o imperativo de que sejam conduzidas investigações abrangentes e imparciais sobre o ocorrido em Ghouta-Leste, que levem à apuração dos fatos e à punição de responsáveis.

A superação do conflito na Síria requer pleno respeito à Carta das Nações Unidas e ao direito internacional, inclusive o banimento do emprego de armas químicas, e o diálogo efetivo. Nesse contexto, o Brasil reitera o entendimento de que o fim do conflito somente poderá ser alcançado pela via política, por meio das tratativas sob a égide das Nações Unidas e com base nas resoluções do Conselho de Segurança.

O Itamaraty tem mantido contato regular com A COMUNIDADE BRASILEIRA na Síria. Não há registro de BRASILEIROS entre as vítimas. O núcleo de assistência a BRASILEIROS do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone do

plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty: +55 61 98197 2284.

Consultas da imprensa devem ser dirigidas à Assessoria de Imprensa, imprensa@itamaraty.gov.br e +55 61 2030 8006 / 7 ou 61 98197-2229.

Veja-se que, nesta *Nota 97*, o "*governo brasileiro*" assume, novamente, a autoria, mas é, depois, retomado pelo próprio nome do país, "*Brasil*", encarnando a própria pátria, de maneira a gerar o sentimento de identificação e de pertencimento para com o público-alvo específico deste texto. A partir de então, são desencadeados estímulos explicitamente voltados a esta audiência, adotando-se um viés instrutivo, procedimental, burocrático e menos pesaroso pelo cenário bélico. As retomadas também passam a ser feitas através dos nomes de instituições que representam o país: "O Itamaraty", "Núcleo de assistência a brasileiros do MRE", "a Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty" e "a Assessoria de Imprensa".

Mas, ao contrário da *Nota 86*, desta vez, o serviço diplomático brasileiro assume a existência de um "*conflito*", sendo ele assim reiteradamente retomado. No entanto, o emprego das *expressões nominais definidas* "*conflito militar na Síria*", "*conflito na Síria*" e, simplesmente, "*conflito*", empregadas em referência ao imbróglio naquele país, não apontam agente ou fator motivador, quando muito situam e restringem os embates àquela localidade ou apontam o seu caráter armado, provavelmente para se desviar a atenção sobre a culpabilidade do governo sírio no caso em questão. O mesmo raciocínio é seguido no título.

No que tange às formas verbais empregadas, "manifesta", "reafirma", "reitera" e "tem mantido", como no exemplo do texto anterior, imbuem-se de um caráter performativo, expressando, no entanto, efeitos atitudinais diferentes. O verbo "manifestar" incorpora a necessidade de tornar público, ou de divulgar o pesar brasileiro sobre o contexto beligerante apresentado na Síria, ao mesmo tempo em que os verbos "reafirmar" e "reiterar" encerram pedidos, clamores insistentes para que essa situação seja dirimida por meios pacíficos. Já a formação verbal composta "tem mantido" sinaliza e evidencia uma postura circunstancialmente presente do "governo brasileiro", na figura do "Itamaraty", no que tange à sua disponibilidade em oferecer suporte aos brasileiros, na Síria.

Nenhum destes movimentos incumbe diretamente o "governo brasileiro" de qualquer intervenção direta e efetiva no conflito militar daquele país, à proporção em que "reafirmar" e "reiterar" se atrelam às necessidades de "tratativas" "abrangentes"

e "imparciais" para a "apuração" e "punição de responsáveis", mas sem a necessária figuração do Brasil enquanto agente dessas ações, dadas como atribuições das "Nações Unidas" e do seu "Conselho de Segurança". Percebe-se, assim, mais uma vez, que o "governo brasileiro" se resguarda, antecipadamente, contra possíveis apontamentos por omissão mediante a intensificação daquele conflito, que encontrou esteio em dificuldades políticas para o encaminhamento consensual de medidas contrárias a ele no CSNU (do qual o Brasil era integrante com direito a voto).

Trata-se de um cenário idêntico ao descrito por Xavier (2015), a respeito da *Nota 161*, de 24 de abril de 2011:

"Visando inicialmente demonstrar solidariedade com os cidadãos de um país em guerra, o texto (...) retirou do "Governo brasileiro" a obrigatoriedade de intervir para dirimir os efeitos dos conflitos na vida dos civis desarmados da Síria." (XAVIER, 2015, s/p).

Também não sem-propósito é a alternância entre as expressões "uso de armas químicas", igualmente empregada no texto anterior e que encerra, na palavra "uso", a ideia de costume, e "emprego de armas químicas", na qual a palavra "emprego" denota a aplicação de algo em circunstância pontual. Essa construção atenua o desenho violento da conjuntura síria, coadunando os propósitos de desaprovação e de comedimento na abordagem do tema.

Então, diferentemente da *Nota 86*, a *Nota 97*, provavelmente, por ser mais alongada e por se dividir em dois blocos de informação, abarca muito mais *expressões nominais definidas*, em retomada recategorizadora à expressão inicial "*governo brasileiro*", realçando-se, a cada recuperação parcial de sentido, um aspecto particular do referente inicial, mesma situação que ocorreu com a retomada da expressão "*uso de armas químicas*". Entretanto, os dois textos se aproximam pelo emprego de *verbos* (incluindo-se, neste último, a utilização de uma forma verbal composta). Além disso, mais uma vez, lançou-se mão do uso de eufemismo, em "*emprego*", na expressão nominal "*emprego de armas químicas*", ainda sem lhe identificar o executor, como também ocorrera na *Nota 86*.

Esse volume de estímulos de naturezas aponta solidamente para tentativas de desvio de atenção do público geral. Isso quer dizer que os recursos empregados em ambas as Notas criam expectativas de relevância diferentes para auditórios distintos. No que concerne à audiência ampla, eles atraem a atenção para questões que fazem crer num envolvimento ativo do Brasil frente à questão na Síria. Mas, no

que diz respeito a uma *audiência especializada*, como é o caso dos demais Membros do CSNU, essas expectativas são frustradas, porque eles esperam do "*governo brasileiro*" uma postura mais enérgica, mas obtêm esquivas. Esse segundo caso caracteriza o expediente de *retenção de informações relevantes*:

"Obviamente, comunicadores não são oniscientes, não se pode esperar que eles vão contra seus próprios interesses e preferências na produção de um enunciado. Poderia haver informação relevante que eles são incapazes de fornecer ou estão pouco dispostos a fazê-lo." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 231).

Isto é, o reiterado silenciamento, ou, pelo menos, a recorrente recusa brasileira em comunicar o desejo de agir sobre o problema sírio soa *ostensiva* aos olhos da *audiência especializada*, mas passa despercebida à *audiência ampla*. Assim sendo,

"Quando o silêncio é ostensivo, nós seríamos capazes, provavelmente, de analisá-lo como envolvendo meramente um nível extra de intenção e, por isso, como COMUNICANDO – ou IMPLICANDO – que o destinatário é incapaz de ou está indisposto a responder." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 231).

Daí que, uma vez depurados esses estímulos, como aqui foi feito, tende-se a desvelar as reais intenções de produção desses textos. No caso destas *Notas*, como já se disse, fazia-se necessário um posicionamento oficial mediante um cenário de crise, frente a um público geral, mas que não provocasse, em contrapartida, a provável retaliação de um parceiro comercial.

Ao público geral, ou *audiência ampla*, ou, ainda, *auditório universal* (PERELMAN, 1976), constituído por todos os potenciais leitores das *Notas*, bastaria *convencer*, pelo suposto posicionamento pacifista do "*governo brasileiro*", *desviando-se*, assim, a sua atenção do real impasse. À sua *audiência especializada*, ou *auditório particular*, caberia a manutenção de um acordo comercial. Por isso, para atingir o público específico, a *comunicação ostensiva-inferencial* se revelou estratégica, engendrando-se pelos recursos de linguísticos apontados.

Mais uma vez, tais movimentos confirmam o que é apregoado por Sperber & Wilson, sobre o alcance das intenções comunicativas:

"A compreensão é alcançada quando a intenção comunicativa é satisfeita — isto é, quando a audiência reconhece a intenção informativa. (Se a própria intenção informativa é satisfeita depende do quanto a audiência confia no comunicador. Há uma distância entre compreender e acreditar. Para a compreensão ser alcançada, a intenção informativa deve ser reconhecida, mas ela não tem de ser satisfeita)." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 228).

É nesta distância entre o compreender e o acreditar que assenta o

desvelamento de intenções proposto por este estudo, quando discute os ditos desvios de atenção provocados pela comunicação ostensivo-inferencial, originalmente pensada como recurso-guia de interpretação do itinerário de relevância da comunicação. As análises das Notas 86 e 97 demonstram como essa estratégia pode ser empregada intencionalmente, objetivando a manutenção de um acordo já estabelecido entre o comunicador e um auditório específico (PERELMAN, 1976), enquanto o público geral pode se inclinar ao processamento de informações periféricas, diante do posicionamento oficial do país.

Até agora, pode-se dizer que os textos analisados cumprem seus papéis frente às questões que lhes motivam a publicação, ao passo que os *desvios de atenção* têm se mostrado fundamentais à manutenção das relações diplomáticas envolvendo o Brasil e seus parceiros, ainda que isso desagrade outra parcela da *audiência específica*, o CSNU. Esses potenciais de atuação igualmente confirmam como não se pode considerar os *Gêneros* como fenômenos estanques, encerrados em estruturas fixas, mas como "*enunciados relativamente estáveis*" (BAKHTIN, 1979), já que as ditas *Notas*, que deveriam ser objetivas, diretivas e focalizadoras, mostram-se seletivas, no que tange ao seu propósito comunicativo, levando grupos de leitores a se aterem a aspectos distintos, exatamente como seus produtores desejam.

Assim, tais *comunicados oficiais*, enquanto *fenômenos psicossociais de reconhecimento* (BAZERMAN, 2005, p. 31), fazem-se legitimar por cumprirem a rotina comunicativa da qual são prototípicos. Mas, ao mesmo tempo, eles demonstram que é possível se exercer o controle das atividades comunicativas encerradas nos textos, considerando-se relações de poder e interesses envolvidos no jogo de linguagem empreendido entre sua autoria e sua audiência.

Então, as *Notas 86* e *97*, do mesmo modo que as *Notas 50* e *66*, a seguir, ilustram como a própria *genericidade* atua, a um só turno, como instrumento retórico e base inferencial, lastreando uma abordagem empiricamente plausível dos *desvios de atenção* induzidos no processo de compreensão. Elas confirmam que "*Há uma distância entre compreender e acreditar. Para a compreensão ser alcançada, a intenção informativa deve ser reconhecida, mas ela não tem de ser satisfeita)." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 228).*

⇒ Notas 50 e 66 – sobre a crise do aço entre EUA e Brasil

NOTA 50

08 de Março de 2018 - 18h47

NOTA À IMPRENSA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS — RESTRIÇÕES AMERICANAS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇO E ALUMÍNIO

O governo brasileiro tomou conhecimento, hoje, com grande preocupação, da decisão do governo dos Estados Unidos, de aplicar sobretaxa de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, sob alegada justificativa de segurança.

As medidas causarão graves prejuízos às exportações brasileiras e terão significativo impacto negativo nos fluxos bilaterais de Comércio, amplamente favoráveis aos Estados Unidos nos últimos 10 anos, e nas relações comerciais e de investimentos entre os dois países.

Desde o início das investigações do Departamento de Comércio dos EUA, no primeiro semestre de 2017, o governo brasileiro, em coordenação com o setor siderúrgico nacional, buscou, em sucessivas gestões, evitar a aplicação das medidas às exportações brasileiras, esclarecendo ao governo americano e a outros atores relevantes naquele país que os produtos do Brasil não causam ameaça aos interesses comerciais ou de segurança dos EUA. Ao contrário, as indústrias de ambos os países são integradas e se complementam. Cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, utilizados como insumo pela indústria siderúrgica norte-americana. Ao mesmo tempo, o Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico dos Estados Unidos (cerca de US\$ 1 bilhão, em 2017), principalmente destinado à produção brasileira de aço exportado àquele país.

As medidas norte-americanas minarão os esforços em curso no Foro Global do Aço, do qual os EUA fazem parte, com vistas a uma solução para a questão do excesso de capacidade no setor siderúrgico, verdadeira raiz dos problemas enfrentados pelo setor.

As medidas restritivas às importações de aço e alumínio são incompatíveis com as obrigações dos EUA ao amparo da Organização Mundial de Comércio, e não se justificam, tampouco, pelas exceções de segurança do GATT 1994.

Ao mesmo tempo em que manifesta preferência pela via do diálogo e da parceria, o Brasil reafirma que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e multilateral, para preservar seus direitos e interesses.

Ministros Aloysio Nunes Ferreira e Marcos Jorge

Diferentemente do ocorrido nas *Notas 86* e *97*, relativas a episódios na Síria, as *Notas 50* e *66* evidenciam genuína perturbação da autoria ante o tema abordado, o que se percebe pela extensão delas e pelos clamores por atenção do seu público secundário, ou *auditório universal* (os órgãos oficiais de regulação das relações comerciais internacionais). Agora, o Brasil é diretamente prejudicado pela situação-problema que se aborda nos textos e se pode apontar como seu auditório particular o governo dos EUA e a Organização Mundial de Comércio, pois ao entendimento das medidas de restrição implantadas se faz essencial o saber técnico.

Os fatos remontam ao início de 2018, quando o governo americano esteve avaliando, sob a égide da segurança nacional, a imposição de impostos de até 53% sobre as importações de aço e de alumínio provenientes de um grupo de 12 países, encabeçados pelo Brasil. A medida contestada pela *Nota 50* foi adotada, após a consideração de um relatório interno elaborado pelo Departamento de Comércio dos EUA, que, inclusive, recomendava sobretaxas mais elevadas.

Ainda antes dessa resolução ser adotada e em função de conhecimento sobre o dito Relatório Interno, uma comitiva do setor industrial brasileiro havia viajado a Washington com o intuito de evitar a barreira comercial protecionista. Para negociar com membros do Executivo e do Legislativos norte-americanos a exclusão do Brasil da lista de países sujeitos a restrições, alegou-se que 80% das exportações brasileiras seriam de produtos semiacabados. A tentativa evitaria o golpe à indústria siderúrgica nacional, pois os EUA era, então, o principal destino das vendas brasileiras de aço ao exterior, em 2017, sendo, no total, o segundo maior parceiro comercial brasileiro (EXPORTAÇÕES – US\$ 26,87 bilhões, ou 12,3% | IMPORTAÇÕES – US\$ 24,84 bilhões, ou 16,5%), ao final do mesmo ano, perdendo apenas para a China.

Mas, com a adoção das novas tarifas, os norte-americanos visavam à ampliação da produção de aço local e à retomada dos empregos do setor nos país, que caíram 35% desde 1998. Além disso, como os Estados Unidos são o maior importador de aço do mundo, tendo, portanto, poder de barganha, o Presidente Donald Trump resolveu levar a cabo as sanções, ainda que moderadamente e mesmo antes do seu prazo para decisão se esgotar, que seria até abril de 2018. Então, com base na legislação comercial de 1962, que lhe dá poder para impor taxas sobre importações, se as considerar de ameaça à segurança nacional, ele estabeleceu, ainda no início de março, as sobretaxas de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, citadas na *Nota 50*, sobre os produtos brasileiros.

Diante disso, o pronunciamento brasileiro conclama resoluções do G20 (abreviatura para Grupo dos 20, formado por ministros de finanças e chefes de bancos centrais das 19 maiores economias do mundo e da União Europeia), como artifício de contestação aos embargos impostos pelos Estados Unidos²⁶. O apelo contido no comunicado oficial brasileiro alude ao princípio de cooperação que

Neste particular, é preciso lembrar que o G20 foi criado em 1999, em função das várias crises financeiras mundiais vivenciadas nos anos 90 do séc. XX. Ele visa à negociação internacional e ao diálogo ampliado entre esses países, que, juntos, representam 90% do PIB mundial. O Grupo tem peso econômico e representatividade para influenciar a gestão do sistema financeiro e da economia global. É papel do G20 estudar, analisar e promover discussões sobre a promoção da estabilidade financeira internacional e encaminhar questões que estão além das responsabilidades individuais das organizações. O Grupo se tornou ainda mais relevante quando, no fim de setembro de 2009, foi anunciado que ele cumpriria a função de conselho internacional permanente de cooperação econômica, sobrepondo-se ao antigo G8 (composto pelas até então 7 economias mais industrializadas do mundo e a Rússia).

fundamenta *Foro Global do Aço*, segundo o qual as economias produtoras e integrantes do G20 se comprometeram, ainda em julho de 2016, a adotar medidas contra o excesso de capacidade em escala global, vislumbrando ao diálogo e à partilha de informações sobre evolução das capacidades de produção e medidas de apoio adotadas pelos governos.

Além disso, a *Nota 50* também conclama as orientações do GATT 1994 (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), base do atual sistema da OMC (Organização Mundial de Comércio), que foi concebido para eliminar a discriminação e facilitar a resolução de tarifas e de outras barreiras relativas exclusivamente ao comércio de bens. Embora não seja o único instrumento voltado a este fim, ele foi, inicialmente, celebrado em 1947, tendo sido alterado, pela última vez, em 1965. Contudo, os dispositivos e instrumentos legais sancionados sob a sua vigência foram integrados ao GATT 1994, que se destina ao entendimento de suas matérias específicas.

Como um dos acordos multilaterais anexados ao da OMC, o GATT se constitui como um tratado internacional que vincula todos os membros desta Organização, também contendo orientações sobre exceções feitas às regulações comerciais adotadas. Uma delas diz respeito justamente às limitações por motivo de segurança, evocadas pelos norte-americanos, no âmbito de acordos regionais de comércio. Elas permitiriam adotar medidas, frente a situações nas quais qualquer membro da OMC

- 1. Fosse exigido a fornecer informação considerada contrária aos seus interesses essenciais de segurança;
- 2. Fosse impedido de realizar ação necessária à proteção de seus interesses essenciais de segurança
 - A. relativos a materiais fissionáveis, ou aos aqueles dos quais são derivados;
 - B. relativos ao tráfico de armas, munição e utensílios de guerra e ao tráfico de outros bens e materiais executado com o propósito, direto ou indireto, de suprir um estabelecimento militar;
 - C. relativo a emergência em relações internacionais ou tempos de guerra;
- 3. Fosse impedido de realizar qualquer ação conforme suas obrigações sob a Carta das Nações Unidas, para a manutenção da paz e segurança internacionais.

Observe-se que, enquanto o texto do GATT 1994 confere aos membros da OMC o direito de recusar a revelação de informações sob o fundamento da segurança, ao mesmo tempo, permite a eles "realizar qualquer ação", tal como embargos unilaterais, exceção que raramente havia sido evocada até a resolução adotada por Donald Trump. Mas esses mesmos fundamentos de exclusão à "normalidade" comercial foram contestados pelo Governo Brasileiro, na *Nota 50*, com base no argumento de que "*As medidas restritivas às importações de aço e alumínio são incompatíveis com as obrigações*" americanas em relação aos membros da OMC.

Na ocasião, o Itamaraty defendeu que a convivência global não sugeria imposição ao fornecimento de informações, ou impedimento a uma ação tendo em vista a segurança (no que tange materiais fissionáveis, ou derivados, armas, munição, utensílios de guerra e ao tráfico de outros bens e materiais de usufruto militar, nem se trata de ação emergencial motivada por período de guerra). Tampouco houve impedimento de ação sob a égide da Carta das Nações Unidas, para a manutenção da paz e segurança internacionais. Por isso, no comunicado, o MRE do Brasil, considerou a conduta dos EUA injustificável, mesmo nos termos do GATT 1994.

Conforme já foi apontado anteriormente, na página 60, nesse pronunciamento se verificam argumentos baseados na estrutura do real, do tipo argumentum ad consequentiam (pragmáticos, que fundamentam ações considerando-se os seus efeitos), especialmente porque o MRE se posiciona em defesa de interesses nacionais. O Itamaraty contesta as restrições americanas às exportações brasileiras de aço e de alumínio, aludindo-se a dados econômicos e a acordos internacionais em curso e organismos reguladores (argumentos quase-lógicos, do tipo a pari), que fundamentam a anunciada reação brasileira: "Ao mesmo tempo em que manifesta preferência pela via do diálogo e da parceria, o Brasil reafirma que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e multilateral, para preservar seus direitos e interesses".

Indo além destas considerações contextuais, necessárias à compreensão global e técnica da *Nota 50*, no que diz respeito ao processamento textual, observase natural obediência aos padrões de formalidade característicos de uma comunicação pública oficial. Foram mantidas a objetividade e uma seleção lexical que contempla necessidades de identificação entre a autoria e o público em

potencial (dentro e fora do Brasil). No entanto, em relação às *Notas Oficiais* anteriores, desta vez, percebe-se uma ampliação na extensão do texto. Essa discrepância, provavelmente, foi motivada pela necessidade de se formular uma legalmente salvaguardada defesa aos propósitos comerciais brasileiros, afetados pela resolução estadunidense.

Agora, revezando as vezes de sujeito da oração principal de cada curto parágrafo com o termo "*Brasil*" (realizado em duas ocorrências), a *expressão nominal* "*O governo brasileiro*", repetida duas vezes, encarrega-se da responsabilidade e do status de legitimidade do discurso proferido em nome da nação. Isso fica patente pela evocação do país como *encapsulador*²⁷ da sua representatividade. Assim sendo, tal operação revela uma postura argumentativa quanto ao modo como a autoria de apresenta, enquanto expõe a sua versão acerca dos fatos comunicados.

Daí que é preciso considerar, ainda, na *Nota 50*, a personificação da Nação e da Instituição MRE, na figura dos então Ministros das Relações Exteriores e da Indústria, Aloysio Nunes Ferreira e Marcos Jorge, citados desde o título da *Nota* e formalmente assinalados como autores dela, no fim. Esse formato dá a ideia de progressão hiperonímica de representatividade, uma vez que se parte de duas figuras pessoais de representação nacional, ascendendo-se ao nível institucional por eles geridos (o MRE e o Ministério da Indústria), culminando-se com a amplitude de toda uma nação, pela estratégia de *encapsulamento* pela nomeação de toda a nação, de seus representantes e Instituições, com o uso do termo "*Brasil*".

Outra questão a ser mencionada é que, neste texto, contam-se, ao todo, 346 palavras (incluindo-se as do título). São 274 a mais que a *Nota 86* (que contém 72) e 72 a mais que a *Nota 97* (que contém 241)²⁸. A sua composição alongada em face

_

²⁷ A professora Maria-Elizabeth Conte. CONTE (2003) demonstrou como sintagmas nominais podem funcionar como paráfrases resumitivas, resultando na caracterização do termo encapsulador como um argumento de dados posteriores a ele. Ela considera que, dentro de um nível sociocognitivo, os núcleos das expressões referenciais encapsuladoras se constituem de nomes axiológicos e que, por isso, representam meio de condução de interpretações. O encapsulador "funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto" (CONTE, 2003: p.178). O termo encapsulador seria um nome geral (axiológico ou avaliativo), que traduz uma ponderação ou categorização do termo referido, sendo, por isso, um princípio de organização dos discursos.

Ao se comparar suas extensões, note-se que uma das diretrizes de análise conversacional griceanas, a da *Máxima da Quantidade*, não seria suficiente para a definição do problema em questão, razão por que SPERBER & WILSON (2005) só consideram a *Máxima da Relevância*. Se a primeira fosse o foco desta Tese, a *Nota 50* poderia ser observada sob duas lupas: na primeira, entendendo-se que, nela, foi dito apenas o quanto fosse estritamente necessário, em contraponto às duas *Notas* anteriores, seria obrigatório admitir que estas infringiram tal princípio, ao se

das demais, de fato, evidencia uma postura excepcional (para os padrões do gênero), para se prestar ao máximo à defesa de interesses de Estado, pois, desta vez, o Brasil é o penalizado e precisa se posicionar energicamente, buscando apoios e cobrando amparo legal para suas demandas. Ou seja, em comparação às *Notas* 86 e 97, a redação estendida da *Nota 50* se mostra um forte indício de parcialidade e de conveniência.

Além disso, pode-se notar a relação comparativa que caracteriza a relação de origem e destino, a partir da *expressão nominal* inicialmente inserida no título "*exportações brasileiras*". Ao longo do texto, a noção de pertencimento e de nacionalidade é sempre reforçada pelo adjetivo pátrio, como em "*os produtos do Brasil*", "80% das *exportações brasileiras de aço*" e em "*produção brasileira de aço exportado àquele país*" em contraposição ao momento em que se faz referência à postura americana de adquirir produtos do Brasil, como em "25% às *importações de aço* e de 10% às *importações de alumínio*", quando fica evidente o desprendimento do apelo patriótico e se passa a objetivamente considerar o serviço, o produto e o seu volume, que é o que, de fato, interessa ao parceiro internacional.

Isso sublinha particularidades da *expressão nominal* inicialmente inserida, ao mesmo tempo que explicita os pontos de vista da autoria, que, natural e ironicamente, adota uma postura protecionista, quando se trata dos produtos do Brasil. Essa mesma estratégia já não condiciona tanto a compreensão como quando se trata da *expressão nominal* "*restrições americanas*", tema do texto, presente no título e retomada em quase todos os parágrafos (exceção feita ao último).

Para tratar do tema, codificado nessa expressão, foram empregados, ao longo do texto, termos que se vinculam ao sentido do núcleo da expressão inicial, "restrições", ora o explicitando, em termos de procedimentos comerciais ("aplicar sobretaxa"), ora enquadrando seu sentido, nos termos de como lhe define a legislação vigente ("As medidas", "das medidas", "As medidas norte-americanas", "As medidas restritivas"), determinando-se a procedência das atitudes consideradas violadoras. Da mesma forma ocorreu com a expressão "justificativa de segurança", retomada por "ameaça aos interesses comerciais ou de

segurança dos EUA", que, objetivamente, evidencia e esclarece um atributo da primeira.

Reforça mais ainda essa percepção tendenciosa, parcial e conveniente da *Nota 50*, a construção da *Nota 66* a seguir, que, abordando a mesma situação-problema, é, porém, mais diminuta. Do título ao seu encerramento, ela abrange 158 termos, contendo, portanto, 188 a menos que a *Nota 50*. Além disso, as estratégias referenciais apenas reforçam a autoria e suavizam imbróglios, como ocorre nas *Notas 86* e *97*. Aparentemente, isso se deve ao fato de os apelos brasileiros terem sido atendidos, conforme se pode perceber adiante.

Desta vez, as categorias de argumentos empregadas foram argumentos baseados na estrutura do real, do tipo argumentum ad consequentiam (que são pragmáticos e fundamentam ações considerando-se os seus efeitos — quando toma o recuo americano como resultado das investidas do governo brasileiro e do setor privado nacional, em atuar para tornar definitiva a exclusão do Brasil dessas restrições) e do tipo argumentum ad verecundiam (argumento de autoridade — aludindo-se ao mérito do governo brasileiro e ao respeito pela autoridade da própria Casa Branca, além de se ressaltar o instituto do Foro internacional do Aço) e argumentos que apelam para o pathos, do tipo argumentum ad baculum (quando se aparenta ter imposto a aceitação de uma proposta, sugerindo-se sérias consequências frente a eventuais disposições em contrário — em "O governo brasileiro permanece convencido de que tal resultado será melhor alcançado por meio do diálogo"). Observe-se o texto completo:

NOTA 66

23 de Março de 2018 - 18h56

NOTA À IMPRENSA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

O governo brasileiro toma nota da decisão dos Estados Unidos de suspender, em relação ao Brasil, o início da aplicação de sobretaxas de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, para dar espaço a negociações. A medida foi oficialmente anunciada hoje pela Casa Branca.

O governo brasileiro, em coordenação com o setor privado nacional, continuará atuando junto ao governo dos Estados Unidos e a outros atores relevantes naquele país de modo a tornar definitiva, com a maior brevidade possível, a exclusão do Brasil de quaisquer restrições comerciais as suas exportações de aço e de alumínio.

O governo brasileiro permanece convencido de que tal resultado será melhor alcançado por meio do diálogo.

O Brasil também seguirá empenhado nos esforços em curso no Foro Global do Aço, com vistas a uma solução para o excesso de capacidade no setor siderúrgico.

Nesta *Nota 66*, é retomado o emprego mais sóbrio e recorrente da *expressão nominal* como "*O governo brasileiro*", em posição de sujeito da oração principal de cada curto parágrafo, encarregando-se da responsabilidade e do status de legitimidade do pronunciamento em nome da nação brasileira. Ao mesmo tempo, essa expressão também se arvora o sucesso das negociações em relação à crise do aço, então vivida pelos dois países. Note-se que tal exaltação já não ocorre com o referente primeiramente introduzido "*Estados Unidos*", retomado por "a*o governo dos Estados Unidos*" e por "*naquele país*", que denotam um tratamento meramente institucional.

À semelhança da *Nota 97*, a expressão "*O governo brasileiro*" é retomada pelo nome da nação, "*Brasil*" (último parágrafo), encarnando a própria pátria e incitando os sentimentos de identificação e pertencimento em relação ao triunfo obtido no campo diplomático. Porém, este emprego é diverso daquele ocorrido ainda no primeiro parágrafo e no final do segundo, em que "*Brasil*" encapsula não o governo brasileiro, seus agentes diplomáticos, suas instituições representativas, ou um sentimento coletivo de conquista, mas denota o membro de um acordo comercial, uma das partes envolvidas em uma negociação. "*Brasil*", neste emprego traduz-se, pois, como um agente do mercado internacional, aqui, assumindo as vezes de fornecedor.

Já no que tange às menções do resultado parcial do embate entre os dois países, foi empregada, inicialmente, uma oração subordinada substantiva completiva nominal reduzida, "de <u>suspender</u>, em relação ao Brasil, o início da aplicação de sobretaxas de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio", construção de valor nominal, que, passivamente, suplementa o campo semântico da palavra em função da qual orbita, "decisão". Esta primeira aparição é retomada, depois, por "A medida", que, resumindo e encapsulando a ação de suspender as sobretaxas aos produtos brasileiros, indica a ideia de providência.

Mais adiante, o mesmo ato de *suspender* é mais taxativamente especificado como "a <u>exclusão</u> do Brasil de quaisquer restrições comerciais as suas exportações de aço e de alumínio", uma vez que se demonstra a expectativa por este resultado se tornar definitivo. Aqui, é importante mirar o emprego do substantivo exclusão, núcleo do trecho, atuando como *nome* eventivo²⁹, realizando a ideia do

-

²⁹ Nomes eventivos são substantivos indicadores de processos, formados a partir do acréscimo do sufixo -ção, ao radical de verbos. À luz da semântica de eventos, eles efetuam retomadas ações,

verbo *excluir* e nominalizando esta ação. Como consequência disso, os nomes, ou *substantivos deverbais* correspondentes, são igualmente indicadores de processos, também podendo cumprir essa função de explicitação eventiva.

Ou seja, no trecho em questão, "exclusão", empregado em lugar de excluir, carrega a factualidade do verbo de origem, encerrando-o de forma nominalizada. "Exclusão" se constrói a partir do dito verbo, acrescido de sufixo designador de ação ou de resultado dela (-ção e –(s)são), como acontece também em natação, agressão, nomeação, traição etc, o que facilita a rotulação do evento referido. Assim, embora não se trate de um substantivo deverbal⁶⁰, o núcleo "exclusão" retoma, perfeitamente, o trecho "de suspender, em relação ao Brasil, o início da aplicação de sobretaxas de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio".

Destarte, como "Exclusão" designa o processo associado ao fato incutido no verbo excluir, que, neste contexto, está semanticamente aproximado a suspender, núcleo do trecho inicial, o seu emprego dá a entender que, a partir daquela solução preliminar de negociações entre Brasil e EUA, a situação tensa entre os dois parceiros comerciais estaria próxima do fim. Essa interpretação se ampara, ainda, pela retomada final do mesmo conteúdo, pelo emprego da expressão nominal "tal resultado", que compactua com a noção de desfecho.

Como nas *Notas 86* e *97*, verificou-se, nestas *Notas 50* e *66*, um grande volume de estímulos, mas, diferente da centralidade ocupada pelos *verbos*, no tocante à questão da Síria, desta vez, o emprego das *expressões nominais* chamou a atenção. Enquanto as *Notas 86* e *97* cumpriram uma agenda de *retenção de informações relevantes* a respeito da postura brasileira diante do problema no Oriente Médio, os dois últimos textos, relativos à crise do aço, tais expressões evidenciaram o desempenho e o mérito dos administradores brasileiros em dirimir conflitos, atraindo para isto *a presunção de relevância* da *audiência ampla*.

Entenda-se: tanto em termos de extensão textual (a julgar pela *Nota 50*), quanto em termos da natureza dos estímulos, podem ser depreendidos interesses distintos, motivados por situações-problema que colocavam o Brasil em posições

atividades em processamento pelo seu correspondente nominal, consumando a estratégia de *nominalização* (Chierchia, 1997).

³⁰ Substantivos deverbais são descritos como substantivos formados a partir de verbo por derivação regressiva, com o acréscimo das vogais –o, -a, ou –e diretamente ao radical do verbo. BECHARA (2000: p. 370), diz que eles "procedem da primeira ou da terceira pessoa do singular do presente do indicativo." e denotam ação.

diversas. Num primeiro momento, tendo em vista a sua posição no CSNU, era necessário apresentar um posicionamento oficial diante de uma situação de crise bélica, sem, contudo, gerar desconforto a um parceiro comercial profícuo, centralmente envolvido na questão. Num segundo, o próprio país se viu penalizado por um imbróglio comercial: não só precisava comunicar sua insatisfação, como, através disso, carecia sublinhar a atuação efetiva dos seus representantes para reverter a situação a seu favor.

Também a necessária menção a acordos internacionais que poderiam salvaguardar o país, frente à atitude norte-americana, concorreu para uma extensão maior da *Nota 50*, em comparação com as demais. Isso fez com que o entendimento global do percurso guiado pelos estímulos nela contidos apontasse para um *background cognitivo* que abarcasse o conhecimento sobre a existência e a natureza dos citados instrumentos de comércio internacional.

Trata-se de uma operação que só uma audiência específica, como os próprios Estados Unidos e os órgãos reguladores do mercado, seriam capazes de efetuar, a partir de um menor esforço cognitivo. Isso, por sua vez, confirma a audiência especializada à qual o comunicado oficial se dirige. Desse auditório particular também se espera uma maximização da relevância de tais estímulos, ao contrário do que se supõe do público geral. Seria, portanto, contra esse background cognitivo técnico que a comunicação inferencial se dirigiria mais eficazmente, gerando o chamado efeito cognitivo positivo. Esse público alcançaria uma Relevância Ótima.

Neste particular, é importante perceber como os estímulos de elocução evidenciados nas Notas 86 e 97 recaíram, convenientemente, sobre a necessidade mínima de manifestação brasileira em reconhecer a existência e a gravidade dos problemas vivenciados na Síria. Essa postura tenderia a gerar um efeito cognitivo positivo que satisfaria os anseios por informações do público geral e não desabonaria os parceiros comerciais árabes. No entanto, foi uma estratégia que desagradou outro auditório particular, o próprio CSNU, público especializado que esperava do Brasil o apoio para dispor de medidas mais enérgicas contra o governo sírio.

Ou seja, tanto a formulação das expressões nominais empregadas ao longo das *Notas 50* e *66*, como o emprego de *verbos* nas *Notas 86* e *97* constituem-se como *peças de evidência codificadas*, que tendem a levar a *audiência geral* a crer

que os agentes, as instituições e o governo do Brasil são efetivamente atuantes no cenário internacional, ao passo que, na verdade, tais instrumentos efetuam a segmentação da *audiência específica* dos textos. As *Notas do Itamaraty* têm demonstrado, até aqui, que, quanto mais o cenário em pauta penaliza economicamente os interesses brasileiros, mais vezes são empregados estímulos técnicos, que demandam o aumento do *esforço de processamento* em função de um indispensável *background cognitivo especializado*.

Em outras palavras, parece ser incerto cravar que uma ou outra estratégia é uma base inferencial tácita que leva ao o alcance da compreensão global desses textos, considerando-os isoladamente. Mas a observação deles, assim, em conjunto, aponta para o fato de que um grupo variado de ações pode contribuir para a condução a *presunções de relevância* diferentes, a depender da parcela de audiência que se quer atingir com determinados estímulos.

Este pronunciamento 66 emprega argumentos quase-lógicos, apelando à nacionalidade a que percentuais aludem, através do argumentum a pari (quando cita dados numéricos correspondentes à proposta restritiva lançada pelos EUA). Além disso, utiliza-se de duas formas de argumentos baseados na estrutura do real: argumentum ad verecundiam (mela menção, em respeito, aos setores industriais nacionais e demais autoridades estadunidenses competentes na gestão da causa); e argumentum ad consequentiam (quando cita o empenho brasileiro junto ao Foro Global do Aço, com vistas a uma solução para o excesso de capacidade no setor siderúrgico). Por fim, também se vale de um argumento que apelam para o pathos, reeditando o que fora feito em relação à Nota 50, através do emprego de um argumentum ad baculum (em que o MRE antecipa que haverá consequências, em caso de disposições em contrário dos pedidos brasileiros).

O desvelamento desses subterfúgios, até aqui, considerando-se um grupo de textos, mostra que quanto mais diretamente o (órgão) comunicador é afetado pelas situações-problema que motivam as *Notas*, mais técnico se torna o *background cognitivo* necessário à compreensão delas. Por consequência, mais nebulosa ao público geral fica a percepção da rotina de atuação do agente comunicador, porque é tal conhecimento prévio específico que encaminha a precisão e a previsibilidade das expectativas geradas por enunciados.

Assim, é possível afirmar que, o background cognitivo necessário à compreensão determina também a audiência especializada das comunicações. Isso

porque informações *relevantes* se tornam *inputs*, que se conectam a um *background*, produzindo informações importantes. Quer dizer, uma *audiência especializada*, composta por Estados Unidos e OMC, no caso da *Nota 50*, por exemplo, tenderia a maximizar as menções do Foro Internacional do Aço e do documento do GATT 1994, porque conheceria profundamente os seus conteúdos e as suas implicações, ao contrário do que faria uma *audiência ampla*, composta pelo público geral.

Assim sendo, é possível realizar uma leitura superficial da *Nota 50*, sem que se conheça os acordos internacionais nela citados, apenas se considerando suas menções como mecanismos reguladores que amparam e legitimam o inconformismo brasileiro os norte-americanos. Ao final, dessa leitura superficial, pode-se crer que, com base na existência desses instrumentos e pela forma como os referentes foram conduzidos ao longo da *Nota*, os agentes, as instituições e o próprio governo do Brasil estão sendo energicamente atuantes na dissolução dessa contenda.

Mas é impossível a quem adotou a postura restrição, sob alegações de segurança (os Estados Unidos), e aos órgãos reguladores do comércio internacional passar despercebida a desconformidade legal dessa atitude. No caso dos EUA, porque ela é uma medida de exceção, prevista em um dos documentos citados pelos Ministros Brasileiros e que é estrategicamente evocada pelos americanos para justificar seu feito. No segundo caso, porque o dito instrumento é reconhecido e adotado internacionalmente, sendo a OMC, inclusive, sua autora e signatária.

Para estes atores do cenário internacional, a *Nota 50* exigiria uma *Presunção de Relevância Ótima*, porque seria endereçado especificamente a eles o *efeito cognitivo positivo* de inequívoca má fé nas restrições às exportações brasileiras de aço e alumínio. A postura brasileira, ao sublinhar os acordos internacionais, merece reconhecimento da *audiência especializada*, dentre os diversos estímulos enunciados, porque conduz sua compreensão àquela conclusão, com base no dito *background cognitivo* (mais técnico) disponível em sua memória.

Deste público os comunicadores brasileiros requereram um menor esforço de processamento das informações referentes aos documentos de regulação do mercado. Portanto, é evidente que a autoria conhece a tendência desse público para escolher *input*s e processá-los, maximizando a sua *Relevância*, ao contrário do que ocorreria com o público geral, que desconsideraria os meandros dos acordos. Para os brasileiros isto foi uma vantagem, porque, concentrando esforços sobre tais

estímulos, ainda que isso signifique apenas mencioná-los, conseguiu-se mobilizar a porção presumida da audiência com poderes para suspender a sanção.

Fatalmente, essa *audiência especializada* foi levada a fazer um conjunto de suposições contextuais (incluindo o estabelecimento de embargos comerciais de toda a sorte aos autores da infração como penalidade pela medida restritiva ilegal) que apontariam na direção pretendida pelos brasileiros. Isso quer dizer que a evocação do GATT 1994 e do Foro Internacional do Aço induziram essa parte do público a presumir a inapelável relevância dessas menções.

Muito embora se reconheça que não foram feitas reiterações exaustivas a respeito desses dois pilares da negociação internacional, acredita-se ser possível considerá-los como um exemplo de *comunicação ostensiva-inferencial*, pois essas alusões, apontam, juntas, para uma própria e pretendida presunção de *Relevância*, acarretando o *efeito cognitivo positivo* pretendido pela autoria da *Nota 50*. Já nas *Notas 86* e *97*, isso não ocorre, porque, nelas, procede-se intencionalmente a uma *retenção de informações relevantes* quando da recusa brasileira em se posicionar de modo explícito contra sua parceira comercial, Síria.

SPERBER & WILSON (op. cit.) sinalizam que esse tipo de *retenção* também é ostensiva, pois evidencia uma indisposição para se lidar abertamente com um assunto em pauta. Tal postura se mostra ostensiva em função de uma *audiência especializada*, os membros do CSNU, mas não ocorre em relação ao público geral, o qual é conduzido a uma interpretação secundária ou parcial, pela construção de uma imagem sempre e aparentemente agentiva dos executores das ações diplomáticas. Essa segunda operação que, aqui, também é considerada como *estímulo ostensivo-inferencial*, mais parece *desviar intencionalmente* a *presunção de relevância* da *audiência ampla*, do que *reter informações*.

Ao se deparar com essas *Notas*, o público geral tende a crer em uma postura coerente por parte do MRE, já que não tem como, imediatamente, acessar o *background cognitivo* que lhe possibilitaria otimizar a relevância de certas informações textualmente concebidas. Assim, não trilhar os *desvios intencionais de informações relevantes* (que levariam a interpretações secundárias ou parciais) faz de quem o consegue uma *audiência especializada*.

Indo mais além, pode-se dizer que a consideração de um arquivo ou conjunto de textos relacionados a um mesmo tema, como tem se apresentado até aqui, torna mais evidente o emprego da *comunicação ostensivo-inferencial* como estratégia

para o desvio de atenção da audiência. Essa ideia também tem confirmado que práticas argumentativas se desenvolvem em função do seu auditório, porque é de quem se busca a adesão (PERELMAN, 1976). Além disso, o que se desvelou, nestas 4 Notas Oficiais, testifica que a linguagem foi empregada para desviar a audiência especializada do foco das questões-centrais em xeque, o que significa que a construção da compreensão, nestes casos, não se dá dialeticamente — ou, pelo menos, que a dialética é ilusória e, no máximo, aparente.

⇒ Notas 110 e 118 – a respeito da Coreia do Norte

NOTA 110

23 de Abril de 2018 - 09h11

SUSPENSÃO DE TESTES NUCLEARES E DE MÍSSEIS PELA COREIA DO NORTE

O governo brasileiro recebeu, com satisfação, o anúncio do governo norte-coreano de que suspenderá seus testes de mísseis intercontinentais e de armas nucleares, passo necessário para a redução das tensões na região, em conformidade com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nesse sentido, o governo brasileiro considera positiva a realização dos encontros de alto nível previstos e manifesta sua expectativa de que esses contatos contribuam para o estabelecimento de um efetivo processo negociador que assegure a desnuclearização definitiva da península coreana e a paz duradoura.

A título de conhecimento histórico, necessário à compreensão da *Nota 110*, é importante saber que o território coreano foi desunificado com o término da Segunda Guerra Mundial, após a derrota do Japão e o posterior término da ocupação na área. Com isso, em 1945, a península coreana foi ocupada, ao norte, pela União Soviética e, no sul, pelos Estados Unidos. O paralelo 38N demarcaria a fronteira entre essas porções. Com a Guerra Fria, essa demarcação fatalmente viria a traduzir duas formas de governo: respectivamente, socialista e capitalista.

Ao sul, foi estabelecido, em 1948, um governo civil, iniciando-se a Primeira República da Coreia do Sul. No mesmo ano, a Coreia do Norte foi proclamada, sob a supervisão soviética, que intentava dar o poder a comunistas coreanos que, durante a II Guerra, estiveram em seu território. Kim II-sung foi, então, nomeado chefe do Comitê Popular da Coreia do Norte, em fevereiro de 1946, tornando-se posteriormente, primeiro-ministro, até vir a se tornar Presidente.

Acirraram as relações entre esses recém-nascidos países os incidentes graves ocorridos durante a Guerra das Coreias (1950-1953), conflito ocorrido no esteio da Guerra Fria. Ambos os governos reclamam soberania sobre toda

a península e suas ilhas periféricas. Ao fim desse confronto, houve até um armistício, mas nunca se chegou a um acordo de paz.

Um movimento em busca disso foi iniciado, em 2007, pelos líderes das duas Coreias, compreendendo conversas de alto nível, cooperação econômica, renovação dos serviços aéreos, ferroviários e carreteiros e formação de uma única delegação olímpica. Entretanto, tais esforços foram anulados quando vieram à tona provas (referentes a 1998, 2003, 2006 e 2009) sobre a fabricação e os testes de mísseis pela Coreia do Norte.

O desconforto aumentou, em 2009, quando essa porção da península ameaçou a do Sul e os Estados Unidos, caso interferissem no lançamento de um satélite. A tensão tornou-se ainda mais extrema após o naufrágio por afundamento de um navio sul-coreano, em março de 2010. Entretanto, quando ambas as Coreias se diziam prontas para uma guerra, outros países e organismos internacionais conseguiram mediar um abrandamento dessa pressão.

Ainda assim, Coreias do Norte e do Sul, que haviam rompido relações em 2016, compartilham, até o presente momento, a fronteira mais fortificada do mundo. As tratativas diplomáticas só foram retomadas com a ida de uma comitiva nortecoreana aos Jogos Olímpicos de Inverno, que foram realizados na Coreia do Sul.

Então, este anúncio noticiado pela *Nota 110* marca uma reaproximação histórica entre as duas Coreias. Ele foi precedido da reativação de uma linha de telefone direta entre seus governantes e sucedido por uma reunião de cúpula entre o presidente sul-coreano, Moon Jae-in, e o líder norte-coreano, Kim Jong-un, na zona desmilitarizada que divide os dois territórios.

Um novo diálogo foi aberto em março de 2018, quando também a cidade norte-coreana de Pyongyang foi sede dos Jogos. Lá, Kim recebeu uma delegação sul-coreana e a incumbiu propor a Donald Trump um diálogo sobre sua "firme vontade avançar vigorosamente" sobre a desnuclearização, para "escrever uma nova história da reunificação nacional".

O gesto deu um passo na direção do pretendido encontro, após o líder norte-coreano ter trocado constantes ameaças e ofensas com o presidente dos EUA, ao longo do ano anterior. Suspenso o programa nuclear norte-coreano, Trump confirmou o interesse americano por um estreitamento de contato entre estas nações, ressaltando que o seu então Chefe da CIA e atual Secretário de Estado, Mike Pompeo, já havia se reunido com o norte-coreano.

Como consequência, também a China sinalizou intenção de restabelecer boas relações. Revelou-se, ainda, uma visita secreta de Kim Jong-un a Pequim, quando foi recebido pelo Presidente chinês Xi Jinping. O líder da Coreia do Norte disse ter mantido "conversas exitosas" com o representante chinês, a quem se mostrou estar comprometido com a desnuclearização.

No tocante ao Brasil, pode-se dizer que, atualmente, as relações econômicas entre os dois países são limitadas, apesar de ter crescido na primeira década do século XXI. Entre 1997 e 2017, importou-se produtos norte-coreanos de alta tecnologia e se exportou produtos primários (cereais, óleos vegetais e algodão). Além disso, a pretexto de fomentar a amizade e de estimular o desenvolvimento sustentável entre os países, os brasileiros passaram a prestar cooperação técnica em agricultura, especialmente quanto ao cultivo da soja.

A embaixada brasileira é sediada em Pyongyang, desde 2009, assim como a Coréia do Norte o tem, em Brasília, desde 2005, mas não é à toa que esta é uma das mais controversas relações bilaterais mantidas pelo governo brasileiro. Esse contato não existia desde a fundação do país oriental, em 1945, até o ano de 2001, quando relações diplomáticas foram discretamente estabelecidas. Antes isso esbarrava na resistência brasileira de dialogar com Estados stalinistas.

O próprio estabelecimento de uma representação brasileira na Coréia do Norte esteve ameaçado, em 2009, em função da dita crise dos mísseis, mas, hoje, o Brasil é um dos poucos países do mundo a ter embaixada em solo coreano. Isso fomentou o aumento das cifras obtidas com a manutenção da relação entre os países e, em 2017, elas chegaram ao seguinte patamar³¹:

- EXPORTAÇÕES (BRASIL → COREIA DO NORTE)
 US\$ 1,17 milhão, ou 0,0005%;
- IMPORTAÇÕES (COREIA DO NORTE → BRASIL)
 US\$ 3,83 milhões, ou 0,003%.

É diante desses impactos que a geopolítica global exerce nas relações de mercado e em função dessa trama comercial brasileira, em franco crescimento, que a *Nota 110* deve ser observada. Mais uma vez, os dados econômicos parecem ter sido determinantes o natural encurtamento do texto, à proporção que, outrossim,

³¹ É importante relembrar que estes dados foram obtidos na página do *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*, sendo relativos ao fechamento do ano de 2017.

nota-se um *governo brasileiro* exitoso em performar responsabilidades de interferência direta sobre o cenário da crise dos mísseis.

No total, do título ao fim, a *Nota* contém exatas 100 palavras, das quais apenas três são verbos, cuja performance é diretamente exercida por *o governo brasileiro*. São eles: *recebeu*, *considera* e *manifesta*. No entanto, nenhum deles encerra uma intervenção direta do Brasil sobre o problema protagonizado por nortecoreanos. O primeiro traduz plena passividade de ação (pois significa aceitar ou receptar o que é oferecido); o segundo alude a uma competência intuitiva de fazer julgamentos; o último incorpora o mero impulso de divulgação (o que não significa agir diretamente sobre o cenário norte-coreano).

Isso já não ocorre com os explicitamente *verbos* alheios a **o governo brasileiro**: **suspenderá**, **contribuam** e **assegure**, desempenhados por, respectivamente, **governo norte-coreano**, **esses contatos** e **processo negociador**. Estes encerram os comportamentos atitudinais de: *interromper* uma rotina; *cooperar* para com algo ou alguém; *asseverar* um ato.

Todos eles, veja-se, não incluem uma interferência brasileira sobre as circunstâncias apresentadas, o que denota a posição do Brasil como simples observador do processo. O mesmo pode ser dito da atividade referencial empreendida ao longo da *Nota*, que constrói *objetos-de-discurso* quase que, predominantemente, nomeando (nominalizando) processos, disfarçando de determinadas ações o seu caráter verbal, o que oculta os seus agentes de execução. Este é o caso de *satisfação*, *suspensão*, a *redução*, a *realização*, o *estabelecimento*, a *desnuclearização*.

Nenhuma delas é performada por **o governo brasileiro**, mas parecem, propositalmente, não chamar a atenção para os seus executores, de maneira que também não se perceba a inerte condição nacional, frente ao volume de atividades desempenhadas por outrem. O mesmo pode-se dizer da expressão encapsuladora **passo necessário**, referente ao **anúncio** do conjunto de ações contido no ato nortecoreano de descontinuar suas atividades militares nucleares.

Afora isso, registre-se que a *expressão nominal* primeiramente introduzida no título, *Coreia do Norte*, foi recategorizada, no transcorrer da tessitura, ao ser retomada, primeiramente por d*o governo norte-coreano*, quando absorve um significado administrativo. Posteriormente, o nome do país ainda é referenciado por n*a região*, e por *península coreana*, passando a haurir uma semântica geográfica.

Nestes casos, como nos anteriormente mencionados, observa-se uma diminuição gradativa na carga de responsabilidade dos agentes, suavizando-se o seu desempenho na resolução da causa.

Finalmente, ainda no que tange a esta *Nota 110*, há que se considerar a necessidade do *background cognitivo* ao entendimento de quando se mencionam *as resoluções pertinentes ao Conselho de Segurança da Nações Unidas* e, sobretudo, dos *encontros de alto nível previstos* e *esses contatos*. Inicialmente, pela óbvia necessidade de conhecimento de quais são as medidas do CSNU que se aplicam ao cenário norte-coreano e às quais a *Nota* alude. Em segundo lugar, porque não há menção anterior, neste mesmo texto, de tratativas com outros órgãos ou nações, que esclareçam o sentido dos ditos *encontros de alto nível previstos* (especificados, inclusive, com o artigo determinante *os*), tampouco do consequente *esses contatos*.

Esta *Nota 110*, então, reforça que a base inferencial vinculada ao gênero textual e à tessitura são insuficientes para se apontar com clareza um único perfil de público leitor do texto. Antes, esses elementos vêm, mais uma vez, a demonstrar uma segmentação da audiência, entre quem tem acesso a informações específicas da política internacional e quem não as têm, o que só se torna perceptível quando se considera o *background cognitivo* que precede o comunicado. Daí que, mais uma vez, pode-se falar em *audiência ampla* e em *audiência especializada*.

Uma vez considerado o histórico de relações brasileiras com a Coréia do Norte e ciente do impacto que essa crise de mísseis causa à geopolítica global, neste comunicado oficial, o governo brasileiro lança mão de argumentos que apelam para o pathos, de maneira a atuar sobre o estado emocional da sua audiência específica, a liderança norte-coreana. Essa estratégia é consubstanciada por um argumento baseado na estrutura do real, do tipo argumentum ad verecundiam (que evoca argumentos de autoridade – uma vez que se faz questão de se mencionar resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas).

Esse mesmo raciocínio parece nortear a *Nota 118*, que ainda trata sobre a questão das Coreias. Composta de 254 palavras, do título ao fim, ela tem composição mais alongada que a anterior para dar mais espaço ao detalhamento dos termos de um acordo intercoreano, sem que, com isso, seja desfeita a passividade do Brasil, ao se colocar como observador da questão. Esse prolongamento se deve ao fato de o texto pormenorizar trechos de um acordo

firmado entre as Coreias, o que satisfaz parte das necessidades da comunidade internacional em saber que o Brasil está, ao menos, atento a essa situação, ainda que nela não interfira diretamente.

NOTA 118

27 de Abril de 2018 - 13h18

REUNIÃO INTERCOREANA EM PANMUNJOM

A reunião de cúpula entre o presidente da República da Coreia, Moon Jae-in, e o líder da República Popular Democrática da Coreia, Kim Jong-un, realizada hoje, 27 de abril, foi histórica tanto pela simbologia como pelos resultados alcançados. Desde o armistício que pôs fim às hostilidades na guerra da Coreia, em 1953, foi a primeira vez que um líder norte-coreano ingressou em território sul-coreano. A "Declaração de Panmunjom para a Paz, Prosperidade e Unificação da Península Coreana", emitida logo após o encontro, traz compromissos que o Brasil entende fundamentais para a normalização das relações intercoreanas e para a construção definitiva da paz na região.

Vale ressaltar, entre os pontos acordados pelos dois líderes, a decisão de manter abertos canais de diálogo de alto nível; estabelecer escritório de ligação permanente na região de Gaeseong; enfrentar a questão das famílias separadas pela divisão da península; cessar completamente todos os atos de hostilidade a partir do dia 2/5/2018; ir além do atual armistício com vistas ao estabelecimento definitivo da paz; e promover o desarmamento de maneira gradual, com o objetivo comum de transformar a Península Coreana em uma zona livre de armas nucleares. A declaração menciona, ainda, a realização de contatos regulares entre os dois líderes coreanos e de reuniões que incluam outros atores, como os Estados Unidos e a China.

O Brasil saúda o conteúdo da declaração e reafirma seu compromisso com a paz, o banimento das armas nucleares e o primado da diplomacia e do direito internacional na solução de conflitos.

Mais uma vez, a cautela brasileira se nota pela comparação entre verbos do texto. Ao Brasil, cabem "entende" (com o sentido de compreender), "saúda" (significando cumprimentar, congratular) e "reafirma" (na acepção de assegurar, sustentar/firmar posição), que traduzem uma postura contemplativa. Enquanto isso, o armistício desempenha a ação de "pôr" fim (significando ocasionar); um líder norte-coreano (Kim Jong-un) realiza a atitude da forma verbal "ingressou" (com o sentido de adentrar/mover-se para dentro); a declaração exerce as atividades de "traz" (ou seja, ensejar) e de "menciona" (que quer dizer registrar).

Novamente e com os mesmos intuitos, o comunicado ora em tela lança mão de argumentos que apelam para o pathos, para atuar sobre o estado emocional da liderança norte-coreana e se ampara em argumento baseado na estrutura do real, do tipo argumentum ad verecundiam (pela citação de trechos da Declaração de Panmunjom para a Paz e da menção às autoridade envolvidas no acordo). Isso torna público que o Brasil acompanha o desenrolar dos fatos intercoreanos e que registra seu papel de observador das questões, evitando-se uma crise de interesses. Isso porque o jogo enunciativo encenado pelo Itamaraty intenta não tornar excessivamente saliente uma discordância do Brasil para com as políticas até então

beligerantes da Coreia do Norte, o que repercutiria negativamente frente a este seu parceiro comercial.

Nos termos dos padrões de recorrência (ou da rotina) do gênero textual *Nota Oficial*, tais movimentos, neste texto *118*, assim como no seu anterior, *110*, cumprem os expedientes de informar e representar, diante de uma circunstância limítrofe (que envolve preservar ganhos econômicos, em contrapartida a se manifestar ante um assunto de guerra e paz). Portanto, a atividade diplomática neles exercida torna-se uma ferramenta de execução da *política externa*, por conservar uma parceria comercial, ao passo que preserva a imagem do Estado.

No que concerne às expressões nominais empregadas, não foram verificadas manobras tão ardilosas quanto nas *Notas 50*, *66*, *86* e *97*, exceto pelo fato de que a autoria do texto, agora, foi exercida nominalmente pelo próprio país, "*Brasil*", que só foi mencionado duas vezes, ao longo do texto, sempre em posição de sujeito. O termo, ainda assim, legitima a fala proferida à comunidade internacional, em nome da nação brasileira.

A seu turno, os representantes dos países em xeque foram tratados, singularmente, como lideranças, ora na condição de grupamento regional (como em "Reunião Intercoreana" e "a reunião de cúpula"), ora na sua condição individual de representantes de suas nações (como em "dois líderes", "os dois líderes coreanos", "o líder da República Popular Democrática da Coreia" e "um líder norte-coreano"). Afora isso, mais uma vez buscando-se uma associação pela semântica geográfica, também o nome do país, inicialmente inserido com a expressão nominal República da Coreia foi retomado por território sul-coreano.

Mais apelos geográficos ficam evidenciados por Coreia, relações intercoreanas, região, península, Península Coreana, sendo apenas a segunda alusiva à atividade política dentro do espaço geográfico. Outras expressões nominais chamam a atenção: compromisso, os pontos acordados e a declaração, para se referir à Declaração de Panmunjom para a paz, prosperidade e unificação da península coreana, sendo as primeiras mais associadas a responsabilidades do que o próprio nome do documento (à parte o seu conteúdo).

Perceba-se que, desta vez, houve um necessário prolongamento da extensão do texto, posto que se tratava de um evento histórico e que, como tal, necessitava da explicitação (ainda que breve) de um conjunto de eventos que lhe foram

antecedentes, visando à sua compreensão pela audiência ampla. Note-se que, desta vez, não foi necessária a postura de cautela por parte do comunicador porque, a esta altura, o tema não se tratava de uma situação delicada, em decorrência do que qualquer fala brasileira pudesse abalar ganhos comerciais.

Isso mostra que, em casos que se voltem a celebrar ganhos comuns (em âmbito específico e, mais ainda, que tenham impacto global), o Brasil, no papel de comunicador, não se furta a performar atitudes, como em "saúda" e em "reafirma", ainda que isso traduza apenas uma postura de apreciação. Logo, diferentemente do que se verificou em textos anteriores³², não há a necessidade de se efetuar uma retenção de informações relevantes, tais como considerar e omitir acordos comerciais para atenuar pontos de vista sobre situações limítrofes.

Esta *Nota Oficial*, conta com diversas menções a fatos históricos que fundamentam o caráter memorável do evento retratado, incluindo termos do acordo firmado entre os governos coreanos. Isso desonera o público de conhecer um acervo de informações contextuais anteriormente apresentado e não segmenta o auditório como nos casos anteriores, em que havia questões econômicas envolvidas. Por isso, não foram verificados *desvios intencionais de informações relevantes* que fossem significativos, a ponto de segmentar a audiência em *ampla* e *especializada*, muito porque a situação não ameaçava contratos financeiros a serem mantidos.

Também em função disso e sabendo-se que as nações envolvidas se beneficiariam da Declaração (bem como toda a comunidade internacional), que não se pode claramente apontar *conclusões satisfatórias* diferentes para perfis de auditórios distintos, já que, ao que parece, o que existe é um público geral. Daí que é, portanto, para a postura de congratulação, assumida pelo governo brasileiro, que é atraída a *presunção de relevância* dessa *audiência irrestrita*.

Assim sendo, à compreensão deste comunicado não se faz necessário todo um *background cognitivo especializado*, em decorrência do qual a *comunicação inferencial* concorra para a geração do *efeito cognitivo positivo* de que o Brasil é um país que prima por boas relações, sendo compromissado com a manutenção da paz

³² *Notas Oficiais* 86, 97, 50, 66, 110 e 118, respectivamente alocadas nas páginas 106, 111, 115, 121, 127 e 131.

e que se confraterniza com os que lhe são iguais. Isto está tacitamente enunciado e atrai para si a *presunção de Relevância*.

Tal compreensão, inclusive, coloca o país em rota de acordo para manter parcerias e firmar novos contratos com ambas as Coreias e com outros países mais, que estejam em situação semelhante. Dada a visibilidade e a dimensão alcançada por um contexto histórico assim, a esse tipo de postura brasileira tende a ser bem percebido, frente à comunidade internacional, que valoriza e abre as portas para apoiadores da segurança global.

⇒ Notas 114 e 121 – a respeito do Afeganistão

NOTA 114

23 de Abril de 2018 - 20h05

ATENTADO NO AFEGANISTÃO

O governo brasileiro condena com veemência o ataque terrorista que, ontem, 22 de abril, ceifou ao menos 57 vidas e deixou mais de 100 feridos entre cidadãos que participavam, em centro de registro eleitoral em Cabul, no Afeganistão, do legítimo exercício de seus direitos democráticos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Afeganistão, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

De acordo com o site do MRE, Brasil e Afeganistão estabeleceram relações diplomáticas em 1952, estando a embaixada brasileira em solo paquistanês cumulativamente responsável por representar o país junto aos afegãos. As parcerias entre os países vão desde um Acordo Básico de Cooperação Técnica (ACT), assinado em 2006, estendendo-se ao "Fortalecimento da extensão rural no Afeganistão" e à "Abordagem colaborativa para o zoneamento agroecológico do Afeganistão". Recentemente, também a Universidade Federal de Lavras ofereceu treinamento em extensão rural para técnicos afegãos. Além da cooperação nos termos da agricultura, enxerga-se potencial para o estabelecimento de parcerias nas áreas de energias renováveis, mineração, educação, tecnologia eleitoral e políticas sociais.

No entanto, o intercâmbio comercial entre ambos os países é modesto. Os principais produtos exportados pelo Brasil são frango, milho e café. Especificamente, em 2017 (ano comercial que lastreia as análises das notas compiladas nesta Tese), o *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços* do Brasil apresentou os seguintes valores referência para aos volumes de importação e de exportação:

EXPORTAÇÕES – US\$ 9,28 milhões, ou 0,004%;

IMPORTAÇÕES – US\$ 0,21 mil, ou 0,0001%.

Já no plano multilateral, o Brasil tem atuado com destaque nas principais conferências internacionais sobre o Afeganistão, sendo a mais recentemente delas a que foi realizada em Tashkent (2018). Outro dado salientado pelo MRE é que o Brasil acompanha atentamente a situação conturbada vivenciada pelos afegãos e apoia esforços internacionais em prol da reconciliação nacional e da reconstrução do país.

Observe-se, então, que os números apresentados, relativos à parceira comercial entre Brasil e Afeganistão, não seriam suficientes para determinar uma conduta complacente, na redação desta *Nota Oficial*. Contudo, do mesmo modo como se redigiu o comunicado a respeito da situação da Síria, houve obediência aos padrões de formalidade, de extensão restrita e de objetividade característicos do gênero. Contam-se, ao todo, 90 palavras (incluindo-se as do título), mas, desta vez, diferentemente de como se portou nas *Notas 86* e 97, o Brasil não se furtou em se mostrar contundentemente contrário ao problema de que trata o comunicado *114*, o que, provavelmente, deve-se ao fato de que o seu parceiro não é o culpado pelo dano.

Novamente, "*O governo brasileiro*" e "*Brasil*", postos em posição de sujeito, são termos encarregados de identificar a autoria, traduzindo a responsabilidade e o status de legitimidade da fala proferida no texto. Mas chama a atenção o emprego destacado do verbo *condenar*, inserido justo na primeira fala do comunicado, taxativamente marcando uma atividade de fala mais contundente do que as vistas nos comunicados anteriores.

À forma verbal "condena", inclusive, é acrescida uma expressão modificadora que intensifica a sua carga semântica incisiva. O apelo intensificador de "com veemência" parece fazer par com a fala final na qual se diz que "o Brasil condenação". "condenação" reitera sua guando atua como deverbal correspondente ao ato inicial de condenar, reiterado para que esta atitude seja interpretada com maior ênfase. Já a forma verbal infinitiva "expressar", ao invés dar suporte à já conhecida passividade brasileira, desta vez, encerra uma ideia de proporção, equiparando-se à veemente ação de se condenar o dito "ataque terrorista".

Outras flexões verbais performativas que chamam a atenção são "ceifou", "deixou" e "participavam", sendo os dois primeiros performados pelo ataque e o

último atuado pelos "cidadãos que participavam do legítimo exercício de seus direitos democráticos". Observe-se que, nos primeiros casos, os verbos inequivocamente apontam para uma culpabilidade e um dolo, o que não se traduz como uma postura furtiva do Brasil em determinar responsabilidades. As expressões nominais "ataque terrorista", "legítimo exercício de seus direitos democráticos" e "ato de terrorismo" são outros exemplos que demonstram que o Itamaraty não poupou termos qualificadores que explicitassem o ponto de vista brasileiro.

Diante destes elementos e em comparação com textos anteriormente analisados, pode-se dizer a agentividade brasileira, no tocante a um problema de um seu parceiro comercial, só acontece porque este não foi o causador de dolo e porque tampouco o Brasil teve interesses econômicos afetados. Ou seja, este conjunto de recursos ostensivamente acumulados, conduz à compreensão de que o Brasil é um país atuante e que observa severamente atos de violência.

A ideia de que o Brasil é um país que demonstra coíbe e combate ao terrorismo é uma conclusão válida/satisfatória, que resolve o dilema da forma de expressão na *Nota Oficial 114*. Essa *comunicação ostensiva-inferencial* conduz a audiência ao reconhecimento das intenções do Itamaraty. Este texto, então, demonstra, ainda, estarem certos os postulados de que "um enunciado é uma peça de evidência codificada linguisticamente" (SPERBER & WILSON, 2005, p. 221) e de que comunicadores oferecem evidências da intenção de comunicar.

Os elementos apontados ratificam que tais evidências são a base inferencial empregada pela audiência, que conduz o público precisa e previsivelmente a construir expectativas sobre os enunciados. Daí que, como em Sperber & Wilson (2005) reafirma-se que a *Relevância "é uma propriedade potencial de enunciados"*, pois, quando uma informação é *relevante*, ela se torna um *input*, que se conecta a um *background*, gerando um *efeito cognitivo positivo*.

O que também não se pode negar é que, quando questões específicas envolvendo cifras previamente negociadas estão em pauta, o mesmo *background cognitivo* tende a se refinar e a segmentar a audiência dos comunicados. Daí que, nesta *Nota* 114, como não há prejuízo às relações comerciais brasileiras, pelo lugar de vítima ocupado por seu parceiro, não existe uma *retenção de informações*

relevantes para se desviar a atenção do público geral e conduzir a compreensão de uma audiência específica. Isso pode ser verificado no comunicado seguinte.

NOTA 121

30 de Abril de 2018 - 18h18

ATENTADO NO AFEGANISTÃO

O governo brasileiro condena com veemência os ataques terroristas ocorridos hoje, 30 de abril, no Afeganistão.

Em Cabul, duas explosões causaram ao menos 26 vítimas, incluindo nove jornalistas e feriram dezenas de pessoas. Em Kandahar, ataque dirigido aparentemente contra comboio de tropas da OTAN vitimou ao menos 11 crianças, que estudavam em escola religiosa próxima ao local do atentado. Em um terceiro incidente, um jornalista da BBC foi assassinado na província de Khost.

Ao expressar condolências às famílias das vítimas, votos de plena recuperação aos feridos e solidariedade com o povo e o governo do Afeganistão, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

O governo brasileiro valoriza o papel da imprensa como elemento fundamental da democracia e condena qualquer forma de cerceamento à sua livre atuação.

Para o expediente diplomático da *informação*, do primeiro ao fim do segundo parágrafo foram usados *argumentos quase-lógicos*, que, pela sua força persuasiva, traduzem a imagem de um país bem-informado, que, *a pari* (mostra-se atento à realidade). Adicione-se, ainda os *pathos*, do tipo *ad misericordiam*, demonstrando-se solidariedade aos afegãos e o baseado na *estrutura do real*, do tipo *argumentum ad verecundiam* (remete a instituo da do exercício da democracia, contra a restrição das liberdades de imprensa), para o efeito de *representação*.

Perceba-se que, embora subsequente em 7 dias e tratando de acontecimentos distintos, a *Nota Oficial 121* reaproveita grande parte do texto do comunicado *114*. Observe-se que os novos episódios de violência são assinalados como intoleráveis e repercutidos da mesma forma que no texto anterior. "O governo brasileiro", "o Brasil" e "O governo brasileiro" são, novamente, expressões que marcam a autoria e que asseguram a legitimidade da declaração prestada, sobretudo por se colocarem em uma posição agentiva. Isso é reforçado pela reedição das mesmas estratégias de performance verbal empregadas na *Nota* precedente, como se vê em "condena", "Ao expressar", "valoriza", e, novamente, "condena".

Outras flexões como "causaram", "feriram" e "vitimou" reforçam a culpabilidade alheia das ações danosas que são, mais uma vez, classificadas como "atentados terroristas" e, posteriormente, especificadas, episódio a episódio, com expressões nominais como "duas explosões", "ataque", "atentado" e "um

terceiro incidente", que reforçam a ideia de dolo. Para a vitimização da população, por sua vez, emprega-se uma suavização da carga agentiva das formas verbais "estudavam", "foi assassinado", atreladas, respectivamente, a "11 crianças" e a "um jornalista da BBC". A primeira por explicitar a inocência e a virtude de uma atividade produtiva (mas não fisicamente dinâmica) e a segunda por, naturalmente, ter sido sintaticamente constituída através da voz passiva analítica.

Neste e no texto anterior, o governo brasileiro se mostra solidário a "povo" e "governo do Afeganistão", explicitamente retirando dos administradores árabes a responsabilidade por todo o cenário de violência eclodido naquele país. Percebase, pois, que tais estímulos não são postos a esmo no texto, mas derivam de suposições contextuais mais ou menos acessíveis à audiência (os conhecidos conflitos religiosos afegãos). Tal jogo enunciativo ratifica que não é necessário um background cognitivo especializado para se atingir a presunção de Relevância incutida em ambos os textos.

Ou seja, a segmentação do público é dispensada, pois à compreensão bastaria conhecer: 1. quem comunica (o MRE); 2. sobre o que comunica (os atentados e a sua recorrência, no Afeganistão, na capital, Cabul, em Kandahar e na província de Khost, por conta de problemas políticos/religiosos); 3. os objetivos específicos (de apresentar o Brasil como figura atuante na manutenção da paz internacional); 4. o perfil do gênero empregado (a *Nota Oficial*), os padrões de linguagem próprios de seu domínio (formalidade e exiguidade); 5. o seu público potencial (a comunidade internacional). Ao alcance da *conclusão satisfatória* (ou *efeito cognitivo positivo*) de que o Brasil repudia condutas agressivas e apoia seus pares seria necessário pouco *esforço de processamento*, vez que os dois textos apontam para esta *presunção de Relevância*.

⇒ Notas 69 e 99 – a respeito de Rússia e Argentina

A Rússia registrou, em janeiro de 2018, o quarto maior PIB do mundo, U\$\$ 4 bilhões, sendo, entre aqueles envolvidos nesta lista de Notas Oficiais, o segundo mais rico, estando atrás apenas dos Estados Unidos, cujo PIB, no mesmo período, assinalou a casa dos U\$\$ 19.360 bilhões. A Embaixada Brasileira, na Rússia, fica sediada em Moscou e as relações diplomáticas entre ambos os países se iniciaram em 1828.

Brasil e Rússia são parceiros estratégicos e tecnológicos: investem e cooperam em matéria aeroespacial e técnico-militar e visam atingir US\$ 10 bi com intercâmbios comerciais. Empresas brasileiras, na Rússia, têm se disseminado e a colaboração sanitária e fitossanitária beneficia o mercado brasileiro de carnes, do qual a Rússia é importador. Por mudanças na governança global, ambos têm no BRICS uma plataforma relacional. A cooperação cultural fomenta Festivais Anuais do Cinema Brasileiro, na Rússia, e esta contribui para a formação de bailarinos brasileiros. Também tem se ampliado o ensino universitário dos idiomas desses países e, além disso, foi acordada a isenção de vistos de curta duração, visando ao turismo.

O site do MRE também destaca frequentes encontros em nível ministerial e presidencial entre os países, tendo sido firmado, em 2010, o Plano de Ação da Parceria Estratégica, que define objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais. Por tudo isso, a Rússia está entre os maiores parceiros comerciais do Brasil, com fluxo bilateral na casa de US\$ 5,37 milhões anuais. Em 2017, os números atingidos foram os seguintes:

- EXPORTAÇÕES US\$ 2,73 bilhões, ou 1,26%;
- IMPORTAÇÕES US\$ 2,64 bilhões, ou 1,75%.

As exportações brasileiras com destino à Rússia chegaram a US\$ 1,66 bilhão, ao passo que as importações totalizaram US\$ 3,37 bilhões. Esse fluxo se concentra em produtos do agronegócio. Destacam-se os envios brasileiros de carnes, açúcar, café, tabaco e soja, enquanto os fertilizantes russos são seu principal produto exportado para o Brasil.

A *Nota Oficial 69* a seguir, protocolarmente, obedece aos padrões de formalidade no linguajar e de exiguidade, que são prototípicos do gênero, ao manifestar o pesar do *governo brasileiro* em relação a um incidente trágico ocorrido em território do seu parceiro. Ela se reporta um incêndio ocorrido em um shopping em Kemerovo, cidade industrial na Sibéria ocidental, 3.600 km distante de Moscou, no dia 25 de março, quando morreram 64 pessoas.

27 de Março de 2018 - 11h09

INCÊNDIO NA CIDADE DE KEMEROVO, RÚSSIA

O governo brasileiro manifesta seu pesar em razão do incêndio que vitimou, desde o último domingo, dezenas de pessoas e deixou um grande número de feridos em um centro comercial na cidade russa de Kemerovo, na Sibéria.

O governo brasileiro apresenta suas condolências às famílias das vítimas, expressa seus votos de pronta recuperação aos feridos e sua solidariedade ao povo e ao governo da Federação da Rússia.

73 palavras (do título ao fim) comunicam o incêndio iniciado em uma sala de cinema e forçou a evacuação desordenada de pessoas do local. Foram necessárias mais de seis horas para se controlar as chamas, que afetaram uma área de 1.500 metros quadrados. Quatro pessoas chegaram a ser detidas no início do inquérito que apurava o ocorrido, entre eles o proprietário do shopping. Suspeitava-se, à época, de negligência e violação a normas de segurança.

Percebe-se, então, que o evento referido pela *Nota* se trata de um acidente, cuja apuração de responsabilidades se encontrava sob controle das autoridades russas. Não há por que, então, o *governo brasileiro*, mais uma vez, signatário do comunicado, atuar de modo linguisticamente contundente, no texto, quando a situação não o requer. A postura contemplativa dos *verbos* empregados reforça este parecer (*"manifesta"*, *"apresenta"* e *"expressa"*). Os argumentos apresentados se enquadram na categoria do *pathos*, do tipo *ad misericordiam*, demonstrando solidariedade pelo flagelo russo.

Tem-se, aqui, a mesma questão apontada nos comunicados anteriores, acerca da Coréia, que, igualmente, é um país com o qual se mantém relações diplomáticas e comerciais, mas que, em vista das situações apontadas, em suas *Notas Oficiais*, não havia do que ser repreendido, ou "observado com atenção" pelo Brasil. Ademais, especificamente, no caso da Rússia, é possível que dificilmente qualquer postura enérgica fosse adotada, dadas as afinidades econômicas e culturais já descritas (muito maiores do que as mantidas entre Brasil e Coréia do Sul), e por conta do BRIC (bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia e China).

A seu turno, a Argentina foi o terceiro maior parceiro brasileiro em 2017, tendo fechado o referido ano comercial com os seguintes volumes:

- EXPORTAÇÕES US\$ 17,61 bilhões, ou 8,09%;
- IMPORTAÇÕES US\$ 9,43 bilhões, ou 6,26%.

Mas ela é também um dos principais parceiros políticos do país. As relações bilaterais são estratégicas para a visibilidade do Brasil na região e no mundo, baseadas em uma política de confiança que contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. A soma de suas valências, em termos de capital humano e econômico, leva Brasil e Argentina a representarem cerca de dois terços da América do Sul, em população e em PIB.

A aproximação política entre as duas nações foi a base para a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, e tem fortalecido a economia e a indústria de ambos os países. Essa dinâmica comercial bilateral tem grande impacto em setores estratégicos das duas economias, sobretudo na indústria. Entre as áreas mais beneficiadas está o setor automotivo e campos como mineração, siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços (engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros).

A intensa cooperação também resulta em frequentes encontros em nível presidencial e ministerial, que reforçam canais de diálogo, tais como as reuniões da Comissão Bilateral de Produção e Comércio, a reativação do Comitê Permanente de Política Nuclear, a criação de Mecanismo de Coordenação Política e a retomada de foro entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa, em formato de Diálogo Político-Militar. Por fim, existe ainda a política de integração fronteiriça, coordenada pela Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), que se reúne anualmente nas localidades fronteiriças dos dois países.

NOTA 99

16 de Abril de 2018 - 09h59

VIAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES À ARGENTINA / I REUNIÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO-ESTRATÉGICO BRASIL-ARGENTINA / II REUNIÃO DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO POLÍTICA BRASIL-ARGENTINA

O secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Marcos Galvão, participará hoje, em Buenos Aires, juntamente com o almirante de esquadra Ademir Sobrinho, chefe do Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas, da I Reunião do Diálogo Político Estratégico Brasil-Argentina. Conhecido como Diálogo 2+2, tem como objetivo estreitar a relação em defesa entre Brasil e Argentina. Esse formato de reunião propicia oportunidade, também, para tratar de aspectos político-estratégicos em nível regional e global, bem como para intercâmbio de análises de temas de paz e segurança internacionais.

Em 17 de abril, o secretário-geral e seu homólogo argentino, embaixador Daniel Raimondi, presidirão a II Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina.

Esta reunião do Mecanismo será oportunidade para que os vice-chanceleres passem em revista os principais temas da ampla agenda política e econômica bilateral, regional e multilateral. O encontro também será oportunidade para reflexão conjunta sobre medidas de fortalecimento do Mercosul, nos planos interno e externo.

O Mecanismo de Coordenação Política foi criado em maio de 2016 e confere contornos formais e regularidade às reuniões de coordenação de alto nível entre as duas Chancelarias, com objetivo permanente de aprofundamento da concertação entre o Brasil e a Argentina, nos mais variados temas. A primeira reunião do mecanismo foi realizada em Brasília, em 30 de maio de 2017.

As 233 palavras contidas do título ao fim da *Nota Oficial 99* noticiam dois eventos de que participarão Brasil e Argentina, a título de manutenção e avanço em seus termos de cooperação. Desta vez, não há signatário textualmente marcado, nesta *Nota*, tampouco os temas precisam da apresentação de posicionamento enérgico por parte do Brasil, mas a sua extensão alongada, a julgar pelos casos que foram analisados anteriormente, indicia a importância do seu conteúdo, pelo que a composição abrange esclarecimentos acerca da natureza dos dois eventos.

Observe-se a menção prioritária a "O secretário-geral das Relações Exteriores", através desta expressão nominal, seguida da que traduz a sua identificação pessoal, "embaixador Marcos Galvão". Também é atrelado a ele a primeira forma verbal performativa que surge no texto, "participará", muito embora, mais adiante, divida-se esse desempenho com o almirante de esquadra Ademir Sobrinho, assim primeiramente nomeado, seguindo-se à identificação do seu cargo no governo "chefe do Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas". É perceptível, aqui, a prioridade que se dá àquele que representa diretamente a presidência do Brasil. É por isso que a sua presença, em ambos os eventos citados é ressaltada, bem como posta em destaque, evidenciando-se, através da pessoa, o papel da nação.

Isso acontece mais uma vez quando "o secretário-geral" e o seu correspondente argentino são destacados como atores de um segundo encontro entre as nações, mas é o brasileiro que é posto em evidência, já que o "embaixador Daniel Raimondi" é introduzido através da expressão nominal "seu homólogo argentino". Os dois, posteriormente, são encapsulados como "os vice-chanceleres", expressão que traduz a alta hierarquia de suas lideranças. Também aqui, no tocante às atribuições de ambos, é possível verificar a partilha das responsabilidades, através do emprego das formas performativas "presidirão" e "passem em revista", o que reforça o espírito de cooperação que se quer enunciar.

À sua vez, "a I Reunião do Diálogo Político Estratégico Brasil-Argentina", "Diálogo 2+2" e "Esse formato de reunião" são expressões nominais que competem à identificação, respectivamente, do nome, da natureza e do modelo de evento que nomeiam, associada às quais se verifica a performance incutida em

"propicia", que potencializa a compreensão de efetividade das resoluções então a serem adotadas, no encontro. O mesmo ocorre em "a II Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina", "Esta reunião do Mecanismo", "O encontro", "O Mecanismo de Coordenação Política" (este performa com "confere", aludindo ao poder de atribuição/outorgância da Reunião) e em "A primeira reunião do mecanismo", que, ademais, incorpora o seu caráter inativo, na condição de ocorrência, quando através da voz passiva analítica em "foi criado" e em "foi realizada".

Este comunicado deixa mais evidente que o anterior o interesse do Brasil em mostrar sua atuação e sua liderança à comunidade internacional, num cenário de cooperação político-econômica. As pistas apontadas dão relevo à participação brasileira sobre a argentina, constituindo-se como marcas de expressão que facilitam e conduzem ao reconhecimento das intenções que moveram a publicação da *Nota*. Note-se, ainda, que, outra vez, um *background especializado* é dispensável, pois o texto fornece informações que bastam à *audiência ampla*.

Tais evidências de sua intenção de comunicar são, logo, a suficiente base inferencial de que a comunidade internacional precisa para entender que, nesta parceria, prepondera a atuação do Brasil que, assim, arvora para si o status de líder político e comercial do continente. Com isso, a autoria da nota engendra, com precisão e a previsibilidade, as expectativas geradas por toda a sua composição, potencializando a Relevância dos enunciados proferidos.

Em outras palavras, pode-se dizer que os estímulos verificados merecem reconhecimento, em comparação a outros, porque orientam a audiência em direção à conclusão satisfatória de que o Brasil é um país com o qual se consegue lidar, a título de consecução, manutenção e aprofundamento de acordos e do qual se pode também esperar uma postura segura de comando. A percepção das preponderâncias brasileiras e do representante máximo brasileiro sobre o seu compatriota se mostram, pois, informações relevantes a ponto de se tornarem inputs, que, se conectados ao background sobre os fluxos comerciais entre os dois países, geram tal efeito cognitivo positivo.

Isso é facilitado porque informações que compõem esse *background* estão acessíveis na superfície do texto, estando, por isso, disponíveis à audiência. Isso é exemplificado em:

"Conhecido como Diálogo 2+2, tem como objetivo estreitar a relação em defesa entre Brasil e Argentina. Esse formato de reunião propicia oportunidade, também, para tratar de aspectos político-estratégicos em nível regional e global, bem como para intercâmbio de análises de temas de paz e segurança internacionais.". (MRE, NOTA OFICIAL 99, de 16 de abril de 2018)

Esse trecho mostra que ao alcance do *efeito cognitivo positivo*, a partir desta nota, não é necessário grande esforço de processamento, o que se pode dizer também deste outro excerto:

"O Mecanismo de Coordenação Política foi criado em maio de 2016 e confere contornos formais e regularidade às reuniões de coordenação de alto nível entre as duas Chancelarias, com objetivo permanente de aprofundamento da concertação entre o Brasil e a Argentina, nos mais variados temas. A primeira reunião do mecanismo foi realizada em Brasília, em 30 de maio de 2017."

(MRE, NOTA OFICIAL 99, de 16 de abril de 2018)

Os argumentos empregados se lastreiam na estrutura do real, do tipo argumentum ad verecundiam (porque aludem ao respeito e à reverência incutidos nos altos cargos mencionados secretário-geral das Relações Exteriores, o chefe do Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas, o secretário-geral e seu homólogo argentino). Outro trabalho argumentativo que é processado é fundado na estrutura do real, do tipo argumentum a simili (que se dá pela aproximação entre esses pares para efeito de equivalência de influência nos encontros citados).

Isso confirma que, ao passo que tais esclarecimentos contextuais explicitam a natureza dos eventos, os estímulos anteriormente observados concentram *Relevância*, por neles estarem incutidos esforços para se fazer concluir pela ideia do Brasil enquanto peça mais importante dessa relação. Nisso, não há indício de *retenção de informações*, ou de *desvio de atenção*, mas aponta na direção de se perceber o Brasil como um desenvolto "*Player*" político e econômico de cenário internacional, por saber articular linguisticamente essa sua pretendida imagem.

4.1.1 Síntese sobre as Notas Oficiais mais comprometidas

Até aqui, no que concerne às *Notas Oficiais do Itamaraty* que envolvem um ou mais parceiros comerciais brasileiros, verificou-se que, *quando não há uma crise ou situação limítrofe a ser linguisticamente gerenciada (de modo a não*

ferir interesses comuns entre o Brasil e seus parceiros), os comunicados ganham contorno de texto meramente expositivo. Elas assumem a prototipicidade que lhes é peculiar, sendo escritas para o fim de registro daquilo que é necessário esclarecer, a título de posicionamento, ou sobre o que lhes caiba se intervir (caso das Notas 114 e 121, a respeito do Afeganistão). A exiguidade e a formalidade protocolar são mantidas, o que traduz a impressão de pouca visibilidade dada pela autoria ao seu tema.

Entretanto, quando se trata do inverso, ou seja, quando a conduta de um cooperador político-comercial é questionada, o seu comportamento redacional se redimensiona, ganhando contornos de jogo enunciativo que ora ressalta, ora omite ou retém, mas que, invariavelmente, desvia a atenção de parte da audiência, para não tornar excessivamente saliente um posicionamento que possa repercutir desnecessária e negativamente às relações mantidas. Isso também acontece, de maneira ainda mais evidente, quando o Brasil é a parte negativamente afetada por algum movimento efetuado por seus cooperadores. Isso faz com que expedientes precípuos de negociar, informar e representar, próprios da Notas Oficiais, ganhem novos contornos, conciliando performance e preservação de acordos.

Na consecução desses expedientes conciliatórios, os subterfúgios verificados foram desde o emprego de *verbos*, passando-se pela manipulação de *características enunciativas próprias do gênero* (tais como a impessoalidade e a extensão curta das *Notas*). No primeiro caso, seu emprego foi verificado quando se tentava apresentar uma postura ativa frente a uma situação limítrofe vivenciada por um parceiro (caso das *Notas 86* e *97*, relativas à Síria), quando, na verdade, se verificava o contrário. No segundo, o prolongamento textual e o tom enérgico foram explorados para se esgotar as possibilidades de argumentação em favor dos interesses brasileiros afetados (caso das *Notas 50* e *66*, sobre a crise do aço, junto aos EUA).

Isso mostra como a *Nota Oficial* e as estratégias mobilizadas no seu processamento textual-discursivo (organização textual, funcionalidade e sociocognição) podem se condicionar mediante o contexto sociocultural em que está inserida, ao sabor dos interessas da sua autoria. Daí se percebe também como a diplomacia condiciona essas adaptações, transformando as *Notas* em uma de suas importantes *formas de cognição situadas*.

Reforça, ainda, a visão da *diplomacia* como componente e instrumento da *política externa*, sendo dedicada a planejá-la e a executá-la, defendendo-se os interesses do Estado representado. Tal condição foi reforçada, em situações limítrofes incutidas nos comunicados apresentados, quando se observou a necessidade de uma série de informações técnicas prévias à compreensão dos seus movimentos/estímulos enunciativos executados.

A necessidade de um *background cognitivo* mais abrangente, aprofundado e especializado, por exemplo, não tende a comprometer a compreensão global das *Notas 86*, *97*, *50* e *66* pela comunidade internacional, mas segmenta o público entre: 1. a quem apenas interessa saber que o governo brasileiro não está impassível ante as situações expostas (*audiência ampla*); 2. quem, de posse de informações técnicas, acessaria mais facilmente os meandros políticos que levam aos movimentos ora evasivos e conciliatórios, ora críticos (*audiência especializada*). Essa divisão evidencia ainda mais o quanto tal lastro de sentido é algo importante à agenda diplomática de negociar, mantendo-se uma boa imagem internacional.

Ao mesmo tempo, isso também é algo que aponta na direção das teorias que dão suporte a esta Tese. Sperber & Wilson (2005), por exemplo, apontam que o conhecimento da tendência de um público para escolher *input*s e processá-los, maximizando a sua *Relevância*, seria uma vantagem que levaria o comunicador a concentrar esforços sobre tais estímulos e atrair a sua atenção, orientando-o a um conjunto de suposições contextuais, que o induziria a presumir a inapelável *Relevância* de uma informação. Então, o grau de aprofundamento do *background* requerido pelos estímulos lançados, é condicionado por um perfil de *audiência*.

A seu turno, Perelman (1976), distingue entre *convencer* e *persuadir*. No primeiro caso, a autoria, em conformidade com as suas pretensões, direciona-se a um público genérico através de argumentos que lhes atinjam as pretensões globais. No segundo, deve refinar seus critérios para a captação da concordância de um público particular e lhe arrebatar a anuência, usufruindo de elementos específicos de suas necessidades.

Perceba-se como estas que seriam as bases para a distinção entre *auditório universal* e *auditório particular* por Perelman (1976) se conciliam com a visão de seleção de estímulos para a maximização da sua *Relevância*, proposta por Sperber & Wilson (2005). À mesma proporção, ambas as teorias suportam a ideia de que as *Notas Oficiais*, a depender do seu escopo de aspirações, podem segmentar seu

público, implicando a cada audiência um conjunto de operações para se alcançar uma conclusão satisfatória dirigida a cada perfil pela autoria.

As estruturas argumentativas presentes nestes textos mais comprometidos com parceiros comerciais brasileiros, faziam bastantes referências a uma postura diplomática de *negociação*. Com este fim, foram empregados, predominantemente, *argumentos quase-lógicos*, de modo a ser fazer referências explícitas a dados numéricos/mensuráveis, cuja força persuasiva reside na aproximação com raciocínios formais. Eles se davam a partir de *argumentum a pari* e sustentavam a utilização de *argumentos baseados na estrutura do real*, do tipo *argumentum ad consequentiam* (que são pragmáticos e remetem a audiência a considerar os efeitos de suas ações) e *argumentum ad verecundiam* (que apelavam à menção de documentos e autoridades internacionais que pudessem intervir sobre os contextos que interessavam ao Brasil).

Argumentos voltados ao *pathos* só foram empregados em poucos casos, para atuar sobre o estado emocional da audiência e lhes arrebatar anuência, em cumprimento ao expediente diplomático da *representação*. Mais do que isso, nestes textos referentes a profícuos parceiros comerciais brasileiros, suas construções possuíam algumas variações que tornava possível de ser perceber que, atrelados àquela comiseração brasileira, haviam interesses comerciais envolvidos. Dentre os tipos de argumento empregados para este fim, destaque-se o *argumentum ad populum* e o *argumentum ad misericordiam*. Já o *argumentum ad baculum* foi explicitamente empregados nas *Notas Oficiais* a respeito da crise do aço, em contraposição à medidas restritivas impostas pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros. Isso evidenciou que, em contextos limítrofes, a tarefa de *negociar* exercida pelo MRE vai ao limite, operando em conjunto com os argumentos não-emocionais já citados.

Isso, por fim, leva à consideração dos interesses envolvidos nas publicações e do dimensionamento dado às demandas abordadas, em função da visibilidade por elas alcançada. Neste particular, as Notas 110 e 118 (sobre a Coreia do Norte), 69 (sobre a Rússia) e 99 (sobre a Argentina) apresentam diferenças no tom que foi adotado, por exemplo, nas Notas 114 e 121 (envolvendo o Afeganistão). Nestas, como não havia culpabilidade a ser imputada ao seu parceiro, em relação aos incidentes terroristas ocorridos em seu território, pôde-se adotar um tom enérgico, que apontavam para uma posição definida do Brasil enquanto membro do CSNU.

Já no caso do comunicado acerca do que ocorrera na Rússia, situação que igualmente envolveu vítimas fatais e passível de comoção internacional, coube, apenas a fala solidária, pois o ocorrido se tratava de um acidente, cuja apuração de causas estava sob controle das autoridades russas. Mas chama a atenção a forma como o encaminhamento das discussões entre as Coreias é abordado, cordial, objetiva e contemplativamente, num primeiro momento, passando à sua exposição exaustiva, depois, com o alcance do acordo entre essas nações: chega-se prolongar o comunicado, dando-se espaço à apresentação dos termos em que se deu tal entendimento. Esse movimento está intimamente atrelado à ideia de partilha da visibilidade internacional conferida por um evento histórico, com repercussão na geopolítica mundial.

Da mesma maneira, os estímulos estrategicamente empregados no comunicado acerca das reuniões entre Brasil e Argentina servem para sobrelevar a imagem atuação do país no mercado exterior, superdimensionando a demandas que ali são tratadas. Todos esses elementos associados a visibilidade indicam uma construção de imagem que o país tem de si, ou, que, pelo menos, deseja externar para o mundo, visando a acordos de diversa natureza.

Isso também tem amparo nos postulados de Perelman (1976), que apresenta o perfil do *orador* como um dos pressupostos argumentativos da busca por adesão, junto ao *público* e ao *discurso*. Daí que, uma vez mais, conciliando-se a visão do belga com o que dizem Sperber & Wilson (2005), a demanda por *adesão* empreendida nestas últimas *Notas do Itamaraty* passaria por se definir o que se vai defender (ou para onde devem ser apontados os estímulos que farão a audiência constituir a sua presunção de *Relevância*), considerando-se o *perfil* (ou os perfis) de sua audiência/público-alvo, visando-se a *objetivos definidos* (a construção da imagem do Brasil), consoante *estratégias específicas* (de extensão mais ou menos alongada, a depender da natureza e da visibilidade do acontecimento em pauta) e emprego de *recursos de linguagem apropriados* (*verbos não-interventivos*, *expressões nominais* evidenciadoras de status e *background cognitivo* explicitado).

Isso ratifica a ideia de SPERBER & WILSON (2005), que afirmam poder o comunicador concentrar esforços sobre estímulos para atrair a audiência, levando-a a um conjunto de suposições contextuais que apontariam para a compreensão pretendida. Assim, a *conclusão satisfatória* estaria atrelada ao processo mental de associar tais pistas ao peso político internacional sugerido pelo quadro descrito no

comunicado. Ela não poderia ser outra senão a de que o Brasil combate a violência e a coibição de direitos civis – o que faz perceber como esforços e estímulos coordenam a cognição, intermediando julgamentos comparativos.

Mas, para que se continue a testar a hipótese aqui defendida, vale examinar o que ocorre nas *Notas* que envolvem parceiros brasileiros menos profícuos. Elas estão no subtópico a seguir.

4.2 NOTAS OFICIAIS MENOS COMPROMETIDAS COM PARCEIROS COMERCIAIS³³

⇒ Nota 317 – sobre o Sudão do Sul

As relações comerciais entre Brasil e África se iniciaram no final do século XX, mas elas não abrangem todos os 55 países do continente africano. Até então, Brasil é a quarta nação com maior envolvimento nesse mercado, perdendo apenas para China, Índia e Rússia³⁴. Daqueles com quem se mantém tratativas profícuas, destaca-se a África do Sul, que integra o BRICS desde 2011. Egito, Argélia, Nigéria e Marrocos também mantêm relações exitosas. Países de língua portuguesa, em especial Moçambique e Angola, mantêm com brasileiros importante diálogo no tocante à infraestrutura básica.

A atuação brasileira, nesse continente, vincula-se aos segmentos de energia, minérios e construção civil, mas, a título de potencial ampliação de pauta de investimento, a maior aproximação entre essas economias se dá pela agricultura. Com a África, o Brasil atingiu, em 2013, o volume de negócios bilaterais de US\$ 28,533 bilhões, com exportações brasileiras no valor de US\$ 11,087 bilhões e importações no total de US\$ 17,446 bilhões. Em 2017 a balança apontou US\$ 14,924 bilhões, ainda com saldo desfavorável para o Brasil.

Em termos potenciais (considerando-se que a *Nota Oficial* a seguir data de 2018), há que se considerar como vantajoso o início do acordo de livre comércio do continente africano, que teve início em janeiro de 2019. Além disso, a África galga vantagem sobre a Ásia, por exemplo, por apresentar uma das mais propensas áreas

_

³³ As fontes das informações socioeconômicas das nações aqui mencionadas encontram-se nas Referências

³⁴ Mais detalhes a esse respeito podem ser encontrados no portal AGRO LINK, em reportagem de Eliza Maliszewski, de 08/09/2019, publicada às 08:27h e intitulada *Relação comercial Brasil e África*. https://www.agrolink.com.br/noticias/relacao-comercial-brasil-e-africa_424032.html

cultiváveis no mundo, o que tenderia a minimizar seu problema humanitário de fome, ao passo que isso lhe renderia dividendos em exportação. Acrescente-se a isso mão de obra barata e mercado consumidor em expansão.

Seguindo o exemplo brasileiro, cujos superávits em muito se devem ao agronegócio, percebe-se que há no que se investir, nesse setor da economia africana. Contudo, seria necessária uma modernização das leis que mantêm a maior parte das terras (inclusive as cultiváveis) nas mãos dos Estados, o que reduz a agricultura ao nível familiar e, sobretudo, à produção de grãos. Além disso, faz-se necessário ter onde se armazenar o que se produz.

Em seu caso particular, a República do Sudão do Sul, pauta do comunicado a ser analisado neste subtópico, está localizada no Nordeste da África. Tornou-se independente em 9 de julho de 2011, após uma sucessão de guerras civis que a separou da área do Norte, a República do Sudão. Na sequência, em 14 de julho de 2011, tornou-se membro das Nações Unidas (ONU) e, em 28 de julho de 2011, o país entrou para a União Africana de nações. A maior parte dos seus órgãos administrativos estão sediados em Juba, a capital.

Embora a maior força dessa economia seja o petróleo (lá se encontram 75% das reservas de petróleo do antigo Sudão unificado, correspondendo a 98% da receita do novo país), essa nação figura entre as mais pobres. Seu IDH em 2017 assinalou 0,388 pontos (correspondendo ao 187° posto no ranking). Ainda hoje, convive com altas taxas de mortalidade infantil e sistema de saúde precário. Além disso, apenas 27% da população acima dos 15 anos é alfabetizada.

Tais flagelos humanitários do Sudão do Sul tiveram início ainda durante a colonização pelos europeus e se agravaram em conflitos civis de natureza separatista, que se prolongaram por um período de meio século. A razão para isso assentava na tensão entre se manter as fronteiras políticas traçadas militarmente pelas potências europeias, ou se atender os anseios tribais por delimitar territórios diferentes daqueles que haviam sido arbitrariamente criados.

Considerando-se o cenário histórico africano, pode-se dizer que não há precedentes à emancipação desse país. Ainda assim, o Brasil foi um dos primeiros a estabelecer relações diplomáticas com o Sudão do Sul, tendo estado presente, na figura do Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, à sua Cerimônia de Independência. Pouco após isso, no dia 9 de julho de 2011, o Itamaraty anunciou

formalmente o estabelecimento das relações diplomáticas com essa nova nação e o desejo de contribuir para o seu desenvolvimento social e econômico.

Diante dessa conjuntura amigável, o Brasil está entre os 21 países nos quais os sul-sudaneses planejam fixar embaixada residente. Desde 2013, a Embaixada brasileira, em Adis Abeba acumula as vezes diplomáticas dos brasileiros junto à Etiópia e ao Sudão do Sul. Mas, trata-se de uma relação extremamente recente, ainda mais pelo quão jovem é o país africano, enquanto nação homologada. Por isso mesmo, o histórico de transações comerciais de 2017 entre ambos apenas registra o saldo de exportação, a partir do Brasil, equivalente a US\$ 191,00³⁵. Não há registros de compras brasileiras junto aos africanos, o que confere saldo positivo irrisório, do ponto de vista brasileiro, ao fluxo de mercado entre as nações.

O conhecimento prévio de toda essa conjuntura é necessário ao entendimento do comunicado a seguir, que trata do cessar de agressões, em função da independência dessa nação, e da reconsideração de um dos seus líderes políticos.

NOTA 317 14 de Setembro de 2018 - 10h56

ACORDO DE PAZ NO SUDÃO DO SUL

O Governo brasileiro saúda a assinatura, no último dia 12 de setembro, em Adis Abeba, capital da Etiópia, de novo acordo de paz entre as partes em conflito no Sudão do Sul, que reintegrou Riek Machar ao cargo de vice-presidente do país. O compromisso demonstrado pelas partes com uma solução inclusiva constitui importante gesto, que deverá balizar os próximos passos na busca pela paz duradoura no país, com base no diálogo e na moderação.

Ao reconhecer os êxitos dos esforços de mediação por parte de atores regionais, sobretudo da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e de outros parceiros externos, o Brasil sublinha a importância de que as partes mantenham seu compromisso com a implementação do acordo alcançado, bem como de que a comunidade internacional siga engajada no apoio aos esforços voltados à obtenção de ciclo duradouro de paz e desenvolvimento no Sudão do Sul.

A Nota Oficial 317 se destina a congratular a pacificação de um capítulo conflituoso da história do Sudão do Sul, sendo coerente com uma das intenções diplomáticas brasileiras, inicialmente manifestadas já quando do estabelecimento de relações com o país africano: o desejo de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Sudão do Sul. Cumpre, pois, o expediente de saudar a manutenção do direito, frente a uma representação estrangeira, dando andamento ao relacionamento exterior, ainda que se insira em um cenário de conflito.

Esse texto também obedece aos padrões de exiguidade característicos do

³⁵ Valor somente documentado pelo site do *The Observatory of Economic Complexity*. https://oec.world/pt/visualize/tree_map/hs92/import/bra/show/all/2017/

gênero: em 152 palavras (do título ao fim), a sua redação comporta objetividade e seleção lexical típicas da formalidade que é requerida da sua autoria, uma entidade governamental. Até por este fator identitário, a *expressão nominal* "*O governo brasileiro*" recobre-se da responsabilidade pela fala, o que também legitima o comunicado realizado em nome da nação brasileira. Como nos casos anteriores, o termo aparece em posição de sujeito de uma oração principal.

Quando retomada, essa expressão se transmuta em **o Brasil** (personificando a própria nação), igualmente exercendo a função sintática de sujeito da oração que protagoniza. A partir daí, ficam evidenciadas diferenças na natureza das construções empregadas nesta *Nota* em relação às do conjunto de análise anterior. Desta vez, não se verificam manifestações enérgicas de *performance* ligadas a essas expressões nominais. Não é diretamente ao Sudão do Sul ou ao seu povo que se direcionam a maior parte das congratulações por elas atuadas. Em verdade, as duas só protagonizam o desempenho das formas verbais **saúda** e **sublinha**, além da forma nominal infinitiva **reconhecer**.

Este último emprego muito se assemelha ao que ocorreu ao verbo "*instar*", presente na *Nota 86*. Uma vez que ambos foram utilizados em sua forma infinitiva, sem apresentar flexões de tempo e de modo, desprendem-se do seu uso agentivo explícito, pois o verbo no infinitivo trata-se da sua versão não-conjugada, não associada ao desempenho de uma ação por um sujeito. Essa construção pode ser utilizada em contextos nos quais exerçam função de nome (substantivo, adjetivo ou advérbio). Por causa disso, assim como "*instar*", "*reconhecer*" se comporta à semelhança de um núcleo adverbial, na acessória oração em que está inserido.

O foco do comunicado recai, de fato, sobre o cessar da contenda que destituíra o então Vice-presidente e líder rebelde, Riek Marchar, acusado de golpe de estado pelo Presidente Salva Kiir, o que veio a fomentar, em 2013, uma guerra civil. Uma vez que ambos os líderes já haviam assinado e violado outros compromissos semelhantes, o pacto em questão é denominado *novo acordo de paz*, ressaltando-se tanto a reincidência quanto a natureza recente dessa tratativa. A sinalização de reincidência encerrada na palavra *novo*, uma vez remetida ao *background cognitivo* sobre o histórico dos conflitos, soa ostensiva, porque

"Um estímulo ostensivo é projetado para atrair a atenção da audiência. Dada a tendência cognitiva para maximizar a relevância, a audiência somente prestará atenção para um input que pareça suficientemente relevante. Ao produzir um estímulo ostensivo, o comunicador encoraja sua audiência, consequentemente, a presumir que ele é relevante o suficiente

para valer a pena processá-lo." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 229).

A reconciliação é retomada, então, por o compromisso, gesto, do acordo alcançado e se encontra incluída em aos esforços voltados à obtenção de ciclo duradouro de paz e desenvolvimento no Sudão do Sul (afora empregos pronominais relativos de que). Por isso, quem performa as ações realizadas em reintegrou, constitui e deverá balizar é o próprio acordo e esses seus desdobramentos referenciais. Mesmo os personagens centrais, o Presidente e o seu Vice, são apenas mencionados como as partes em conflito, ou as partes — a citação do nome de Riek Marchar é mera explicitação de uma cláusula contratual que previa sua reintegração.

Então, assim como, em **novo acordo de paz**, a palavra **novo** parece soar ostensiva, esse registro do nome torna manifesta uma informação que era o principal dos termos do acordo:

"o uso de um estímulo ostensivo meramente adiciona uma camada extra de reconhecimento de intenção a uma camada básica de informação que a audiência poderia escolher de qualquer modo." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 233)

Percebe-se, então, que, diferentemente das *Notas Oficiais* anteriores, nesta, o Itamaraty dá mais espaço às atividades de outrem, posicionando-se como expectador alheio à situação descrita. Não há, por exemplo, da parte brasileira, cobrança de atitude pela crise humanitária causada pelo conflito interno, no Sudão do Sul, como fora feito com países já abordados e que viviam situação semelhante (de quem o MRE, dissimuladamente, cobrou um posicionamento, muito em função da visibilidade que isso lhe traria).

No mesmo diapasão, nota-se que o crédito por reaproximar contentores é inteiramente dado a *atores regionais*, *Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)*, *parceiros externos*, sem que o Brasil se mostre como nação interveniente, ou auxiliadora. Ou seja, em comparação que fora verificado em outros comunicados, neste *317*, a falta de uma postura *performada* diretamente pelo *governo brasileiro* soa como desinteresse.

A estrutura argumentativa deste comunicado se inicia com a apresentação de uma sequência que apela para o *pathos*, quando se percebe que o MRE toma proveito da disposição emocional da audiência, em função da satisfação provocada por se chegar a um acordo que dirime uma crise. Com este intuito, são lançadas elogiosas estruturas de *argumentum ad populum*, que realça aspectos positivos do

consenso obtido pelos litigantes e sobre o trabalho realizado pelas autoridades que mediaram o conflito, o que, aparentemente, faria com que o Brasil gozasse da simpatia desses atores.

Esta atitude linguística do Itamaraty ainda se reforça pelo argumento baseado na estrutura do real, quando da citação das partes envolvidas, enquanto líderes de suas frentes políticas. Tal argumentum ad verecundiam aludem ao respeito e à reverência a essas autoridades. Por fim, é retomada a sequência argumentativa baseada na estrutura do real, do tipo ad consequentiam, quando se defende o necessário progresso dessa pacificação de ânimos no Sudão do Sul, sob pena de retrocesso de toda uma nação.

Tanto desprendimento pode derivar, primeiramente, da falta de representatividade política e econômica do Sudão do Sul e, depois, da sua parca relação comercial com o Brasil. As *Notas* do primeiro grupo analisado se mostraram construídas de modo estrategicamente preventivo, ou efetivamente reativo; a *317* não se furta a um flagrante silenciamento, provavelmente, contando com a falta de censura que as anteriores sofreriam.

Outra questão a ser considerada é que o necessário conhecimento do contexto de publicação dessa *Nota* (*background cognitivo*) não segmenta, de imediato, o público-alvo em uma *audiência ampla* e outra *especializada*, porque não há termos legais, acordos, ou interesses prévios envolvidos em relação ao Sudão do Sul, que tornem imprescindível um olhar técnico, diferentemente do que ocorreu no grupo de textos anterior. Pelo contrário, todas as informações históricas necessárias ao entendimento da situação sociopolítica dessa nação estão acessíveis ao público geral leigo. Logo, para este interlocutor, o comunicado tende meramente a cumprir aquilo a que, prototipicamente, o gênero *Nota Oficial* se propõe: exercer o papel diplomático de representar o Estado/Governo brasileiro, frente à outras entidades nacionais/representativas.

Além disso, não há outros elementos, na superfície do texto, que sejam suficientes para sinalizar qualquer interesse, em particular, do Brasil, em relação à alcançada paz no Sudão do Sul. Seria, pois, o caso de SPERBER & WILSON (2005) apontarem essa carência de peças de evidência linguisticamente codificadas no enunciado como uma clara indisposição ou incapacidade em lidar com um assunto em pauta. Isso porque, nas análises anteriores, havia dados factuais que vinculavam o Brasil aos contextos em pauta, mas, no caso desta, a ausência deles desvela

desinteresse momentâneo de tomar (ou aparentar ser) parte ativa do quadro.

Trata-se, pois, do mero cumprimento protocolar de mostrar atenção a uma situação, cujo eco não promoveria grande impacto na geopolítica internacional de então. Não há mediação ou cobranças de assuntos de guerra e paz (papel interposto a *atores regionais*, pelo próprio MRE), de comércio exterior, de promoção cultural, ou de coordenação de organizações internacionais (atribuições da *Diplomacia*). No entanto, é diplomaticamente importante ao Brasil se mostrar a par de uma conjuntura cuja eventual estabilidade pode vir a desnudar um mercado em potencial:

"A tendência universal para maximizar a relevância torna possível (em alguma medida) predizer e manipular estados mentais dos outros. Conhecendo sua tendência para escolher os *input*s mais relevantes e processá-los de modo a maximizar sua relevância, eu posso ser capaz de produzir um estímulo que provavelmente atraia sua atenção, ative um apropriado conjunto de suposições contextuais e aponte na direção de uma conclusão pretendida." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 227-228)

Neste particular, projetando estrategicamente boas relações comerciais, ao MRE seria proveitoso explorar a tendência das autoridades africanas para escolher e processar *inputs* que as prestigiam. A seu turno, à África seria lisonjeiro perceber que o Itamaraty a vê como capaz agente administrador de conflitos, ao reconhecer o papel dos atores moderadores (os *regionais*, a *Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)* e os *parceiros externos*).

Ou seja, isoladamente, em relação ao Sudão do Sul, o MRE apenas exerceu o seu papel diplomático e é nisso em que reside o aparente perfil diretivo dessa *Nota Oficial 317*. Qualquer movimento linguisticamente ostensivo em relação ao país, como os que foram feitos em relação às autoridades citadas, soaria sem sustentáculo factual (social, político ou econômico). Todavia, o Brasil se valeu do evento histórico para concentrar esforços sobre estímulos que pudessem ser percebidos pelos mediadores externos, que são alguns dos seus atuais parceiros comerciais.

Este comunicado revela que, mesmo não nutrindo grandes interesses comerciais junto à dita nação, o Brasil se valeu do *background cognitivo* sociopolítico, acrescido do conhecimento das relações mantidas naquele continente, tornando *relevante* o crédito dado às autoridades regionais por dirimir o conflito. Com isso, destacar a atuação desses agentes se revela um *input*, que levaria a um *efeito cognitivo positivo* (SPERBER & WILSON, 2005) agradável para todos.

"um *input* (uma visão, um som, um enunciado, uma memória) é relevante para um indivíduo quando ele se conecta com informação de background disponível, de modo a produzir conclusões que importam a esse indivíduo: ou melhor, para responder uma questão que ele tinha em mente, aumentar seu conhecimento em certo tópico, esclarecer uma dúvida, confirmar uma suspeita, ou corrigir uma impressão equivocada." (SPERBER & WILSON. 2005, p. 223)

Este seria o caso de se dizer que o *governo brasileiro* lançou mão de recursos para promover um *desvio de atenção*, porque seria com base nesse *backgroud cognitivo* completo que a compreensão ocorreria. Essa visão implica dizer que, de fato, o público dessa *Nota Oficial* teria sido segmentado em *audiência ampla* x *especializada* (Brasil, Sudão do Sul e público geral x Brasil e parceiros continentais). Assim, o Itamaraty teria *guinado* seu foco de atenção do evento histórico do Sudão do Sul para dar destaque à atuação de eventuais parceiros africanos.

No entanto, essa conclusão aponta para fora do foco de análise deste segundo grupo de textos, que é o do comportamento linguístico do Brasil em relação a países com os quais ele mantém um mínimo comprometimento comercial. Então, o que a *Nota Oficial 317* sinalizou, inicialmente, é que, quando o vínculo financeiro junto a outra nação é frágil ou inexistente, o Itamaraty não se manifesta diretamente a este país, sequer dissimuladamente, nem lhe direciona sinalizações ostensivas. Isto é, a relação comercial entre Brasil e Sudão do Sul é insuficiente para dar suporte (ou mesmo protagonizar) estímulos linguísticos importantes.

Em outras palavras, como os estímulos são derivados de suposições contextuais mais ou menos acessíveis, a parca relação comercial (ou quase nula) existente entre Brasil e Sudão do Sul é desmerecida em relação àquela que os brasileiros sustêm em relação à África como um todo. Muito provavelmente, seja por isso direcionada às autoridades do Continente a *comunicação ostensivo-inferencial*, cabendo-lhes um menor esforço de processamento, em direção ao pretendido *efeito cognitivo positivo*. Situação semelhante ocorre na *Nota Oficial* a seguir, que comemora os 25 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Cazaquistão.

⇒ Nota 326 – sobre o Cazaquistão

NOTA 326

21 de Setembro de 2018 - 19h42

25 ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O CAZAQUISTÃO

Será comemorado, em 22 de setembro, o 25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão. Os presidentes Michel Temer e Nursultan Nazarbayev, e os

ministros das Relações Exteriores, Aloysio Nunes e Kairat Abdrakhmanov, trocaram, recentemente, mensagens alusivas ao fato.

A cada ano, os dois países vêm consolidando o relacionamento bilateral. Em junho deste ano, foram assinados três instrumentos no campo jurídico: Acordo sobre Extradição, Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas e Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal.

Brasil e Cazaquistão são países em desenvolvimento com economias dinâmicas e sociedades multiétnicas e multiculturais. Ambos têm compromisso com a paz, o fortalecimento do multilateralismo e o desenvolvimento sustentável. Ao celebrar a cooperação já estabelecida, o governo brasileiro manifesta o desejo de trabalhar com o governo cazaque para fortalecer ainda mais os laços que unem os dois países.

O Cazaquistão é um país predominantemente asiático, com pequena porção geográfica pertencente à Europa. Sua independência, em 16 de dezembro de 1991, adveio da dissolução da União Soviética. Em 2017, ocupou o 41° lugar no ranking do PIB, US\$ com 474,3 bilhões. Ele tem a mais forte economia da Ásia Central, ancorada em produção e venda de petróleo. Foi com base nela que o país se tornou a primeira ex-república soviética a pagar toda a sua dívida para o Fundo Monetário Internacional, 7 anos à frente ao prazo final. Outras das suas receitas incluem exportações de trigo, produtos têxteis e pecuária. Já a agricultura atende por cerca de 5% do PIB do país, que, em 2010, tornou-se um dos principais exportadores de urânio.

De 2013 a 2016, o Cazaquistão também esteve entre os 50 países mais competitivos do mundo. Foi líder regional em instituições, infraestrutura, ambiente macroeconômico, educação superior e treinamento, eficiência do mercado de bens, desenvolvimento do mercado de trabalho, desenvolvimento do mercado financeiro, preparo tecnológico, tamanho do mercado, sofisticação empresarial e inovação, carecendo de melhorias em saúde e educação primária³⁶.

Com o Brasil, a conexão diplomática foi aberta em 1993, mas o diálogo bilateral se iniciou com as inaugurações, em 2006, da Embaixada brasileira, em Astana, no Cazaquistão, e, em 2013, da Embaixada do Cazaquistão, em Brasília. Os países sustêm mecanismo de consultas políticas e diversos acordos jurídicos, tais como Acordo de Extradição, Acordo de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas. Novos instrumentos visariam ao avanço em iniciativas bilaterais de cooperação em pesquisa agrícola e no aprofundamento das relações de comércio e investimentos.

³⁶ Esses dados são referentes ao Índice de Competitividade Global, que avalia países em cada um desses critérios, gerando o Relatório de Competitividade para o Fórum Econômico Mundial. Com periodicidade anual, esse índice é publicado, desde 1989, pelo *International Institute for Management Development* (IMD). Ele compara a performance de 60 países baseando-se em critérios que medem aspectos da sua competitividade.

Ao final de 2018, Brasil e Cazaquistão também firmaram parceria para promover o desenvolvimento econômico, cultural, social e sustentável de ambas as nações por meio do Turismo, com intercâmbio de informações em áreas de interesse mútuo. Assim, apesar da distância entre as duas nações, esperava-se aperfeiçoar conhecimentos sobre cultura, modo de vida e história, além de estimular visitas de uma nação à outra, fortalecendo a diplomacia.

Isso, até aqui, já denotaria perfil de interesse diverso do visto em relação ao Sudão do Sul. Mas, ao contrário do que a *Nota Oficial 326* e toda essa conjuntura sugerem, as relações comerciais com o Cazaquistão não eram proveitosas ao Brasil, à época da sua publicação. Em 2017, por exemplo, o intercâmbio fechou desfavorável aos brasileiros, quando se assinalou saldo negativo de US\$ -48,26 milhões, com volume de exportações em US\$ 4,93 milhões (ou 0,002%) e de importações na casa de US\$ 53,19 milhões (ou 0,035%). A situação de déficit se repetiu ao fim de 2018, quando foram registrados os índices de exportação, correspondendo a US\$ 35,74 milhões (ou 0,015%) e de importação apontando US\$ 80,31 milhões (ou 0,044%), com saldo negativo na casa de US\$ -44,57 milhões.

A composição, do título ao fim, abrange 153 palavras (quase a extensão da anterior) e se propõe a registrar os 25 anos de relacionamento formal entre esses dois países. Executa o expediente de auxílio à manutenção da política exterior, portando redação objetiva e emprego vocabular formal compatível com o domínio no qual se insere. Como de costume, a autoria é identificada pelo emprego da expressão nominal "O governo brasileiro", que se incumbe da fala, em nome do país que representa. Ela aparece em posição de sujeito de uma oração principal, mas, à revelia de como vinha acontecendo anteriormente, isso não confere a todo o texto um caráter interpessoal, pois está inscrito somente ao final do terceiro e último parágrafo.

A Nota Oficial 326 tem um teor noticioso diverso daquele empregado em todas as demais composições analisadas até agora. Estas se mostraram mais orientadas a esclarecer (ou firmar), em um único turno, o posicionamento brasileiro sobre assuntos de caráter mais limítrofe (sobre os quais cabia uma intervenção), ou sobre os quais caberia um esclarecimento. Já o comunicado ora em tela concede bastante espaço a uma sequência narrativa de eventos, cujos protagonistas são as nações envolvidas e seus então representantes, o que tende a traduzir uma maior importância conferida às tais ocorrências festivas do que à parceria sem si.

Esse jogo enunciativo atuado pelo Itamaraty não torna desnecessariamente saliente o desfavorável aspecto econômico (do ponto de vista brasileiro) da relação bilateral mantida entre os países, o que poderia soar de maneira negativa. Prudentemente, sua construção se vale do perfil prototipicamente objetivo e sintético da *reportagem*, gênero do domínio jornalístico.

Sobre isso, o jornalismo distingue duas categorias para as matérias produzidas: os textos de comentário (no que se incluem editoriais, artigos de opinião, colunas opinativas...) e os textos de informação (canonicamente representados por notícia e reportagem). Melo (2000, p. 76) relata que, para a redação de matérias informativas, os manuais de redação e estilo jornalísticos recomendam a construção de frases curtas, em ordem direta, e o uso lexical preciso, evitando-se a adjetivação tendenciosa e dando-se preferência ao emprego de verbos na 3ª pessoa. Essa descrição se harmoniza com o que ocorre na redação do comunicado em análise.

No caso específico da *notícia*, segundo Faria (1991), predomina a tipologia textual narrativa, buscando-se levar o interlocutor a reconstruir a conjuntura que se faz relatar. O seu modelo mais simples de realização é o lide/*lead* (FARIA, 1991, p. 102), cujo formato abrange a natureza do fato narrado e quem nele estiver envolvido, quando, onde, como e o porquê do acontecimento. Para a autora, este é o modelo mais simples de realização da *notícia*.

Contudo, a *Nota 326* ultrapassa esses limites quando contextualiza e aprofunda a natureza e alguns meandros da relação entre esses países. São apresentados, por exemplo, os acordos que são firmados entre eles, além de serem explicitadas semelhanças nos perfis políticos e culturais de ambos. Isso se alinha menos com o perfil jornalístico da *notícia* e mais com o da *reportagem*. Esta última é descrita, nos manuais do jornalismo (Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo...), como um desdobramento da primeira, vez que cabe à *reportagem* a investigação e o aprofundamento no relato de um fato. Com isso, o repórter deve, inclusive, enquadrar o fato sob uma determinada ótica (econômica, política, tecnológica...).

O comunicado se estrutura através de sequências de três estratégias. A primeira delas prestigia as autoridades de ambos os países (*ad verecundiam*), assim postas em paridade, em nível de poder de ação. A segunda (*ad populum*) atende pelo apego emotivo do histórico de ligações entre os países, evocando aspectos positivos dessa relação. Por último, é realizada uma aproximação entre as nações,

ressaltando-se as similitudes (*argumentum a simili*), que poderiam fazer com que fossem mantidos e estreitados os laços entre as nações.

Diante disso, parece ter sido intencional fazer essa mescla de gêneros atuar em prol dos expedientes de negociar, informar e promover cultura, conservando e fomentando/cultivando relações internacionais. Tal recurso cabe nas palavras de Sperber & Wilson (2005):

"Um comunicador quer ser compreendido. É, consequentemente, de seu interesse – dentro dos limites de suas próprias capacidades e preferências – fazer com que seu estímulo ostensivo seja tão fácil quanto possível para a audiência compreendê-lo, e fornecer evidência não somente para efeitos cognitivos que ele objetiva alcançar, mas também para efeitos cognitivos posteriores que, por manter a atenção da audiência, ajudarão a alcançar sua meta.". (SPERBER & WILSON, 2005, p. 230)

A reboque, o engendro também facilitou a divulgação específica de um evento festivo entre os países, sem que, para isso, fosse necessário desviar a atenção de qualquer situação limítrofe que pudesse recair sobre a relação bilateral, mesmo porque esse intercâmbio, àquela altura, não se apresentava promissor ao Brasil.

Destacam-se, no comunicado, ainda, as formas verbais será comemorado, trocaram, vêm consolidando, foram assinados, celebrar, manifesta, trabalhar e fortalecer. Apenas trocaram, vêm consolidando, celebrar e manifesta são realizadas em voz ativa³⁷ e em tempo presente, por sujeitos agentes das suas orações: a primeira pel Os presidentes, Michel Temer e Nursultan Nazarbayev, e os ministros das Relações Exteriores, Aloysio Nunes e Kairat Abdrakhmanov; a segunda pelos dois países; a terceira e a quarta pelo governo brasileiro.

À sua vez, *celebrar* se enquadra neste critério por reiterar o ocorrido aos verbos "*instar*" (*Nota 86*) e "*reconhecer*" (*Nota 317*). Os três, núcleos das acessórias orações em que estavam inseridos, foram desprendidos dos seus usos agentivos explícitos, mas é possível identificar os desempenhos de suas atividades por sujeitos agentes das orações principais dos períodos compostos onde se inserem.

Já as formas verbais **será comemorado** e **foram assinados** denotam que os seus sujeitos, respectivamente, **o 25º aniversário do estabelecimento de relações**

_

³⁷ Para BECHARA (2000: p. 222), as vozes do verbo são "ATIVA: forma em que o verbo se apresenta para normalmente indicar que a pessoa a que se refere é o agente da ação" (no sentido de executor) e "PASSIVA: forma verbal que indica que a pessoa é o objeto da ação verbal. A passiva é formada com um dos verbos ser, estar, ficar, seguido de particípio.".

diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão e três instrumentos no campo jurídico, são alvo da iniciativa atitudinal de outrem, pois se encontram inseridos em construções oracionais de *voz passiva*³⁸. Nela, o sujeito não desempenha o comportamento denotado pela locução verbal (verbo auxiliar SER + particípio do verbo principal) com que se relaciona, isto é, não é quem *performa* ação expressa.

Sobre este particular da passividade de sujeitos nas construções linguísticas, o Gramático e Acadêmico Evanildo Bechara (2000) esclarece:

"Voz é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação. (...) Passividade é o fato de a pessoa receber a ação verbal. A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo: os criminosos recebem o merecido castigo." (BECHARA, 2000, p. 222).

Finalmente, *trabalhar* e *fortalecer*, constantes nas últimas duas linhas da *Nota 326*, encontram-se em *modo infinitivo*, forma invariável em que o verbo apresenta sentido atitudinal genérico ou indefinido (não-relacionado ao desempenho de atividades por alguma pessoa) e sua forma é invariável. No caso destas duas ocorrências³⁹, que são precedidas por preposição, elas funcionam como complemento de um substantivo, ou de toda uma oração anterior. Note-se que *trabalhar* é o núcleo de uma oração subordinada substantiva, atrelada ao sintagma nominal *o desejo*. A seu turno, *fortalecer* é o núcleo verbal da oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo, que funciona, pois, como advérbio de toda a composição oracional que se inicia em *o governo brasileiro*. Desta maneira, essas formas verbais não são indicativos de flagrante estímulo de elocução.

É preciso reconhecer, ainda, que esse comunicado não apresenta indícios evidentes de interesse comercial, por parte do Brasil, como ocorrera nos comunicados da seção anterior. Antes, enaltece os perfis político e cultural dos países envolvidos, meramente a título de exaltação ao episódio de confraternização entre eles. Isso é observável no trecho que vai de "Brasil e Cazaquistão são países em desenvolvimento" a "o fortalecimento do multilateralismo e o desenvolvimento sustentável." (no terceiro parágrafo).

³⁹ O infinitivo impessoal também é usado para se denotar uma ideia vaga, genérica, sem se referir a um sujeito determinado (como em, por exemplo, "Querer é poder!"), ou para com ele se conceber um valor imperativo a uma elocução (como em, por exemplo, "Soldados, marchar!");

³⁸ A palavra "passiva", que compõe a construção gramatical denominada *voz passiva*, possui a mesma raiz latina de "paixão" (o latim *pathos*, *passio*, *passionis*), que, por sua vez, alude às ideias de inoperância, sofrimento, padecimento. Por isso, diz-se que, na *voz passiva*, o sujeito "sofre" a ação expressa na locução verbal, do que surgem dois elementos que só aparecem nesse tipo de construção: *sujeito paciente* e *agente da passiva*.

Em outras palavras, isso quer dizer que as peças de evidência que, nesta Nota Oficial, encontravam-se codificadas linguisticamente (SPERBER & WILSON, 2005), não foram categóricas em desvelar uma suposta relação entre os modos de expressão do MRE e eventuais intenções econômicas do Brasil para com o Cazaquistão. O próprio backgroud disponível, que auxilia na compreensão do quadro desfavorável ao Brasil, nesta balança comercial, reforça a ideia de que a comunicação inferencial ocorre a favor do destaque político e cultural conferido à data de 22 de setembro, e não aponta na direção financeira.

O mesmo aspecto político é o que parece motivar a plasticidade na redação desta *Nota Oficial*. Até porque os *gêneros textuais* não são artefatos estanques, ou enrijecedores das ações criativas. Mas, é preciso considerar que suas mudanças de estrutura e variações de linguagem, hibridizações e mesclas somente se processam para que eles supram renovadas necessidades, em função de um contexto. Assim, a maneira diferenciada de construção desta *Nota 326* estaria apontando justamente nessa direção política, ao mesmo tempo em que estaria sancionando uma nova forma de se produzir *Notas Oficiais*, considerando-se as intenções comunicativas.

Não só a mescla de gêneros adotada pelo Itamaraty, ao se valer do perfil prototípico de uma *reportagem*, apontou com *precisão* e a *previsibilidade* para aquelas intenções. O próprio formato de apresentação narrativa do histórico de laços entre os países reforça que a *Relevância* "é *uma propriedade de pensamentos, memórias* e *conclusões de inferências*" (SPERBER & WILSON, 2005, p. 223), quando o desempenho do relato requereu uma elocução de lembranças que precisariam ser temporalmente concatenadas pela audiência. Sobre tais construções estratégicas diz Marcuschi (2003a):

"Um elemento central na organização dos textos narrativos é a organização temporal. Já no caso dos textos descritivos, predominam as sequências de caracterização. Os textos expositivos apresentam o predomínio de sequências analíticas ou então explicitamente explicativas. Os textos argumentativos apresentam o predomínio de sequências contrastivas explícitas. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de sequências imperativas." (MARCUSCHI, 2003a, p. 29).

Ou seja, ao oferecer à sua audiência o cenário do qual ela necessita para se situar a respeito do fato, **o governo brasileiro** conduz interpretações para uma percepção temporal da mútua cordialidade entre Brasil e Cazaquistão. O ensejo é suficiente para dar conta do ensejo comemorativo, sem soar inoportuno (se evidenciado o desfavorável aspecto financeiro).

Esse tipo de construção auxilia a audiência a realizar *suposições contextuais* gozando de certa segurança, pelo fato de se encontrarem, na materialidade do texto, dados mais ou menos acessíveis acerca do propósito da entidade redatora. Afora isso, a manobra linguística proporciona um menor *esforço de processamento*, o que tende a gerar mais agilidade no alcance de um *efeito cognitivo positivo* pela *audiência*, que, assim, não é segmentada em *ampla* e *especializada*.

Isso não correu com as *Notas Oficiais* do grupo de análise anterior. Elas requeriam um *background cognitivo* técnico, que não só dificultava o acesso a todo o contexto de produção por toda a sua *audiência*, como também realizava a triagem dos seus públicos-alvo, aos quais eram conduzidos a *conclusões satisfatórias* diferenciadas por níveis de aprofundamento. Ao se observar estes últimos pronunciamentos, tende-se a crer que não são empregadas manobras estratégicas para o *desvio de atenção*, quando não há claros interesses econômicos em jogo.

Engendros diferentes foram empregados nos textos a seguir, cujas análises se iniciam com a *Nota Oficial 324*, alusiva a um acidente fluvial de 20 de setembro de 2018, na Tanzânia.

⇒ Nota 324 – sobre a Tanzânia

NOTA 324

21 de Setembro de 2018 - 14h17

ACIDENTE NA TANZÂNIA

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do acidente fluvial ocorrido na última quintafeira, 20 de setembro, entre Buolora e a ilha de Ukara, no território de Mwanza, no lago Victoria, norte da Tanzânia, o qual deixou mais de cem mortos e dezenas de feridos.

O governo brasileiro lamenta profundamente o trágico acidente e expressa suas condolências às famílias das vítimas, votos de recuperação aos feridos, bem como sua solidariedade ao povo e ao governo tanzaniano.

A Tanzânia está localizada na África Oriental e sua capital oficial é Dodoma, sede do Poder Legislativo; já Dar es Salam, maior e mais populosa cidade, é a sede da maioria das instituições governamentais, tais como as dos poderes Executivo e Judiciário. Trata-se de um dos países mais pobres do mundo, cujo PIB, em 2017, atingiu apenas US\$ 162,8 milhões. A sua economia, predominantemente, é voltada à agricultura, que absorve perto de 80% da mão de obra do país e gera, aproximadamente, 85% em exportações. Sua indústria se volta aos segmentos alimentício, de mineração, petroquímico, têxtil, madeireiro e de fertilizantes.

Em território da África Subsaariana, essa nação capitaliza por abrigar os três maiores lagos da África, sendo um dos países africanos com maior disponibilidade de água. A sua porção noroeste é bastante montanhosa, contando com o ponto mais alto da África, o monte Kilimanjaro, que, junto aos parques nacionais, atrai renda pelo fluxo de turistas. Ao norte, a Tanzânia também contém alguns dos mais antigos assentamentos humanos, com fósseis dos primeiros humanoides, sendo uma terra, muitas vezes, referida como "o berço da Humanidade".

A sua hodierna população multiétnica lida com baixa expectativa de vida, elevada taxa de mortalidade infantil, predominante distribuição de renda abaixo da linha de pobreza, analfabetismo e subnutrição. Isso conferiu ao país, em 2017, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de apenas 0,538, o que coloca a Tanzânia no 154° lugar.

As suas relações com o Brasil foram estabelecidas em 1970, muito embora só em 1979 tenha sido criada a embaixada brasileira em Dar es Salam. Entretanto, esta foi desativada em 1991, apenas sendo reaberta em março de 2005. Já o governo tanzaniano firmou embaixada, em Brasília, em 2007. Mas o intercâmbio financeiro entre eles não passou sem imbróglios.

Em setembro de 2017, foi acordado o perdão de 86% da dívida da tanzaniana para com o Brasil e o reescalonamento dos 14% sobressalentes em parcelas, pagas ao término daquele ano e em maio de 2018. Tal equacionamento definitivo passificou relações econômico-comerciais entre os países, permitindo a abertura de canais de financiamento para as áreas de infraestrutura e negócios, desde que tivessem participação de empresas brasileiras.

Em 2017, as exportações brasileiras para a Tanzânia atingiram de US\$ 29,84 milhões (ou 0,013%) e as importações, US\$ 52,69 mil (ou 0,034%). O saldo dessas operações indicou parcos US\$ 29,79 milhões. O Brasil exportou açúcar (bruto e refinado) e máquinas e aparelhos agrícolas (incluindo tratores) e importou serviços de mesa e artigos domésticos em plástico.

Assim, parece ser por essa limitada influência comercial que a *Nota Oficial 324* cumpre o mero expediente protocolar de manifestação de pesar e solidariedade. Do título ao fim, ela é constituída por apenas 79 palavras, que até, praticamente, metade do texto, se desdobram em situar espacio-temporalmente o incidente ocorrido em território da Tanzânia. Ou seja, quase metade do texto é preenchido pela identificação do fato, seguida pela sua geolocalização, sem maiores

movimentos de atuação incisiva por parte do Itamaraty. Com a sua exiguidade, ele traduz a baixa influência que a situação motivadora tem sobre eventuais interesses brasileiros.

O governo brasileiro, novamente, protagoniza a autoria da composição, mas, desta vez, só é evocado em duas ocasiões, ambas nas mesmas circunstâncias de todas as suas ocorrências anteriores (em posição de sujeito de suas orações principais e em posição topicalizada). Apenas três formas verbais performam as atividades protagonizadas por essa expressão nominal: tomou conhecimento, lamenta e expressa (esta com uma segunda manifestação elipsada, ao fim do último parágrafo, antes de "sua solidariedade").

Nenhuma delas denota um movimento efetivo de atuação do Brasil sobre o acontecimento em pauta. Contudo, diferentemente do que ocorrera nas *Notas Oficiais* em que havia envolvimento comercial profícuo em xeque (quando a passividade brasileira se mostrou estratégica), desta vez, a falta de uma postura interventiva soa como desinteresse.

A orientação argumentativa apenas gira em torno do *pathos*, empregando-se o *argumentum ad misericordiam* (explorando-se empatia pela transmissão de solidariedade à nação interlocutora). Essa estratégia apenas repercute o expediente de *representação*, incutido no discurso diplomático, e é repetitivamente usada, em pronunciamentos do MRE, para se mostrar atento e "presente", por meio da prestação de condolências.

Pode-se dizer que o comunicado 324 não apresenta peças de evidência que conduzam à percepção de maior consideração brasileira em relação à Tanzânia, que não a de convencional manifestação de ciência e de solidariedade. A título de Relevância, a sua curta extensão tende a codificar linguisticamente (SPERBER & WILSON, 2005) uma indisposição por comunicar algo. A exaustiva geolocalização do incidente não dirime essa impressão, sendo desnecessária ao registro de condolências, e parece apenas preencher espaço na superfície textual.

Favorece essa interpretação o fato de o *backgroud disponível* (a respeito da balança comercial e de toda a situação econômica da Tanzânia) não apontar na direção de interesses econômicos por parte do Brasil. Isso também contribui para a *precisão* e a *previsibilidade* do cumprimento de uma ação meramente protocolar por parte do MRE, ao empregar um *gênero textual* que tem como um dos seus expedientes prototípicos essa agenda comunicativa.

Além disso, ao passo que, no texto sobre o Cazaquistão, a narrativa dos laços entre os países e a ocultação da relação bilateral se mostrou estratégica, aqui, o encobrimento da situação financeira da Tanzânia e dos seus laços diplomáticos e comerciais com o Brasil revelam-se convenientes. Uma vez que a *Relevância* é uma "propriedade de pensamentos, memórias e conclusões de inferências" (SPERBER & WILSON, 2005, p. 223), a evocação desses dados históricos seria desnecessária, tanto ao propósito que ilumina a publicação do texto, como à flagrante indisposição de se comunicar as instabilidades das relações entre as nações.

Em última análise, do mesmo modo que essa omissão acarreta um MAIOR esforço de processamento acerca da relação entre ambos os países, faz alcançar, com um MENOR esforço de processamento, a conclusão satisfatória que apraz o governo brasileiro: a percepção do Brasil como uma nação altruísta, acarretando um efeito cognitivo positivo. Mais uma vez, um dos textos deste segundo conjunto confirma a tendência de não se lançar mão de manobras estratégicas para o desvio de atenção, quando não há interesses ou riscos econômicos em jogo.

O que irá soar ostensiva, daqui por diante, é a repetição de uma mesma fórmula de redação dos comunicados, indiferentemente ao tema que se propõem a tratar⁴⁰. A *Nota Oficial 306*, a seguir, a respeito do ataque terrorista a Mogadíscio, na Somália, reitera o padrão de escrita empregado nesta, a respeito da Tanzânia, sem o adicional trecho geolocalizador, o que reforça a impressão sobre uma *indisposição por comunicar algo*.

Nota 303 – sobre a Somália

NOTA 306

06 de Setembro de 2018 - 16h10

ATENTADO NA SOMÁLIA

O governo brasileiro condena o ataque perpetrado no último dia 2 de setembro, no centro de Mogadíscio, na Somália, que deixou ao menos seis mortos e dezenas de feridos.

Ao expressar condolências às famílias das vítimas e votos de plena recuperação aos feridos, o Brasil reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, bem como manifesta seu apoio à paz e à estabilidade na Somália.

Ainda mais curto do que o anterior, este comunicado abrange apenas 70 palavras e tal exiguidade está intimamente relacionada ao baixo potencial de

⁴⁰ A disposição dos textos de modo agrupado evidenciou padrões de comportamento linguísticos/atitudinais formulaicos que poderiam passar despercebidos ao leitor que visitasse o site do MRE, em busca de alguma declaração acerca de qualquer evento específico.

aprofundamento das relações comerciais somalis com o Brasil, bem como à pouca representatividade política e econômica da Somália frente ao cenário internacional. A Somália sequer possui representação diplomática em solo brasileiro. Não há também representação diplomática brasileira residente na Somália. A Embaixada do Brasil em Nairóbi, no Quênia, se ocupa, cumulativamente, deste papel.

O saldo da balança comercial entre ambos fechou em US\$ 69,66 milhões positivos para o Brasil, em 2017, com exportações na casa de US\$ 69,66 milhões (ou 0,031%) e importações em US\$ 251 (ou 0,000%). Esse total chega a ser maior do que o próprio PIB do país, que, em 2017, encerrou o ano na posição 153, na comparação entre nações, com a cifra de US\$ 17,47 milhões (traduzindo-se como um dos países mais pobres do planeta).

A população somali é majoritariamente islâmica e metade dela vive abaixo da linha de pobreza (com menos de 1,25 dólar por dia), de acordo com o Banco Mundial. Sua taxa de mortalidade infantil é uma das maiores do mundo, alcançando 106 óbitos a cada mil nascidos vivos. Outros males, como o analfabetismo e a subnutrição também atingem essa nação.

Além disso, no curso da história, o território somali foi dominado por Portugal, Inglaterra, França e Itália. O país só se tornou independente em 1° de julho de 1960. Desde então, foi governado por ditadores e rebeldes e, em 1990, uma guerra civil foi deflagrada pela conquista do poder nacional. No início do século XXI, inclusive a Al-Qaeda se estabeleceu por lá. Até por isso, é difícil encontrar dados confiáveis sobre o IDH de 2017 da Somália. Os últimos dados acessíveis remontam 2012: índice em 0,364 (considerado baixo) e 188° lugar⁴¹. Estima-se que a economia nacional seja pouco industrializada, em consequência da guerra civil.

Embora seus problemas internos, o país procura manter uma economia de mercado, que é predominantemente agrícola: 65% do seu PIB vem da agricultura, contra 25% de serviços e 10% da indústria. A seu favor, possui o maior rebanho de camelos do mundo, cujo cuidado fica a cargo de pastores nômades (grande parte dos que vivem da criação de gado é nômade ou seminômade). Além da pecuária,

-

⁴¹ O site *Global Data Lab.* aponta o IDH de 2017 da Somália em 0,351 (ainda muito baixo). É um dado obtido junto a uma Instituição válida, mas é codificado no *United Nations Development Program*, porque a instabilidade política e a insegurança do território somali são interditos à busca pelo levantamento de informações mais confiáveis. Daí que o índice que foi nesta nota de rodapé reportado deve ser tomado mais como estimativa.

a banana é importante item de exportação. Já açúcar, sorgo, milho e peixes são produtos destinados ao mercado interno.

Como se pode notar, não se trata de um mercado em franca expansão, ou que demonstre grande potencial de crescimento em curto e médio prazos, o que, da mesma forma como ocorrera no comunicado anterior, justifica a pouca investidura verbal. Das 70 palavras da *Nota 306*, quatro delas expressam o comportamento atitudinal do MRE: *condena*, *reitera*, *manifesta* (verbos realizados em voz ativa e no tempo presente pelos sujeitos das orações em que estão inseridas – *O governo brasileiro* e *o Brasil*, que assumem a autoria da composição); e *Ao expressar* (núcleo da acessória oração subordinada adverbial proporcional reduzida de infinitivo em que está inserido). Todavia, nenhuma delas denota uma dinâmica de atuação do Brasil sobre o acontecimento em pauta.

A própria forma verbal "condena", que possui apelo semântico mais forte do que as demais, desta vez, não figurou acrescida de qualquer termo intensificador (como ocorrera na Nota Oficial 114, sobre o atentado no Afeganistão, quando a "iniciativa" brasileira não viria a causar transtornos ao seu parceiro comercial, que não fora o autor do dolo). Ainda assim, o seu emprego, nesta Nota 306, induz à percepção de que o Brasil é um país atuante e que observa severamente atos de violência, mesmo que sobre eles não intervenha efetivamente.

"Em diferentes circunstâncias, o mesmo estímulo pode ser mais ou menos saliente, a mesma suposição contextual mais ou menos acessível e um mesmo efeito cognitivo mais fácil ou mais difícil de derivar." (SPERBER & WILSON, p. 224-225).

Todavia, esta comparação de usos, desvela maior ou menor interesse, por parte da autoria, em demonstrar reatividade frente aos problemas relatados. No caso da realidade somali, tal desejo não se mostra tão pronunciado quanto na comparação com a realidade afegã, sobre a qual o Brasil, inclusive, parece capitalizar politicamente, com um discurso enérgico, fazendo-se solidário a um seu parceiro, ao mesmo tempo que bem-visto pela comunidade internacional.

Outras formas verbais se destacam, como *perpetrado* e *deixou*, mas estão diretamente vinculadas a outro agente, "*o ataque*". Elas, inequivocamente, apontam para uma culpabilidade e um dolo, demonstrando o quanto o Brasil não se furta em determinar responsabilidades. As expressões nominais "*atentado*", "*o ataque*" e "*ato de terrorismo*" são outros exemplos que de que o Itamaraty não evitou termos que explicitassem o ponto de vista brasileiro acerca da situação. No entanto, o

próprio cômputo geral desses apelos ostensivos revela que eles foram parcos na comparação direta com o que foi verificado nos textos do primeiro grupo de análise.

Pelo contrário, esta *Nota Oficial 306* se aproxima mais do que fora identificado no comunicado *324*, sobre a Tanzânia, quando não foram catalogadas, na superfície linguística, *peças de evidência* que conduzissem à percepção de mais profundo envolvimento brasileiro, que não o da convencional manifestação de ciência e de solidariedade. No caso deste texto sobre a Somália, sequer houve o mesmo esforço por geolocalizar o atentado, tornando ainda mais latente a *indisposição ou desinteresse em comunicar* (SPERBER & WILSON, 2005).

Existe, inclusive, a reiteração da orientação argumentativa verificada na *Nota* anterior. Apela-se ao *pathos*, empregando-se o *argumentum ad misericordiam* (explorando-se empatia pela transmissão de solidariedade à nação interlocutora). Acrescente-se a exploração *ad populum*, que apela às emoções de repúdio da audiência a atos de violência. Isso parece ser feito no intuito de meramente "marcar a presença" do Brasil em relação à causa alheia, encerrando o expediente de *representação* que se espera dos discursos diplomáticos.

O backgroud disponível (a respeito da balança comercial e da calamidade política, financeira e humanitária da Somália) também não advoga proveitos que o Brasil pudesse tirar desse cenário. Assim, mantém-se a mesma ideia deduzida da Nota Oficial anterior, de que foi possível observar com precisão e previsibilidade que o MRE cumpriu uma agenda meramente protocolar, valendo-se de um gênero textual que tem como uma de suas condutas de praxe esse expediente e como característica prototípica usos linguísticos de natureza diretiva.

Desta vez, não se considerou um ocultamento do histórico da relação entre os países, porque ela praticamente inexiste. Como no texto anterior, isso confirma que a evocação desses dados é desnecessária quando há *indisposição de se comunicar*, evitando-se atrair *presunções de Relevância* para informações alusivas a *memórias e conclusões de inferências* indesejadas.

Mais ainda: não se faz necessário um MAIOR esforço de processamento sobre a relação entre os países, quando um MENOR esforço de processamento já é o suficiente para se alcançar a conclusão satisfatória de que o Brasil não compactua ou aprova atos de violência, sob qualquer égide. Isso se alinha aos anseios brasileiros de se mostrar à comunidade internacional como nação atenta ao cenário

político de manutenção da paz. Mais uma vez, confirma-se não serem necessários desvios de atenção quando não há interesses ou riscos econômicos em jogo.

Os dois textos adiante, a respeito das Filipinas, reeditam esse comportamento.

⇒ Nota 264 e 321 – sobre as Filipinas

NOTA 264

02 de Agosto de 2018 - 15h49

ATENTADO NAS FILIPINAS

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do ataque terrorista ocorrido em 31 de julho de 2018, na cidade de Lamitan, no sul das Filipinas, que deixou onze mortos e diversos feridos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade ao povo e ao governo das Filipinas, o Brasil reitera seu veemente repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

Perceba-se que, mais uma vez, a exiguidade se repete, considerando-se que este texto tem apenas 77 palavras do título ao fim. Esse padrão de extensão, pelo que se tem observado até aqui, já demonstra o quanto de atenção o Brasil devota ao tema. Numa comparação direta, ao que parece, a situação afegã, registrada na *Nota 114*, para além dos acordos firmados, teria potencial de repercussão internacional maior por seu impacto na geopolítica mundial, convertendo-se em vitrine para a diplomacia brasileira (daí a ter uma redação mais alongada).

Já nesta, reitera-se a forma de expressão protocolar. O texto ainda encerra expressões nominais que figuraram nas Notas sobre o Afeganistão e na anterior, sobre a Somália: atentado, do ataque terrorista e ato de terrorismo. Elas explicitam como o país, recorrentemente, repercute, com mais clareza, o seu posicionamento ante questões limítrofes de nações com as quais não possui estreitos laços comerciais, ou nas quais enxerga algum trampolim político.

Essa visão é reforçada pelos dados da balança comercial e pelo histórico econômico das Filipinas. O ano de 2017 foi encerrado com saldo positivo de US\$ 195,55 milhões para o Brasil, valor que congrega US\$ 443,48 milhões (ou 0,203%), em exportações, e US\$ 247,93 milhões (ou 0,164%), em importações. Também ao fim do mesmo ano, a república insular se tornou a 29ª economia do mundo, com um PIB de US\$ 874,5 milhões.

Suas exportações primárias incluem semicondutores e produtos eletrônicos, equipamentos de transporte, vestuário, produtos de cobre e derivados de petróleo, óleo de coco e frutas. Os seus principais parceiros comerciais são Estados Unidos,

Japão, China, Singapura, Coreia do Sul, Países Baixos, Hong Kong, Alemanha, Taiwan e Tailândia.

Recém-industrializadas, as Ilhas Filipinas têm modificado sua economia, antes baseada na agricultura, dando mais ênfase a serviços e manufatura. Hoje, sua população é de cerca de 40,813 milhões de pessoas. Sua força de trabalho se distribui entre: o setor agrícola, com cerca de 32% dos trabalhadores; o setor industrial, com 14%; e o setor de serviços, com 47%.

As relações diplomáticas com o Brasil se deram em 1946, ano da independência filipina. Sua Embaixada no Brasil foi aberta em 1965, ao passo que a brasileira, em Manila, foi inaugurada em 1970. Em curso, podem ser listadas relações bilaterais sobre cooperação técnica, dupla tributação, cooperação agrícola, cooperação em reforma agrária, treinamento de diplomatas e dispensa parcial de vistos. Além disso, existe, desde 2006, mecanismo de consultas bilaterais, para a realização periódica de reunião de alto nível.

Não há, como se pode notar, acordos comerciais ou evidente motivação política (vinculada a eventual visibilidade) que causem, respectivamente, pudores ou oportunismo, por parte do MRE, em rotular o incidente ocorrido, em território filipino, como algo nocivo, mesmo porque o dolo é de responsabilidade de outrem. As Filipinas não chegam a representar 1% da balança comercial brasileira, como também não têm influência política suficiente para implicar o mercado internacional. Daí à reincidência, sem pejo, dessas *expressões nominais atentado*, do *ataque terrorista* e *ato de terrorismo*, bem como o tamanho reduzido do texto.

Outros poucos apelos ostensivos ficam por conta dos usos das formas verbais *tomou* conhecimento, Ao expressar e reitera. A primeira meramente registra a ciência do fato pelo signatário, O governo brasileiro, traduzindo a sua postura contemplativa, frente à questão em pauta; a segunda protagoniza a reincidente construção de uma acessória oração em que está inserida, introduzindo um período composto, em cuja principal está inserido o verbo seguinte desta lista; a terceira, porque, enquanto núcleo do predicado da oração principal em que se encontra, coloca, na mesma medida da solidariedade e do lamento brasileiros (constantes na oração subordinada anterior), a ratificação insistente da postura do Brasil em se mostrar contrário a atos de violência. Mas nenhum dos apelos denota uma atuação efetiva sobre a situação em tela.

Pelo contrário, a execução de uma atividade efetivamente dinâmica (no sentido físico da expressão), só é percebida com a realização da forma verbal *deixou*, cujo sujeito é *o ataque terrorista*, referenciado pelo pronome relativo *que*. No texto, somente ela evidencia o exercício de algo que provoca algo em outrem, no caso *os onze mortos e diversos feridos*.

Com efeito, este comunicado repete a orientação argumentativa dos dois anteriores, ancorada em torno do *pathos*, através do emprego do *argumentum ad misericordiam* (explorando-se empatia pela transmissão de solidariedade à nação interlocutora). Este comunicado também lança mão do *argumentum ad populum* pelo registro de contrariedade a atos de terrorismo, que apela ao repúdio da audiência contra atos de violência. Em ambas as circunstâncias o Brasil encerrando o expediente de *representação* em relação à causa alheia.

O próximo comunicado ratifica essas impressões, ao empregar um mesmo padrão redacional para comunicar um fato distinto, aproveitado pelo Brasil a figurar como nação solidária. Do título ao fim, ele possui 182 palavras, sendo mais alongado do que o anterior. Mas os acréscimos se devem a explicitações de serviços de ajuda oferecidos a cidadãos brasileiros, sem o que, ele contaria apenas 100 itens lexicais. O trecho formulaico abrange 65 palavras.

NOTA 321 19 de Setembro de 2018 - 17h57

PASSAGEM DO TUFÃO MANGKHUT PELAS FILIPINAS

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, da passagem do tufão Mangkhut pelo norte das Filipinas, no último final de semana, que resultou em dezenas de fatalidades e deixou centenas de feridos, além de perdas materiais.

Ao expressar suas condolências aos familiares e amigos das vítimas, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao povo e ao governo das Filipinas.

Até o momento, não há registro de brasileiros vitimados pelo fenômeno climático. O Itamaraty seguirá acompanhando a situação, por meio da Embaixada do Brasil em Manila e da Divisão de Assistência Consular (DAC) em Brasília.

Para casos de emergência, o telefone do plantão consular da Embaixada em Manila é: +63 917 574 4513.

Em Brasília, o Núcleo de Assistência a Brasileiros do Itamaraty pode ser acionado pelos telefones +55 61 2030-8803/8804 (das 8h às 20h) e + 55 61 98197-2284 (Plantão Consular, das 20h às 8h) e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br.

Os contatos acima destinam-se exclusivamente a emergências. O atendimento à imprensa será feito apenas pelo e-mail imprensa@itamaraty.gov.br e pelos telefones +55 61 2030-8006 e +55 61 98197-2229.

Desta vez, *O governo brasileiro* (duas vezes citado) é retomado por expressões nominais que aludem a subseções dos seus poderes, sendo a mais ampla *O Itamaraty* (encerrando a natureza mediadora de que este órgão se encarrega). Este, a seu turno, é reiterado pelas subdivisões administrativas incumbidas da prestação do específico serviço de socorro, a *Embaixada do Brasil em Manila*, a *Divisão de Assistência Consular (DAC) em Brasília*, e o *Núcleo de Assistência a Brasileiros do Itamaraty*. Isso estabelece uma apresentação organizacional do funcionamento do MRE, ao mesmo tempo em que o Brasil se mostra solidário à causa filipina e se põe em alerta para realizar eventual socorro a cidadãos brasileiros.

Atreladas a estes sujeitos estão as reincidentes formas verbais tomou conhecimento, Ao expressar e manifesta (performadas por o governo brasileiro), constantes no trecho formulaico), além de seguirá acompanhando (vinculada aO Itamaraty) e pode ser acionado (relacionada com o Núcleo de Assistência a Brasileiros do Itamaraty), situadas no extrato customizado. Ainda nesse segmento posterior, encontram-se Os contatos e O atendimento à imprensa, outras duas expressões nominais que se destacam por fazerem a distinção sobre o alvo de uma mesma prestação de serviços, sendo a primeira delas voltada a possíveis vítimas e a segunda, a dirimir interesses jornalísticos.

Estas pistas são suficientes para gerar expectativas de relevância que guiam a audiência na direção do significado da autoria (SPERBER & WILSON, 2005, p. 222). Uma vez que mais da metade do texto alude às atividades do MRE em monitorar a situação de brasileiros e a eles se mostrar prestativos, deduz-se, inicialmente, que são os concidadãos o principal público-alvo da *Nota*, estando a eles voltados os estímulos que conduzem à compreensão da disponibilidade de serviços do Itamaraty.

Em seguida, é preciso notar que é a primeira vez, neste grupo de textos, que uma *Nota Oficial* abrange, explicitamente, dois públicos: o internacional (para o qual se destina a fala protocolar) e o nacional (a quem se volta a maior parte da composição). Entretanto, ao contrário do que aconteceu nos textos do primeiro grupo, desta vez, a segmentação foi feita de maneira explícita, porque era essencial que as duas audiências se sentissem notadamente incluídas.

O comunicado faz uso argumentativo idêntico ao da *Nota Oficial 324*, a respeito da Tanzânia. Enquanto tem como audiência principal as Filipinas, sua fala gira compreende o *pathos*, pelo emprego do *argumentum ad misericordiam* (explorando-se empatia pela transmissão de solidariedade à nação interlocutora), estratégia que repercute o expediente de *representação* das atribuições diplomáticas. Mas, desta vez, como a audiência da *Nota* é dividida, a segunda parte

do pronunciamento, que é direcionada ao público nacional, não só compreende a obrigação de *representar*, como também a de *informar*, para o que o texto abriga estruturas *quase-lógicas* do tipo *argumentum a pari*, para fazer referência à rede de apoio oferecida pelo Itamaraty a brasileiros.

Isso foi feito, em primeiro lugar, porque é necessário se mostrar como país solidário e atento aos flagelos das demais nações. Em segundo lugar, porque cidadão afetados e imprensa precisariam do auxílio direto do órgão: um para a solicitação de socorro; outra para a divulgação do estado de coisas e da ação do próprio MRE sobre esse cenário. Disso se percebe que o interesse maior recai sobre o segundo público, a quem se destina um trecho mais extenso e personalizado, enquanto às Filipinas e à comunidade internacional cabe uma construção repetitiva.

Em termos cognitivamente realísticos, isso explica a que equivalem as expectativas criadas por ambos os públicos, trazendo luz ao percurso de compreensão trilhado por eles. Isso quer dizer que cada extrato do texto é encarado de maneira distinta, ora pelas Filipinas e pela comunidade internacional, ora por brasileiros no exterior. Essas audiências se relacionam de modo distinto com cada conceito linguisticamente codificado, guiadas por

"expectativas de relevância e usando suposições contextuais feitas acessíveis pelas entradas enciclopédicas [derivando] efeitos cognitivos. Quando há efeitos suficientes para satisfazer suas expectativas de relevância, [a audiência] para." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 240).

Além disso, a comparação entre os dois últimos comunicados torna ainda mais saliente que o reiterado emprego de parte da superfície linguística aponta para uma latente *indisposição de comunicar* (SPERBER & WILSON, 2005) algo ao país flagelado. A bem da verdade, isso tem se mostrado como *peça de evidência* que revela e confirma *desinteresse*, da parte brasileira, pelos fatos ocorridos, aos quais só resta o formal registro de ciência e de solidariedade – o mesmo que ocorreu na *Nota Oficial 306*, a respeito da Somália.

Isso também ratifica que, quando não há segmentação da *audiência*, o emprego de *estímulos de elocução* que evoquem *memórias* a respeito de dados históricos e socioeconômicos não se faz tão necessário. Pelo próprio caráter diretivo do jogo enunciativo encenado nos comunicados, deduz-se ser desnecessário atrair *presunções de Relevância* a partir de informações que possam levar a julgamentos e *conclusões de inferências* indesejados.

Nem o *backgroud* sobre os dados econômicos das Filipinas advoga a favor do Brasil. Como nas *Notas 324* e *306*, o fator financeiro só conduz, com *precisão* e *previsibilidade*, à compreensão de que o Itamaraty, nesses casos, cumpriu uma formalidade, valendo-se de um *gênero textual* que tem como um dos seus expedientes esse fazer comunicativo.

"Compreensão é um processo on-line, e hipóteses sobre explicaturas, premissas implicadas e conclusões implicadas são desenvolvidas em paralelo a partir de um *background* de expectativas que podem ser revisadas ou elaboradas à medida que o enunciado se desdobra. Em particular, o ouvinte pode trazer para o processo de compreensão não somente uma presunção geral de relevância, mas expectativas mais específicas sobre como o enunciado será relevante para ele" (SPERBER & WILSON, 2005, p. 236).

Com isso, os esforços de processamento são realizados para se chegar à conclusão satisfatória de que o Brasil é um país de natureza pacífica e, portanto, contrário a atos que perturbem violentamente qualquer estado de normalidade (contexto da Nota 264). O mesmo se pode dizer a respeito da sua vocação solidária (relativa à Nota 321) e da sua disponibilidade em amparar conterrâneos, no exterior, quando estes se encontram possivelmente vitimados.

Efeitos cognitivos decorrentes de ambas as conclusões tendem a conduzir o país a alcançar as pretendidas notoriedade internacional e sensação de acolhimento pátrio, tornando-se desnecessário realizar manobras para se desviar a atenção de parte do público. Em outras palavras, não é preciso dividir a audiência em ampla ou especializada, a partir de um background técnico, quando não é atribuída Relevância direta ao fato em pauta ou ao país em que ele ocorreu, mas apenas a uma parte específica dos eventuais envolvidos no incidente.

O comunicado a seguir, acerca de um atentado na Jordânia, confirma como esse modo de expressão padronizado pode ser interpretado como desinteresse aos olhos de uma audiência atenta, já que ela "infere o significado do falante com base na evidência fornecida." (SPERBER & WILSON, 2005, p. 222).

⇒ Nota 279 – sobre a Jordânia

NOTA 279

13 de Agosto de 2018 - 19h09

ATENTADO NA JORDÂNIA

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do ataque terrorista ocorrido em 10 de agosto de 2018, na cidade de Fuheis, próxima da capital jordaniana, Amã, que vitimou um policial e feriu outros policiais, bem como dos embates ocorridos no dia seguinte, que resultaram em mais policiais vitimados e feridos.

O Brasil expressa sua solidariedade ao governo e ao povo da Jordânia, suas condolências às famílias das vítimas e seus votos de plena recuperação aos feridos.

O Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

Não há registro de brasileiros até o momento entre as vítimas do ataque.

A Jordânia está situada em região desértica, pelo que menos de 5% do seu território é destinado à produção de alimentos. Também por isso, mesmo estando estrategicamente localizada no cruzamento entre Ásia, África e Europa, a economia jordaniana é assolada pelo abastecimento insuficiente de água, petróleo e outros recursos naturais. Outros desafios a serem enfrentados incluem déficit orçamental elevado, alta dívida pública e altos níveis de pobreza e desemprego. A sua capital é Amã, centro econômico e cultural do país.

Além dos poucos recursos naturais, a Jordânia também conta com uma base industrial reduzida e a corrupção é mais um dentre os males que afeta o país. Por essas razões, também é corriqueiro que seus trabalhadores mais talentosos saiam do país. Lento crescimento interno, alto consumo de energia, poucos subsídios de alimentação e setor público inchado conferem à Jordânia déficits orçamentários anuais, parcialmente compensados por ajuda internacional.

A economia jordaniana é diversificada em comércio e finanças, que, combinados, representam cerca de um terço do PIB, que, ao fim de 2017 atingiu US\$ 89,05 milhões, equivalendo à 88ª posição no ranking. Complementam as cifras transporte e comunicação, serviços de utilidade pública e construção, mineração e fabricação. Mas o Estado continua a ser dominante na economia, com o governo empregando até dois terços dos trabalhadores do país.

Com o Brasil, o Reino Hashemita da Jordânia oficializou relações em 1959, mas só 20 anos depois foi inaugurada a Embaixada brasileira na capital do país. A balança comercial entre esses países atingiu, no fim de 2017, o saldo de US\$ 216,08 milhões, sendo US\$ 223,6 milhões (ou 0,102%) em exportações e US\$ 7,52 milhões (ou 0,004%) em importações. Esse mercado é majoritariamente composto pelo envio brasileiro de carnes bovina e de frango, café e gado vivo, chassis de ônibus e equipamentos de cartões magnéticos.

O MRE também credita à Jordânia a retirada de 150 brasileiros do Iraque e do Kuait, durante a primeira Guerra do Golfo, nos anos 1990. Mas nem essa cooperação mais estreita do que as demais, arroladas entre textos deste grupo, ocasionou uma composição estendida: do título ao fim, a *Nota Oficial 279* abrange

108 palavras. Mais uma vez, o Itamaraty não se furtou em creditar a autoria diretamente a *O governo brasileiro*, posteriormente retomado, em duas ocasiões, pelo próprio nome do país, *Brasil*. Essas *expressões nominais*, conforme já fora visto, identificam a instituição responsável por redigir a *Nota* e conferem legitimidade à sua fala.

A esses sujeitos estão atreladas às formas verbais *tomou* conhecimento, *expressa* e *reitera*, da mesma maneira e na mesma ordem em que ocorreram nas *Notas 114* (do primeiro grupo) e *306*, *324*, *264* e *321*, a respeito de Somália, Tanzânia e Filipinas. Chama a atenção, porém, que o segundo verbo, desta vez, não está inserido em uma oração subordinada reduzida, mas em um período simples, disposto em ordem direta. Com isso, os dizeres do terceiro parágrafo, que, formulaicamente, vinham sendo empregados como oração principal de um segmento anterior, agora também constituem um período simples.

Mais uma vez, um comunicado do MRE se utiliza do *pathos*, pelo emprego do argumentum ad misericordiam (explorando-se empatia pela transmissão de solidariedade à nação interlocutora), como estratégia principal para demarcar uma representação do Brasil. Ele também emprega o argumentum ad populum quando registra a indisposição brasileira a atos de violência, presumindo o repúdio da audiência frente a essa questão. Além disso, o pronunciamento em questão, para cumprir o expediente diplomático de *informar*, também emprega o argumento quase-lógico do tipo argumentum a pari, apenas para esclarecer a falta de vítimas brasileiras em relação ao ocorrido.

Cabe dizer que essa reiteração de um modelo de composição, nos textos do MRE, deturpa funções precípuas dos afazeres diplomáticos, que deveriam se pautar por manter o direito e promover interesses de um Estado ou de um Governo, frente às entidades representativas estrangeiras. Isto é, a padronização sinaliza ostensivamente para o quão pouco o governo brasileiro se sensibiliza para com a situação de determinadas nações, contribuindo para a latente impressão de desinteresse pelos fatos por elas individualmente vivenciados.

Outro efeito colateral, causado aos afazeres diplomáticos brasileiros pela "juntada de textos" aqui realizada, é o de expor o pouco cuidado dirigido à redação desses comunicados. Já que as *Notas Oficiais* são publicadas por uma instituição governamental, para registrar a visão do país acerca de temas sobre os quais lhe

cabe se manifestar, elas deveriam suscitar uma imagem melhor do que a de aparente desleixo que essa padronização ostensivamente sinaliza.

Já a título de traço distintivo, saliente-se o acréscimo de informações sobre a ausência de brasileiros entre as vítimas do incidente, o que confere a esta *Nota 279* contornos de serviço de utilidade pública, ao resguardar concidadãos de que seus entes se encontravam seguros.

Outros elementos que saltam aos olhos são as retomadas do termo **atentado** (no título), por d**o ataque terrorista** (o que explicita a visão brasileira a respeito da natureza deliberadamente nociva do ocorrido) e o emprego das formas verbais **vitimou** e **feriu** (ambas de caráter muito mais dinâmico do que as atreladas a**o governo brasileiro** e a**o Brasil**).

Some-se a isso a classificação dos eventos posteriores ao atentado como dos embates ocorridos no dia seguinte (depois retomados pelo pronome relativo que). Ao serem assim nomeadas, as circunstâncias adquirem valor de enfrentamento, de duelo. Observe-se, ainda, que, ao núcleo dessa expressão nominal, se vincula a forma verbal resultaram, que encerra ideia de causalidade, mais agentiva do que tomou conhecimento, expressa e reitera. Isto ilustra como a opção do Brasil de se portar como observador de fatos permanece inalterada.

Vê-se que **o governo brasileiro** se posiciona mais claramente (por meio dessas *expressões nominais*), quando não há culpabilidade de seus parceiros, quando não há riscos de perda financeira, ou quando o Brasil não é a nação lesada. Além disso, conforme cresce o grau de envolvimento ou de impacto da visibilidade incutida no tema relatado (caso dos textos do primeiro grupo), a composição dos textos tende a se prolongar.

Daí que a extensão exígua e a falta de diferenciados elementos ostensivos no trecho formulaico da *Nota Oficial 279* não dão suporte a outra compreensão que não seja a do rotineiro cumprimento de uma agenda protocolar. Resta à audiência presumir a consecução dos afazeres diplomáticos brasileiros de observar e de se fazer notar diante do caso, pois esta é a solução que lhe requer o mínimo esforço de processamento cognitivo a partir do *background disponível*, considerando-se este texto isoladamente e não em comparação aos demais.

Nas palavras de Sperber & Wilson (2005),

"A RELEVÂNCIA pode ser calculada em termos de efeitos cognitivos e esforços de processamento (...) 'quanto maior for o esforço de

processamento despendido, menor será a relevância do input para um indivíduo nessa situação.' (SPERBER & WILSON, 2005, p. 225).

Em última análise, o esforço se aplica tanto ao background disponível quanto à exaustiva repetição de um modelo de escrita, porque ambos apontam para a percepção de que quanto maiores são as cifras envolvidas, ou o trampolim político, mais extensa e personalizada é a redação dos comunicados. Além disso, enquanto elemento destacado, na comparação entre os textos, as reincidências de estruturas soam como marcas ostensivas da indisposição ou do desinteresse brasileiros pelos fatos em si. Conforme Sperber & Wilson (2005, p. 229), "O uso de um estímulo ostensivo, então, cria uma PRESUNÇÃO DE RELEVÂNCIA", pois

"Um estímulo ostensivo é otimamente relevante se, e somente se: a. é relevante o suficiente para merecer esforço de processamento da audiência; b. é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador.". (SPERBER & WILSON, 2005, p. 229).

Por isso, quando as análises das *Notas 306, 324, 264, 321* e 279 desvelam uma padronização enunciativa, pode-se subentender uma *indisposição de comunicar*. Esta, por sua vez, aponta para um silenciamento acerca da singularidade de cada situação reportada, testificando o que dizem Sperber & Wilson (2005, p. 231):

"Quando o silêncio é ostensivo, nós seríamos capazes, provavelmente, de analisá-lo como envolvendo meramente um nível extra de intenção e, por isso, como COMUNICANDO – ou IMPLICANDO – que o destinatário é incapaz de ou está indisposto a responder" (SPERBER & WILSON, 2005, p. 231).

Por outro lado, ao menos, nesta *Nota Oficial 279*, sobre a Jordânia, e na *321*, sobre as Filipinas), sobressaem-se estímulos adicionais aos formulaicos, que remetem aos protocolos de prestação de auxílio a brasileiros no exterior. É possível, então, que, para além da manifestação de condolências, que são de praxe, o foco das intenções comunicativas e, principalmente, das preocupações do Itamaraty estivesse em se dispor a servir o seu público de concidadãos.

4.2.1 Síntese sobre as *Notas Oficiais* menos comprometidas

Para figurar nesta seção das análises, seria necessário que os comunicados versassem sobre fatos relativos a países de fora do G20 e com os quais o Brasil mantivesse parcas relações comerciais. Diante desse critério, o site do MRE apresentou como elegíveis uma quantidade reduzida de *Notas Oficiais*, 7 (sete), o que, já inicialmente, soou como notório indício da pouca representatividade que o

Brasil confere a essas nações. Além disso, as publicações aqui catalogadas se mostraram diminutas em comparação aos comunicados do primeiro conjunto.

A redação da maioria das *Notas Oficiais* ora em tela também revelou outro dado que aponta na direção do menor interesse brasileiro por países que pouco implicam ao seu comércio, ou ao cenário geopolítico internacional: grande parte (ou quase todo o texto) dos comunicados era reaplicada indistintamente, padronizando o tratamento a fatos ou a nações. Isso aconteceu a 5 (cinco) deles e aponta para a ideia de que o Itamaraty não realiza manobras linguísticas para atrair diferentes *presunções de relevância*, quando os interesses nacionais não estão em xeque.

Somente duas dessas *Notas* tiveram suas composições personalizadas, ainda que o padrão de extensão reduzida se mantivesse. Isso, notadamente, aconteceu no comunicado relativo à situação do Sudão do Sul, que foi aproveitado pelo MRE para sinalizar a "simpatia" brasileira pelos atores dos demais países africanos, virtuais focos de investimento do Brasil. A mesma individualização ocorreu na publicação a respeito do Cazaquistão, em que se empregou uma mescla de mescla de gêneros para favorecer o entendimento histórico das relações entre o Brasil e este país, de economia equilibrada e em ascensão.

As estruturas argumentativas presentes nestes textos menos comprometidos com parceiros comerciais brasileiros, predominantemente, foram construídas a partir de argumentos que apelam para o pathos (PERELMAN, 2014), que objetivam atuar sobre o estado emocional da audiência. Dentre os tipos descritos por Perelman, argumentum ad populum, argumentum ad misericordiam e argumentum ad baculum, todos foram empregados, com predominância dos dois primeiros. Isso se alinhou ao cumprimento dos expedientes diplomáticos de representar (predominantemente) e de informar.

Nestas *Notas Oficiais*, não foi observado o cumprimento do expediente diplomático da *negociação*. Essa tarefa apenas se insinuou na Nota 326, sobre o casaquistão, em que foi empregada uma sequência argumentativa *fundada na estrutura do real*, com base no *argumentum a simili*, em busca de um efeito de identificação que facilitasse a empatia do governo cazaque. No mais, presume-se que essa ausência do exercício precípuo de *negociar* tenha ocorrido em decorrência do pouco interesse vislumbrado pelo Brasil em relação às suas nações interlocutoras deste conjunto de textos. Isso tem relação com o impacto que esses países têm sobre as movimentações financeiras brasileiras.

Mas, em nenhuma das *Notas* aqui apresentadas, empregou-se, como subterfúgio, a segmentação da *audiência* em *ampla* e *especializada*, verificada no primeiro conjunto de textos, quando se lançou mão de estímulos ostensivos que requeriam um *background cognitivo* mais técnico e não disponível na materialidade dos textos. Nos comunicados desta segunda seção, *suposições contextuais* que conduziam à compreensão do significado da autoria encontravam lastros acessíveis na superfície dos comunicados, beneficiando todo o seu público potencial.

Mesmo quando se conciliou uma manifestação de solidariedade a países vitimados de incidentes com a prestação de serviços de assistência a brasileiros no exterior, isso fora feito de maneira explícita, não requerendo maior *esforço de processamento* para se identificar a intenção do comunicador em sinalizar algo que não lhe conviesse textualizar. Isso só reforça a tese de que, quando há notórios interesses envolvidos, as *Notas Oficiais* se despojam do seu perfil diretivo e ganham contornos estratégicos para *desviar a atenção* de parte da *audiência*.

Em outras palavras, as composições do conjunto atual se mostraram menos densamente marcadas por estímulos de elocução que requisitassem olhares inferenciais diferenciados. Quando submetidas aos mesmos critérios de análise empregados na averiguação dos textos do conjunto anterior, elas, predominantemente, indicaram que a falta de maiores interesses imputa.

No tocante à escolha dos VERBOS A prevalência de uma atitude verbal observadora, passiva e contemplativa, diante de situações que não cabe ao governo brasileiro intervir;

No tocante ao emprego de EXPRESSÕES NOMINAIS

A reiteração da identidade de autoria (que apenas vêm a se desmembrar quando é necessário categorizar as instâncias institucionais para a prestação de assistência a cidadãos brasileiros) e um posicionamento enérgico na caracterização de eventos nocivos, cuja responsabilidade não seja atribuída aos países em questão;

No tocante ao GÊNERO TEXTUAL

A atenção à prototipicidade diretiva do gênero *Nota Oficial*, bem como o reemprego de construções formulaicas indistintamente às nações, ou aos fatos em pauta;

No tocante à COMUNICAÇÃO OSTENSIVO-INFERENCIAL

A explicitação, na superfície textual, de elementos que auxiliem a audiência a processar as suas *suposições contextuais* e que lhe conduzam, com segurança, à compreensão do significado da autoria;

No tocante ao BACKGROUND COGNITIVO

A explicitude de dados históricos (sociais, econômicos, políticos), na materialidade dos textos, ampliando a *audiência* potencial, ao invés de segmentá-la;

No tocante à SEGMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA

O direcionamento explícito de falas a todos os seus públicos potenciais, dispensando a segmentação da *audiência* em *ampla* e *especializada*, o que caracterizaria o *desvio de atenção* pela necessidade de um *background cognitivo* técnico.

Em outras palavras, não há, nestes textos, *inputs* relacionados a um background que sustente a hipótese dos desvios de atenção (de parte ou de toda a audiência), diferentemente de como ocorreu nos textos relacionados a países com quem o Brasil mantinha estreitos vínculos, ou em relação aos quais o país pudesse se valer da sua repercussão internacional. Antes, o que se desenha, no grupo atual, é uma *indisposição de se comunicar* pela falta de maiores interesses do Brasil sobre as nações e sobre os eventos citados nas *Notas*.

Isso reforça a percepção de que quando não há uma crise ou situação limítrofe a ser linguisticamente gerenciada (porque não há maiores interesses entre o Brasil e as nações envolvidas), os comunicados ganham contorno de texto meramente expositivo. Eles assumem a objetividade que lhes é peculiar e até tendem a fazer uso de um padrão redacional, que serve ao mero fim de registro daquilo que é estritamente necessário mencionar (caso das Notas 306, 324, 264, 321 e 279, a respeito de Somália, Tanzânia, Filipinas e Jordânia). A exiguidade e a formalidade que lhes são características são mantidas, o que, no cômputo geral também ratifica a impressão de pouco interesse da autoria pelos seus temas.

Conclui-se, então, *Notas Oficiais* que não envolvam profícuos parceiros comerciais brasileiros não apresentam *peças de evidência codificadas linguisticamente* (SPERBER & WILSON, 2005, p. 221) que façam crer na segmentação da *audiência* e, consequentemente, na existência de eventuais *desvios de atenção*. Pelo contrário, com *precisão* e *previsibilidade*, elas desvelam comportamentos linguísticos protocolares e prototípicos dos afazeres diplomáticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da hipótese central de que recursos ostensivo-inferenciais seriam empregados intencionalmente para o desvio da atenção de parte do público, objetivando a manutenção de acordos já estabelecidos entre comunicador e a porção da audiência que o interessa atingir, esta Tese abordou o emprego linguístico-argumentativo da comunicação ostensivo-inferencial, procurando desvelar as prováveis intenções incutidas nesta atividade.

Para tanto, a investigação abordou práticas linguísticas engendradas em meio ao domínio diplomático, com foco sobre Notas Oficiais do Itamaraty. Estes corpora foram escolhidos para se demonstrar que desvios de atenção inclinam a audiência ampla ao processamento de informações periféricas ao posicionamento oficial do Brasil, ao passo que, diplomaticamente, uma audiência especializada, composta por parceiros comerciais brasileiros, atingiria a compreensão desejada pelo Ministério das Relações Exteriores

Para a análise desse material, foram conciliados a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (2005) a pressupostos da Teoria da Argumentação de Perelman (1976), consubstanciados por noções provindas do campo da Diplomacia, que orientavam a compreensão sobre a natureza dos *corpora* analisados. Através disso, buscou-se demonstrar que a *comunicação ostensivo-inferencial* conduz, estrategicamente, *presunções de relevância*, efetuando um fazer argumentativo voltado à manutenção de acordos.

Diante disso, este trabalho tratou dos seguintes processos:

1. Quanto ao desvelamento das estratégias de comunicação ostensivoinferencial contidas nas Notas Oficiais do Itamaraty, a fim de se demonstrar que esse recurso que pode ser empregado, intencionalmente, para o desvio da atenção de uma audiência, apontou-se que,

1.1. Em notas mais comprometidas com parceiros brasileiros

NO TOCANTE À ESCOLHA DOS VERBOS

Houve prevalência de atitudes verbais passivas diante de situações em que se buscava o equilíbrio entre sinalizar atenção a um problema com parceiros comerciais e conservar essas parcerias, ou se fazer legitimar enquanto nação balizadora de princípios internacionais. Houve prevalência de atitudes verbais ativas

apenas quando se buscava defender interesses nacionais em situações em que o Brasil seria economicamente lesado.

NO TOCANTE AO EMPREGO DE EXPRESSÕES NOMINAIS
Houve reiteração da identidade de autoria em nome do governo brasileiro. Isso só se desmembra, aludindo-se às suas instituições representativas, quando é necessário categorizar os serviços de prestação de assistência a cidadãos brasileiros. Afora isso, também ocorreu quando fez sentido evocar o peso do nome de toda a nação, a título de defesa dos interesses nacionais:

NO TOCANTE AO GÊNERO TEXTUAL

Houve uma atenção conveniente ao perfil diretiva do gênero *Nota Oficial*. Quando disputas comerciais estiveram envolvidas, o padrão de extensão do gênero foi subvertido e, por diversas ocasiões, ocorreu o prolongamento de tessitura ao sabor dos interesses brasileiros;

Como não foram feitas alusões a dados históricos (sociais, econômicos, políticos), na materialidade dos textos, que deem suporte ao processamento dos *input*s lançados, o que tais estímulos ostensivo-inferenciais sinalizam é a segmentação da audiência, pela necessidade de um background cognitivo mais técnico, que conduza à elaboração de suposições contextuais compatíveis com a presunção de relevância da autoria. Isso só pode ser realizado por uma audiência especializada, que é estrategicamente conduzida à compreensão das intenções da autoria e atinge a presunção de relevância ótima. A ação relega a audiência ampla à compreensão parcial das Notas, caracterizando o desvio de atenção.

1.2. Em notas menos comprometidas com parceiros brasileiros

No tocante à escolha dos VERBOS
 Houve prevalência de atitudes verbais passivas, contemplativas, diante de situações que não caberia, nem seria do estrito interesse do governo brasileiro intervir;

■ NO TOCANTE AO EMPREGO DE **EXPRESSÕES NOMINAIS**

Houve reiteração da identidade de autoria em nome do *governo brasileiro*. Isso só se desmembra, aludindo-se às suas instituições representativas, quando é necessário categorizar os serviços de prestação de assistência a cidadãos brasileiros. Afora isso, também ocorreu quando fez sentido caracterizar eventos humanamente nocivos, cuja responsabilidade pudesse ser atribuída aos países em questão;

NO TOCANTE AO GÊNERO TEXTUAL

Houve atenção à prototipicidade diretiva do gênero *Nota Oficial*, bem como o reemprego de construções formulaicas indistintamente às nações, ou aos fatos em pauta, traduzindo o pouco interesse brasileiro em relação a esses acontecimentos e às nações neles envolvidas;

O usufruto dessas categorias, quando necessário, foi amparado, na materialidade dos textos, pela explicitude de dados históricos (sociais, econômicos, políticos) que ampliaram a sua audiência potencial, ao invés de segmentá-la. Também apenas quando necessário, foi realizada uma segmentação da audiência, contudo, desta vez, feita explicitamente, através do direcionamento de falas aos seus públicos potenciais. Esse conjunto de elementos dispensou o acesso a um background cognitivo mais técnico e, consequentemente, não efetuou desvios de atenção, pois os estímulos ostensivo-inferenciais auxiliariam no processamento de suposições que viriam a conduzir, com segurança, à compreensão do significado da autoria.

Isso significa que, em *Notas Oficiais*, a implicitude ou a explicitude de dados históricos (sociais, econômicos, políticos), aliadas a usos que são feitos de *verbos*, de *expressões nominais* e à própria atenção aos *parâmetros prototípicos de construção do gênero textual*, seriam estratégias ostensivas nas quais se tenderia a investir para se efetuar uma condução estratégica da compreensão de diferentes públicos à *presunção de relevância* da autoria.

2. Quanto à descrição e análise do desempenho argumentativo dessas estratégias, enfocando a sua necessidade diplomática, que deve trabalhar incansavelmente para manter a imagem positiva do Brasil dentro e fora das suas fronteiras, descobriu-se que

2.1. Em notas mais comprometidas com parceiros brasileiros

 PARA CUMPRIR O EXPEDIENTE DIPLOMÁTICO DE REPRESENTAR

São empregadas estruturas argumentativas baseadas na estrutura do real, ou que apelam para o pathos. Em razão disso, faz-se, predominantemente, uso de argumentum ad verecundiam (buscando-se apoio na citação de autoridades nacionais ou em instituições e em mecanismos de regulação internacional), argumentum ad misericordiam (pela manifestação de solidariedade) e argumentum ad populum (apelando-se ao elogio às nações interlocutoras).

 PARA CUMPRIR O EXPEDIENTE DIPLOMÁTICO DE INFORMAR

São empregadas, predominantemente, estruturas argumentativas quase-lógicas, com destaque para o uso de argumentum a pari (que fazem referência a dados estatísticos ou a estruturas governamentais de prestação de serviço a brasileiros no exterior).

 PARA CUMPRIR O EXPEDIENTE DIPLOMÁTICO DE NEGOCIAR

São mais empregadas as estratégias argumentativas baseadas na estrutura do real, fundadas na estrutura do real, ou que apelam para o pathos. Isso se dá, respectivamente, por meio de argumentum ad consequentiam (porque dão base à compreensão dos movimentos de negociação empreendidos pelo Brasil, com vista aos efeitos pretendidos), de argumentum ad simili (pela tentativa de aproximação de realidades entre nações) e argumentum ad baculum (empregado em situação limítrofe, em

contraposição a atitudes que direta e imediatamente prejudicariam interesses brasileiros).

2.2. Em notas menos comprometidas com parceiros brasileiros

 PARA CUMPRIR O EXPEDIENTE DIPLOMÁTICO DE REPRESENTAR

São empregadas reiterada e formulaicamente estruturas argumentativas baseadas na estrutura do real, ou que apelam ao pathos. Para tanto, predominantemente, é feito o uso de argumentum ad verecundiam (buscando-se apoio na citação de autoridades nacionais ou em instituições e em mecanismos de regulação internacional), argumentum ad misericordiam (pela manifestação de solidariedade) e argumentum ad populum (apelando-se ao repúdio a atos de violência).

 PARA CUMPRIR O EXPEDIENTE DIPLOMÁTICO DE INFORMAR

São empregadas, predominantemente, estruturas argumentativas quase-lógicas, com destaque para o uso de argumentum a pari (que fazem referência a dados estatísticos ou a estruturas governamentais de prestação de serviço a brasileiros no exterior) e, eventualmente, as baseadas na estrutura do real do tipo ad consequentiam (quando se formula a defesa de uma necessária pacificação, através de uma advertência em que se incute à consideração de um histórico de conflitos nacionais).

 PARA CUMPRIR O EXPEDIENTE DIPLOMÁTICO DE NEGOCIAR

São mais empregadas poucas estratégias argumentativas fundadas na estrutura do real, ou que apelam para o pathos. Elas apenas se fizeram presentes na Nota Oficial 326, a respeito do Cazaquistão. Tais sequências se dão pelo emprego de argumentos do tipo ad simili (pela tentativa de aproximação de

realidades entre nações) e *ad populum* (alude ao apego pelo histórico de ligações entre os países).

Isso significa que as *Notas Oficiais do Itamaraty* mais comprometidas com parceiros comerciais brasileiros se distinguem daquelas menos comprometidas pelo emprego mais frequente do expediente diplomático de *negociar*, enquanto nas demais, de *representar* e de *informar*, assumem um certo protagonismo.

Os resultados revelaram que, embora se destinem aos papéis diplomáticos de representar, informar e de negociar, os pronunciamentos oficiais do Itamaraty somente desempenham explicitamente os dois primeiros expedientes, ficando a atividade de negociar a cargo do emprego de estímulos, lançados, intencionalmente, para direcionar a compreensão apenas de uma audiência especializada. Isso revela o desempenho de uma atividade argumentativa inferencialmente organizada, confirmando a hipótese aqui defendida. Em outras palavras: Notas Oficiais do Itamaraty mais comprometidas com parceiros comerciais brasileiros, as tarefas diplomáticas de representar e de informar asseguram apenas uma compreensão parcial pela audiência ampla. Em última instância, esses expedientes inclinam esse público ao processamento de informações periféricas e desviam a sua atenção daquilo para o que a comunicação inferencial concorre: as negociações que atingem a presunção de Relevância da autoria, a qual só é alcançada por uma audiência especializada, que não só a percebe, como dela se faz partícipe.

A investigação constatou que o expediente diplomático da negociação é mais ostensivamente marcado pelo emprego de certos verbos e expressões nominais e pelo próprio exercício plasticidade da estrutura do gênero textual. Tais elementos são, predominantemente engendrados no âmbito de estratégias argumentativas baseadas na estrutura do real (do tipo argumentum ad consequentiam), fundadas na estrutura do real (do tipo argumentum ad simili), e que apelam para o pathos (do tipo argumentum ad baculum).

A consideração desses desvios de atenção efetuados por via das tarefas diplomáticas de representar e de negociar recobrem outro quadro, que não o delineado pela RETENÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES, proposto por SPERBER & WILSON (2005). Com isso, esta Tese cumpriu o seu propósito de trazer à luz uma visão sobre comunicação estratégica, ao conciliar a visão da *Pragmática Cognitiva*, no que tange à sua noção de *Relevância* (corroborando para

a tese de Sperber & Wilson (2005) sobre a "relevância" como máxima única) e da Teoria da Argumentação de Perelman (1976), que descreve o caráter retórico-argumentativo da linguagem e entende movimentos argumentativos como estratégias para a defesa de pontos de vista, visando à manutenção de acordos com auditórios restritos (neste caso, denominados audiência especializada e representados por profícuos parceiros brasileiros). Assim, esta Tese contribui para auxiliar na diluição da fronteira entre a proposição e o reconhecimento das intenções, mediante a complexidade da interação.

Além disso, quando esta pesquisa elucidou expedientes conciliatórios explorados nos falas diplomáticas, tornou possível a compreensão de estratégias linguístico-argumentativas mobilizadas no seu processamento textual-discursivo no âmbito das relações exteriores, pontuando sua organização textual, sua funcionalidade e sua sociocognição. Os resultados apresentados conferem a este trabalho um caráter relevante, não só pela sua contribuição aos campos de estudo supracitados, mas também por lançar um olhar crítico-analítico sobre o fazer textual do *Direito Internacional* e das *Relações Internacionais*, que servem às nações ao como mecanismo de reafirmação da sua independência e soberania.

REFERÊNCIAS

ABREU, A.S. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 5. ed. São Paulo: Ateliê, 2009.

AGÊNCIA SENADO. Plenário aprova novo embaixador do Brasil na Tanzânia. In: Senado Notícias.

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/30/plenario-aprova-novo-embaixador-do-brasil-na-tanzania

Acesso em: 05/12/2019.

ALVES, M.A.S. O auditório universal de Chaïm Perelman: a relação entre o universal e o particular. Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF, São Paulo, 2002.

APHOTHÉLOZ, D.B. (2003). O papel e o funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 53 - 84.

. & REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Construction dês la reference et stratégies de

ARMENGAUD, F. Pragmática. São Paulo: Parábola, 2006.

désignation. In: TRANEL. n. 23, 1995. p. 227 - 271.

ATIENZA, M. El derecho como argumentación. Barcelona: Ariel, 2006.

ARISTÓTELES. Retórica. 2.ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.

_____. *Econômicos*. Coleção Obras Completas de Aristóteles. Volume VII – Tomo 2. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. Retórica das paixões. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. Retórica. São Paulo: EDIPRO, 2011.

AUSTIN, J. Quando dizer é fazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BATH, S. O que é Diplomacia. São Paulo: Editora Brasilense, 1989.

BAZERMAN, C. Gêneros Textuais, Tipificação e Interação. São Paulo: Cortez, 2005.

BEAUGRANDE, R. *Text, discourse and process* – toward a multidisciplinary science of texts. Florida: Longman, 1980.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BELLERT, I. (et allii). La Linguistica Testuale: a cura di Maria-Elisabeth Conte. Milano: Feltrinelli Economica, 1977.

BOWER, A. Arguing with law: strategic legal argumentation, US diplomacy, and debates over the International Criminal Court. In: *International Journal of Cultural Property*. v. 41, 2015. pp. 337-360.

BRANDÃO, H.H.N. Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: UNESP, 1998.

BUARQUE, Daniel. Para o Brasil, Jordânia é 'fiel da balança' no Oriente Médio: Rei Abdullah II esteve no Brasil em 2008, e Lula pode visitar o país. Brasil e Jordânia iniciaram relações diplomáticas em 1959. In: *G1, o portal de notícias da Globo.com.*Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1110417-5602,00-PARA+O+BRASIL+JORDANIA+E+FIEL+DA+BALANCA+NO+ORIENTE+MEDIO.html Acesso em: 12/12/2019.

CAMPOS, G.C.A. A Diplomacia da Independência: Conceitos e Linguagem Política nas Negociações pelo Reconhecimento da Independência do Brasil. 1821-1826. 14/02/2017 87 f. Mestrado em História Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Ouro Preto Biblioteca Depositária: Alphonsus de Guimaraens.

CAMPOS, Jorge. Relevância, Kluges, emoções: reflexões provocativas. In: CAMPOS, J.; RAUEN, F.J. (Orgs.). *Tópicos em teoria da relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CAZAQUISTÃO. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cazaquist%C3%A3o

Acesso em: 12/12/2019.

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/

Acesso em: vários acessos

CHAVES, L.L. Modelos de assistência e identidades engendradas: notas sobre política e saúde mental no Brasil. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. João Pessoa, 2016.

CHIERCHIA, G. (1997). Semantica. Bolonha, Il Mulino.

CONTE, M.E. *Encapsulamento anafórico*. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (orgs) (2003). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 177 – 190.

COSTA, JOAO HENRIQUE RAMOS DE ALENCAR DA. *Concurso do Itamaraty:* competência tradutória de futuros diplomatas. 30/11/2017 151 f. Mestrado em Estudos de Tradução Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE.

DAMASCENO, FRANCISCO ROTERDAN FERNANDES. A argumentação sob o prisma da problemática da influência no processo de extradição de Cesare Battisti. 29/11/2013 165 f. Doutorado em LINGÜÍSTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca de Ciências Humanas.

DASCAL, M. Relevância Conversacional. In: _	Interpretação e compreensão.
São Leopoldo: UNISINOS, 2006. pp. 54-74.	, -
Ensaios de filosofia da Linguística.	São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. As Convulsões metodológicas da linguística contemporânea. In: DASCAL, M. (Org.). Fundamentos metodológicos da linguística, perspectivas da linguística. v. IV, Campinas: 1982.

DEGANO, C. Argumentation theory, critical discourse analysis and corpus linguistics: a case study. In: *Intervento presentato al 6. convegno International Conference on Argumentation tenutosi*. Amsterdam, 2006. [mimeo].

DESCARTES, R.. Discurso sobre o método. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

DIMITROV, R. The Paris Agreement on Climate Change: Behind Closed Doors In: *Global Environmental Politics*. v.16, n. 3, 2016. pp. 01-11.

DHONDT, F. Balance of Power and Norm Hierarchy – Franco-British Diplomacy after the Peace of Utrecht. Leiden-Boston: Brill Nijhoff, 2015.

DUCROT, O. Les échelles argumentatives. Paris : Les Éditions de Minuit, 1980.

FARIA, M.A. O jornal na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1991.

FARIA, M.E.B. Argumentação infantil. Campina Grande: Bagagem, 2004.

FILIPINAS. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Filipinas

Acesso em: 12/12/2019.

FONSECA, Bruna Garcia. Exposição celebra os 60 anos das relações Brasil-Jordânia: A Embaixada do Brasil em Amã e a Galeria Nacional de Belas Artes da Jordânia realizam a mostra 'Arte Brasileira Contemporânea, uma Breve Perspectiva', de 13 a 27 de junho. In: Agência de Notícias Brasil-Árabe.

Disponível em: https://anba.com.br/exposicao-celebra-os-60-anos-das-relacoes-brasil-iordania/

Acesso em: 12/12/2019

FRANCISCO, Wagner de Cerqueria e. Somália. In: *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/tanzania.htm.

Acesso em: 10/12/2019.

_____. Wagner de Cerqueria e. Tanzânia. In: *Brasil Escola*.

Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/tanzania.htm.

Acesso em: 05/12/2019.

GOOGLE ACADÊMICO

Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=

Acesso em: vários acessos

GRANDE TRUQUE, O. (2006). Direção: Christopher Nolan. Produção: Christopher Nolan. Intérpretes: Hugh Jackman; Christian Bale; Michael Caine; Scarlett Johansson; Piper Perabo; Rebecca Hall; David Bowie; Andy Serkis e outros. Roteiro: Christopher Nolan e Jonathan Nolan. Fotografia: Wally Pfister. Burbank: Touchstone Pictures. 1 DVD (130min). Color. Formato: 16x9 Widescreen (2.40:1).

GRICE, H.P. [1967]. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas, UNICAMP, 1982. pp. 81-103.

JI, Z. Analysis of China's diplomatic language from cognitive pragmatics perspective. In: *Journal of hubei radio & television university*. v. 32, 2012. pp. 106-107.

HALLIDAY & HASAN. Cohesion in English. Londres: Longman, 1976.

HAUSEN, I.R. Gerenciamento de uma crise à distância: um estudo sobre as notas a imprensa emitidas pela Airfrance após o acidente com o AF 447. Graduação. Instituição de Ensino: Centro Universitário de Brasília. Biblioteca Depositária: Biblioteca da UNICEUB, 2010.

INSTITUTE FOR MANAGEMENT RESEARCH OF RADBOUD UNIVERSITY.

Subnational HDI: Somalia: In Global Data Lab.

Disponível em:

https://globaldatalab.org/shdi/shdi/SOM/?interpolation=0&extrapolation=0&nearest_real= 0&years=2017

Acesso em: 10/12/2019.

JERVIS, R. (1989). *The Logic of Images in International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

JORDÂNIA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jord%C3%A2nia

Acesso em: 12/12/2019.

KIM, N.; LEE, S. Cybersecurity Breach and Crisis Response: An Analysis of Organizations' Official Statements in the United States and South Korea. In: *International Journal of Business Communication*. June 24, 2018 Disponível em: https://doi.org/10.1177/2329488418777037 Acesso em: vários acessos.

KOCH, I 31-36.	. O funcionamento polifônico da argumentação. <i>Investigações</i> , v. 4, 1994. pp.
	. O Texto e a Construção dos Sentidos. São Paulo: Contexto, 1997.
	. Argumentação e Linguagem. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
	. Cognição e processamento textual. Campinas: UNICAMP, 2000. [mimeo].
	. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. das – <i>Revista de Estudos Lingüísticos</i> . v. 6. n. 1. jan-jun. 2003. Juiz de Fora, da UFJF.
	. <i>Introdução à Lingüística Textual: trajetória e grandes temas</i> . São Paulo: Fontes, 2004.
KUHN, 1 Perspec	Thomas S. (1998). <i>A estrutura das revoluções científicas</i> . 5. ed. São Paulo, tiva.

LANCRANJAN, A. Violation of the presumption of innocence in official statements of the state's representatives. In: *Revista Forumul Judecatorilor*. no. 2, 2009. pp. 114.

LECLERC, A. Princípios para uma semântica das línguas naturais: os clássicos e os novos. In: *Perspectiva Filosófica*. v. 2, n. 30, Jul-Dez, 2008. pp. 11-33.

LEVINSON, S. Pragmática. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEWINSKI, M.; MOHAMMED, D. The 2015 Paris Climate Conference: Arguing for the fragile consensus in global multilateral diplomacy. In: *Journal of Argumentation in Context.* v. 8, 2019. pp. 65-90.

LIMA, SHEILA CONCEICAO SILVA. *Em nome do pai, do filho e do poder joanino:*Portugal e a santa sé na primeira metade do século XVIII. 11/04/2013 501 f. Doutorado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: CCS/A.

LING, H. Pragmatic approach to fuzzy wording in diplomatic language. In: *Higher Education Forum*. v. 5, 2004. pp. 137-141.

MAGALHÃES, A.L. Retórica no discurso organizacional: constituição do ethos da organização a partir de notas oficiais sobre acidentes. 01/11/2010 1 f. Doutorado em LÍNGUA PORTUGUESA Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO Biblioteca Depositária: Biblioteca da PUC/SP.

MAGALHAES, J.C. Manual diplomático. Lisboa: Bizâncio, 2005.

MALISZEWSKI, Eliza. Relação comercial Brasil e África. In: *AGRO LINK*. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/relacao-comercial-brasil-e-africa_424032.html
Acesso em: 05/12/2019

MELO, S.H.D. Estilo e neutralidade no texto noticioso jornalístico. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2000.

MELLO, C.D.A. *Curso de Direito Internacional Público*. vol. II, 8. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.

MICROSOFT ACADEMIC

Disponível em: https://academic.microsoft.com/home

Acesso em: vários acessos

MILLER, C.R. Genre as Social Action. In: FREEDMAN, A. & MEDWAY, P. (eds.). *Genre and the New Rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1984/1994.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relações Bilaterais*. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/relacoes-bilaterais Acesso em: 14/12/2019

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Notas à imprensa*. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/relacoes-bilaterais Acesso em: 14/12/2019

MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construction des objets de discours et catégorisation:* une approche dês processus de référenciation. In: TRANEL. n. 23, 1995. pp. 272 - 302.

MURARU, D. Strategic maneuvering in diplomatic mediation. In: *Journal of Argumentation in Context.* v. 1, n. 3, 2012. pp. 331 – 377.

NASCIMENTO E SILVA, G.E.N. *Manual de Direito Internacional Público*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

OGDEN, C.K.; RICHARDS, I.A. *The Meaning of Meaning*. London: Routledge & Kegan Paul, 1923.pp. 296-336.

OLIVEIRA, V.V.; MENDES, C.M. Entre o Inteligível e o Sofrimento: Análise da Comunicação Oficial da Samarco e da Vale Imediatamente Após o Rompimento das Barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Trabalho apresentado durante evento da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (ABRAPCORP). XIII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas. São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, V.V.; MENDES, C.M. Rompimento das barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019): regimes de interação no contexto das organizações. Trabalho apresentado durante evento da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas*. 1945 Disponível em: https://nacoesunidas.org/carta/ Acesso em: 20/11/2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. 1961.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D56435.htm Acesso em: 15/12/2019

PANTOJA, B.J.B.. A polêmica como Interincompreensão no discurso da política acadêmica da Universidade Federal do Pará. 01/08/2010 78 f. Mestrado em LETRAS: LINGÜÍSTICA E TEORIA LITERÁRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM Biblioteca Depositária: Biblioteca setorial Prof.ª Albeniza Chaves.

PERELMAN, C. Logique juridique: nouvelle rhétorique. Paris: Dalloz, 1976.

Tratado de argumentação. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
e OLBRECHTS-TYTECA, L. <i>Tratado da argumentação:</i> a nova retórica. São
Paulo: Martins Fontes, 1996.

PIMENTEL, P.C. Qual Brasil os representantes brasileiros levam para as Nações Unidas? Os discursos diplomáticos na abertura da Assembleia Geral (1985-2017). 17/04/2018 174 f. Mestrado em Comunicação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPR.

RAMLI, M.R. The utilization of brazil efforts in tourism sector as a part of its public diplomacy (2012-2016): the enhancement of nation branding through Rio Olympics 2016. In: DSpace/Manakin Repository of President University. 2018. s/p.

RECANATI, F. Literal Meaning. Cambridge: University Press USA, 2004.

REZENDE, W.S. A retórica como saber sujeitado. In: *PLURAL*, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.18.2, 2011. pp. 53-81

RICCI, V.P. De notas à imprensa a press-releases: uma proposta de glossário diplomático português-inglês a partir de estudo direcionado por corpora. 30/06/2017 122 f. Mestrado em Estudos de Tradução Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE.

RUSK, D. Dean Rusk Center International, Comparative and Graduate Legal Studies. University of Georgia School of Law. 1955/2003.

RUSSELL, B. *An Inquiry into Meaning and Truth.* London: George Allen & Unwin Ltd, 1966.

SANTOS, P.L. (et alli). *Defesa Nacional, Diplomacia Pública Brasileira e Incidentes Terroristas Internacionais em 2015.* Trabalho referente ao 8° período do curso de Graduação. Instituição de Ensino: Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), s/d.

SANTOS, S.L. Perspectivas no estudo da argumentação cotidiana. In: *Psicologia: teoria e pesquisa*. v. 12, n. 1. Jan-Abr, 1996. pp 11-21.

_____. Contribuições dos estudos contemporâneos de argumentação a uma análise psicológica dos processos de construção de conhecimento em sala de aula. In: *Arquivos brasileiros de psicologia: Psicologia Cognitiva e Interdisciplinaridade*. v. 51. n. 1, 1999. pp. 91-108.

SÁRVÁRY, K. From the art of seeing to the diplomatic art: persuasion through paradigm change in international relations. In: *Journal of International Relations and Development*. v. 11, 2008. pp. 29-54.

SCHOLAR GOOGLE

Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=

Acesso em: vários acessos

SCOTT, J.B. Official Statements of War Aims and Peace Proposals, December 1916 to November 1918. Carnegie Endowment for International Peace, Washington: 2012.

SHEHADE, M.; FOUSEKI, K. The Politics of Culture and the Culture of Politics: Examining the Role of Politics and Diplomacy in Cultural Property Disputes. In: International Journal of Cultural Property (SPECIAL ISSUE: Alternative Dispute Resolution in Cultural Property Disputes: Merging Theory and Practice). v. 23, 2016. pp. 357-383.

SHEN, Y.Y; REN, X.F. Analysis of Fuzziness in Diplomatic Language from the Perspective of Relevance Theory. In: *Journal of Chongqing Jiaotong University(Social Sciences Edition)*. 2008. pp. 117-120.

SILVA, PALOMA SABATA LOPES DA. A linguagem da palestra: estratégias retóricas, linguísticas e pragmáticas. 27/02/2018 215 f. Doutorado em LETRAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL UFPE.

SOUZA, I.A.M. Dom Quixote reencontra Sancho Pança - Relações Internacionais e Direito Internacional antes, durante e depois da Guerra Fria. 01/03/2005 262 f. Mestrado em Relações Internacionais Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.

SOMÁLIA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Som%C3%A1lia

Acesso em: 10/12/2019.

SOMÀLIA: índice de desenvolvimento humano. In: *Deep ask: o mundo e as cidades através de gráficos e mapas*.

Disponível em: http://www.deepask.com/goes?page=somalia-Confira-a-evolucao-do-

IDH---indice-de-desenvolvimento-humano---no-seu-pais

Acesso em: 10/12/2019.

SOMÁLIA: índice de desenvolvimento humano. In: Contry Economy.com

Disponível em: https://pt.countryeconomy.com/paises/somalia

Acesso em: 10/12/2019.

SOMÁLIA. In: Index Mundi.

Disponível em: https://www.indexmundi.com/pt/somalia/

Acesso em: 10/12/2019.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Teoria da Relevância*. In: Linguagem em (Dis)curso. Tubarão, LemD. v. 5, n. esp., 2005. pp. 221-268.

SUDÃO DO SUL. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sud%C3%A3o_do_Sul

Acesso em: 05/12/2019.

TANZÂNIA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tanz%C3%A2nia

Acesso em: 05/12/2019.

TANZÂNIA: índice de desenvolvimento humano. In: *Contry Economy.com* Disponível em: https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/tanzania

Acesso em: 05/12/2019.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Where does o Brasil export to? (2017).

Disponível em: https://oec.world/pt/visualize/tree_map/hs92/export/bra/show/all/2017/ Acesso em: 05/12/2019.

TRUQUE de mestre. (2013). Direção: Louis Leterrier. Produção: Alex Kurtzman, Roberto Orci e Boaz Yakin. Intérpretes: Jesse Eisenberg; Mark Ruffalo; Woody Harrelson; Mélanie Laurent; Isla Fisher; Dave Franco, Common, Michael Caine; Morgann Freeman e outros. Roteiro: Ed Solomon e Boaz Yakin. Fotografia: Mitchell Amundsen. Santa Monica: Lionsgate Company. 1 DVD (115min). Color. Formato: 16x9 Widescreen (2.40:1).

VARASCHIN, G. O contextualismo semântico na filosofia da linguagem de François Recanati. In: *Letrônica*. Porto Alegre, v. 9, n. 1, jan-jun. 2016. pp. 49-64.

VIEIRA, F.A. Direitos Humanos E Desenvolvimento Na Amazônia: Belo Monte na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 30/03/2015 243 f. Mestrado em DIREITO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: undefined

WEEDWOOD, B. História concisa da Lingüística. São Paulo: Parábola, 2002.

WU, P. Dissociation As Strategic Maneuvering In Spokespersons' Argumentative Replies At Chinese Diplomatic Press Conferences. In: _____. *Argumentation in Actual Practice*. Ilias: Edited by Frans H. van Eemeren and Bart Garssen, 2019. pp 61-84.

XAVIER, A.C. A Pragmática da diplomacia: modos de dizer. In: SILVA, K.A.; ARAÚJO, J. *Letramentos, Discursos Midiáticos e Identidades: novas perspectivas.* v. 2. Campinas: Pontes, 2016.

YUAN, C.P.; QIU, T.H.. Pragmatic Analysis of Fuzziness in Diplomatic Language. In: *Journal of Zhengzhou Institute of Aeronautical Industry Management (Social Science Edition)*, 2008. pp. 93-95+98.

ANEXO A - PIB & RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

compilação geral

ÚLTIMA PESQUISA 18.05.2018, às 18h RANKING & PIB

CIA World Factbook, informações até 1 de janeiro de 2018

RELAÇÕES BILATERAIS

Ministério das Relações Exteriores | Relações Bilaterais

		DID (are hi)	
RANKING	PAÍS	PIB (em bi) Até 1 jan. de 2018	RELAÇÕES BILATERAIS
1	China	23,120	EMBAIXADA: Pequim RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS: desde 1974 Maior relação comercial do Brasil desde 2009, a China é parceira estratégica na demanda por matérias-primas e produtos agrícolas. Coopera, ainda, com o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres, na construção do Porto do Açu (para lidar com navios Chinamax, de importação e exportação de matérias-primas) e na construção de um gasoduto continental, de estradas e de trens de alta velocidade. Investimentos chineses, no Brasil, estão concentrados em energia, mineração, siderurgia e petróleo para consolidar o papel da China na economia brasileira, alavancagem econômica, ampliação da zona de influência e aumento da interdependência.
2	Estados Unidos	19,360	EMBAIXADA: Washington, D.C. RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS: desde 1924 As nações se relacionam em comércio, investimentos, energia, meio ambiente, educação, ciência, tecnologia e inovação, defesa, cooperação trilateral, igualdade de gênero e combate ao racismo. O Banco Central e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços mostram que os EUA são o 2º maior parceiro do Brasil e um dos seus maiores no ranking de investidores produtivos. Brasil e EUA mantêm programas em países como Haiti, Egito, Moçambique e Angola, para o desenvolvimento social e econômico dessas regiões. As áreas beneficiadas são agricultura, combate ao trabalho infantil, produção de medicamentos e combate à fome.
3	Índia	9,447	EMBAIXADA: Nova Délhi RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS: desde 1948 Brasil e Índia visam ao crescimento econômico, com progresso tecnológico, inclusão social e desenvolvimento sustentável, através de mudanças na governança global. Cooperam em ciência, tecnologia e inovação para o aumento da produtividade da indústria e do perfil tecnológico das exportações. O Conselho Científico Brasil-Índia financia pesquisas conjuntas em Tecnologia da Informação, Geociências, Engenharia, Energias Renováveis, Matemática e Saúde. Ainda há cooperação em agricultura, defesa, energia, espaço exterior, meio ambiente e temas sociais. A Índia é a 8ª entre os principais parceiros comerciais do Brasil.
4	Japão	5,405	EMBAIXADA: Tóquio RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS: desde 1895 A comunidade brasileira no Japão é a 3ª maior no exterior e a nipodescendente, no Brasil, é a maior fora do Japão, vínculo humano que potencializa diálogo e cooperação. O Japão é o 7º principal parceiro comercial do Brasil: tem o 6º maior estoque de investimentos externos diretos, com fluxo de investimentos em torno de 3 bilhões. A cooperação em ciência, tecnologia e inovação é ponto prioritário, com destaque para tecnologias da informação e das comunicações; nanotecnologia; tecnologia aeroespacial; robótica; novos materiais. Multilateralmente, apoiam mudanças na governança global.
5	Alemanha	4,150	EMBAIXADA: Berlim RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS: desde 2002 Ciência, tecnologia e inovação são pauta das relações entre Brasil e Alemanha, que mantêm Consultas Intergovernamentais de Alto Nível, visando dinamizar o diálogo político e reforçar a cooperação mútua. A Alemanha é o 7° maior investidor estrangeiro no país, o 4° maior parceiro comercial (em consumo de exportações brasileiras e em volume de importações para o Brasil). As empresas alemãs, hoje, respondem por 8-10% do PIB industrial brasileiro. Ambos também fazem coro pela reforma da governança global.

RANKING	PAÍS	PIB (em bi)	RELAÇÕES BILATERAIS
6	Rússia	Até 1 jan. de 2018 4,000	EMBAIXADA: Moscou RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS: desde 1828 Brasil e Rússia são parceiros estratégicos e tecnológicos: investem e cooperam em matéria aeroespacial e técnico-militar e visam atingir US\$ 10bi com comércio. Empresas brasileiras, na Rússia, têm se disseminado e a colaboração sanitária e fitossanitária beneficia o mercado brasileiro de carnes, do qual a Rússia é importador. Por mudanças na governança global, ambos têm no BRICS uma plataforma relacional. A cooperação cultural fomenta Festivais Anuais do Cinema Brasileiro, na Rússia, e esta contribui para a formação de bailarinos brasileiros. Também tem se ampliado o ensino universitário dos idiomas desses países e foi acordada a isenção de vistos de curta duração, contribuindo para o turismo.
7	Indonésia	3,243	EMBAIXADA: Jacarta RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS: desde 1953 Brasil e Indonésia mantêm parceria estratégica baseada em afinidades (fortalecimento da democracia; grandes territórios, com importante biodiversidade; população numerosa e multiétnica; e desafios para a superação de desigualdades), com agenda bilateral voltada a energias renováveis, defesa, mineração, políticas de inclusão social, cooperação acadêmica e educacional, cooperação científica e tecnológica e temas nos planos plurilateral e multilateral. Vigora parceria com vendas de aviões Super-Tucanos da EMBRAER e de lança-foguetes da AVIBRAS. A empresa brasileira Vale explora e se beneficia de níquel na Indonésia. Em 2015, foram executados cidadãos brasileiros, por tráfico de drogas.
9	Brasil Reino Unido	3,219 2,880	EMBAIXADA: Londres RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS: desde 1825 A parceria estratégica entre Brasil e Reino Unido se baseia em valores (democracia, proteção ao meio ambiente, promoção dos direitos humanos) e na capacidade brasileira de liderar países em emergentes. O RU é o 8º maior investidor e o 11º entre destinos de exportações brasileiras. Empresas britânicas, no Brasil, estão entre as que mais faturam e as empresas do Brasil têm se proliferado no RU. As relações bilaterais se beneficiaram pelo envio de estudantes bolsistas brasileiros ao RU. Por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2012 e 2016, as nações se comprometeram a estimular investimentos e empreendimentos entre suas empresas. A comunidade brasileira no RU é a maior na Europa.
10	França	2,826	EMBAIXADA: Paris RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS: desde 1825 França e Brasil compartilham fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. A parceria estratégica entre eles se dá em: diálogo político e governança internacional; relações econômicas e comerciais; cooperação em defesa, espaço, energia nuclear e desenvolvimento sustentável; domínios da educação, línguas, ciência e tecnologia; temas migratórios e transfronteiriços; e atuação conjunta em terceiros países. Os dois sustêm programas de produção de submarinos e helicópteros e cooperam nas áreas espacial e de supercomputadores. A França é o 3º país em acolhimento a bolsistas brasileiros e é também o 5º maior investidor estrangeiro no Brasil.
11	México	2,406	EMBAÏXADA: Cidade do México RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS: desde 1830 As relações entre Brasil e México importam aos campos político, da integração, comercial, de investimentos e de cooperação. Eles são parceiros em diversos foros globais. O México é o 11º parceiro comercial do Brasil, que é o 8º parceiro mexicano. O México é a 11ª maior fonte de importações brasileiras e o 14º destino de exportações. O Brasil corresponde ao 6º maior superávit na balança comercial mexicana, sendo principal alvo de investimentos mexicanos na América Latina e 2º no mundo. Empresas brasileiras realizam investimentos no México, nos setores petroquímico, químico e siderúrgico.

		PIB (em bi)	
RANKING	PAÍS	Até 1 jan. de	RELAÇÕES BILATERAIS
40	1441:-	2018	Dama
12 13	Itália Turquia	2,307 2,133	Roma Ancara
14	Coreia do Sul	2,027	Seul
15	Arábia Saudita	1,789	Riad
16	Espanha	1,769	Madri
17	Canadá	1,764	Ottawa
18 19	Irã Austrália	1,631 1,235	Teerã Camberra
20	Tailândia	1,235	Bangkok
21	Egito	1,199	Cairo
22	Taiwan	1,175	Taipei (Escritório)
23	Nigéria	1,118	Abuja
24	Polônia	1,111	Varsóvia
25 26	Paquistão Malásia	1,056 926.1	Islamabad Kuala Lumpur
20 27	Países Baixos	915.2	Haia
28	Argentina	911.5	Buenos Aires
29	Filipinas	874.5	Manila
30	África do Sul	757.3	Pretória
31	Colômbia	712.5	Bogotá
32	Emirados Árabes Unidos	691.9 686.5	Abu Dhabi
33 34	Bangladesh Iraque	660.7	Daca Bagdá
35	Vietnã	643.9	Hanói
36	Argélia	629.3	Argel
37	Bélgica	526.4	Bruxelas
38	Suécia	521.7	Estolcomo
39	Suíça	516.7	Berna
40	Singapura	513.7	Cingapura
41 42	Cazaquistão Romênia	474.3 474	Astana Bucareste
43	Hong Kong	453	Ducareste
44	Chile	452.1	Santiago
45	Áustria	434.1	Viena
46	Peru	424.6	Lima
47	Venezuela	389.4	Caracas
48 49	Noruega República Tcheca	375.9 372.6	Oslo Praga
50	Ucrânia	366.4	Kiev
51	Irlanda	344.8	Dublin
52	Catar	341.7	Doha
53	Mianmar / Birmânia	330.9	Yangon
54	Israel	315.6	Tel Aviv
55	Portugal	311.3	Lisboa
56	Kuwait	302.5	Cidade do Kuwait
57	Marrocos	300.1	Rabat
58	Grécia	299.5	Atenas
59	Dinamarca	285.5	Copenhague
60	Hungria	283.6	Budapeste
61	Sri Lanca	278.2	Colombo
62	Finlândia	242.4	Helsinque
63 64	Usbequistão Etiópia	221.7 195.8	Adis Abeba
65	Angola	193.8	Luanda
66	Equador	188.5	Quito
67	Omã	187.9	Mascate
68	Sudão	186.8	Cartum
69	Nova Zelândia	185.7	Wellington
70 71	Eslováquia	178.7	Bratislava
71	Bielorrússia	175.9	Minsk
72 72	República Dominicana	172.6	Santo Domingo
73 74	Azerbaijão	166.8	Baku Najráhi
74 75	Quênia	163.4	Nairóbi
75 76	Tanzânia	162.8	Dar es Salaam Sófia
76 77	Bulgária	152.4	
77	Guatemala	138.3	Cidade da Guatemala

		PIB (em bi)	
RANKING	PAÍS	Até 1 jan. de	RELAÇÕES BILATERAIS
70	Turríaia	2018	T/a/a
78 79	Tunísia Cuba	135.9 132.9	Túnis Havana
80	Gana	130.2	Acra
81	Porto Rico	127.3	71010
82	Sérvia	106.6	Belgrado
83	Turquemenistão	103.5	Ü
84	Croácia	100.2	Zagreb
85	Panamá	99.43	Cidade do Panamá
86	Costa do Marfim	96.27	Abidj
87	Lituânia	90.63	
88	Jordânia	89.05	Amã
89	Uganda	88.61	Deinste
90	Líbano Costa Rica	87.89 85.2	Beirute
91 92	Bolívia	83.5	San José La Paz
93	Camarões	81.55	Yaoundé
94	Nepal	78.55	Katmandu
95	Uruguai	78.41	Montevidéu
96	Macau	73.58	
97	Eslovênia	70.36	Liubliana
98	Bahrein	69.77	
99	Afeganistão	69.51	
100	lémen	68.95	
101	Zâmbia	68.9	Lusaka
102	Paraguai	68.05	Assunção
103	Congo-Kinshasa	67.99	Kinshasa
104	Luxemburgo	64.39	
105	Camboja	64.21	T ():
106	Líbia	63.14	Trípoli
107 108	El Salvador Letónia	56.9 53.47	São Salvador
109	Síria	50.28	Damasco
110	Laos	49.21	Daniasco
111	Honduras	45.68	Tegucigalpa
112	Bósnia e Herzegovina	43.85	Sarajevo
113	Senegal	43.07	Dakar
114	Trinidade e Tobago	42.78	Port of Spain
115	Estônia	41.2	Tallinn
116	Mali	40.98	Bamako
117	Coreia do Norte	40	Pyongyang
118 119	Madagáscar Botsuana	39.81 39.55	Gaborone
120	Geórgia	39.32	Tbilisi
121	Mongólia	38.4	·
122	Moçambique	37.39	Maputo
123 124	Gabão Nicarágua	36.75 36.22	Libreville Manágua
124	Albânia	35.87	Tirana
126	Burquina Faso	35.68	Ouagadougou
127	Zimbabwe	33.87	Harare
128	Brunei	32.91	
129 130	Macedónia Papua-Nova Guiné	31.55 30.84	
131	Chade	29.64	
132	Guiné Equatorial	29.38	Malabo
133	Chipre (2016)	29.26	Nicósia
134 135	Congo-Brazzaville Tajiquistão	29.16 27.67	Brazzaville
135	Maurícia	27.44	
137	Armênia	27.21	lerevan
138	Namíbia	27.02	Windhoek
139	Guiné	26.45	Conacri
140	Jamaica	26.2	Kingston

RANKING	PAÍS	PIB (em bi) Até 1 jan. de 2018	RELAÇÕES BILATERAIS
141	Benim	25.29	Cotonou
142	Ruanda	24.61	Cotoriou
143	Quirquizistão	22.64	
144	Malawi	22.47	Lilongwe
145	Níger	21.62	
146	West Bank	21.22	
147	Moldávia	20.07	Danta Defensiona
148 149	Haiti Sudão do Sul	19.88 19.75	Porto Príncipe
150	Kosovo	19.38	
151	Malta	18.53	
152	Islândia	17.73	
153	Somália	17.47	
154	Mauritânia	17.37	Nouakchott
155 156	Estado da Palestina	13.39 12.43	Ramallah (Escritório) Lomé
150	Togo Serra Leoa	11.75	Freetown
158	Suazilândia	11.34	Ticciowii
159	Montenegro	10.86	
160	Nova Caledónia	10.77	
161	Eritreia	9.63	
162	Bahamas	9.34	Nassau
163 164	Fiji Burundi	8.65 7.99	
165	Suriname	7.93	Paramaribo
166	Mónaco	7.67	Taramanso
167	Lesoto	7.45	
168	Man, Isle of	7.43	
169	Butão	7.01	
170	Maldivas	6.9	Connectour
171 172	Guiana Timor Leste	6.37 6.21	Georgetown Díli
173	Polinésia Francesa	5.49	DIII
174	Bermudas	5.2	
175	Jersey	5.08	
176	Listenstaine	4.98	
177	Barbados	4.92	Bridgetown
178 179	Guame Libéria	4.88 3.91	Monróvia
179	Ilhas Virgens	3.79	MOHOVIA
100	Americanas	0.70	
181	Cabo Verde	3.73	Praia
182	Jibuti	3.64	
183	Gâmbia	3.58	
184	Guernsey	3.46	
185 186	República Centro-Africana Andorra	3.39 3.33	
187	Belize	3.23	Belmopan
188	Curaçau	3.13	, .
189	Guiné-Bissau	3.07	Bissau
190	Seicheles	2.71	
191	Aruba Ilhas Caimão	2.52	
192 193	Antígua e Barbuda	2.51 2.39	Saint John's
193	Santa Lúcia	2.38	Castries
195	Groenlândia	2.17	
196	São Marinho	2.08	
197	Gibraltar	2.04	
198	Faroé	2	Saint Caargala
199 200	Granada São Cristóvão e Neves	1.59 1.53	Saint George's Basseterre
200	Comores	1.32	2400010110
202	Ilhas Salomão	1.32	
203	São Vicente e Granadinas	1.28	Kingstown
204	Samoa	1.13	
205	Sara Ocidental	0.91	
206	Dominica	0.85	Roseau
207	Vanuatu	0.79	
208	Samoa Americana	0.71	
209	Marianas do Norte	0.68	

RANKING	PAÍS	PIB (em bi) Até 1 jan. de 2018	RELAÇÕES BILATERAIS
210	São Tomé e Príncipe	0.68	São Tomé
211	Ilhas Turcas e Caicos	0.63	
212	Tonga	0.59	
213	São Martinho	0.56	
214	Ilhas Virgens	0.5	
	Britânicas		
215	Sint Maarten	0.37	
216	Micronésia	0.35	
217	Vaticano (2013)	0.32	Cidade do Vaticano
218	Palau	0.3	
219	Ilhas Falkland	0.28	
220	Ilhas Cook	0.24	
221	Quiribáti	0.22	
222	São Pedro e Miquelon	0.22	
223	Ilhas Marshall	0.19	
224	Anguila	0.18	
225	Nauru	0.16	
226	Wallis e Futuna	0.06	
227	Monserrate	0.04	
228	Tuvalu	0.04	
229	Niue	0.01	
230	Tokelau	0	

ANEXO B - NOTAS OFICIAIS COLETADAS - MARÇO & ABRIL

NOTAS À IMPRENSA pelo MRE – corpus completo e limpo

Critérios de coleta

Para compor este primeiro grupo amplo de textos, foram levantadas todas as *Notas Oficiais* publicadas na página do *Ministério brasileiro das Relações Exteriores*, durante os meses de março e abril de 2018. Entretanto, como é o objetivo deste estudo demonstrar ser possível o emprego da *comunicação ostensivo-inferencial* para o desvio intencional da presunção de relevância de uma audiência frente a um assunto central, foram, inicialmente, desconsiderados os comunicados que tratassem de temas como:

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Porque se traduziam como uma mera enumeração de atividades quinzenais ou mensais programadas;

CONCESSÕES DE AGRÉMENT

Por se mostrarem padronizadas, limitando-se a congratular embaixadores ou países, dando-se algum destaque ao perfil de brasileiros quando é o caso de serem eles virem a ocupar cargos de Embaixador;

DOCUMENTOS/DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Pois apenas reproduziam instrumentos firmados entre parceiros, ou aqueles resultantes de reuniões de grupos de trabalho, além das notas que somente enumeravam links para os textos desses acordos;

NOTA DE FALECIMENTO/DATA COMEMORATIVA

Por se restringir a noticiar o óbito de funcionário do *Serviço Diplomático Brasileiro*, apresentando um resumo de suas realizações, com destaque para o que lhe trouxe notabilidade; ou por se limitar a registrar a passagem de uma data de caráter rememorativo:

CONVITES PARA EVENTOS/ANÚNCIO DE CONVENÇÕES

Pois, em ambos os casos, limitam-se a divulgar a realização de eventos internos (considerando-se seus temas, datas e horários de realização), ou a participação do país em alguma convenção;

NOTICIAMENTO DE VISITAS

Porque se apresentam textualmente padronizadas, tanto no que concerne à vinda de autoridades estrangeiras, como no que tange a representantes brasileiros irem ao encontro de outras nações;

NOTAS DE PESAR/ACIDENTES

Por, à semelhança das notas de *Agrément* e das notificações de visita, possuírem um modelo-padrão de composição, concentrando-se na apresentação de consternação e de condolências;

Então, diante destes critérios de eliminação e considerando-se a opção por este primeiro conjunto ser constituído apenas de materiais relativos a parceiros brasileiros, das 78 *Notas Oficiais* publicadas na página do MRE, durante os meses completos de março e abril de 2018, foram considerados os 25 textos que, destarte, compõem a amostra ampla desta investigação.

Textos considerados

MARÇO & ABRIL

ENDEREÇO DE BUSCA

Ministério das Relações Exteriores | Notas à Imprensa

ÚLTIMO ACESSO 16.05.2018, às 23h

NOTA 44

01 de Março de 2018 - 18h01

TERREMOTO EM PAPUA NOVA GUINÉ

O Governo brasileiro recebeu com pesar a notícia de que dezenas de pessoas perderam a vida e centenas ficaram feridas em decorrência do terremoto em Papua Nova Guiné, em 26 de fevereiro.

O governo brasileiro transmite suas condolências aos familiares das vítimas e manifesta solidariedade às populações afetadas e ao governo de Papua Nova Guiné.

NOTA 46

05 de Março de 2018 - 16h07

ATAQUES TERRORISTAS NO CENTRO DE UAGADUGU, BURKINA FASO

O governo brasileiro condena os ataques terroristas perpetrados no dia 2 de março contra o Estado-Maior das Forças Armadas da República do Burkina Faso, a embaixada da França e arredores, no centro de Uagadugu.

Ao reiterar seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, o governo brasileiro manifesta suas condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo do Burkina Faso.

08 de Março de 2018 - 18h47

NOTA À IMPRENSA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS — RESTRIÇÕES AMERICANAS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ACO E ALUMÍNIO

O governo brasileiro tomou conhecimento, hoje, com grande preocupação, da decisão do governo dos Estados Unidos, de aplicar sobretaxa de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, sob alegada justificativa de segurança.

As medidas causarão graves prejuízos às exportações brasileiras e terão significativo impacto negativo nos fluxos bilaterais de Comércio, amplamente favoráveis aos Estados Unidos nos últimos 10 anos, e nas relações comerciais e de investimentos entre os dois países.

Desde o início das investigações do Departamento de Comércio dos EUA, no primeiro semestre de 2017, o governo brasileiro, em coordenação com o setor siderúrgico nacional, buscou, em sucessivas gestões, evitar a aplicação das medidas às exportações brasileiras, esclarecendo ao governo americano e a outros atores relevantes naquele país que os produtos do Brasil não causam ameaça aos interesses comerciais ou de segurança dos EUA. Ao contrário, as indústrias de ambos os países são integradas e se complementam. Cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, utilizados como insumo pela indústria siderúrgica norte-americana. Ao mesmo tempo, o Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico dos Estados Unidos (cerca de US\$ 1 bilhão, em 2017), principalmente destinado à produção brasileira de aço exportado àquele país.

As medidas norte-americanas minarão os esforços em curso no Foro Global do Aço, do qual os EUA fazem parte, com vistas a uma solução para a questão do excesso de capacidade no setor siderúrgico, verdadeira raiz dos problemas enfrentados pelo setor.

As medidas restritivas às importações de aço e alumínio são incompatíveis com as obrigações dos EUA ao amparo da Organização Mundial de Comércio, e não se justificam, tampouco, pelas exceções de segurança do GATT 1994.

Ao mesmo tempo em que manifesta preferência pela via do diálogo e da parceria, o Brasil reafirma que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e multilateral, para preservar seus direitos e interesses.

Ministros Aloysio Nunes Ferreira e Marcos Jorge

NOTA 51

09 de Março de 2018 - 10h27

TRATADO SOBRE FRONTEIRAS MARÍTIMAS ENTRE TIMOR LESTE E AUSTRÁLIA

O governo brasileiro recebeu, com grande satisfação, a notícia da assinatura, pelo Timor Leste e pela Austrália, do Tratado sobre Fronteiras Marítimas, realizada no dia 6 março, na sede das Nações Unidas, em Nova York, com a presença do Secretário-Geral da ONU, António Guterres.

O tratado estabelecerá, entre outras disposições, um regime especial de partilha para a exploração conjunta de campos de gás de Greater Sunrise, que abrange os mares territoriais dos dois países.

O tratado é resultado dos trabalhos da Comissão de Conciliação entre o Timor-Leste e a Austrália com vistas à definição de fronteiras marítimas no Mar do Timor. O mecanismo operou sob os auspícios da Corte Permanente de Arbitragem e foi presidido pelo diplomata dinamarquês Peter Taksøe-Jensen.

O trabalho da Comissão de Conciliação demonstra o firme compromisso dos povos timorense e australiano com a solução pacífica de controvérsias e o direito internacional e representa um marco para a diplomacia contemporânea.

NOTA 65

22 de Março de 2018 - 15h58

ATENTADO NO EQUADOR

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do ataque ocorrido em 20 de março na localidade de Mataje, província de Esmeraldas, no Equador, que resultou na morte de três militares que realizavam operações de vigilância na fronteira e deixou mais sete feridos.

Ao transmitir sua solidariedade ao governo equatoriano e aos familiares das vítimas, e desejar o pronto restabelecimento dos feridos, o governo brasileiro reitera condenar todos os atos de violência, independentemente de sua motivação.

23 de Março de 2018 - 18h56

NOTA À IMPRENSA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

O governo brasileiro toma nota da decisão dos Estados Unidos de suspender, em relação ao Brasil, o início da aplicação de sobretaxas de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, para dar espaço a negociações. A medida foi oficialmente anunciada hoje pela Casa Branca.

O governo brasileiro, em coordenação com o setor privado nacional, continuará atuando junto ao governo dos Estados Unidos e a outros atores relevantes naquele país de modo a tornar definitiva, com a maior brevidade possível, a exclusão do Brasil de quaisquer restrições comerciais as suas exportações de aço e de alumínio.

O governo brasileiro permanece convencido de que tal resultado será melhor alcançado por meio do diálogo.

O Brasil também seguirá empenhado nos esforços em curso no Foro Global do Aço, com vistas a uma solução para o excesso de capacidade no setor siderúrgico.

NOTA 69

27 de Março de 2018 - 11h09

INCÊNDIO NA CIDADE DE KEMEROVO. RÚSSIA

O governo brasileiro manifesta seu pesar em razão do incêndio que vitimou, desde o último domingo, dezenas de pessoas e deixou um grande número de feridos em um centro comercial na cidade russa de Kemerovo, na Sibéria.

O governo brasileiro apresenta suas condolências às famílias das vítimas, expressa seus votos de pronta recuperação aos feridos e sua solidariedade ao povo e ao governo da Federação da Rússia.

NOTA 70

27 de Março de 2018 - 11h24

ATAQUES EM CARCASSONE E TRÈBES

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, dos ataques ocorridos em 23 de março em Carcassone e Trèbes, no sul da França, que resultaram na morte de quatro pessoas e deixaram cerca de quinze feridos.

Ao reiterar com veemência o repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, o governo brasileiro manifesta condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao governo da França.

NOTA 74

31 de Março de 2018 - 11h30

INCIDENTE NA PENITENCIÁRIA DE VALÊNCIA, NA VENEZUELA

O governo brasileiro lamenta o trágico incidente que causou a morte de 68 pessoas na penitenciária de Valência, no estado venezuelano de Carabobo, e estende suas condolências aos familiares das vítimas.

NOTA 75

02 de Abril de 2018 - 15h11

ATAQUES NAS PROXIMIDADES DE MAIDUGURI, NIGÉRIA

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, dos ataques terroristas ocorridos em 1º de abril nos arredores de Maiduguri, no nordeste da Nigéria, que resultaram em dezenas de mortos e feridos.

Ao reiterar seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação, o governo brasileiro apresenta suas condolências aos familiares das vítimas, expressa seus votos de pronta recuperação aos feridos e transmite sua solidariedade ao povo e ao governo da Nigéria.

02 de Abril de 2018 - 20h23

SITUAÇÃO NA FRONTEIRA ENTRE GAZA E ISRAEL

O governo brasileiro manifesta grande preocupação com o quadro de violência na fronteira entre Gaza e Israel, no último dia 30 de março, que deixou ao menos 17 palestinos mortos e mais de 1.400 feridos.

- O Brasil expressa condolências às famílias das vítimas e formula votos de plena recuperação dos feridos.
- O governo brasileiro conclama à moderação e reitera o imperativo da plena observância do direito internacional e do direito humanitário.

NOTA 78

04 de Abril de 2018 - 12h50

CONFLITO NO IÊMEN

Ao se completarem três anos do atual conflito armado no Iêmen, o Brasil reafirma seu apoio aos esforços das Nações Unidas no sentido de encontrar uma solução negociada para o conflito e expressa sua confiança no trabalho do novo enviado especial do secretário-geral das Nações Unidas para o Iêmen, Martin Griffiths, que assumiu suas funções em março último.

O governo brasileiro segue acompanhando com preocupação a crise política, militar e humanitária naquele país e conclamando as partes a cessarem as hostilidades com vistas à retomada de negociações de paz no Iêmen.

Em vista dos mais recentes agravamentos das hostilidades, o governo brasileiro reitera seu repúdio aos atos de violação do direito internacional originados do conflito e reafirma a necessidade de pleno respeito aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e ao direito internacional humanitário.

NOTA 86

10 de Abril de 2018 - 12h11

NOTÍCIAS DE USO DE ARMAS QUÍMICAS CONTRA CIVIS EM DOUMA, NA SÍRIA

O governo brasileiro manifesta grave preocupação com alegações de uso de armas químicas em 7 de abril contra a população civil de Douma, na Síria.

Ao instar o estabelecimento de investigação no âmbito da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ), o governo brasileiro reitera seu repúdio ao uso de armas de destruição em massa, qualquer que seja sua motivação.

NOTA 87

10 de Abril de 2018 - 15h33

VISTO HUMANITÁRIO PARA HAITIANOS

O governo brasileiro decidiu atribuir a haitianos e apátridas residentes no Haiti tratamento prioritário para fins humanitários. Nesse sentido, foi publicada ontem, 9 de abril, a Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018, que "dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas" que residam naquele país. Novas portarias poderão ser publicadas oportunamente para contemplar outras situações concretas.

Esse visto será emitido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe e permitirá a concessão de residência temporária de dois anos no Brasil, passível de transformação em residência por prazo indeterminado ao final desse período.

A edição da portaria regulamenta o visto temporário para acolhida humanitária previsto na Lei de Migração (lei n^{o} 13.445/2017). A medida permitirá a manutenção da política humanitária brasileira no Haiti no campo migratório.

13 de Abril de 2018 - 19h13

ASSASSINATO DE EQUIPE JORNALÍSTICA SEQUESTRADA NO EQUADOR

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do assassinato de dois jornalistas e um motorista do jornal equatoriano "El Comércio", sequestrados na região de fronteira entre o Equador e a Colômbia.

Ao transmitir sua solidariedade ao governo, ao povo equatoriano e aos familiares das vítimas, o governo brasileiro reitera sua condenação a todos os atos de violência, independentemente de sua motivação.

O governo brasileiro reconhece e valoriza o papel da imprensa como elemento fundamental da democracia, ao mesmo tempo em que condena qualquer forma de cerceamento à sua livre atuação.

NOTA 97

14 de Abril de 2018 - 13h50

CONFLITO NA SÍRIA

O governo brasileiro manifesta grande preocupação com a escalada do conflito militar na Síria, assim como uma vez mais com as denúncias de uso de armas químicas em 7 de abril corrente, em Duma, Ghouta-Leste. Reafirma o imperativo de que sejam conduzidas investigações abrangentes e imparciais sobre o ocorrido em Ghouta-Leste, que levem à apuração dos fatos e à punição de responsáveis.

A superação do conflito na Síria requer pleno respeito à Carta das Nações Unidas e ao direito internacional, inclusive o banimento do emprego de armas químicas, e o diálogo efetivo. Nesse contexto, o Brasil reitera o entendimento de que o fim do conflito somente poderá ser alcançado pela via política, por meio das tratativas sob a égide das Nações Unidas e com base nas resoluções do Conselho de Segurança.

O Itamaraty tem mantido contato regular com a comunidade brasileira na Síria. Não há registro de brasileiros entre as vítimas. O núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone do plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty: +55 61 98197 2284

Consultas da imprensa devem ser dirigidas à Assessoria de Imprensa, imprensa@itamaraty.gov.br e +55 61 2030 8006 / 7 ou 61 98197-2229.

NOTA 99

16 de Abril de 2018 - 09h59

VIAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES À ARGENTINA / I REUNIÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO-ESTRATÉGICO BRASIL-ARGENTINA / II REUNIÃO DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO POLÍTICA BRASIL-ARGENTINA

O secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Marcos Galvão, participará hoje, em Buenos Aires, juntamente com o almirante de esquadra Ademir Sobrinho, chefe do Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas, da I Reunião do Diálogo Político Estratégico Brasil-Argentina. Conhecido como Diálogo 2+2, tem como objetivo estreitar a relação em defesa entre Brasil e Argentina. Esse formato de reunião propicia oportunidade, também, para tratar de aspectos político-estratégicos em nível regional e global, bem como para intercâmbio de análises de temas de paz e segurança internacionais.

Em 17 de abril, o secretário-geral e seu homólogo argentino, embaixador Daniel Raimondi, presidirão a II Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina.

Esta reunião do Mecanismo será oportunidade para que os vice-chanceleres passem em revista os principais temas da ampla agenda política e econômica bilateral, regional e multilateral. O encontro também será oportunidade para reflexão conjunta sobre medidas de fortalecimento do Mercosul, nos planos interno e externo.

O Mecanismo de Coordenação Política foi criado em maio de 2016 e confere contornos formais e regularidade às reuniões de coordenação de alto nível entre as duas Chancelarias, com objetivo permanente de aprofundamento da concertação entre o Brasil e a Argentina, nos mais variados temas. A primeira reunião do mecanismo foi realizada em Brasília, em 30 de maio de 2017.

16 de Abril de 2018 - 19h32

REFERENDO NA GUATEMALA

O governo brasileiro congratula o governo da Guatemala pela realização do referendo, no último dia 15 de abril, por meio do qual o povo guatemalteco decidiu, por ampla maioria, levar a julgamento da Corte Internacional de Justiça a disputa fronteiriça com Belize.

Trata-se de demonstração de compromisso com a busca de uma solução duradoura e pacífica, além de constituir medida efetiva para o fomento da confiança mútua.

O Brasil, como parte do Grupo de Amigos do Processo de Transição Guatemala-Belize, ratifica seu empenho em apoiar os dois países a encontrar uma solução definitiva para o diferendo, capaz de promover a estabilidade e a segurança regionais.

NOTA 110

23 de Abril de 2018 - 09h11

SUSPENSÃO DE TESTES NUCLEARES E DE MÍSSEIS PELA COREIA DO NORTE

O governo brasileiro recebeu, com satisfação, o anúncio do governo norte-coreano de que suspenderá seus testes de mísseis intercontinentais e de armas nucleares, passo necessário para a redução das tensões na região, em conformidade com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nesse sentido, o governo brasileiro considera positiva a realização dos encontros de alto nível previstos e manifesta sua expectativa de que esses contatos contribuam para o estabelecimento de um efetivo processo negociador que assegure a desnuclearização definitiva da Península Coreana e a paz duradoura.

NOTA 112

23 de Abril de 2018 - 16h42

SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NA NICARÁGUA

Os governos de Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai e Peru expressam sua preocupação e lamentam os atos de violência ocorridos na Nicarágua nos últimos dias, que causaram inúmeras mortes e feridos.

Expressam, igualmente, suas condolências e solidariedade às vítimas da violência e a seus familiares.

Ao mesmo tempo, fazem apelo urgente a que todos os setores se abstenham do confronto e cessem os atos de força. Em particular, instam as autoridades de segurança a exercer suas prerrogativas com a máxima prudência para evitar o uso excessivo da força e a escalada da crise, permitindo a criação de um clima que restabeleça a paz e o diálogo, essenciais para superar essa grave situação.

NOTA 113

23 de Abril de 2018 - 16h44

ELEIÇÕES NO PARAGUAI

O governo brasileiro cumprimenta o povo e o governo paraguaios pela realização, no domingo último, 22 de abril, de eleições gerais livres e transparentes.

Ao felicitar o senador Mario Abdo Benítez por sua eleição para a Presidência da República do Paraguai, o governo brasileiro destaca sua permanente disposição de trabalhar com as autoridades daquele país para a implementação de iniciativas de interesse comum e no âmbito dos fortes e históricos laços de amizade, vizinhança e de cooperação que unem os dois países.

23 de Abril de 2018 - 20h05

ATENTADO NO AFEGANISTÃO

O governo brasileiro condena com veemência o ataque terrorista que, ontem, 22 de abril, ceifou ao menos 57 vidas e deixou mais de 100 feridos entre cidadãos que participavam, em centro de registro eleitoral em Cabul, no Afeganistão, do legítimo exercício de seus direitos democráticos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Afeganistão, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

NOTA 118

27 de Abril de 2018 - 13h18

REUNIÃO INTERCOREANA EM PANMUNJOM

A reunião de cúpula entre o presidente da República da Coreia, Moon Jae-in, e o líder da República Popular Democrática da Coreia, Kim Jong-un, realizada hoje, 27 de abril, foi histórica tanto pela simbologia como pelos resultados alcançados. Desde o armistício que pôs fim às hostilidades na guerra da Coreia, em 1953, foi a primeira vez que um líder norte-coreano ingressou em território sul-coreano. A "Declaração de Panmunjom para a Paz, Prosperidade e Unificação da Península Coreana", emitida logo após o encontro, traz compromissos que o Brasil entende fundamentais para a normalização das relações intercoreanas e para a construção definitiva da paz na região.

Vale ressaltar, entre os pontos acordados pelos dois líderes, a decisão de manter abertos canais de diálogo de alto nível; estabelecer escritório de ligação permanente na região de Gaeseong; enfrentar a questão das famílias separadas pela divisão da península; cessar completamente todos os atos de hostilidade a partir do dia 2/5/2018; ir além do atual armistício com vistas ao estabelecimento definitivo da paz; e promover o desarmamento de maneira gradual, com o objetivo comum de transformar a Península Coreana em uma zona livre de armas nucleares. A declaração menciona, ainda, a realização de contatos regulares entre os dois líderes coreanos e de reuniões que incluam outros atores, como os Estados Unidos e a China.

O Brasil saúda o conteúdo da declaração e reafirma seu compromisso com a paz, o banimento das armas nucleares e o primado da diplomacia e do direito internacional na solução de conflitos.

NOTA 121

30 de Abril de 2018 - 18h18

ATENTADO NO AFEGANISTÃO

O governo brasileiro condena com veemência os ataques terroristas ocorridos hoje, 30 de abril, no Afeganistão.

Em Cabul, duas explosões causaram ao menos 26 vítimas, incluindo nove jornalistas e feriram dezenas de pessoas. Em Kandahar, ataque dirigido aparentemente contra comboio de tropas da OTAN vitimou ao menos 11 crianças, que estudavam em escola religiosa próxima ao local do atentado. Em um terceiro incidente, um jornalista da BBC foi assassinado na província de Khost.

Ao expressar condolências às famílias das vítimas, votos de plena recuperação aos feridos e solidariedade com o povo e o governo do Afeganistão, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

O governo brasileiro valoriza o papel da imprensa como elemento fundamental da democracia e condena qualquer forma de cerceamento à sua livre atuação.

ANEXO C - NOTAS & PARCEIROS COMERCIAIS MAIS PROFÍCUOS

NOTAS À IMPRENSA pelo MRE – corpus restrito

PORTAL DE BUSCA DOS DADOS ECONÔMICOS

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços | Comex Vis - Países Parceiros

ÚLTIMO ACESSO

21.05.2018, às 4h

Critérios de seleção

Foram eleitas todas as *Notas Oficiais* relacionadas aos 3 (três) principais parceiros comerciais brasileiros, segundo análises e ranking obtidos na página do *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*. Os dados são relativos ao fechamento do ano de 2017, tendo sido considerados como referência os volumes de importação e de exportação.

Tais informações apontaram estas 3 principais relações comerciais:

- 4. CHINA → Saldo US\$ 20,17 bilhões (EXPORTAÇÕES – US\$ 47,48 bilhões, ou 21,8% | IMPORTAÇÕES – US\$ 27,32 bilhões, ou 18,1%);
- 5. ESTADOS UNIDOS → Saldo US\$ 2,03 bilhões (EXPORTAÇÕES – US\$ 26,87 bilhões, ou 12,3% | IMPORTAÇÕES – US\$ 24,85 bilhões, ou 16,5%);
- **6.** ARGENTINA → Saldo US\$ 8,18 bilhões (EXPORTAÇÕES US\$ 17,61 bilhões, ou 8,09% | IMPORTAÇÕES US\$ 9,43 bilhões, ou 6,26%).

Deste modo, foram escolhidas as *Notas Oficiais*, emitidas pelo *Ministério brasileiro das Relações Exteriores* (MRE) que envolvessem China, Estados Unidos e Argentina. Além disso, tendo em vista o fato de que a geopolítica global tem impacto nas relações de mercado, foram, ainda, considerados os comunicados relativos a

- RÚSSIA → Saldo US\$ 91,65 milhões
 (EXPORTAÇÕES US\$ 2,73 bilhões, ou 1,26% | IMPORTAÇÕES US\$ 2,64 bilhões, ou 1,75%);
- SÍRIA → Saldo US\$ 73,21 milhões
 (EXPORTAÇÕES US\$ 74,57 milhões, ou 0,034% | IMPORTAÇÕES US\$ 1,35 milhão, ou 0,0009%);
- AFEGANISTÃO → Saldo US\$ 9,06 milhões
 (EXPORTAÇÕES US\$ 9,28 milhões, ou 0,004% | IMPORTAÇÕES US\$ 0,21 mil, ou 0,0001%);
- CORÉIA DO NORTE → Saldo US\$ -2,66 milhões
 (EXPORTAÇÕES US\$ 1,17 milhão, ou 0,0005% | IMPORTAÇÕES US\$ 3,83 milhões, ou 0,003%).

Por fim, a título de cotejo dos dados analisados nesse material, também foram submetidas a triagem, sob os mesmos parâmetros, comunicados oficiais que não envolvessem parceiros comerciais brasileiros, grupo que consta em outro anexo.

Textos selecionados

MARÇO & ABRIL

ENDEREÇO DE BUSCA

Ministério das Relações Exteriores | Notas à Imprensa ÚLTIMO ACESSO

16.05.2018, às 23h

08 de Março de 2018 - 18h47

NOTA À IMPRENSA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – RESTRIÇÕES AMERICANAS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ACO E ALUMÍNIO

O governo brasileiro tomou conhecimento, hoje, com grande preocupação, da decisão do governo dos Estados Unidos, de aplicar sobretaxa de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, sob alegada justificativa de segurança.

As medidas causarão graves prejuízos às exportações brasileiras e terão significativo impacto negativo nos fluxos bilaterais de Comércio, amplamente favoráveis aos Estados Unidos nos últimos 10 anos, e nas relações comerciais e de investimentos entre os dois países.

Desde o início das investigações do Departamento de Comércio dos EUA, no primeiro semestre de 2017, o governo brasileiro, em coordenação com o setor siderúrgico nacional, buscou, em sucessivas gestões, evitar a aplicação das medidas às exportações brasileiras, esclarecendo ao governo americano e a outros atores relevantes naquele país que os produtos do Brasil não causam ameaça aos interesses comerciais ou de segurança dos EUA. Ao contrário, as indústrias de ambos os países são integradas e se complementam. Cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, utilizados como insumo pela indústria siderúrgica norte-americana. Ao mesmo tempo, o Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico dos Estados Unidos (cerca de US\$ 1 bilhão, em 2017), principalmente destinado à produção brasileira de aço exportado àquele país.

As medidas norte-americanas minarão os esforços em curso no Foro Global do Aço, do qual os EUA fazem parte, com vistas a uma solução para a questão do excesso de capacidade no setor siderúrgico, verdadeira raiz dos problemas enfrentados pelo setor.

As medidas restritivas às importações de aço e alumínio são incompatíveis com as obrigações dos EUA ao amparo da Organização Mundial de Comércio, e não se justificam, tampouco, pelas exceções de segurança do GATT 1994.

Ao mesmo tempo em que manifesta preferência pela via do diálogo e da parceria, o Brasil reafirma que recorrerá a todas as ações necessárias, nos âmbitos bilateral e multilateral, para preservar seus direitos e interesses.

Ministros Aloysio Nunes Ferreira e Marcos Jorge

NOTA 66

23 de Março de 2018 - 18h56

NOTA À IMPRENSA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

O governo brasileiro toma nota da decisão dos Estados Unidos de suspender, em relação ao Brasil, o início da aplicação de sobretaxas de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, para dar espaço a negociações. A medida foi oficialmente anunciada hoje pela Casa Branca.

O governo brasileiro, em coordenação com o setor privado nacional, continuará atuando junto ao governo dos Estados Unidos e a outros atores relevantes naquele país de modo a tornar definitiva, com a maior brevidade possível, a exclusão do Brasil de quaisquer restrições comerciais as suas exportações de aço e de alumínio.

O governo brasileiro permanece convencido de que tal resultado será melhor alcançado por meio do diálogo.

O Brasil também seguirá empenhado nos esforços em curso no Foro Global do Aço, com vistas a uma solução para o excesso de capacidade no setor siderúrgico.

27 de Março de 2018 - 11h09

INCÊNDIO NA CIDADE DE KEMEROVO, RÚSSIA

O governo brasileiro manifesta seu pesar em razão do incêndio que vitimou, desde o último domingo, dezenas de pessoas e deixou um grande número de feridos em um centro comercial na cidade russa de Kemerovo, na Sibéria.

O governo brasileiro apresenta suas condolências às famílias das vítimas, expressa seus votos de pronta recuperação aos feridos e sua solidariedade ao povo e ao governo da Federação da Rússia.

NOTA 86

10 de Abril de 2018 - 12h11

NOTÍCIAS DE USO DE ARMAS QUÍMICAS CONTRA CIVIS EM DOUMA, NA SÍRIA

O governo brasileiro manifesta grave preocupação com alegações de uso de armas químicas em 7 de abril contra a população civil de Douma, na Síria.

Ao instar o estabelecimento de investigação no âmbito da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ), o governo brasileiro reitera seu repúdio ao uso de armas de destruição em massa, qualquer que seja sua motivação.

NOTA 97

14 de Abril de 2018 - 13h50

CONFLITO NA SÍRIA

O governo brasileiro manifesta grande preocupação com a escalada do conflito militar na Síria, assim como uma vez mais com as denúncias de uso de armas químicas em 7 de abril corrente, em Duma, Ghouta-Leste. Reafirma o imperativo de que sejam conduzidas investigações abrangentes e imparciais sobre o ocorrido em Ghouta-Leste, que levem à apuração dos fatos e à punição de responsáveis.

A superação do conflito na Síria requer pleno respeito à Carta das Nações Unidas e ao direito internacional, inclusive o banimento do emprego de armas químicas, e o diálogo efetivo. Nesse contexto, o Brasil reitera o entendimento de que o fim do conflito somente poderá ser alcançado pela via política, por meio das tratativas sob a égide das Nações Unidas e com base nas resoluções do Conselho de Segurança.

O Itamaraty tem mantido contato regular com a comunidade brasileira na Síria. Não há registro de brasileiros entre as vítimas. O núcleo de assistência a brasileiros do MRE está à disposição para informações e esclarecimentos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, pelos telefones +55 61 2030 8803 e +55 61 2030 8804, e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br. Nos demais horários, poderá ser contatado o telefone do plantão consular da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Itamaraty: +55 61 98197 2284.

Consultas da imprensa devem ser dirigidas à Assessoria de Imprensa, imprensa@itamaraty.gov.br e +55 61 2030 8006 / 7 ou 61 98197-2229.

16 de Abril de 2018 - 09h59

VIAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES À ARGENTINA / I REUNIÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO-ESTRATÉGICO BRASIL-ARGENTINA / II REUNIÃO DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO POLÍTICA BRASIL-ARGENTINA

O secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Marcos Galvão, participará hoje, em Buenos Aires, juntamente com o almirante de esquadra Ademir Sobrinho, chefe do Estado-Maior-Conjunto das Forças Armadas, da I Reunião do Diálogo Político Estratégico Brasil-Argentina. Conhecido como Diálogo 2+2, tem como objetivo estreitar a relação em defesa entre Brasil e Argentina. Esse formato de reunião propicia oportunidade, também, para tratar de aspectos político-estratégicos em nível regional e global, bem como para intercâmbio de análises de temas de paz e segurança internacionais.

Em 17 de abril, o secretário-geral e seu homólogo argentino, embaixador Daniel Raimondi, presidirão a II Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina.

Esta reunião do Mecanismo será oportunidade para que os vice-chanceleres passem em revista os principais temas da ampla agenda política e econômica bilateral, regional e multilateral. O encontro também será oportunidade para reflexão conjunta sobre medidas de fortalecimento do Mercosul, nos planos interno e externo.

O Mecanismo de Coordenação Política foi criado em maio de 2016 e confere contornos formais e regularidade às reuniões de coordenação de alto nível entre as duas Chancelarias, com objetivo permanente de aprofundamento da concertação entre o Brasil e a Argentina, nos mais variados temas. A primeira reunião do mecanismo foi realizada em Brasília, em 30 de maio de 2017.

NOTA 110

23 de Abril de 2018 - 09h11

SUSPENSÃO DE TESTES NUCLEARES E DE MÍSSEIS PELA COREIA DO NORTE

O governo brasileiro recebeu, com satisfação, o anúncio do governo norte-coreano de que suspenderá seus testes de mísseis intercontinentais e de armas nucleares, passo necessário para a redução das tensões na região, em conformidade com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nesse sentido, o governo brasileiro considera positiva a realização dos encontros de alto nível previstos e manifesta sua expectativa de que esses contatos contribuam para o estabelecimento de um efetivo processo negociador que assegure a desnuclearização definitiva da Península Coreana e a paz duradoura.

NOTA 114

23 de Abril de 2018 - 20h05

ATENTADO NO AFEGANISTÃO

O governo brasileiro condena com veemência o ataque terrorista que, ontem, 22 de abril, ceifou ao menos 57 vidas e deixou mais de 100 feridos entre cidadãos que participavam, em centro de registro eleitoral em Cabul, no Afeganistão, do legítimo exercício de seus direitos democráticos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Afeganistão, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

27 de Abril de 2018 - 13h18

REUNIÃO INTERCOREANA EM PANMUNJOM

A reunião de cúpula entre o presidente da República da Coreia, Moon Jae-in, e o líder da República Popular Democrática da Coreia, Kim Jong-un, realizada hoje, 27 de abril, foi histórica tanto pela simbologia como pelos resultados alcançados. Desde o armistício que pôs fim às hostilidades na guerra da Coreia, em 1953, foi a primeira vez que um líder norte-coreano ingressou em território sul-coreano. A "Declaração de Panmunjom para a Paz, Prosperidade e Unificação da Península Coreana", emitida logo após o encontro, traz compromissos que o Brasil entende fundamentais para a normalização das relações intercoreanas e para a construção definitiva da paz na região.

Vale ressaltar, entre os pontos acordados pelos dois líderes, a decisão de manter abertos canais de diálogo de alto nível; estabelecer escritório de ligação permanente na região de Gaeseong; enfrentar a questão das famílias separadas pela divisão da península; cessar completamente todos os atos de hostilidade a partir do dia 2/5/2018; ir além do atual armistício com vistas ao estabelecimento definitivo da paz; e promover o desarmamento de maneira gradual, com o objetivo comum de transformar a Península Coreana em uma zona livre de armas nucleares. A declaração menciona, ainda, a realização de contatos regulares entre os dois líderes coreanos e de reuniões que incluam outros atores, como os Estados Unidos e a China.

O Brasil saúda o conteúdo da declaração e reafirma seu compromisso com a paz, o banimento das armas nucleares e o primado da diplomacia e do direito internacional na solução de conflitos.

NOTA 121

30 de Abril de 2018 - 18h18

ATENTADO NO AFEGANISTÃO

O governo brasileiro condena com veemência os ataques terroristas ocorridos hoje, 30 de abril, no Afeganistão.

Em Cabul, duas explosões causaram ao menos 26 vítimas, incluindo nove jornalistas e feriram dezenas de pessoas. Em Kandahar, ataque dirigido aparentemente contra comboio de tropas da OTAN vitimou ao menos 11 crianças, que estudavam em escola religiosa próxima ao local do atentado. Em um terceiro incidente, um jornalista da BBC foi assassinado na província de Khost.

Ao expressar condolências às famílias das vítimas, votos de plena recuperação aos feridos e solidariedade com o povo e o governo do Afeganistão, o Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

O governo brasileiro valoriza o papel da imprensa como elemento fundamental da democracia e condena qualquer forma de cerceamento à sua livre atuação.

ANEXO D - NOTAS OFICIAIS COLETADAS - AGOSTO & SETEMBRO

NOTAS À IMPRENSA pelo MRE – corpus completo e limpo

Critérios de coleta

Para compor este segundo grupo amplo de textos, foram arroladas todas as *Notas Oficiais* publicadas na página do *Ministério brasileiro das Relações Exteriores*, durante os meses de agosto e setembro de 2018. Para a sua triagem, foram mantidos os critérios de seleção empregados no primeiro grupo de textos (composto por parceiros comerciais brasileiros), desconsiderando-se os comunicados com as seguintes características:

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Porque se traduziam como uma mera enumeração de atividades quinzenais ou mensais programadas;

CONCESSÕES DE AGRÉMENT

Por se mostrarem padronizadas, limitando-se a congratular embaixadores ou países, dando-se algum destaque ao perfil de brasileiros quando é o caso de serem eles a ocupar cargos de Embaixador;

DOCUMENTOS/DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Pois apenas reproduziam instrumentos firmados entre parceiros, ou aqueles resultantes de reuniões de grupos de trabalho, além das notas que somente enumeravam links para os textos desses acordos;

NOTA DE FALECIMENTO/DATA COMEMORATIVA

Por se restringir a noticiar o óbito de funcionário do *Serviço Diplomático Brasileiro*, apresentando um resumo de suas realizações, com destaque para o que lhe trouxe notabilidade; ou por se limitar a registrar a passagem de uma data de caráter rememorativo;

CONVITES PARA EVENTOS/ANÚNCIO DE CONVENÇÕES

Pois, em ambos os casos, limitam-se a divulgar a realização de eventos internos (considerando-se seus temas, datas e horários de realização), ou a participação do país em alguma convenção;

NOTICIAMENTO DE VISITAS

Porque se apresentam textualmente padronizadas, tanto no que concerne à vinda de autoridades estrangeiras, como no que tange a representantes brasileiros irem ao encontro de outras nações;

NOTAS DE PESAR/ACIDENTES

Por, à semelhança das notas de *Agrément* e das notificações de visita, possuírem um modelopadrão de composição, concentrando-se na apresentação de consternação e de condolências; Após isso, optou-se por evitar textos referentes às nações já citadas no primeiro conjunto e os relativos a blocos econômicos dos quais o Brasil faz parte, ou com os quais ele se relaciona. Ainda para dirimir interferências de interesses comerciais sobre a redação dos comunicados, foram desconsiderados os alusivos às 20 principais economias mundiais de 2017. Então, das 74 *Notas Oficiais* publicadas na página do MRE, entre agosto e setembro de 2018, foram coletados os 15 comunicados a seguir, para compor a segunda parte da *amostra ampla* desta investigação.

Textos considerados

AGOSTO & SETEMBRO

ENDEREÇO DE BUSCA

Ministério das Relações Exteriores | Notas à Imprensa

ÚLTIMO ACESSO 17.10.2018, às 23h

NOTA 264

02 de Agosto de 2018 - 15h49

ATENTADO NAS FILIPINAS

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do ataque terrorista ocorrido em 31 de julho de 2018, na cidade de Lamitan, no sul das Filipinas, que deixou onze mortos e diversos feridos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade ao povo e ao governo das Filipinas, o Brasil reitera seu veemente repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

NOTA 265

03 de Agosto de 2018 - 15h26

NOTA DO ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS

O governo brasileiro lamenta que, sem terem dado a devida consideração a informações prestadas pelo Brasil, titulares de procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos tenham feito críticas infundadas às políticas de equilíbrio fiscal brasileiras, conforme nota conjunta divulgada pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH).

O governo brasileiro mantém estreita cooperação com os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos e tem respondido, de forma transparente e substantiva, com a brevidade possível, às suas comunicações, inclusive no que diz respeito a políticas sociais voltadas à população em situação de vulnerabilidade. O Brasil também tem oferecido informações e comentários durante as sessões do Conselho de Direitos Humanos e em contatos diretos com os peritos e o EACDH.

Ao contrário do que sugere a nota conjunta de 3 de agosto, o ajuste das contas públicas tem-se mostrado fundamental para a manutenção e aprimoramento das políticas sociais, entre as quais o programa "Bolsa Família", o Benefício de Prestação Continuada, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais e a Política de Microcrédito Produtivo Orientado. Novos programas, como o "Criança Feliz" e o Plano "Progredir", foram criados. Em 2017 foi realizado o maior repasse para estados e municípios já verificado na assistência social no Brasil: US\$ 743 milhões, um aumento de 8% em relação a 2016, com recomposição três vezes superior à inflação.

As medidas de equilíbrio fiscal foram adotadas para que o Brasil fortaleça suas políticas sociais, ao permitir que os programas criados para garantir os direitos das pessoas em situações de vulnerabilidade sejam sustentáveis no médio e no longo prazos. O necessário reequilíbrio da economia brasileira beneficia, diretamente, as populações de baixa renda e ajuda a reduzir as desigualdades, por meio de maior estabilidade, combate à inflação e saneamento da dívida pública. Sem equilíbrio fiscal não há sustentabilidade das políticas sociais.

13 de Agosto de 2018 - 19h09

ATENTADO NA JORDÂNIA

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do ataque terrorista ocorrido em 10 de agosto de 2018, na cidade de Fuheis, próxima da capital jordaniana, Amã, que vitimou um policial e feriu outros policiais, bem como dos embates ocorridos no dia seguinte, que resultaram em mais policiais vitimados e feridos.

O Brasil expressa sua solidariedade ao governo e ao povo da Jordânia, suas condolências às famílias das vítimas e seus votos de plena recuperação aos feridos.

O Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

Não há registro de brasileiros até o momento entre as vítimas do ataque.

NOTA 285

15 de Agosto de 2018 - 17h28

DEPÓSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DO TRATADO SOBRE O COMÉRCIO DE ARMAS

O governo brasileiro efetuou ontem, 14 de agosto, na sede das Nações Unidas em Nova York, o depósito do instrumento de ratificação do Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA). Dessa forma, o Brasil cumpre as formalidades internacionais para tornar-se, a partir de 12 de novembro de 2018, estado-parte do Tratado.

O TCA constitui o único instrumento juridicamente vinculante voltado para a regulação de transferências de armas convencionais. Com a ratificação, o Brasil reafirma seu compromisso com o combate ao tráfico ilícito de armas e com o tratamento equilibrado do comércio desses artefatos, que pese, de um lado, a legitimidade de suas exportações e, de outro, seus possíveis efeitos humanitários adversos em certas circunstâncias.

O Brasil participará da Quarta Conferência dos estados Parte do TCA (CSP4), a realizar-se em Tóquio, entre os dias 20 e 24 de agosto.

NOTA 289

Criado: 17 de Agosto de 2018 - 14h53

NOTA À IMPRENSA

A Delegação Permanente do Brasil em Genebra tomou conhecimento, sem qualquer aviso ou pedido de informação prévios, de deliberação do Comitê de Direitos Humanos relativa a candidatura nas próximas eleições.

O Comitê, órgão de supervisão do Pacto de Direitos Civis e Políticos, é integrado não por países, mas por peritos que exercem a função em sua capacidade pessoal.

As conclusões do Comitê têm caráter de recomendação e não possuem efeito juridicamente vinculante.

O teor da deliberação do Comitê será encaminhado ao Poder Judiciário.

O Brasil é fiel cumpridor do Pacto de Direitos Civis e Políticos. Os princípios nele inscritos de igualdade diante da lei, de respeito ao devido processo legal e de direito à ampla defesa e ao contraditório são também princípios constitucionais brasileiros, implementados com zelo e absoluta independência pelo Poder Judiciário.

NOTA 295

22 de Agosto de 2018 - 18h43

SÉRIE DE VÍDEOS SOBRE O VOTO NO EXTERIOR

Está disponível no portal do Ministério das Relações Exteriores uma série de sete vídeos informativos sobre as eleições presidenciais 2018 no exterior preparados pela Justiça Eleitoral, com a colaboração do Itamaraty. Os vídeos trazem dados gerais sobre o voto no exterior e informações de utilidade pública.

A série de vídeos registra os resultados do trabalho realizado pela Justiça Eleitoral em coordenação com o Itamaraty para facilitar aos brasileiros residentes fora do país o exercício do direito ao voto, que permitiu a ampliação do eleitorado no exterior de 18.492 eleitores em 1989 para 500.728 em 2018, um incremento de 2.707%. Para que esse aumento de eleitores cadastrados se traduza em maior participação na votação em outubro, serão enviadas 1.424

urnas a 125 países, num total de 743 seções distribuídas em 171 cidades. Trinta e três seções eleitorais adicionais foram abertas em localidades com grande concentração de brasileiros em que não há representação consular permanente, como Florença e Veneza (Itália), Colônia e Hamburgo (Alemanha), Orlando, Salt Lake City e Frammingham (Estados Unidos), Winnipeg (Canadá) Vale (Líbano). e A série de vídeos lembra avanços como a introdução do Título Net Exterior em fevereiro de 2017, que permitiu acelerar o alistamento e a transferência eleitoral no exterior. Processos que levavam em média um ano para serem concluídos passaram a ser realizados em tempo real. Tema de um dos vídeos, a plataforma, pela qual cerca de 76 mil brasileiros já foram cadastrados, facilitou o processo de regularização da situação eleitoral, que também é uma exigência legal para a prática de diversos atos da vida civil. Também são retratadas as especificidades na organização de eleições fora do país e os desafios enfrentados em diferentes regiões, como América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia.

Os vídeos estão disponíveis no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLibZPfUZrGdK6x9rioO-oxsAuBR7vk3j3

Para mais informações: http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/eleicoes-no-exterior

NOTA 298

23 de Agosto de 2018 - 19h13

MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (MOE/OEA)

O ministro Aloysio Nunes Ferreira recebeu hoje a senhora Laura Chinchilla, ex-presidente da Costa Rica e chefe da Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (MOE/OEA) às eleições gerais de outubro no Brasil. O objetivo principal das Missões de Observação Eleitoral da OEA é acompanhar os pleitos eleitorais para estabelecer e compartilhar boas práticas e identificar áreas passíveis de melhoria, contribuindo dessa forma para o fortalecimento dos processos democráticos no hemisfério. Será a primeira vez que as eleições brasileiras serão acompanhadas por uma missão da OEA.

Os integrantes da Missão realizam esta semana uma visita preliminar para reunir informações sobre o andamento da organização das eleições e conhecer as perspectivas dos diferentes atores envolvidos. Ao longo de setembro e outubro, os representantes da Missão acompanharão a fase final da campanha eleitoral e os primeiro e segundo turnos da eleição.

O número de missões realizadas tem crescido progressivamente, assim como o de países que as solicitam, já tendo sido realizadas, desde 1962, mais de 240 missões em 28 dos 34 Estados-membros da OEA.

Para a realização de uma MOE/OEA, a Secretaria-Geral da Organização e o país anfitrião celebram dois acordos que estabelecem as condições para que a Missão possa realizar seu trabalho com independência e autonomia: o Acordo de Procedimentos para Observação Eleitoral, que, no caso do Brasil, foi assinado entre a OEA e o TSE em dezembro de 2017, e o Acordo de Privilégios e Imunidades, assinado hoje pela chefe da MOE e pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira.

NOTA 303

30 de Agosto de 2018 - 19h58

OUVIDORIA DO SERVIÇO EXTERIOR

No contexto dos esforços permanentes para aprimorar o diálogo com a cidadania e modernizar sua política de governança pública, o Ministério das Relações Exteriores criou nesta data a Ouvidoria do Serviço Exterior, responsável por receber e analisar denúncias, reclamações, solicitações, comentários e sugestões sobre as atividades do Ministério.

A Ouvidoria do Serviço Exterior soma-se a outras instâncias criadas no Ministério das Relações Exteriores para incrementar a transparência de suas ações, como a Corregedoria do Serviço Exterior, a Secretaria de Controle Interno, a Ouvidoria Consular, a Comissão de Ética, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação - CPADIS.

A Ouvidoria do Serviço Exterior, subordinada à Inspetoria-Geral do Serviço Exterior, atuará de forma articulada com as ouvidorias dos outros órgãos da administração pública federal.

Contato com a Ouvidoria do Serviço Exterior poderá ser feito por meio do correio eletrônico ouvidoria@itamaraty.gov.br e dos telefones (61) 2030 8688 e (61) 2030 8687.

31 de Agosto de 2018 - 11h57

ATENTADOS NO IRAQUE

O governo brasileiro condena os atentados terroristas cometidos no Iraque anteontem, na cidade de Qaim, província de Anbar, na fronteira com a Síria, e ontem, nas proximidades da cidade de Kirkuk. Os ataques deixaram mais de uma dezena de mortos e pelo menos 15 feridos.

Ao reiterar, mais uma vez, seu veemente repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao governo e ao povo do Iraque e às famílias das vítimas.

O Brasil reconhece e aprecia os esforços do governo iraquiano que resultaram, em 2017, na recuperação das áreas que estiveram sob o domínio de grupos terroristas e reafirma seu apoio à consolidação da segurança, estabilidade e integridade territorial do Iraque.

NOTA 306

06 de Setembro de 2018 - 16h10

ATENTADO NA SOMÁLIA

O governo brasileiro condena o ataque perpetrado no último dia 2 de setembro, no centro de Mogadíscio, na Somália, que deixou ao menos seis mortos e dezenas de feridos.

Ao expressar condolências às famílias das vítimas e votos de plena recuperação aos feridos, o Brasil reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, bem como manifesta seu apoio à paz e à estabilidade na Somália.

NOTA 317

14 de Setembro de 2018 - 10h56

ACORDO DE PAZ NO SUDÃO DO SUL

O Governo brasileiro saúda a assinatura, no último dia 12 de setembro, em Adis Abeba, capital da Etiópia, de novo acordo de paz entre as partes em conflito no Sudão do Sul, que reintegrou Riek Machar ao cargo de vicepresidente do país. O compromisso demonstrado pelas partes com uma solução inclusiva constitui importante gesto, que deverá balizar os próximos passos na busca pela paz duradoura no país, com base no diálogo e na moderação.

Ao reconhecer os êxitos dos esforços de mediação por parte de atores regionais, sobretudo da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e de outros parceiros externos, o Brasil sublinha a importância de que as partes mantenham seu compromisso com a implementação do acordo alcançado, bem como de que a comunidade internacional siga engajada no apoio aos esforços voltados à obtenção de ciclo duradouro de paz e desenvolvimento no Sudão do Sul.

NOTA 321

19 de Setembro de 2018 - 17h57

PASSAGEM DO TUFÃO MANGKHUT PELAS FILIPINAS

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, da passagem do tufão Mangkhut pelo norte das Filipinas, no último final de semana, que resultou em dezenas de fatalidades e deixou centenas de feridos, além de perdas materiais.

Ao expressar suas condolências aos familiares e amigos das vítimas, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao povo e ao governo das Filipinas.

Até o momento, não há registro de brasileiros vitimados pelo fenômeno climático. O Itamaraty seguirá acompanhando a situação, por meio da Embaixada do Brasil em Manila e da Divisão de Assistência Consular (DAC) em Brasília.

Para casos de emergência, o telefone do plantão consular da Embaixada em Manila é: +63 917 574 4513.

Em Brasília, o Núcleo de Assistência a Brasileiros do Itamaraty pode ser acionado pelos telefones +55 61 2030-8803/8804 (das 8h às 20h) e + 55 61 98197-2284 (Plantão Consular, das 20h às 8h) e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br.

Os contatos acima destinam-se exclusivamente a emergências. O atendimento à imprensa será feito apenas pelo e-mail imprensa@itamaraty.gov.br e pelos telefones +55 61 2030-8006 e +55 61 98197-2229.

21 de Setembro de 2018 - 14h17

ACIDENTE NA TANZÂNIA

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do acidente fluvial ocorrido na última quinta-feira, 20 de setembro, entre Buolora e a ilha de Ukara, no território de Mwanza, no lago Victoria, norte da Tanzânia, o qual deixou mais de cem mortos e dezenas de feridos.

O governo brasileiro lamenta profundamente o trágico acidente e expressa suas condolências às famílias das vítimas, votos de recuperação aos feridos, bem como sua solidariedade ao povo e ao governo tanzaniano.

NOTA 326

21 de Setembro de 2018 - 19h42

25 ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O CAZAQUISTÃO

Será comemorado, em 22 de setembro, o 25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão. Os presidentes Michel Temer e Nursultan Nazarbayev, e os ministros das Relações Exteriores, Aloysio Nunes e Kairat Abdrakhmanov, trocaram, recentemente, mensagens alusivas ao fato.

A cada ano, os dois países vêm consolidando o relacionamento bilateral. Em junho deste ano, foram assinados três instrumentos no campo jurídico: Acordo sobre Extradição, Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas e Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal.

Brasil e Cazaquistão são países em desenvolvimento com economias dinâmicas e sociedades multiétnicas e multiculturais. Ambos têm compromisso com a paz, o fortalecimento do multilateralismo e o desenvolvimento sustentável. Ao celebrar a cooperação já estabelecida, o governo brasileiro manifesta o desejo de trabalhar com o governo cazaque para fortalecer ainda mais os laços que unem os dois países.

NOTA 327

24 de Setembro de 2018 - 10h22

ATENTADOS NO IRÃ

O governo brasileiro condena com veemência o atentado ocorrido hoje, 22 de setembro, no Irã. O ataque deixou ao menos 24 mortos e dezenas de feridos na cidade de Ahvaz, no sudoeste do país.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Irã, o Brasil reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

ANEXO E - NOTAS MENOS COMPROMETIDAS COM PARCEIROS COMERCIAIS

NOTAS À IMPRENSA pelo MRE - corpus restrito

PORTAL DE BUSCA DOS DADOS ECONÔMICOS

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços | Comex Vis - Países Parceiros

ÚLTIMO ACESSO 22.10.2018, às 4h

Critérios de seleção

Dentre as *Notas Oficiais* coletadas para este segundo grupo de textos, foram eleitas para análise as relacionadas a países com menor influência nos interesses comerciais brasileiros, segundo informações e ranking obtidos na página do *Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços*. Esses dados são relativos ao fechamento do ano de 2017, tendo sido considerados como referência os volumes de importação e de exportação.

É preciso ressaltar a dificuldade de se identificar países que não mantenham qualquer vínculo comercial com o Brasil e que, além disso, constem em comunicados do período estabelecido. Ademais, o número mais limitado de comunicados observado nesta parte da amostra ampla já revela o quão raro é um pronunciamento brasileiro, acerca de nações com as quais se mantém pouco ou nenhum vínculo comercial, sem, porquanto, interesses em jogo.

Logo, em ordem crescente de influência sobre a balança comercial brasileira, os dados econômicos das nações que constam nas *Notas*, na amostra ampla, são os seguintes:

9. SUDÃO DO SUL → Saldo US\$ 191

(EXPORTAÇÕES - US\$ 191, ou 0,000%);

10. CAZAQUISTÃO → Saldo US\$ -48,26 milhões

(EXPORTAÇÕES - US\$ 4,93 milhões, ou 0,002% | IMPORTAÇÕES - US\$ 53,19 milhões, ou 0,035%);

11. TANZÂNIA → Saldo US\$ 29,79 milhões

(EXPORTAÇÕES - US\$ 29,84 milhões, ou 0,013% | IMPORTAÇÕES - US\$ 52,68 mil, ou 0,034%);

12. SOMÁLIA → Saldo US\$ 69,66 milhões

(EXPORTAÇÕES - US\$ 69,66 milhões, ou 0,031% | IMPORTAÇÕES - US\$ 251, ou 0,000%);

13. FILIPINAS → Saldo US\$ 195,55 milhões

(EXPORTAÇÕES - US\$ 443,48 milhões, ou 0,203% | IMPORTAÇÕES - US\$ 247,93 milhões, ou 0,164%);

14. JORDÂNIA → Saldo US\$ 216,08 milhões

(EXPORTAÇÕES - US\$ 223,6 milhões, ou 0,102% | IMPORTAÇÕES - US\$ 7,52 milhões, ou 0,004%);

15. IRAQUE → Saldo US\$ 685,38 milhões

(EXPORTAÇÕES - US\$ 810,75 milhões, ou 0,37% | IMPORTAÇÕES - US\$ 125,37 milhões, ou 0,83%);

16. IRÃ → Saldo US\$ 2,52 bilhões

(EXPORTAÇÕES – US\$ 2,56 bilhões, ou 1,18% | IMPORTAÇÕES – US\$ 40,86 milhões, ou 0,027%).

Perceba-se que, para se evitar, ao máximo, comunicados cuja fala traduzisse influxo financeiro, foram eliminados deste *corpus restrito* os textos que referenciassem blocos de mercado, ou que incluíssem países parceiros do Brasil, como Venezuela, Colômbia e Paraguai (componentes do MERCOSUL e cujas *Notas* foram excluídas já na pré-seleção de textos). Diante disso, observe-se que, em comparação aos países citados no primeiro grupo de *Notas*, os que restaram, na *amostra ampla*, possuem menor peso na balança comercial brasileira.

Ainda por questões comerciais, também foi excluso das pretensões de análise o comunicado acerca do Irã (que possui marcadores de exportação e ou de importação na casa dos bilhões, sendo o único dos países da lista que atinge volume de 1%, em uma das taxas, superando até os dados da Rússia). Contudo, esse texto foi mantido no corpus restrito para ser alocado em etapas iniciais da Tese, de modo a exemplificar constructos teóricos aqui citados.

O mesmo ocorreu com a composição relacionada ao Iraque, desta vez por alinhamento com o critério empregado com Rússia, Afeganistão Síria e Coréia do Norte (do primeiro conjunto de comunicados). Entende-se que a geopolítica global tem impacto nas relações de mercado, o que também pode ser aplicado ao texto referente ao Irã. Tratam-se de duas nações cujas instabilidades atraem não só holofotes como interesses comerciais.

Então, além destas duas nações, são considerados, neste segundo grupo de textos que compõe o *corpus restrito* da investigação, as 7 *Notas Oficiais* relativas a Sudão do Sul, Cazaquistão, Tanzânia, Somália, Filipinas (dois comunicados) e Jordânia, cujas movimentações financeiras são de menor escala, em comparação às demais apresentadas no primeiro grupo de textos. Nenhum desses países chega a movimentar sequer 1% dos valores de exportação ou importação. O próprio Cazaquistão chega a apresentar saldo desfavorável para o Brasil, no cômputo de destas operações comerciais, vindo a atingir um patamar de US\$ -48,26 milhões.

Além disso, para que houvesse um equilíbrio entre o número de comunicados comprometidos e o de não-comprometidos (que constituem os dois conjuntos de textos em análise), mais uma Nota foi aleatoriamente escolhida, dentre as 15 constantes na segunda seção da amostra ampla. Isso proporcionou o equilíbrio de 10 textos para ambos os corpora restritos, totalizando-se 20 comunicados analisados de um total de 44 acolhidos.

Em resumo, esta seção do *corpus restrito* abrange 10 *Notas Oficiais*, emitidas pelo *Ministério brasileiro das Relações Exteriores* (MRE), entre agosto e setembro de 2018. Contém 7 textos relacionados a nações pouco influentes à balança comercial brasileira, mais 2 relativos a Irã e Iraque e uma *Nota* fortuitamente eleita, dentre esse mesmo grupo bimestral.

Textos selecionados

AGOSTO & SETEMBRO

ENDEREÇO DE BUSCA

Ministério das Relações Exteriores | Notas à Imprensa

ÚLTIMO ACESSO

17.10.2018, às 23h

NOTA 264

02 de Agosto de 2018 - 15h49

ATENTADO NAS FILIPINAS

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do ataque terrorista ocorrido em 31 de julho de 2018, na cidade de Lamitan, no sul das Filipinas, que deixou onze mortos e diversos feridos.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade ao povo e ao governo das Filipinas, o Brasil reitera seu veemente repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

NOTA 279

13 de Agosto de 2018 - 19h09

ATENTADO NA JORDÂNIA

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do ataque terrorista ocorrido em 10 de agosto de 2018, na cidade de Fuheis, próxima da capital jordaniana, Amã, que vitimou um policial e feriu outros policiais, bem como dos embates ocorridos no dia seguinte, que resultaram em mais policiais vitimados e feridos.

- O Brasil expressa sua solidariedade ao governo e ao povo da Jordânia, suas condolências às famílias das vítimas e seus votos de plena recuperação aos feridos.
- O Brasil reitera sua condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.

Não há registro de brasileiros até o momento entre as vítimas do ataque.

NOTA 289

Criado: 17 de Agosto de 2018 - 14h53

NOTA À IMPRENSA

- A Delegação Permanente do Brasil em Genebra tomou conhecimento, sem qualquer aviso ou pedido de informação prévios, de deliberação do Comitê de Direitos Humanos relativa a candidatura nas próximas eleições.
- O Comitê, órgão de supervisão do Pacto de Direitos Civis e Políticos, é integrado não por países, mas por peritos que exercem a função em sua capacidade pessoal.

As conclusões do Comitê têm caráter de recomendação e não possuem efeito juridicamente vinculante.

- O teor da deliberação do Comitê será encaminhado ao Poder Judiciário.
- O Brasil é fiel cumpridor do Pacto de Direitos Civis e Políticos. Os princípios nele inscritos de igualdade diante da lei, de respeito ao devido processo legal e de direito à ampla defesa e ao contraditório são também princípios constitucionais brasileiros, implementados com zelo e absoluta independência pelo Poder Judiciário.

31 de Agosto de 2018 - 11h57

ATENTADOS NO IRAQUE

O governo brasileiro condena os atentados terroristas cometidos no Iraque anteontem, na cidade de Qaim, província de Anbar, na fronteira com a Síria, e ontem, nas proximidades da cidade de Kirkuk. Os ataques deixaram mais de uma dezena de mortos e pelo menos 15 feridos.

Ao reiterar, mais uma vez, seu veemente repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao governo e ao povo do Iraque e às famílias das vítimas.

O Brasil reconhece e aprecia os esforços do governo iraquiano que resultaram, em 2017, na recuperação das áreas que estiveram sob o domínio de grupos terroristas e reafirma seu apoio à consolidação da segurança, estabilidade e integridade territorial do Iraque.

NOTA 306

06 de Setembro de 2018 - 16h10

ATENTADO NA SOMÁLIA

O governo brasileiro condena o ataque perpetrado no último dia 2 de setembro, no centro de Mogadíscio, na Somália, que deixou ao menos seis mortos e dezenas de feridos.

Ao expressar condolências às famílias das vítimas e votos de plena recuperação aos feridos, o Brasil reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, bem como manifesta seu apoio à paz e à estabilidade na Somália.

NOTA 317

14 de Setembro de 2018 - 10h56

ACORDO DE PAZ NO SUDÃO DO SUL

O Governo brasileiro saúda a assinatura, no último dia 12 de setembro, em Adis Abeba, capital da Etiópia, de novo acordo de paz entre as partes em conflito no Sudão do Sul, que reintegrou Riek Machar ao cargo de vice-presidente do país. O compromisso demonstrado pelas partes com uma solução inclusiva constitui importante gesto, que deverá balizar os próximos passos na busca pela paz duradoura no país, com base no diálogo e na moderação.

Ao reconhecer os êxitos dos esforços de mediação por parte de atores regionais, sobretudo da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e de outros parceiros externos, o Brasil sublinha a importância de que as partes mantenham seu compromisso com a implementação do acordo alcançado, bem como de que a comunidade internacional siga engajada no apoio aos esforços voltados à obtenção de ciclo duradouro de paz e desenvolvimento no Sudão do Sul.

NOTA 321

19 de Setembro de 2018 - 17h57

PASSAGEM DO TUFÃO MANGKHUT PELAS FILIPINAS

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, da passagem do tufão Mangkhut pelo norte das Filipinas, no último final de semana, que resultou em dezenas de fatalidades e deixou centenas de feridos, além de perdas materiais.

Ao expressar suas condolências aos familiares e amigos das vítimas, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao povo e ao governo das Filipinas.

Até o momento, não há registro de brasileiros vitimados pelo fenômeno climático. O Itamaraty seguirá acompanhando a situação, por meio da Embaixada do Brasil em Manila e da Divisão de Assistência Consular (DAC) em Brasília.

Para casos de emergência, o telefone do plantão consular da Embaixada em Manila é: +63 917 574 4513.

Em Brasília, o Núcleo de Assistência a Brasileiros do Itamaraty pode ser acionado pelos telefones +55 61 2030-8803/8804 (das 8h às 20h) e + 55 61 98197-2284 (Plantão Consular, das 20h às 8h) e pelo e-mail dac@itamaraty.gov.br.

Os contatos acima destinam-se exclusivamente a emergências. O atendimento à imprensa será feito apenas pelo e-mail imprensa@itamaraty.gov.br e pelos telefones +55 61 2030-8006 e +55 61 98197-2229.

21 de Setembro de 2018 - 14h17

ACIDENTE NA TANZÂNIA

O governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, do acidente fluvial ocorrido na última quinta-feira, 20 de setembro, entre Buolora e a ilha de Ukara, no território de Mwanza, no lago Victoria, norte da Tanzânia, o qual deixou mais de cem mortos e dezenas de feridos.

O governo brasileiro lamenta profundamente o trágico acidente e expressa suas condolências às famílias das vítimas, votos de recuperação aos feridos, bem como sua solidariedade ao povo e ao governo tanzaniano.

NOTA 326

21 de Setembro de 2018 - 19h42

25 ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O CAZAQUISTÃO

Será comemorado, em 22 de setembro, o 25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Cazaquistão. Os presidentes Michel Temer e Nursultan Nazarbayev, e os ministros das Relações Exteriores, Aloysio Nunes e Kairat Abdrakhmanov, trocaram, recentemente, mensagens alusivas ao fato.

A cada ano, os dois países vêm consolidando o relacionamento bilateral. Em junho deste ano, foram assinados três instrumentos no campo jurídico: Acordo sobre Extradição, Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas e Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal.

Brasil e Cazaquistão são países em desenvolvimento com economias dinâmicas e sociedades multiétnicas e multiculturais. Ambos têm compromisso com a paz, o fortalecimento do multilateralismo e o desenvolvimento sustentável. Ao celebrar a cooperação já estabelecida, o governo brasileiro manifesta o desejo de trabalhar com o governo cazaque para fortalecer ainda mais os laços que unem os dois países.

NOTA 327

24 de Setembro de 2018 - 10h22

ATENTADOS NO IRÃ

O governo brasileiro condena com veemência o atentado ocorrido hoje, 22 de setembro, no Irã. O ataque deixou ao menos 24 mortos e dezenas de feridos na cidade de Ahvaz, no sudoeste do país.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas, seus votos de plena recuperação aos feridos e sua solidariedade com o povo e o governo do Irã, o Brasil reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de sua motivação.